

Florabela Conceição Silva Faria

O Poder Local e a Justiça. A importância da Comunicação Política para o “autarca-
arguido”.

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2012

Florabela Conceição Silva Faria

O Poder Local e a Justiça. A importância da Comunicação Política para o “autarca-
arguido”.

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2012

© 2012

Florbela Conceição Silva Faria

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

Florbela Conceição Silva Faria

O Poder Local e a Justiça. A importância da Comunicação Política para o “autarca-arguido”.

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte integrante dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Informação, sob orientação do Prof. Doutor Ricardo Jorge Pinto.

RESUMO

FLORBELA CONCEIÇÃO SILVA FARIA: O Poder Local e a Justiça. A importância da Comunicação Política para o “autarca-arguido”.
(Sob a orientação do Prof. Doutor Ricardo Jorge Pinto)

Em Portugal há autarcas com processos judiciais decorrentes da sua actividade que continuam a ganhar eleições.

O propósito deste trabalho é perceber como é que estes actores políticos conseguem ultrapassar estas dificuldades, sendo que alguns estiveram mesmo detidos.

Em termos metodológicos, foram analisadas as eleições autárquicas de 2009, especificamente os concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras, todos apresentando candidatos com problemas com a Justiça.

Realizaram-se várias entrevistas, a políticos e a responsáveis pela Justiça. Procedeu-se à análise de conteúdo dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais.

O tempo do discurso foi muito semelhante (quase doze minutos) e utilizada uma linguagem popular. Conquanto, Valentim conseguiu uma relação mais estreita com os eleitores presentes no momento em que discursava. Foi tratado pelo primeiro nome quase meia centena de vezes; Isaltino Morais apenas duas. Os dois fizeram referência aos adversários. A vitimização foi um facto. Porém, à Justiça, ou aos processos judiciais, nem uma alusão.

Contudo, dos discursos deduz-se que Gondomar e de Oeiras são liderados por homens raros. Foram e continuam a ser o farol, o mestre destas populações. Julgam-se únicos;

autênticos *special ones*. Garantem tudo fazer para defender o seu povo, a sua família, como Valentim Loureiro chama aos gondomarenses. Eles ou o caos. Estas são inferências indutivas e abduativas extraídas dos dois discursos de vitória.

Apurou-se ainda, no quadro da Comunicação Política, que os políticos com imagem de marca podem ser mais fortes do que os partidos. Todavia, têm uma estratégia de poder absolutista, que não deverá ser bem sucedida no futuro. A autocomunicação de massas, onde a voz do povo está cada vez mais audível, não nas ruas, mas através dos teclados dos computadores, colocará entraves.

As novas ferramentas comunicacionais não são geradoras de uma espiral de silêncio. São criadoras de uma espiral de “likes” ou “dislikes”.

ABSTRACT

FLORBELA CONCEIÇÃO SILVA FARIA: The Local Power and the Justice. The importance of the Political Communication to the “mayor-offender”.

(Under supervision of Professor Dr. Ricardo Jorge Pinto)

In Portugal there are mayors with legal proceedings resulting from their activity that remain winning elections.

The purpose of this work is to understand how these political players overcome these difficulties, considering that some of them were really under detention.

In methodological terms, local elections from 2009 were analysed, particularly the municipalities of Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar and Oeiras, all of them presenting candidates with legal problems.

Several interviews were made to politicians and people responsible for Justice. The content of victory speeches from Valentim Loureiro and Isaltino Morais were analysed.

Time of speech was very similar (nearly twelve minutes) and a popular language was used. Although, Valentim managed a closer relationship with the voters that were locally attending its speech. He was called by his first name almost fifty times; Isaltino Morais only twice. Both referred their opponents. Victimization was a fact. However, to Justice, or to legal proceedings, nor a single reference.

Nevertheless, one can conclude from those speeches that Gondomar and Oeiras are commanded by rare men. They were and they still are the lighthouse, the master of these populations. They believe to be unique; truly *special ones*. They assure to do

everything to defend their people, their family, as Valentim Loureiro calls to the inhabitants of Gondomar. Them or the chaos. These are inductive and abductive inferences extracted from both victory speeches.

It was stated also, in the scope of Political Communication, that politicians with remarkable image can be stronger than the parties. However, they have a strategy of absolutist power, that will not be successful in the future. The massive self-communication, where the voice of the people is becoming increasingly audible, not in the streets, but through the keyboards of the computers, will create obstacles.

The new communicating tools do not generate a spiral of silence. They create a spiral of “likes” or “dislikes”.

RÉSUMÉ

FLORBELA CONCEIÇÃO SILVA FARIA: Le Gouvernement Local et la Justice.

L'importance de la Communication Politique pour le “maire-défendeur”.

(Sous la direction du Professeur Docteur Ricardo Jorge Pinto)

Au Portugal, il y a des maires avec des poursuites judiciaires, découlant de leurs activités, qui continuent à gagner des élections.

Le but de cette étude est de comprendre comment ces acteurs politiques peuvent surmonter ces difficultés et certains ont même été arrêtés.

En termes de méthodologie, nous avons analysé les élections locales de 2009, en particulier dans les comtés de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar et Oeiras, où tous les candidats présentant des problèmes avec la Justice.

Nous avons effectué plusieurs entretiens avec des politiciens et responsables de la Justice. Nous avons analysé le contenu des discours de victoire de Valentim Loureiro et Isaltino Morais.

Le temps du discours était très similaire (près de douze minutes) et utilisé un langage populaire. Bien que, Valentim a obtenu une relation plus étroite avec les électeurs présents au moment de parler. Il a été traité par son prénom près d'un demi-cent fois ; Isaltino Morais seulement deux. Les deux font référence à des adversaires. La victimisation a été un fait. Toutefois, à la Justice ou aux procédures judiciaires, aucune allusion.

Cependant, à partir des discours on peut déduire que Gondomar et Oeiras sont dirigées par des hommes rares. Ils sont été et continuent d'être le phare, le maître de ces

populations. Croyez qu'ils sont uniques, authentiques *special ones*. Ils garantissent à tout faire pour défendre son peuple, sa famille, comme Valentim Loureiro appelle les gondomarenses. Ils ou le chaos. Ce sont des inférences inductives et d'abduction tirées de deux discours de victoire.

Il a été également trouvé, dans le cadre de la Communication Politique, que les politiciens avec l'image de marque peuvent être plus forts que les parties. Cependant, ils ont une stratégie du pouvoir absolu, qui ne peut être réussie à l'avenir. L'auto-communication des masses, où la voix du peuple est de plus en plus forte, non pas dans les rues, mais à travers les claviers d'ordinateur, imposera des limites.

Les nouveaux outils de communication ne génèrent pas une spirale de silence. Ils créent une spirale de "*likes*" ou "*dislikes*".

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos e ao meu marido.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Ricardo Jorge Pinto, orientador deste trabalho, agradeço a confiança, os ensinamentos e o incentivo permanente.

ÍNDICE

Índice de figuras	XXIII
Índice de tabelas	XXVII
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – Enquadramento teórico do Poder Local e da Justiça em Portugal	5
CAPÍTULO I – O Poder Local em Portugal: “BT” e “AT”	5
1. A Administração Local	5
2. Documento Verde da Reforma da Administração Local	8
3. As propostas de Marques Mendes	13
4. Paulo Morais: os interesses económicos no Poder Local.....	15
5. Perspectivas de corrupção	18
6. Três autarcas na prisão	23
7. O modelo de Poder Local saído da Revolução.....	24
8. Anotações	26
CAPÍTULO II – Justiça portuguesa: acreditar, desconfiando	27
1. A urgência de reformar.....	27
2. Pacto para a Justiça.....	31

3. O tempo da Justiça e o tempo mediático	37
4. O segredo de Justiça	38
5. Exemplos de violação do segredo de Justiça.....	41
6. Os números da Justiça	43
7. O estatuto de arguido.....	48
8. Anotações	50

PARTE II – As eleições autárquicas de 2009: caracterização de quatro concelhos e os seus resultados eleitorais	53
--	----

CAPÍTULO III – Retrato de Portugal que foi a votos em Outubro de 2009. “Radiografia” dos concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras.....	53
--	----

1. As escolhas do povo	53
2. Os concelhos de Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses e Oeiras.....	55
2.1 Grande Porto – Evolução populacional 2001-2011	56
2.1.1 Gondomar	57
2.2 Tâmega - Evolução populacional 2001-2011	58
2.2.1 Felgueiras.....	59
2.2.2 Marco de Canaveses	60
2.3 Região de Lisboa – Evolução populacional 2001-2011	62
2.3.1 Oeiras	63
3. Condições socioeconómicas em 2009	64
4. O concelho de Felgueiras	73
5. O concelho de Gondomar.....	77
6. O concelho de Marco de Canaveses.....	81
7. O concelho de Oeiras	82
7.1 Tecnologia de ponta e 21 bairros sociais	85
8. Anotações	88

CAPÍTULO IV – Resultados eleitorais Autárquicas 2009.....	89
1. Contas aos boletins de voto	89
2. A abstenção e os “eleitores-fantasma”	91
3. Os custos da democracia	95
4. Resultados eleitorais no concelho de Felgueiras	98
5. Resultados eleitorais no concelho de Gondomar.....	99
6. Resultados eleitorais no concelho de Marco de Canaveses.....	100
7. Resultados eleitorais no concelho de Oeiras	102
8. Anotações	104
CAPÍTULO V – Os quatro “magníficos”: (des) encontros com a Justiça	105
1. Da Câmara para o tribunal.....	105
2. Fátima Felgueiras	107
2.1 Apresentação e currículo.....	107
2.2 Impressões digitais neste trabalho	107
2.3 Os processos.....	109
2.3.1 A ida para o Brasil	117
3. Valentim Loureiro	123
3.1 Apresentação e currículo.....	123
3.2 Impressões digitais neste trabalho	125
3.3 Os processos.....	126
4. Avelino Ferreira Torres	136
4.1 Apresentação e currículo.....	136
4.2 Impressões digitais neste trabalho	137
4.3 Os processos.....	140
5. Isaltino Morais.....	146
5.1 Apresentação e currículo.....	146
5.2 Impressões digitais neste trabalho	147
5.3 Os processos.....	148
6. Anotações	155

PARTE III – A Comunicação Política; os políticos enquanto marca e as marcas comunicacionais de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais.....	159
---	-----

CAPÍTULO VI – A Comunicação Política como meio para alcançar o poder..... 159

1. Estratégias comunicacionais dos políticos	159
2. Política e poder	160
3. Teorias e paradigmas da comunicação	164
3.1 A opinião pública	169
3.2 A espiral do silêncio.....	172
3.3 <i>Two-step-flow</i> : a importância da mediação.....	174
3.4 <i>Agenda-Setting</i>	175
4. A Comunicação Política	178
5. Comunicação estratégica	180
6. Comunicação de crise.....	182
7. A importância da Comunicação Social Local e Regional	184
7.1 Perfil dos leitores da imprensa regional	187
7.2 Os quatro concelhos em estudo.....	188
8. Anotações	190

CAPÍTULO VII – Os políticos enquanto marca. Marcas comunicacionais de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais..... 191

1. Domínio das teorias ou puro instinto.....	191
2. Imagens de marca	192
3. Marcas comunicacionais	193
4. Filhos, sobrinho & Futebol.....	199
5. Conquistar o povo e as elites	204
6. Anotações	208

PARTE IV – Estudo de caso e análise geral de resultados	209
CAPÍTULO VIII – Análise de conteúdo dos discursos de vitória de Isaltino Morais e Valentim Loureiro (11.10.2009)	209
1. As palavras de um vencedor.....	209
2. Metodologia.....	212
2.1 Análise da 1ª categoria.....	214
2.2 Análise da 2ª categoria.....	216
2.3 Análise da 3ª categoria.....	217
2.4 Análise das 4ª e 5ª categorias.....	218
2.5 Análise da 6ª categoria.....	218
2.6 Análise da 7ª categoria	220
2.7 Análise da 8ª categoria.....	221
3. O discurso de vitória de Isaltino Morais	222
3.1 Análise da 1ª categoria.....	222
3.2 Análise da 2ª categoria.....	224
3.3 Análise da 3ª categoria.....	225
3.4 Análise das 4ª e 5ª categorias.....	226
3.5 Análise da 6ª categoria.....	227
3.6 Análise da 7ª categoria.....	228
3.7 Análise da 8ª categoria.....	229
4. Comparação entre os discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais.....	230
4.1 Análise comparativa da 1ª categoria	230
4.2 Análise comparativa da 2ª categoria	232
4.3 Análise comparativa da 3ª categoria	232
4.4 Análise comparativa das 4ª e 5ª categorias	233
4.5 Análise comparativa da 6ª categoria	233
4.6 Análise comparativa da 7ª categoria	234
4.7 Análise comparativa da 8ª categoria	235
5. Inferências de carácter indutivo	235
5.1 Valentim Loureiro.....	235
5.2 Isaltino Morais	239
6. Inferências de carácter abdutivo.....	243

CAPÍTULO IX – Análise geral de resultados e discussão	247
1. Evidências do discurso político	247
2. Discussão dos resultados	249
CONCLUSÕES	257
BIBLIOGRAFIA	263
ÍNDICE DE APÊNDICES	277
ÍNDICE DE ANEXOS	337

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.....	9
Figura 2.....	10
Figura 3.....	10
Figura 4.....	11
Figura 5.....	11
Figura 6.....	12
Figura 7.....	45
Figura 8.....	45
Figura 9.....	46
Figura 10.....	46
Figura 11.....	47
Figura 12.....	50
Figura 13.....	56
Figura 14.....	56
Figura 15.....	56
Figura 16.....	57
Figura 17.....	57
Figura 18.....	58
Figura 19.....	58
Figura 20.....	59
Figura 21.....	59
Figura 22.....	60
Figura 23.....	60
Figura 24.....	61
Figura 25.....	62

Figura 26.....	62
Figura 27.....	62
Figura 28.....	63
Figura 29.....	63
Figura 30.....	64/65
Figura 31.....	66
Figura 32.....	67
Figura 33.....	67
Figura 34.....	68
Figura 35.....	68
Figura 36.....	68
Figura 37.....	69
Figura 38.....	70
Figura 39.....	71
Figura 40.....	71
Figura 41.....	71
Figura 42.....	72
Figura 43.....	72
Figura 44.....	72
Figura 45.....	76
Figura 46.....	76
Figura 47.....	77
Figura 48.....	80
Figura 49.....	80
Figura 50.....	83
Figura 51.....	84
Figura 52.....	90
Figura 53.....	90
Figura 54.....	93
Figura 55.....	96
Figura 56.....	96
Figura 57.....	99
Figura 58.....	100
Figura 59.....	101

Figura 60.....	103
Figura 61.....	167
Figura 62.....	179
Figura 63.....	188
Figura 64.....	189
Figura 65.....	189
Figura 66.....	202
Figura 67.....	236
Figura 68.....	237
Figura 69.....	238
Figura 70.....	239
Figura 71.....	240
Figura 72.....	241
Figura 73.....	242

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	213
Tabela 2	214
Tabela 3	215
Tabela 4	216
Tabela 5	219
Tabela 6	220
Tabela 7	221
Tabela 8	222
Tabela 9	223
Tabela 10	224
Tabela 11	227
Tabela 12	228
Tabela 13	229

INTRODUÇÃO

Os portugueses vivem em democracia há quase quatro décadas. As marcas do trabalho realizado pelos representantes do povo – que ocupam os poderes local e central – são múltiplas. Rasgaram estradas, construíram pontes, escolas e hospitais. Posicionaram-se nos *rankings* do desenvolvimento do país, obtendo muitos deles a reeleição vezes sem conta. Tornaram-se, sobretudo no Poder Local, nomes incontornáveis; amados, odiados e, alguns, arguidos, estatuto decorrente do desempenho das suas funções.

Nesta óptica, este trabalho tem como transversal a seguinte questão: como é que um autarca com processos judiciais consegue ganhar eleições? Noto que alguns chegaram mesmo a ser detidos. Que força maior incorporam para continuarem a conquistar a confiança do povo? Mais. Enfrentam o eleitorado em listas de independentes, sem muletas partidárias. E ganham?! O mérito é todo deles ou há aqui demérito das suas oposições? E a Comunicação Política? Desempenha ou não um papel basilar? Estes candidatos fazem uso das teorias da comunicação, seguindo as directivas dos seus colaboradores, ou criam as suas próprias teorias e estratégias comunicacionais?

Para compreender melhor estes episódios democráticos, escolhi os municípios de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras. Nas eleições autárquicas de 2009, Fátima Felgueiras não foi reeleita. Explica neste trabalho que o seu afastamento dos *media* pode ter estado na base da derrota (Apêndice 1). A sua estratégia comunicacional, acredita, falhou.

Avelino Ferreira Torres candidatou-se ao Marco de Canaveses. No mandato anterior tentou Amarante, a sua terra natal, onde conseguiu ser vereador, mas falhou a presidência. Regressou à política no Marco de Canaveses, não atingindo melhores

resultados do que em Amarante. À derrota de 2009, não atribui nenhuma causa em particular (Apêndice 3).

Valentim Loureiro perdeu a maioria em Gondomar, mas a cadeira do poder ainda é sua. A sua família, como chama aos gondomarenses, continua a apoiá-lo, mesmo quando boa parte do mandato é passado nos tribunais.

Isaltino Morais orgulha-se de chefiar o município mais desenvolvido do país. Oeiras é hoje um local apetecível, tal como disse aos eleitores no discurso de vitória, em Outubro de 2009. Foi o primeiro município a acabar com as barracas (construiu dezoito dos vinte e um bairros sociais existentes), tem o maior número de doutorados e licenciados no país. Oeiras transformou-se no Silicon Valley português, liderando em termos tecnológicos. Porém, Isaltino Morais sente-se preso em liberdade (o que contraria os princípios democráticos), consequência dos processos judiciais em que ainda estava envolvido (Abril 2012).

O tempo da Justiça, o tempo eleitoral e o tempo mediático divergem. Este pode ser, de resto, um dos principais problemas que os “autarcas-arguidos” têm de enfrentar num processo de campanha eleitoral. Têm de fazer uso pleno das suas capacidades comunicacionais para conseguirem conquistar o povo e as elites, às quais recorrerão para fazer face às necessidades dos seus municípios.

Os dotes comunicacionais também são relevantes sempre que se apresentam perante os juízes, tal como a sua aparente respeitabilidade influencia favoravelmente o tribunal, como acredita Maria José Morgado (Apêndice 4).

Mais acutilante, o bastonário da Ordem dos Advogados garante mesmo que o Poder Judicial é totalmente irresponsável (Apêndice 5). Só à luz desta perspectiva se podem compreender os ziguezagues dos casos dos quatro autarcas e ex-autarcas descritos neste trabalho.

No entanto, acusados e acusadores são unânimes: este modelo judicial está esgotado, permitindo que processos se arrastem nos tribunais infindavelmente, impedindo que a verdade dos factos seja apurada em tempo justo. Somam-se, portanto, as queixas, multiplicam-se as vítimas do sistema. Que é tudo menos democrático, pois quem tem

capacidade de fazer um bom contraditório, a lei oferece-lhe a possibilidade de arrastar os processos rumo à prescrição.

Os quatro políticos que aqui são retratados tiveram a oportunidade de – durante anos – conhecer por dentro este sistema judicial, ao qual dirigem fortes críticas. Infere-se dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais (os únicos vencedores dos quatro) que os processos judiciais em que estiveram envolvidos mais não são (foram) armas de arremesso que os seus inimigos utilizaram para denegrir a sua imagem junto do eleitorado.

E os autarcas de Gondomar e de Oeiras queixaram-se disso mesmo nos respectivos discursos de vitória, que são o tema do estudo de caso deste trabalho.

Procurei com esta análise apurar o que disseram (e como) os vencedores aos seus ouvintes. Como comunicaram estes líderes autárquicos, peças fundamentais de processos judiciais, que geraram inúmeras notícias ao longo de vários anos? Apresentaram-se como vítimas ou como guerreiros indestrutíveis?

Todavia, mesmo para quem, tal como eles, é detentor de uma força especial, de uma protecção divina (é assim que se julgam, pois sem eles a sua população teria de enfrentar o caos) estes últimos anos de exposição mediática negativa terá deixado marcas fortes. Tão fortes e profundas como o seu estilo político determinado, de decisor genial. Conseguiram que nestes municípios a espiral do silêncio tivesse imperado; optando a opinião discordante por se juntar muitas vezes à opinião dominante, receando represálias ou falta de enquadramento social.

Pese embora a falta de suficiente evidência científica, poder-se-á prever que, num futuro próximo, a estratégia comunicacional desenvolvida por estes actores políticos poderá estar em dificuldades. A era digital permite um escrutínio quase permanente da actividade política desenvolvida. A mensagem contagia muitos e muito depressa; a espiral agora é a do *like* ou *dislike*. Modernices, a que alguns “dinossauros” do Poder Local nacional podem não sobreviver a médio prazo.

Até lá, os que optarem por conquistar novas terras (a Lei de Limitação de Mandatos impede muitos de se recandidatarem em 2013), novas “famílias” – como chama Valentim Loureiro aos gdomarenses – terão certamente de ajustar a estratégia

comunicacional à nova realidade. Será imprescindível, pois face a uma outra realidade geográfica, o modelo necessita de adaptações.

E os “deuses” continuarão a “conspirar” favoravelmente para estes “iluminados”? Ou as mudanças ditarão o seu fim político?

Só haverá duas vias: a reinvenção do modelo ou a derrota.

PARTE I – Enquadramento teórico do Poder Local e da Justiça em Portugal

CAPÍTULO I – O Poder Local em Portugal: “BT” e “AT”

1. A administração local

A administração local irá ser reorganizada. Existem actualmente 308 municípios e 4.259 freguesias. Até Julho de 2012, o governo irá elaborar um plano de consolidação no sentido de reorganizar e reduzir significativamente o número de entidades. Iremos implementar estes planos com base no acordo existente com a CE e o FMI. Estas alterações, que irão entrar em vigor no início do próximo ciclo eleitoral, nível local, irão melhorar a prestação de serviço, aumentar a eficiência e reduzir custos. (Memorando Políticas Económicas e Financeiras, 9).

O Poder Local em Portugal nunca mais será o mesmo. Após Maio de 2011, mês em que o país assinou um acordo com a troika¹ (para implementar políticas económicas e financeiras de correcção), pouca coisa ficará como dantes. Teremos, assim, um Poder Local “BT” e outro “AT”: “*Before*” e “*After*” troika.

¹ Composta por representantes de três instituições: Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

Utilizo estas expressões em Inglês, pois quando tal memorando foi assinado muito se falou a propósito de o documento original estar na Língua de Shakespeare e só mais tarde na de Camões. “Exactamente 15 dias depois de ter sido apresentado publicamente o acordo entre a troika e o Governo, foi disponibilizado oficialmente o documento e numa tradução portuguesa”, (Expresso, 23.05.2011). Mas a tradução surgiu e muito do conteúdo desagradou aos autarcas nacionais, como veremos mais à frente. Sob ameaça de “reorganização” e “redução”, concelhos e freguesias podem ter, a breve trecho, novas fronteiras e diferentes configurações. O objectivo é “melhorar a prestação de serviço, aumentar a eficiência e reduzir custos”, como diz o documento acima transcrito.

Querá isto significar que o Poder Local “BT” foi pouco eficiente, não prestou os serviços devidos e que gastou para além do que lhe competia?

Antes da chegada dos representantes das instituições que compõem a troika, já muitos portugueses (desde políticos a sociólogos, por exemplo) alertavam para as fragilidades do Poder Local.

A maior desilusão da democracia portuguesa é a do poder autárquico. É possível que não seja o problema mais grave, dado que outros, como os da justiça e das finanças públicas, afectem mais profundamente a vida colectiva. Mas o termo desilusão é o que aqui se aplica. Sentimento de frustração, descrença, decepção ou desapontamento, dizem os dicionários. Na verdade, a democracia local foi motivo das esperanças de todos. E não faltou o mito: poucos anos depois do 25 de Abril, passou a ser praxe dos discursos oficiais que “o poder local era a maior conquista da democracia”.

Ainda hoje esta frase sem sentido é repetida. Sobretudo por autarcas, pois que já ninguém acredita nisso. (...) A recente actuação de muitas câmaras, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e especialmente do seu actual presidente, Fernando Ruas, mostra até que ponto está errada a concepção de poder local em Portugal. Este transformou-se numa rede de interesses partidários e económicos, de amigos de vária espécie, de negócios de recrutamento político. Esta rede recorre frequentemente a acções ilícitas e irregulares. O enriquecimento sem justa causa, o emprego de amigos e familiares, a acumulação indevida de cargos e vencimentos e o licenciamento por favor são moeda corrente neste tão bem organizado poder autárquico. Qual a amplitude deste triste panorama? Ninguém sabe. Mas dizem que também há autarcas competentes e honestos. É possível. (Barreto, 2009: 122).

A descrição do sociólogo António Barreto dá assim resposta à determinação do memorando que é preciso “melhorar a prestação de serviço, aumentar a eficiência e reduzir custos” do Poder Local em Portugal.

Os custos vão ser mesmo reduzidos: “as autarquias vão receber menos 350 milhões de euros até 2013, com um corte igual em 2012 e 2013”, (Público, 04.05.2011). Esta edição refere ainda que “ficam congeladas as admissões na administração local” e que se deverá assistir a uma “redução total de dois por cento no número de trabalhadores anualmente, entre 2012 e 2014”.

Conta ainda o jornal que o memorando de entendimento que o Governo português assinou com a troika prevê “que cada município apresente um plano para atingir a meta de emagrecimento dos seus lugares de gestão e unidades administrativas em pelo menos 15 por cento até ao final de 2012”. Entretanto, assistiremos à redução do “número de freguesias e municípios”, (Público, 04.05.2011).

Neste mesmo dia, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) difundiu um comunicado, dando conta do seu total desacordo com a política de redução de municípios de freguesias. E segue a primeira razão:

A extinção de Municípios encontra-se entre as matérias de reserva absoluta da competência da Assembleia da República (Constituição da República Portuguesa, art.º 164.ª, alínea n), não fazendo por isso qualquer sentido que seja “o Governo a desenvolver um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número de tais entidades”. Chamamos a atenção para esta questão por dois motivos: o primeiro, porque constitucionalmente não compete ao Governo desencadear, quanto mais liderar, um processo que é da exclusiva competência do Parlamento; o segundo, porque é aos Deputados eleitos a 5 de Junho a quem compete decidir sobre esta questão, com total liberdade, e não aos partidos políticos – tal acto seria um condicionamento político inaceitável em Democracia e num Estado de Direito.

Depois, acrescenta o comunicado, “qualquer reorganização administrativa do Estado deve ser feita, não de forma isolada, mas envolvendo todas as entidades, incluindo as Regiões Administrativas e a reestruturação do próprio Estado”. Para além disso, “Portugal já é o país da União Europeia que tem municípios com maior dimensão média, qualquer que seja o factor de análise”, refere a ANMP.

E surgem as justificações de ordem financeira:

Desde 2005, os Municípios já sofreram cortes na ordem dos 905 Milhões de Euros, e estão no limite das suas capacidades de funcionamento. Em 2010, os municípios portugueses foram a única entidade pública que não contribuiu para o défice. Atendendo exclusivamente ao interesse nacional e ao das populações, é nosso entendimento que este corte criaria graves constrangimentos aos cidadãos mais carenciados, que agora, mais do que nunca, vão precisar do apoio social prestado pelo poder local.

2. Documento Verde da Reforma da Administração Local

A reforma da Administração Local “viu reforçada a sua dimensão política por força do Memorando de Entendimento estabelecido entre o Governo Português, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, no âmbito do qual foi assumido o compromisso político da reorganização da Administração Local até Junho de 2012” (Documento Verde da Reforma da Administração Local, 8).

O Documento Verde da Reforma Administração Local, da autoria do Governo, “pretende ser o ponto de partida para um debate que se pretende alargado à sociedade portuguesa, com o objectivo de no final do 1º semestre de 2012 estarem lançadas as bases e o suporte legislativo de um municipalismo mais forte, mais sustentado e mais eficaz” (5).

Datado de Setembro de 2011, este “ponto de partida” admite que o sector local terá de passar por um “choque reformista” que “reforçará os Municípios e as Freguesias, no quadro do respectivo estatuto constitucional, mudando regras e, sobretudo, adaptando-as a um novo tempo” (6).

Ora, as regras que serão alteradas (ou que se pretende que sejam) cobrem quatro eixos de actuação: o Sector Empresarial Local, a Organização do Território, a Gestão Municipal, Intermunicipal e o Financiamento e a Democracia Local (6).

Pretende-se com estas alterações, lê-se ainda na mesma página deste Documento Verde, “caminhar para orçamentos de base zero, ganhar escala de actuação na gestão corrente e nos investimentos”. Deseja-se igualmente “mudar o modelo de governação

autárquica, promovendo mais transparência, simplificar as estruturas organizacionais, promover acoesão territorial, reduzir a despesa pública e melhorar a vida dos cidadãos”.

Como? A estratégia governamental para o primeiro eixo (Sector Empresarial Local) é elaborar um diagnóstico sobre o número de entidades que o compõem; promover a redução do número de entidades, adequando o sector à sua verdadeira missão estratégica. Paralelamente, vai analisar o actual enquadramento legal, de modo a adequar todas as futuras iniciativas legislativas ao conteúdo e finalidades da reforma pretendida. É ainda objectivo redimensionar e fortalecer o sector, redefinindo o seu perímetro de actuação (Documento Verde da Reforma da Administração Local, 10).

Quanto ao eixo dois, pretende o Governo fazer uma análise do actual mapa administrativo, promovendo a redução do actual número de freguesias (4.259), pela sua aglomeração, dando origem à criação de novas freguesias, com maior dimensão e escala, de acordo com as suas tipologias e salvaguardando as especificidades territoriais.

A metodologia para efectuar tal “revolução” passará pela definição de uma Matriz de Critérios que servirá de base a debate local numa perspectiva orientadora, visando o reforço do poder de proximidade das novas freguesias. Diz o Documento Verde que o debate local deve ser ambicioso, assumindo o Governo o seu papel de promotor e agente estimulador deste diálogo (10).

O eixo três – que comporta a Gestão Municipal, Intermunicipal e Financiamento – tem por base reformatar as competências dos diferentes níveis das divisões administrativas, visando reforçar atribuições e competências e promovendo a eficiência da gestão pública com o intuito de gerar economias de escala no seu funcionamento. Quer ainda esta reformatação analisar e regular os diferentes níveis e tipologias de associativismo municipal, evitando a sobreposição e repetição de funções (11).

Finalmente, o Documento Verde prevê que o eixo quatro (Democracia Local) promova o debate do novo enquadramento legal autárquico; adapte as estruturas orgânicas municipais à nova geometria de gestão proposta no eixo três, visando a racionalização na afectação de recursos (12).

Escalões Densidade Populacional	Nº Municípios	%	Nº Freguesias	%
< 100 hab./km2	183	59,42%	2280	53,53%
100 - 500 hab./km2	88	28,57%	1336	31,37%
> 500 hab./km2	37	12,01%	643	15,10%
Total	308		4259	

Figura 1 – Actual caracterização das freguesias por densidade populacional. (Fonte: Documento Verde da Reforma da Administração Local - DVRAL).

Escalões Densidade Populacional	Freguesias por Tipologia						Total
	APR	%	AMU	%	APU	%	
< 100 hab./km2	1799	81,85%	344	31,07%	137	14,36%	2280
100 - 500 hab./km2	390	17,74%	620	56,01%	326	34,17%	1336
> 500 hab./km2	9	0,41%	143	12,92%	491	51,47%	643
Total	2198		1107		954		4259

Figura 2 - APR: Área Predominantemente Rural; AMU: Área Maioritariamente Urbana; APU: Área Predominantemente Urbana. (Fonte: DVRAL).

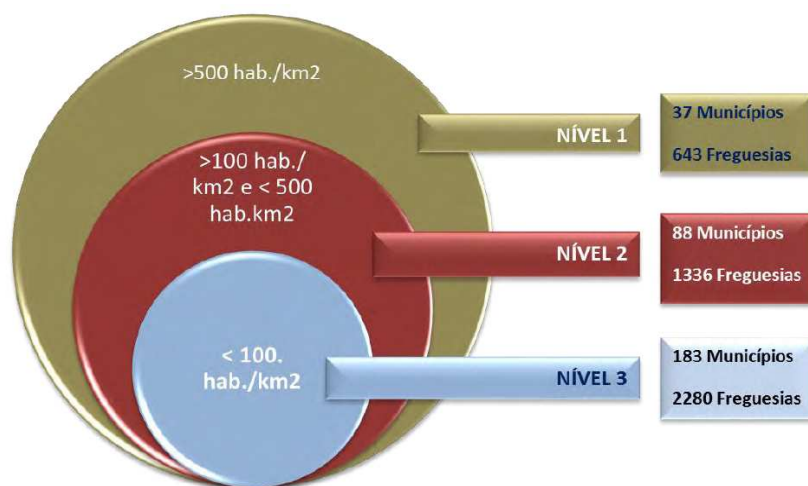


Figura 3 - Tipologia do Município em função da sua densidade populacional. (Fonte: DVRAL).

O “choque reformista” que o Governo quer introduzir levará a que os quadros acima representados mudem. Os critérios propostos para a mudança são os seguintes:

Tipologia de Município		Freguesias em Sede Município	Outras Freguesias	
Nível 1				
1º Critério	> 500 hab./km2	Raio até 3 km. Mínimo 20,000 habitante por Freguesia	2º Critério	AMU e APU
				Mínimo 5,000 habitantes por Freguesia < 10 km Sede Município
				Mínimo 3,000 habitantes por Freguesia > 10 km Sede Município
Nível 2				
1º Critério	> 100 hab./km2 < 500 hab./km2	Raio até 3 km. Mínimo 15,000 habitante por Freguesia	2º Critério	APR
				Mínimo 1,000 hab por Freguesia
				AMU e APU
Nível 3				
1º Critério	< 100 hab./km2	1 Freguesia	2º Critério	AMU
				Mínimo 500 hab por Freguesia
Nível 3				
Mínimo 1,000 hab por Freguesia				

Figura 4 – Proposta de Matriz de Critérios de Organização do Território. (Fonte: DVRAL).

Para além destas sugestões, o Documento Verde da Reforma da Administração Local não esquece as especificidades dos municípios:

<p>Nível 1 (Municípios com Densidade Populacional > 500 hab./km2):</p> <ol style="list-style-type: none"> Aos Municípios com População < 40,000 hab. deverão ser aplicados os Critérios do Nível 2; Na Sede de Município, deverá conseguir-se uma redução efectiva mínima entre 50% a 60% do número total de Freguesias.
<p>Nível 2 : (Municípios com Densidade Populacional entre 100 a 500 hab./km2)</p> <ol style="list-style-type: none"> Regime de Coesão: Aos Municípios com População < 25.000 hab. deverão ser aplicados os Critérios do Nível 3.
<p>Nível 3 (Municípios com Densidade Populacional < 100 hab./km2):</p> <ol style="list-style-type: none"> Regime de Coesão: Os Municípios com um decréscimo de População superior a 10% no levantamento censitário de 2011, deverão considerar no 2º critério: APR: Mínimo 300 hab. Excepcionam-se da aplicação do ponto 1 aquelas freguesias que, localizando-se fora de um raio de 15 km a contar da Sede do Município, tenham uma população de, no mínimo, 150 habitantes

Figura 5 – Considerações sobre especificidades a efectuar nesta reforma. (Fonte: DVRAL).

A reorganização do mapa autárquico nacional será tema bastante para animar debates, inflamar discursos e/ou mobilizar populações. (Dará certamente um bom tema de investigação). Por outro lado, os ajustamentos financeiros a realizar também não serão de aceitação fácil.

Diz o Governo que a revisão do regime de financiamento das autarquias locais visa a sua sustentabilidade financeira e o paradigma da receita própria. Dada a fragilidade e delicadeza da questão, o Documento Verde refere que este item terá um cronograma próprio e será formado um grupo de trabalho específico, o qual apresentará um relatório com propostas para uma nova Lei das Finanças Locais (27).

As alterações visam ainda os eleitos locais, as suas atribuições e remunerações. Deverão aqui ser ainda abordadas as temáticas da formação e composição dos executivos, o número de eleitos locais, a representatividade das listas concorrentes e, entre outras, as competências atribuídas à Assembleia Municipal (31).

O que o Governo liderado por Passos Coelho pretende é mudar estes números que o Documento Verde exhibe:

Municípios: 308 Câmaras Municipais
Membros de Executivo: 2.078 (1.770 Vereadores, 308 Presidentes)
Membros de Executivo em Regime de Permanência: 836 Vereadores a Tempo Inteiro e 67 Vereadores a Meio Tempo
Membros de Assembleias Municipais: 11.205 (incluindo 4.259 Presidentes de Junta de Freguesia)
Total: 13.283
Freguesias: 4.259 Juntas de Freguesia
Membros de Executivo: 13.697
Membros de Executivos em Regime de Permanência: 189 Presidentes de Junta a Tempo Inteiro e 240 Presidentes de Junta a Meio Tempo

Figura 6 – Informações sobre os eleitos locais. (Fonte: DVRAL).

No âmbito desta reforma, o Governo pretende ainda: um modelo de Executivo homogéneo (sujeito à fiscalização da Assembleia Municipal, que deverá ser alvo de reforço de poderes neste âmbito); o Presidente do Município é o cidadão que encabeça a lista à Assembleia Municipal mais votada; os restantes membros do Órgão Executivo são escolhidos pelo Presidente dentre os membros eleitos para a Assembleia Municipal; redução do número de vereadores do Executivo Municipal. Aqui, diz o Documento Verde, haverá um novo critério com base no número de eleitores do município. Os municípios de Lisboa e Porto: 12 e 10 Vereadores, respectivamente (dos quais 6 a Tempo Inteiro em Lisboa, 5 a Tempo Inteiro no Porto); os municípios com

100.000 ou mais eleitores: 8 Vereadores (dos quais 4 a Tempo Inteiro); os municípios com mais de 50.000 e menos de 100.000 eleitores: 6 Vereadores (dos quais 3 a Tempo Inteiro); os municípios com mais de 10.000 e menos de 50.000 eleitores: 4 Vereadores (dos quais 2 a Tempo Inteiro); os municípios com 10.000 ou menos eleitores: 2 Vereadores (dos quais 1 a Tempo Inteiro) (32).

Quer ainda o Governo que os poderes fiscalizadores da Assembleia Municipal sejam aumentados, melhorados e mais produtivos. Quer acentuar a importância da Assembleia Municipal enquanto órgão deliberativo e reduzir o número de deputados municipais como consequência da redução do número de elementos dos Executivos Municipais. Para tanto, avança mesmo com um novo critério para a determinação do número máximo de dirigentes municipais de acordo com a tipologia de município. Prevê-se um director municipal por cada 100.000 habitantes; um director de departamento entre 40.000 a 70.000 habitantes e dois directores de departamento entre 70.000 a 100.000 habitantes. A partir de 100.000 habitantes haverá um director de departamento por cada 40.000 habitantes e um chefe de divisão até 5.000 habitantes. Entre 5.000 e 10.000 habitantes: dois chefes de divisão; entre 10.000 e 30.000 habitantes: três chefes de divisão e a partir de 30.000 habitantes existirá um chefe de divisão por cada 10.000 habitantes (33).

3. As propostas de Marques Mendes

No seu livro *Mudar de Vida*, Luís Marques Mendes advoga ser fundamental haver governos locais “eficazes, funcionais, e seriamente fiscalizados”. Tudo isto acrescenta, é essencial para “garantir a governabilidade local, para melhor servir as populações e para assegurar a responsabilização política” (2008:54).

O ex-líder do Partido Social Democrata (que desempenhou um papel relevante ao impedir que candidatos com problemas com a Justiça fossem a votos nas listas do partido) acredita que o modelo do Poder Local existente favorece, “muitas vezes, um ambiente de verdadeira promiscuidade política entre forças políticas representadas no município”. Diz Marques Mendes:

Como a lei actual não favorece a obtenção de maiorias estáveis para governar, ao que assistimos, muitas vezes, é à distribuição maciça de cargos, lugares e mordomias dentro das câmaras municipais – incluindo nas empresas públicas municipais – através dos quais os presidentes de Câmaras “negoceiam” o apoio a vereadores da oposição, abdicando estes do seu dever democrático de fazer oposição, de promover a fiscalização política e de construir a alternância futura no poder.

Nada disto é saudável e transparente. Pelo contrário, é demasiado promíscuo. Apesar destas evidências, tem faltado vontade política para mudar. Todos os expedientes e pretextos vão sendo invocados para manter inalterado um sistema eleitoral que, verdadeiramente, não serve a democracia local.

(...) É tempo de romper com condicionalismos paroquiais e de investir num novo espírito reformista que contribua para prestigiar o poder autárquico e reforçar as suas condições de trabalho mais eficaz e transparente em favor das populações (Mendes, 2008: 56).

O “espírito reformista” indicado por Luís Marques Mendes (foi vice-presidente da Câmara Municipal de Fafe aos 19 anos) data de 2008, altura em que saiu a primeira edição do livro e que passou um ano após ter abandonado a liderança do PSD.

O autor avança com cinco medidas essenciais para mudar o curso do Poder Local em Portugal. A primeira – que surge no Documento Verde – defende que deve existir apenas uma única eleição – a da Assembleia Municipal. Só o presidente da Câmara, o primeiro candidato da lista mais votada, será eleito directamente. A vereação deve ser escolhida em momento posterior, pela Assembleia Municipal. Assim, acredita Marques Mendes, ficará garantida “maior simplicidade do sistema eleitoral, uma maior clareza do sufrágio e o princípio de que a Câmara Municipal responde, politicamente, perante a Assembleia Municipal” (56).

Em segundo lugar Marques Mendes defende que à lista mais votada deve caber, além do presidente da Câmara, a maioria dos lugares no executivo, distribuindo-se dos outros pelas outras forças concorrentes, de acordo com o método proporcional de Hondt.

Em terceiro, o presidente da Câmara deve ter liberdade de escolha dos seus vereadores, que recrutará entre os eleitos para a Assembleia Municipal. Ao longo do mandato, o presidente poderá mesmo efectuar as remodelações no elenco que considere imperiosas, defende o social-democrata.

Tal como os números anteriores, os dois pontos seguintes defendidos por Marques Mendes também são abordados no Documento Verde da Reforma da Administração Local do Governo de Passos Coelho. Prendem-se com a necessidade de diminuir o número de membros das assembleias municipais, sendo que, em simultâneo, estas devem dispor de novos e acrescidos poderes de fiscalização política do executivo municipal (57).

Em termos de política local, Marques Mendes toca num ponto que considera fundamental: premiar a competência. Neste particular, diz-se favorável a uma melhoria significativa dos vencimentos dos responsáveis políticos – governantes, deputados e autarcas. “Não cedo à demagogia reinante nem alinhio pelo miserabilismo nacional. Este é mais um custo da democracia, que corajosamente deve ser assumido. Ter bons políticos, sérios e competentes, implica remunerá-los com dignidade, acabando com o desequilíbrio actualmente existente”, explica Marques Mendes (58).

Contudo, esta mudança só deverá ser efectuada – acrescenta – quando for acompanhada de uma mudança do próprio regime eleitoral, que acima explica. “Há que pôr o dedo na ferida. Se o sistema eleitoral permanecer o mesmo – com os vícios já detectados – uma melhoria do regime remuneratório não fará, defende, melhorar a qualidade. Servirá sim para “contribuir para que a competição dentro das sedes partidárias seja ainda maior na tentativa do acesso aos lugares de eleição. Aumentará a quantidade dos interessados, não a qualidade dos escolhidos. É cruel mas é verdade” (59), lamenta Marques Mendes.

4. Paulo Morais: os interesses económicos no Poder Local

A “qualidade dos escolhidos”, como afirma Marques Mendes, para o Poder Local nem sempre terá sido a melhor. A julgar pelas palavras de Paulo Morais, ex-vereador da Câmara Municipal do Porto, “em Portugal, a administração local e a administração central transformam-se numa mega-central de negócios” (Apêndice 7).

Na entrevista que me concedeu a 16 de Abril de 2010, o professor universitário defendeu que “90% da actividade das câmaras (e estou a ser benévolo) está subjugada a interesses económicos privados. Portanto, os autarcas e os seus nomeados – que deviam

de estar nos lugares para zelar pelos interesses da população – estão lá para zelar por interesses daqueles privados com quem têm relacionamento”. Fora estes 90% que estão a zelar pelos interesses dos privados, “há mais cinco ou seis por cento que, por serem completamente mentecaptos, acabam por ceder a esses mesmos interesses e depois haverá efectivamente três ou quatro por cento de actividade que serve os interesses dos cidadãos”, defende Paulo Morais (Apêndice 7).

Estas críticas surgem da parte deste ex-vereador que disse ter sido pressionado pelos seus “pares e a todos os níveis. Só quem é eleito tem um mandato popular e tem de o exercer em nome de quem o elege. Portanto, eu, do lado de quem me elegeu, nunca senti pressão nenhuma no sentido de fazer algo diferente ao que estava a fazer!” (Apêndice 7). “Os que me pressionaram - de uma forma que considerei ilegítima – levaram-me a apresentar queixa no local próprio, que é a Justiça. Espero que - mais dia, menos dia - haja resultados nessa matéria”, continuou. Contudo, a esperança do queixoso redundou em desilusão. Em Julho de 2011, Paulo Morais classificou “o arquivamento das denúncias de corrupção na autarquia que fez à Procuradoria-Geral da República como sintoma de que a justiça em Portugal não funciona”, (Visão, 06.07.2011).

Recordo que Paulo Morais concedeu uma entrevista à revista Visão, em Agosto de 2005, com o título: “Negócios imobiliários financiam dirigentes, campanhas e partidos”, onde denuncia uma série de actividades menos lícitas, “nos partidos, nas câmaras e no País”, (Visão, 25.08.2005). Nesta entrevista, “a primeira após o seu polémico afastamento das listas da actual maioria, ele revela pressões e explica as razões pelas quais os pelouros do Urbanismo estarão a transformar-se nos ‘coveiros da democracia’ e os partidos nas ‘casas mortuárias’”. A partir daqui muita tinta correu nos jornais, graças às denúncias contínuas e continuadas do ex vice-presidente da Câmara Municipal do Porto.

Instigado sobre se esta sua “luta” não o deixava isolado, sozinho, Paulo Morais respondeu na mesma entrevista: “sim, sim, claramente. Mas isso é como dizia o Régio: não vou por aí”.

Responsável pela área do Urbanismo da Câmara Municipal do Porto, entre 2002 e 2005, Paulo Morais assegura que “quem define a maré é quem está no poder. Eu não remei contra maré nenhuma. No tempo em que eu fui autarca era eu quem definia o sentido da maré, por isso ela ia no sentido certo” (Apêndice 7).

O “sentido da maré” de Paulo Morais tem sido a luta contra a corrupção, em “sentido geral”. Elucida:

Quando se fala de corrupção, as pessoas não estão todas a falar da mesma coisa. Antes de mais é um problema de semântica. A corrupção objectivada, e em termos jurídicos, é algo muito restrito. Este crime obriga a que se saiba quem é o corruptor, quem é o corrompido, qual é o despacho que deu origem ao fenómeno de corrupção, qual é o método, enfim... O crime de corrupção existe em teoria, mas na prática é indetectável. Aquilo a que em linguagem comum se chama corrupção, está tipificada na lei como sendo, para além da corrupção de facto, tráfico de influências, peculato, entre outros. É contra esta corrupção geral que eu luto (Apêndice 7).

Importa saber, portanto, em que áreas de actividade é que se encontram mais estes fenómenos. De acordo com o ex vice-presidente da Câmara Municipal do Porto, “em muitos locais e em imensos factores. Evidentemente que há áreas mais sensíveis. São elas o urbanismo e o ordenamento do território, a construção civil, as obras públicas, a defesa e o combate à pobreza”.Actualmente - continuou – “e com muita pena minha, conheço melhor como tudo isto funciona ao nível do urbanismo e do ordenamento do território, que é, porventura, aquele que mais prejudica a democracia, o que é mais penoso dada a sua dimensão económica” (Apêndice 7).Numa obra pública, exemplifica Paulo Morais na entrevista que me concedeu, “por muita corrupção que haja e que depois se chame prevaricação, corrupção, seja que nome for – o que pode acontecer é que a obra venha a custar três vezes mais do que o orçamento previsto”. A nível do urbanismo e do ordenamento do território, todavia, “pode haver um ganho quinze ou vinte vezes o valor real ou inicial” (Apêndice 7).

O agora vice-presidente da Transparência e Integridade Internacional, Associação Cívica (TIAC) rematava: “por exemplo, um terreno agrícola que é transferido da mão de um pobre de um agricultor para a mão de alguém que tenha influência, pode valorizar quinze ou vinte vezes. E uma valorização de 2000% só se consegue em Portugal em dois negócios: no tráfico de droga ou no urbanismo e ordenamento do território.

Obviamente que depois se instalam aqui mecanismo semelhantes aos dos tráfico de droga, mas com uma agravante: muitas vezes as licenças e as autorizações acabam por vir branquear a situação” (Apêndice 7).

Questionado sobre a existência de muitas “lavandarias” no país, Paulo Morais responde: “claro. E na maioria dos casos são as assembleias municipais”. Porquê?, acrescentei. Porque envolvem muita gente que vota, muitas vezes, “sem ler os documentos, apenas numa lógica de carneirada e de disciplina partidária”. Votam simplesmente “aquilo que lhes põem à frente”. E muitas vezes, disse, “estão a votar a transferência de património público para as mãos de privados com valorizações que chegam aos 2000, 3000 e até aos 4000%. É, realmente, uma “lavandaria” perfeita, pois o Ministério Público jamais irá acusar cinquenta e tal membros de uma assembleia municipal. Não era sequer exequível” (Apêndice 7).

Trata-se, portanto, do crime perfeito... Paulo Morais defende que “enquanto não houver vontade para resolver a questão, este é claramente o crime perfeito”. A solução está no Parlamento, acredita, pois com a simplificação da legislação tudo será mais fácil. “Na maioria dos casos, simplificar chama-se revogar”, defende (Apêndice 7).

Paulo Morais está convicto de que as leis são “deliberadamente elaboradas para darem origem a este tipo de tráfico”. Mais. “Isso é demonstrável. Trata-se de uma regulamentação tão esdrúxula que só quem tem interesse específico é que consegue perceber o conteúdo. Depois, os mais poderosos podem sempre contar com os escritórios de advogados...Penso que hoje, com a legislação contraditória existente, deve ser possível construir uma ilha no rio Douro. Bastará dizer que o Plano Director Municipal do Porto tem centenas de páginas; o de Munique tem uma página! Quanto mais leis e regulamentos, menos Justiça há. Isso para mim é claríssimo” (Apêndice 7).

5. Perspectivas de corrupção

Corrupção. O termo tem sido muito propalado na Comunicação Social. Em Janeiro de 2005, o ex -Presidente da República Mário Soares indignou os autarcas quando afirmou:

“faz-se muito elogio do poder local, mas passa hoje muita corrupção” (Público, 18.01.2005).

Mário Soares afirmou ainda que “o poder local tem sido responsável por muitas das coisas que se atiram neste momento contra o Estado. Isso tem de dar uma volta e os partidos têm de ser responsáveis quanto às escolhas que fazem em relação aos candidatos às autarquias” (Público, 18.01.2005).

Estas palavras foram recebidas por Fernando Ruas, presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), segundo a mesma notícia, com total indignação, pois “são graves saídas da boca de qualquer pessoa, mas muito mais da dele” (Público, 18.01.2005).

Como sabemos, alguns autarcas, a contos com a Justiça, são acusados, entre outros, deste crime. Mas que crime/fenómeno é este?

Luís de Sousa, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, esclarece que o termo tem uma “elasticidade” tal que permite várias interpretações.

Entende-se geralmente por corrupção abuso de funções por parte dos eleitos, funcionários públicos ou agentes privados, mediante promessa ou aceitação de vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, para si ou para terceiros, para a prática de qualquer acto ou omissão contrários aos deveres, princípios e expectativas que regem o exercício do cargo que ocupam, com o objectivo de transferir rendimentos e bens de natureza decisória, pública ou privada, para um determinado indivíduo ou grupo de indivíduos ligados por quaisquer laços de interesse comum.

Do ponto de vista transactivo, a corrupção é um “pacto” oculto que implica uma troca, da qual resulta, por um lado, um acesso privilegiado, um favorecimento ou uma venda de decisões (a que se tem ou não direito) e, por outro lado, uma contrapartida ou benefício impróprio e intencional, imediato ou prolongado, real ou simbólico, pecuniário ou não pecuniário para as partes “contratantes” ou para terceiros.

Do ponto de vista normativo, a corrupção consiste numa prática ou comportamento desviante, que implica uma violação de regras legais/formais expressas nas leis (Sousa, 2011:18).

A definição da corrupção, áreas em que existe e os procedimentos criminais nestes casos também estão bem patentes no sítio do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que apela à denúncia (inclusive anónima) de actos de corrupção. Este apelo, aliás, surge em muitos organismos públicos, de que a Procuradoria-Geral da

República é apenas um exemplo entre muitos. Há câmaras, como a de Gondomar, que têm elas mesmas planos de prevenção da corrupção. O Ministério da Justiça elaborou um guia explicativo de prevenção da corrupção; o presidente do Tribunal de Contas preside ao Conselho de Prevenção da Corrupção.

Importa acrescentar as palavras de Luís de Sousa: “em época de vacas magras é que a corrupção é sancionada; enquanto dá para todos, não é considerado problema”. Na dita fase do cavaquismo –continua - a corrupção nunca foi um problema. Não se discutia. Porquê? Porque as pessoas estavam a ver a economia a crescer e o nível de vida a subir. Quando a economia abrandar; já se torna ao tema” (Apêndice 6).

Independentemente do *timing*, lê-se no sítio do DCIAP, a corrupção “é uma ameaça à estabilidade e segurança das sociedades, na medida em que mina as instituições e os valores da democracia, os valores éticos e a justiça e na medida em que compromete o desenvolvimento sustentável e o Estado de direito”.

Todavia, subscreve Maria José Morgado, os nossos fenómenos de corrupção são do terceiro mundo. “Em termos geográficos estamos na União Europeia. Na União Europeia também há corrupção”. Segundo a procuradora-geral adjunta, “o nosso grande problema é que temos uma corrupção de terceiro mundo que vem da pobreza e gera ainda mais pobreza. Há economia paralela. Por isso, temos casas, educação e saúde mais caras” (Apêndice 4).

Luís de Sousa, presidente da Transparência e Integridade – Associação Cívica (TIAC) assegura que não é por falta de legislação que o crime de corrupção deixa de ser punido; muito menos, como já vimos, pela falta de organismos onde se possam denunciar eventuais actos de corrupção. Aliás, “o excesso de zelo na tipificação das infracções” – que vai do Código Penal à Lei que regula os crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos, etc. – “é ilustrativo da fragilidade e da falta de flexibilidade do sistema repressivo em lidar com a complexidade dinâmica do fenómeno” (Sousa, 2011: 20).

De acordo com o Luís de Sousa, é possível tipificar a corrupção no nosso País. Em primeiro lugar, assegura, existe a corrupção esporádica ou fragmentada – é “directa, imediata, não premeditada, e não prolongada no tempo” (Sousa: 40). Na segunda

posição surge a corrupção estrutural ou cultural, “de elevada frequência e de baixos recursos”. Para o autor trata-se da “mais portuguesa”. Reside aqui a “arte do desenrascanço”, acredita.

Existe ainda a corrupção sistémica ou política, esta de “alta frequência e de elevados recursos” (41). Este tipo de corrupção está “intrinsecamente ligada” ao financiamento dos partidos políticos e dos seus candidatos.

Refiro que o caso do “Saco Azul” de Felgueiras assentava também numa acusação deste tipo, como veremos mais à frente nesta tese.

Luís de Sousa defende que as verbas para financiar campanhas são obtidas “e geridas por alguns indivíduos dentro dos partidos, com o conhecimento, a conivência ou a indiferença das direcções”. Por isso, “a diferenciação entre enriquecimento ilícito pessoal e partidário é, por vezes, difícil de destringar” (Sousa, 2011:41).

Consequentemente, esta é a forma de corrupção mais gravosa e que mais danos causa à democracia, acredita o investigador. Isto porque limita o acesso ao centro de decisão a algumas “clientelas”, tornando os processos de decisão opacos e pouco transparentes. “Reduz ainda a eficácia governamental, aumentando a despesa pública, enfraquecendo a relação qualidade/preço e colocando o Governo refém de interesses privados e de lobbies” (Sousa, 2011:42).

Ainda no campo da tipificação da corrupção, o autor diz que existe também a metassistémica ou de “colarinho branco”. Envolvem grandes verbas, mecanismos de troca sofisticados e transnacionais. Os *offshores* têm aqui enquadramento (Sousa, 2011:42).

No que concerne ao Poder Local, Luís de Sousa crê que reúne todos os ingredientes necessários para que os fenómenos de corrupção surjam. Tem áreas de negócios com margens de lucro avultadas como, por exemplo, o urbanismo ou as obras públicas. Tem monopólios de decisão e discricionariedade interpretativas das normas a aplicar. Tem muito tempo no poder o mesmo partido ou autarca. Tem falta de transparência e escrutínio público dos processos de decisão e dos negócios da autarquia. Tem falta de fiscalização por parte das assembleias municipais (Sousa, 2011:56).

No entanto, acrescenta o autor, a corrupção verificada no Poder Local assume essencialmente o carácter de favorecimento a terceiros.

A propósito da permanência prolongada do mesmo autarca à frente dos destinos do seu município, a Lei nº 46 /2005 de 29 de Agosto veio estabelecer limites à renovação sucessiva de mandatos dos presidentes dos órgãos executivos das autarquias locais.

De acordo com o artigo primeiro desta lei, o presidente de câmara municipal e o presidente de junta de freguesias só podem ser eleitos para três mandatos consecutivos. A menos que no momento da entrada em vigor desta legislação tiverem cumprido ou estiverem a cumprir, pelo menos, o 3º mandato consecutivo, circunstância em que poderão ser eleitos para mais um mandato consecutivo.

O número dois dita que o presidente da câmara municipal e o presidente de junta de freguesia, depois de concluídos os mandatos referidos no número anterior, não podem assumir aquelas funções durante o quadriénio imediatamente subsequente ao último mandato consecutivo permitido.

O terceiro artigo faz uma ressalva: no caso de renúncia ao mandato, os titulares dos órgãos referidos nos números anteriores não podem candidatar-se nas eleições imediatas nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à renúncia.

Esta lei entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2006, tendo sido aprovada em Julho de 2005, quando era Presidente da República Jorge Sampaio e Primeiro-Ministro, José Sócrates.

No final de 2011, com Cavaco Silva como Presidente da República, Passos Coelho como Primeiro-Ministro e com a troika, esta legislação ainda terá razão de ser? Se o mapa autárquico vai ser redesenhado, ainda terá cabimento aplicar esta lei da limitação dos mandatos?

Independentemente dos desenhos a que a troika obrigue, o certo é que esta lei, no entendimento de Luís de Sousa, já estava a ser devidamente “tratada” por muitos autarcas que tinham (ou têm) de abandonar o poder.

Numa entrevista que me concedeu a 11 de Fevereiro de 2011 (Apêndice 6), o presidente da TIAC refere que “tudo aponta para que o candidato que está de saída não se vá candidatar ao lado, mas antes que procure outro tipo de cargos”. Diz o professor que “alguns até já começaram a sair antecipadamente para depois poderem estar mais disponíveis para outros voos” (Apêndice 6).

O investigador sublinha na mesma entrevista que “é raro o político que morre como presidente de Câmara. Não acabam o mandato, por imposição legal, e depois vão dedicar-se à vida familiar! São animais políticos e não a abandonam a política tão cedo” (Apêndice 6).

6. Três autarcas na prisão

Numa altura em que o “caso Isaltino Morais” voltou a reacender a curiosidade da comunicação social (foi detido em 29.09.2011 e libertado quase 24 horas depois), o jornal Público noticiava que apenas três autarcas portuguesas chegaram a cumprir pena efectiva de prisão, “após terem esgotado os possíveis recursos às condenações por actividades ilícitas enquanto presidentes de câmara: Abílio Curto (Guarda), Luís Gabriel (Santa Cruz) e António Lobo (Ponta do Sol), na Madeira”. Posteriormente, acrescenta a notícia, “foram colocados em liberdade condicional depois de terem cumprido parte da pena nos estabelecimentos prisionais” (Público, 30.09.2011).

O jornal relembra ainda os casos de Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro e Avelino Ferreira Torres, de cujo “trajecto” processual darei nota mais à frente.

Mas há ainda outros casos de autarcas com penas suspensas, lê-se também. O presidente da câmara de Vagos, em Aveiro, João Rocha (PSD) “foi condenado por corrupção, em 2007, a cinco anos de prisão com pena suspensa. Na Nazaré, o ex-presidente da câmara municipal Luís Monterroso (PS) foi condenado em Janeiro de 2007 a um ano de cadeia,

com pena suspensa por três anos, por alegada participação económica em negócios no processo de adjudicação do PDM local” (Público, 30.09.2011).

Em relação aos três que efectivamente cumpriram pena de prisão, o jornal acrescenta que, na Guarda, Abílio Curto (PS) foi condenado em 1998 pelo crime de “corrupção passiva, no âmbito de um processo em que terá exigido a dois empresários 20 mil euros para emitir uma licença de utilização de um edifício”. Em 2002, Abílio Curto foi condenado a três anos e seis meses de prisão, no âmbito do célebre “caso do Matadouro”, pelo crime de “fraude na obtenção de subsídio. Esta pena foi reduzida em dois anos devido a cúmulo jurídico e a título de perdão do tribunal. Na véspera de Natal de 2006 saiu, após cumprir metade da pena de prisão” (Público, 30.09.2011).

Luís Gabriel Rodrigues (PSD), ex-presidente da Câmara de Santa Cruz, Madeira, foi condenado, em Fevereiro de 2000, a cinco anos e meio de prisão, tendo ficado também inibido, por três anos, de exercer cargos públicos, “pela prática dos crimes de peculato, burla agravada e falsificação de documentos”. Em finais de 2003, o autarca apresentou-se na cadeia para cumprir pena, pois já não dispunha de possibilidade de recurso. “Beneficiando de várias saídas precárias, cumpriu mais de três anos e oito meses de prisão, dois terços da pena, tendo saído em liberdade condicional em Março de 2009” (Público, 30.09.2011).

A propósito de processos judiciais, Luís de Sousa assegura que os que estavam nos tribunais de 1ª instância entre 2004 e 2008, “mais de 70% foram arquivados por falta de prova. Mas isto é mesmo assim. A investigação pode ter sido mal conduzida, ou então não havia mesmo nada. O arquivamento é uma fase do processo como qualquer outra. Agora, o que nos deixa mais apreensivos é que nos processos de maior complexidade, a taxa de arquivamento é maior” (Apêndice 6).

7. O modelo de Poder Local saído da Revolução

Muito se disse até agora sobre o Poder Local. O democrático – nascido com a Revolução dos Cravos de 1974 – é aquele que mais interessa para este trabalho, pois é neste modelo que as directivas da *troika* se vão repercutir.

Para compreendermos melhor que modelo é este, isto é, do que é que falamos quando ainda (antes de Julho 2012) falamos de Poder Local, socorri-me do livro de Diogo

Freitas do Amaral *Curso de Direito Administrativo*, onde o professor faz o enquadramento desta temática e esclarece conceitos.

E vai a primeira certeza: “em Portugal, o poder local é um objectivo a atingir, não é uma situação adquirida” (Amaral, 2006:488).

Como? “Só há poder local quando as autarquias locais são verdadeiramente autónomas e têm um amplo grau de autonomia administrativa e financeira” (Amaral, 2006:488), esclarece o professor. Assim sendo, “é difícil, na prática, saber onde e quando há poder local, porque se trata de uma questão de grau. Existe poder local sem dúvida da Inglaterra e na Alemanha; talvez exista, mas é duvidoso, na França; em Portugal não existe com toda a certeza”. As razões são as seguintes: as competências das autarquias locais são “restritas, os meios técnicos e humanos disponíveis escassos, os recursos financeiros claramente insuficientes”; a tutela do Estado em relação às autarquias - “depois de algum tempo de atenuação - recrudescer fortemente nos últimos anos através de vários diplomas governamentais de duvidosa legalidade (por ex. na área do ordenamento do território e do urbanismo)” (Amaral, 2006:488).

Ora, mas a Constituição da República Portuguesa (CRP) dedica na sua Parte II, relativa à Organização do Poder Político, um título ao Poder Local. Todavia, o articulado começa por definir o que são as autarquias locais, quais os seus objectivos e categorias. O *poder* está assim distribuído por uma série de artigos que versam sobre as competências e atribuições das autarquias locais que, tal como a Constituição estabelece, são os municípios, as freguesias e as regiões administrativas (que, como sabemos, ainda não passaram do papel). Para além destas existem as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, que também compreendem freguesias e municípios (CRP, 107).

Diz-nos a Constituição que as autarquias locais “são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas” (CRP, 107).

Isto implica, refere Diogo Freitas do Amaral, que as autarquias locais “são todas, e cada uma delas, pessoas colectivas distintas do Estado. As autarquias locais não fazem parte do Estado, não são do Estado, não pertencem ao Estado” (Amaral, 2006:481).

As autarquias locais pertencem, de acordo com o autor, à administração autónoma do Estado, pois “desenvolvem uma actividade administrativa própria e não uma actividade estadual” (Amaral, 2006:481).

Para o professor, a definição correcta de autarquias locais é que são “pessoas colectivas públicas de população e território, correspondentes aos agregados de residentes em diversas circunscrições do território nacional, e que asseguram a prossecução dos interesses comuns resultantes da vizinhança mediante órgãos próprios, representativos dos respectivos habitantes” (Amaral, 2006:480-481).

À frente delas estão os “eleitos locais, como diz a lei, ou os autarcas, como se usa dizer na gíria corrente, que têm o seu estatuto jurídico definido na lei: é o Estatuto dos Eleitos Locais” (Amaral, 2006:501).

Estes eleitos, como já referi e continuaremos a analisar neste trabalho, nem sempre cumprem à risca o dito estatuto.

8. Anotações:

- A troika impôs ao país a reforma da Administração Local, que muitos no país defendiam. Tem de estar concluída até Julho de 2012. “After”troika o Poder Local (que Freitas do Amaral diz não existir de facto) será bastante diferente.
- Teremos novo mapa autárquico: fusão de municípios e de freguesias.
- Menos vereadores a tempo inteiro e mais poder às assembleias municipais.
- “90% da actividade das câmaras está subjugada a interesses económicos privados” (Paulo Morais).
- “Faz-se muito elogio do Poder Local, mas passa hoje muita corrupção” (Mário Soares).
- Três autarcas cumpriram pena efectiva de prisão por corrupção.

No próximo capítulo abordarei as encruzilhadas do sector da Justiça, quetanta perplexidade tem provocado no país, quando a Comunicação Social dá a conhecer pormenores de alguns processos. Os *timings* mediáticos diferem dos da Justiça, como iremos ver, mas há situações em que é praticamente impossível explicar... o inexplicável.

CAPÍTULO II – Justiça portuguesa: acreditar, desconfiando...

1. A urgência de reformar

A Justiça é lenta. Escorregadia. Elitista. Cara. Está velha: precisa da reforma (s)! É o que afirmam os interlocutores que se seguem neste trabalho.

O Presidente da República, Cavaco Silva, voltou a pedir uma “reforma profunda” na Justiça, alertando que o momento que o país atravessa pede que o sector se adapte “a novos parâmetros e critérios de aplicação do direito a uma realidade em mudança” (Público, 29.10.2011).

Por tudo isso, como defende a ministra da pasta, “os portugueses têm razões para duvidar da Justiça. Temos uma organização judiciária do tempo de D. Maria e regras do tempo de Alberto dos Reis. Estamos a fazer reformas” (Expresso, 12.11.2011).

Estas declarações da ministra da Justiça parecem fazer eco do sentimento geral da população em relação à Justiça. Maria José Morgado acredita que “o cidadão comum já dá por assente que a Justiça funciona mal e deixou de se preocupar com isso” (Apêndice 4).

A ministra, por seu turno, afirma não ter dúvidas que este sistema “está feito para os crimes prescreverem” (Expresso, 12.11.2011), levando assim ao descrédito do poder judicial.

Para dar um novo rumo à Justiça, Paula Teixeira da Cruz diz que estão em preparação mudanças que passam pela limitar o número de testemunhas a apresentar em tribunal; negociar as penas na pequena criminalidade, evitando assim o julgamento; o julgamento interromper a contagem de tempo para a prescrição e os recursos para o Tribunal Constitucional deixarem de ter efeito suspensivo sobre as penas. A ministra está assim à espera da lei orgânica do Ministério da Justiça para poder arrumar a casa (Expresso, 12.11.2011).

Ainda com José Sócrates como Primeiro-Ministro, o jornal Público garantia que as reformas estruturais na Justiça não chegaram a sair do papel. A reforma da acção executiva (cobrança de dívidas), que representa 70 por cento das pendências nos tribunais, não foi concluída. A reorganização do mapa judiciário, com o alargamento da nova filosofia a mais duas comarcas, esbarrou na dissolução da Assembleia da República. Uma legislatura com menos de ano e meio viu-se marcada pelos problemas financeiros no Ministério da Justiça e por um clima de tensão com os magistrados e inspectores da Judiciária, os últimos há meses em greve às horas extraordinárias (Público, 19.04.2011).

Da mesma edição constavam ainda declarações do presidente do Observatório Permanente da Justiça, Boaventura de Sousa Santos: “as medidas legislativas deste ministério são todas menores. Ficámos em detalhes técnicos, não se atacou nenhum problema de fundo”.

Agora, a acreditar na vontade manifestada pela ministra Paula Teixeira da Cruz na entrevista ao Expresso, as coisas vão mudar. Todavia, a governante não escondeu que os problemas são mais do que muitos e que as relações com outras personalidades do poder judicial são difíceis. O procurador-geral da República e o presidente da Ordem dos Advogados são apenas dois exemplos.

Marinho Pinto, bastonário da Ordem dos Advogados, na entrevista que me concedeu a 18 de Março de 2011, traçou, também ele, um quadro muito desesperador da Justiça e do Poder Judicial:

O Poder Judicial é um poder totalmente irresponsável, totalmente independente. Além disso é exercido de forma vitalícia e sem escrutínio democrático. Os poderes se não tiverem controlos democráticos tendem a tornar-se poderes absolutos, ditatoriais, tiranos. Em Portugal temos assistido a esse fenómeno lento de degenerescência do Poder Judicial, num regime democrático a querer impor-se aos outros poderes. Vemos que há perseguições judiciais – desencadeadas pelo Poder Judicial no seu conjunto - contra titulares de outros poderes do Estado (Apêndice 5).

Questionado sobre o que é que se poderá fazer para alterar a situação, Marinho Pinto é peremptório: “falar. Há anos que ando a falar sozinho, sempre na esperança de que o povo tome consciência. A nossa classe política é covarde e oportunista, que não é capaz desencadear as reformas para adaptar a Justiça ao país, à sociedade, ao desenvolvimento e ao progresso. A Justiça funciona como funcionava há duzentos ou trezentos anos” (Apêndice 5).

Deve-se, portanto, reformar. O quê? O bastonário começa por enumerar a problemática da formação dos magistrados. “Optou-se pela formação laboratorial dos magistrados”, lamenta. “Durante séculos os magistrados eram recrutados entre outros profissionais, nomeadamente entre os procuradores. Faziam concurso, etc.”. Agora - continua o bastonário – “pega-se nos jovens, que fazem um exame interno para o qual já são também laboratorialmente preparados por universidades que têm cursos para exame ao Centro de Estudos Judiciários e entram”.

E acontece o seguinte, assegura Marinho Pinto:

Depois de dois anos de lavagens ao cérebro – a formação é encher-lhes a cabeça de tecnicidade jurídica e um rei na barriga – e soltam-nos a fazer Justiça, a ditar sentenças pelo país. Ora, aos 26, 27 ou 28 anos não se está preparado para ser juiz! Porque ser juiz não é saber muito Direito e as complexidades formais do processo. Aquelas liturgias processuais. Aquela porcaria toda! Para se ser juiz é preciso perceber o caso e as pessoas que tem ali à sua frente. Ter a humildade e a paciência de as ouvir exaustivamente. E depois encontrar uma solução de tal maneira elaborada e pedagógica que satisfaça mesmo aquele que perde (Apêndice 5).

Por tudo isto, a pasta agora nas mãos de Paula Teixeira da Cruz tem provocado enormes dores de cabeça do poder político. Já Aníbal Cavaco Silva, enquanto Primeiro-Ministro, se queixava disso mesmo:

Tal como tinha acontecido quando da formação do meu primeiro Governo, em Outubro de 1985, a pasta da Justiça foi a mais difícil de preencher. Eu achava que a fase que se ia seguir exigia uma cara nova na chefia do ministério, de preferência um jurista qualificado, com perfil político e com coragem para, se necessário, enfrentar os interesses corporativos do sector. Olhando para a minha lista de nomes ministeriáveis, eu tinha dúvidas quanto à adequação do perfil dos juristas que dela faziam parte. Fernando Nogueira, a quem pedi sugestões, revelou a mesma dificuldade que eu, apesar de ser um homem do meio jurídico. Acabou por falar-me, com algumas reticências, no nome do procurador-geral da República, José Narciso da Cunha Rodrigues, pessoa que eu conhecia mal. Encarreguei Fernando Nogueira de averiguar a sua disponibilidade, sem lhe dirigir qualquer convite. Informou-me, depois, ter recolhido a ideia de que Cunha Rodrigues não estava interessado em trocar a Procuradoria por um lugar político. Mais tarde, foram várias as vezes em que reconheci ter sido melhor esta hipótese de ministro da Justiça não se ter concretizado. Acabei por convidar Fernando Nogueira para ministro da Justiça, deixando os Assuntos Parlamentares de que tinha sido responsável no meu primeiro Governo. Aceitou sem dificuldade, com o seu habitual espírito de colaboração e vontade de ajudar a resolver os problemas (Silva, 2004:107).

Embora alguns políticos manifestem (e tenham manifestado) inquietações em relação à Justiça, paradoxalmente – defende Nuno Garoupa – “a única área em que o poder político não procurou mexer nos últimos anos foi precisamente no modo de fazer reformas na justiça, área por onde tudo deveria começar” (Garoupa, 2011: 69).

Acrescenta o autor que o poder político “não criou uma unidade de missão para a reforma da justiça quando estava na moda, não desenvolveu novas metodologias de reforma das políticas públicas na justiça”, procurando antes utilizar “aqui e acolá as Estatísticas da Justiça mas sem consistência nem adequação” (Garoupa, 2011:69).

Nuno Garoupa está convicto de que “esta inabilidade vem associada à visão parcial e conjuntural que o poder político tem na reforma da justiça”. No entanto, e “mais grave do que isso”, o autor refere tratar-se de “um problema já habitual, o da descontinuidade entre equipas ministeriais, até do mesmo partido ou maioria governamental” (Garoupa, 2011:69).

De acordo com Nuno Garoupa, uma verdadeira reforma estrutural na Justiça deveria passar “primordialmente pelo governo do poder judicial” (Garoupa, 2011: 78). Contudo, bem ao contrário da perspectiva que prevalece hoje no poder político e transparece na comunicação social, diz ainda o professor catedrático de Direito, do que “necessitamos é de um poder judicial com muito mais poder de intervenção, menos formalista e menos funcionalizado (isto é, menos dependente do executivo e, portanto,

contrário ao que efectivamente pretendem algumas das actuais medidas)” (Garoupa, 2011: 78).

Nuno Garoupa tece algumas considerações a propósito da “politização da justiça” que diz ser “um fenómeno das democracias modernas” (Garoupa, 2011: 71). “Continuar a fingir que é possível ter magistraturas, quer judicial quer do Ministério Público, politicamente virgens é uma aberração”, defende, acrescentando que Portugal tem de ser um Estado de direito “desenvolvido num contexto de magistraturas inevitavelmente politizadas, como acontece noutros países” (Garoupa, 2011: 71).

O autor acredita que “o poder político democrático nunca confiou no poder judicial, herdado da ditadura e conservador por natureza” (Garoupa, 2011: 71). Assim sendo, “durante a fase de consolidação da democracia, os partidos políticos evitaram imiscuir-se directamente na justiça e mantiveram a farsa do respeito pelo poder judicial (ao mesmo tempo continuaram a expandir o poder do legislador esquizofrénico ao ponto de hoje termos uma produção legislativa caótica)”, assegura (Garoupa, 2011: 71).

Cunha Rodrigues, ex-procurador-geral da República, advoga que a independência política “passou a constituir o mais importante termo do léxico judicial” (Cunha *et al*, 2011: 30).

Consequentemente, atesta, “a palavra crispação entrou na moda”. O resultado “é que os poderes político e judicial se vigiam e temem reciprocamente” (Cunha *et al*, 2011: 30). Tal circunstância “prejudica a organização e a gestão do sistema judicial e está a produzir um ruído de fundo mediático que descredibiliza e gera desconfiança”; “à força de se interrogarem sobre a independência política, os magistrados tenderão a desvalorizar a sua independência moral e intelectual” (Cunha *et al*, 2011: 31), adverte Cunha Rodrigues.

2. O Pacto para a Justiça

Luís Marques Mendes teve responsabilidades políticas de vária índole. O cargo de responsável máximo do Partido Social Democrata permitiu-lhe propor ao Governo socialista, em 2005, um Pacto para a Justiça. Para além dos acordos de revisão constitucional, explica o social-democrata, “nunca em Portugal se havia firmado um

acordo de regime entre o Governo e oposição; muito menos a ideia desse acordo havia partido da iniciativa de um partido da oposição” (Mendes, 2008:106).

Embora confesse que não é adepto da generalização dos pactos (o confronto político de ideias entre partidos é importante), Luís Marques Mendes acredita que a situação da Justiça justifica tal esforço de entendimento. Defende que as reformas no sector devem ultrapassar a lógica da legislatura; a Justiça deve ser uma prioridade nacional e é fundamental assegurar a sua independência e autonomia (Mendes: 107).

Em 2006, o Pacto da Justiça foi assinado e da sua essência Luís Marques Mendes destaca oito medidas que, em sua opinião, representariam mudanças práticas relevantes para a vida dos cidadãos.

A primeira relacionava-se com o segredo de Justiça, tema tão propalado nos casos que envolvem políticos, como sabemos. O pacto consagrou que este mecanismo judicial passaria a existir em menos processos e durante menos tempo. No entanto, quando tivesse aplicação, seria para todos, Comunicação Social incluída. O segundo ponto estabelece um novo regime para as escutas telefónicas, cuja aplicação deveria ser mais rigorosa (Mendes, 2008: 108).

A obra de Luís Marques Mendes indica ainda que o Pacto contemplava um novo regime da prisão preventiva: deve prender-se porque se investigou e não prender-se para investigar, acrescenta. A acção executiva também teria novo regime, indispensável para obter uma Justiça amiga da economia e das empresas. A formação de magistrados é outro dos itens. Aqui sugere-se que depois do estágio nos tribunais, os magistrados teriam de estagiar noutras áreas obrigatoriamente. Assim adquiririam a experiência e sensibilidade de vida que lhes permitirá julgar com ponderação, equilíbrio e bom senso.

A introdução do novo regime da mediação penal (aplicável a crimes menos graves) e a revisão do mapa judiciário também estão no Pacto da Justiça (Mendes, 2008: 109). Os juristas de mérito deveriam ocupar lugares no Supremo Tribunal de Justiça, tal como acontece noutros países, acrescenta.

Apesar de rotular este pacto como uma mais-valia política, Luís Marques Mendes admite que padeceu de dois vícios: um vício de elaboração e um vício de aplicação. No primeiro caso porque teria de ser mais abrangente e alargado; no segundo porque na passagem à prática nem sempre se registou um ambiente que melhor favorecesse a prossecução dos propósitos iniciais (Mendes, 2008: 110).

“Mas, para além do texto do Pacto, valia, sobretudo, o espírito que lhe estava subjacente. A ideia era esta: reformar sim, mas reformar com absoluto respeito pela independência e autonomia do poder judicial”, desabafa o autor (Mendes, 2008: 111).

Como o Pacto da Justiça privilegiou as reformas legislativas, a aposta agora terá de ser nas medidas de organização e melhoria de produtividade. O grande objectivo, diz o social-democrata, é combater a lentidão. Para tanto, Luís Marques Mendes acredita que é fundamental investir na especialização da Justiça; dotar os tribunais de uma gestão profissional; criar o chamado Gabinete do Juiz (com assessores especializados); simplificar o regime processual (com o regime de sentenças simplificadas); garantir o acesso dos tribunais às bases de dados e criar um regime nacional de mandados de captura pendentes, para além da privatização das conservatórias (Mendes, 2008: 116-118).

No plano institucional, Luís Marques Mendes defende que se deve reforçar o primado da responsabilização. Aqui prioritário seria reforçar a intervenção do Parlamento na apreciação obrigatória da actividade de vários conselhos superiores e da Procuradoria-Geral da República. Depois, instituir um novo regime de avaliação dos magistrados valorizando a componente da produtividade em paralelo com o reforço da responsabilização do Ministério Público na acção penal.

As reformas a efectuar visariam ainda o ordenamento e a formação profissional, investindo, nomeadamente, na formação contínua (Mendes, 2008: 119-122).

Se estas medidas fossem implementadas, acredita Luís Marques Mendes, passaríamos a ter uma Justiça mais célere e eficaz. “A morosidade da Justiça não é uma fatalidade. Ela pode mesmo ser combatida. Haja coragem e vontade de mudar” (Mendes, 2008: 123).

Em termos de morosidade da Justiça – tema de muita notícia – Conceição Gomes (coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa) escreve o seguinte:

Há, na sociedade portuguesa, um forte sentimento de que o *tempo da justiça* é muito lento, de que a justiça chega sempre tarde e, em alguns casos, irremediavelmente tarde. A visibilidade que a comunicação social trouxe aos tribunais aprofundou esse sentimento ao mostrar aos portugueses um sistema de justiça minado por conflitos institucionais, enredado em incidentes, recursos, actos e diligências, alguns difíceis de compreender, mas incapaz de lidar com a criminalidade cometida por pessoas poderosas, acusando ou arquivando, absolvendo ou condenando em tempo razoável. Os processos mediáticos, quase sempre penais, permanecem na ribalta por largos anos até se irem perdendo na memória colectiva, sem que se conheça o seu desfecho definitivo (2011: 11-12).

Os incidentes, recursos, actos e diligências processuais são de tal forma abundantes que, como concordou Maria José Morgado, podem servir para uma boa defesa empatar um processo durante anos. Pode, de resto, “eternizar quase um processo se não encontrar pela frente um tribunal firme. Evidentemente, há mecanismos processuais para considerar as diligências dilatórias e as indeferir” (Apêndice 4). Todavia, acrescenta a procuradora-adjunta, “os senhores juízes preferem autorizar as diligências para não serem acusados de não estar a dar a devida importância. Chega-se ao ponto de que a morosidade é tal que quando o processo chega a ser decidido já não tem nenhum significado” (Apêndice 4).

A propósito recorde o caso do “saco Azul”, em que o Tribunal da Relação de Guimarães não teria, de acordo com o Jornal de Notícias, juízes disponíveis para apreciar os recursos de Fátima Felgueiras. Conta o jornal que, por lei, não poderia participar no recurso qualquer juiz desembargador com anteriores intervenções no processo. Isso obrigou a sucessiva distribuição dos autos até ser encontrado um relator não impedido. Mas, quando ficou fixado um juiz relator, o movimento anual de magistrados implicou mudanças na composição do colectivo, devido a transferências de desembargadores para outros tribunais (Jornal de Notícias, 15.11.2010).

O comentário de Maria José Morgado a esta situação concreta foi o seguinte: “há impedimentos que resultam do Código do Processo Penal. Pronto” (Apêndice 4).

Fátima Felgueiras, por seu turno, tem outra explicação, que vai para além do código. Crê a ex-autarca que o poder judicial tem “ciúmes” do poder político e o poder político “usa o poder judicial como arma de arremesso político quando lhe convém. Istocria, a meu ver, um clima de ingerências que coloca os dois poderes em planos de inimizade concorrencial. Tenho esta convicção” (Apêndice 1). O poder judicial – enquanto sistema – “tem fragilidades que não têm sido resolvidas, apesar de estarem identificadas. E isto cria um clima de desconfianças e um ambiente propício à possível distorção da intervenção do poder Judicial a nível político” (Apêndice 1).

Avelino Ferreira Torres tem uma posição muito clara sobre a Justiça e, mais precisamente, sobre a actuação de alguns juízes: “quando são casos mediáticos, os juízes tremem todos. Têm medo. Também há o contrário: há os que dizem que vão lixar aquele gajo, que tem a mania que é importante” (Apêndice 3).

Quando o convidei a recordar uma passagem que o tenha marcado durante a fase em que teve processos na Justiça, o ex-autarca do Marco de Canaveses distinguiu: “foi à porta de casa, quando disse que as juízas ainda há pouco tempo andavam a mamar leite das mães. Foi de gritos” (Apêndice 3).

No entanto, e para utilizar apenas como exemplo de incidentes processuais os casos dos autarcas e ex-autarcas em estudo, Isaltino Morais conta, de facto, com um enorme emaranhado de diligências processuais. Apesar de analisar mais à frente os seus processos, lembro agora apenas alguns dos últimos expedientes processuais utilizados pela defesa do presidente da Câmara de Oeiras.

O sítio na internet do jornal Expresso revelava uma nota escrita e enviada aos órgãos de Comunicação Social pelo presidente da Câmara de Oeiras. A missiva explicava que “porque existiam e continuam a existir recursos pendentes é manifesto que a conversão em definitiva da decisão condenatória só poderá ocorrer depois de apreciadas e decididas, sem susceptibilidade de recurso ordinário, todas as questões suscitadas quer junto do Tribunal de Oeiras, quer, pela via dos recursos pendentes, junto dos Tribunais Superiores” (Expresso, 08.11.2011).

O chamado “caso Isaltino” tem dado, como sabemos e veremos em por menor mais à frente nesta tese, muito que falar e sido mote para várias discussões de índole jurídica. Será que, tal como o próprio defende, a Justiça para os mediáticos é efectivamente diferente da do comum mortal? Profere Isaltino Morais:

A Justiça quer dar exemplos e, às vezes, quer bodes expiatórios. Quando se diz que a Justiça não é para poderosos, isso não é verdade, pelo contrário. Quando a Justiça trata de maneira diferente figuras mediáticas, obviamente que está a violar os direitos dessas pessoas. (...) Os magistrados são homens como os outros, são sensíveis e susceptíveis de serem influenciados. Depois, também têm medo que se diga que são parciais, que não estão a actuar como devem, etc., etc. Quando lhes cai um político na mão é o processo da vida de qualquer um (Contumélias e Contumélias, 2009: 203).

O procurador-geral da República defende que Isaltino Morais “não deve ter nenhum benefício por ser político, nem nenhum prejuízo por ser político” (Contumélias e Contumélias, 2009: 311).

Pinto Monteiro acrescenta que “o Dr. Isaltino Morais, que eu cumprimentei apenas uma vez na vida, está a ser julgado. Mal irá a Justiça se o condenar sem provas, como mal irá se o absolver com provas. Como qualquer outro cidadão, tem de ser condenado ou absolvido consoante as provas produzidas” (Contumélias e Contumélias, 2009: 311).

A propósito, Maria José Morgado atesta:

Alguém perseguido penalmente, e que tenha capacidade para pagar a um bom advogado, faça um bom contraditório, faça uma boa campanha junto da Comunicação Social, não é impensável (porque o Código do Processo Penal é uma coisa falível como outra qualquer) ter um desfecho favorável. Isso acontece. Claro que uma pessoa humilde apresenta-se perante o juiz desprovida de qualquer contraditório. A prova é mais fácil. Mas isso, mais uma vez, é da natureza das coisas. É assim! E é assim que temos de trabalhar e lutar. Nem sequer podemos indignar-nos com isso. Temos de contar com isso. Contando já com isso, temos de estar prevenidos, fazendo uma produção de prova, porventura, mais profunda ainda; uma intervenção processual mais acutilante. São processos inegavelmente mais difíceis. Até porque estamos a lidar com pessoas que não são estigmatizadas, como acontece em relação aos restantes fenómenos criminais comuns. São pessoas com respeitabilidade. Até isso influencia favoravelmente o tribunal. Uma coisa é um carteirista do metro, outra é o titular de um cargo político acusado de participação económica em negócio, corrupção ou de abuso de poder. O juiz tem perante si uma pessoa com aparente respeitabilidade (Apêndice 4).

Marinho e Pinto sublinha mesmo que a Justiça é (está) perversa, pois funciona em função da carteira de cada um. O bastonário diz que o direito está vedado aos mais pobres:

Mesmo que [o juiz] decida mal, muitas vezes não há recurso, que é o que acontece com os pobres, a quem esse direito está vedado. Para não pagar as custas – que são elevadíssimas - os honorários do advogado e porque muitas vezes as acções não têm o valor económico que admite recurso. Veja a perversão a que chegou a Justiça. A dignidade judicial de uma acção, de uma pretensão, depende do seu valor económico. Se passar determinado montante, já tem direito a recurso e pode ir até ao Supremo; com outro só pode ir até à Relação; com outro nem da primeira instância sai. Ou seja, o juiz pode fazer o que quiser porque não há recurso. Tenho-me visto confrontado, como bastonário, com decisões que são uma autêntica ignomínia para a magistratura portuguesa, e não há recurso. Porque não tem alçada, isto é, não tem valor económico que permita ser impugnada junto de um tribunal superior (Apêndice 5).

Francisco Moita Flores, presidente da Câmara Municipal de Santarém e ex-agente da Polícia Judiciária, relata no livro *Justiça à Portuguesa*, que “temos duzentos anos de Estado liberal e que, ao longo destes duzentos anos, a exigência de uma Justiça eficaz ainda não se cumpriu” (Contumélias e Contumélias, 2009: 137). Consequentemente, continua o autarca, “há uma Justiça para os ricos e outra para os pobres. Quem conseguir contratar bons advogados pega num processo – e hoje então com o novo Código do Processo Penal... - e dá cabo dele. Aliás, há processos que se eternizam no tempo graças à excelência dos advogados que lhes pegaram e que são responsáveis pela sua eternização” (Contumélias e Contumélias, 2009: 139).

3. O tempo da Justiça e o tempo mediático

Como escreve a coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça, Conceição Gomes, o tempo mediático e o tempo da Justiça têm dimensões diferentes, dimensões que têm sido alvo inúmeros estudos, dada a sua abrangência social e consequente impacto na opinião pública.

Conceição Gomes refere mesmo que a mediatização da Justiça tem um papel importante no “tempo social ao acentuar a percepção da morosidade e pondo em tensão os tempos

instantâneos da comunicação social e os tempos dos tribunais que, em confronto com os primeiros, surgem ainda mais lentos do que efectivamente são” (Gomes, 2011: 44).

Num trabalho efectuado na Universidade do Minho, Joaquim Fidalgo e Madalena Oliveira escreveram que “o tempo dos *media* nunca se compadeceu com a lentidão própria da Justiça, e isso é ainda mais patente hoje em dia, com os desenvolvimentos tecnológicos (facilidade dos directos televisivos, actualização permanente da informação *on line*, rapidez de transmissão de palavras e imagens) a que temos assistidos, e que uma concorrência crescente no campo mediático torna ainda mais pressionantes” (Fidalgo e Oliveira, 2005:5).

Tais condicionantes, acrescentam os autores, “antecipam decisões judiciais, ou os directos à porta dos tribunais, procurando avançar matéria que permanece, por natureza, inconclusiva” (Fidalgo e Oliveira, 2005:5). Os investigadores interrogam-se:

Podemos perguntar-nos, entretanto, se a lentidão por vezes excessiva, ou pelo menos mal explicada, dos tribunais não será tão negativa para a justiça como a instantaneidade mediática: uma e outra arriscam-se a antecipar a ‘condenação’ de pessoas junto da opinião pública. Por outro lado, a morosidade da justiça parece ser, por vezes, um alibi para encobrir deficiências de funcionamento do sistema, como um todo, ou de alguns dos seus protagonistas, especializados em expedientes dilatatórios proporcionados pelo complexo formalismo das leis. E a função escrutinadora dos *media* pode ter, também aqui, um papel de alerta. Sendo impossível que coincidam, os tempos da justiça e da comunicação social –quase simétricos na sua desmedida, um por excesso e outro por defeito – marcam, apesar de tudo, a especificidade dos dois campos. Se a justiça vive da reflexão, «entre o objectivo de simplificar para responder ao volume de solicitações e a contingência de formalizar para enfrentar a complexidade», a comunicação social, por seu lado, vive do reflexo, «procurando uma informação que se aproxime do tempo real e encurtando, em geral, os tempos de reacção» (Rodrigues, 1999:97). Uma e outra precisam, não obstante, de encontrar pontos de aproximação (Fidalgo e Oliveira, 2005:6).

4. O segredo de Justiça

“A temporalidade da prática jornalística obriga a que determinada informação seja, em dado momento, valorizada o mais possível em função da sua actualidade” (Gomes, 2011: 44).

O tempo jornalístico corre, de acordo com a autora, a um ritmo que padece de informação e mais informação. A busca pode conduzir a caminhos que nem sempre estão de acordo com o cabal respeito do direito, sendo muitas vezes quebrado o mediaticamente célebre segredo de justiça num determinado processo. Como é que os jornalistas conseguiram obter uma certa informação (furo jornalístico; a dita cache) que deveria ser um *segredo* a questão que se levanta e que muitos têm dado resposta.

A filosofia subjacente à publicidade do processo e segredo de Justiça foi alterada com a publicação da Lei 48/2007, de 29 de Agosto. Dava-se assim mais uma alteração do Código Processo Penal – a 15^a.

Até então, o processo penal encontrava-se em segredo de justiça, até à decisão instrutória ou, se a instrução não tivesse lugar, até ao momento em que já não pudesse ser requerida, com o explica o sítio da internet do Verbo Jurídico.

A partir de 15 de Setembro de 2007, com a entrada em vigor da 48/2007, estabeleceu-se que o processo penal é público (esta é a regra) e que o segredo de justiça é a excepção. Este apenas poderá ser requerido ou determinado durante a fase de inquérito quando o arguido, o assistente ou o ofendido requererem ao Juiz de Instrução (ouvido o Ministério Público) a sujeição do processo ao segredo de justiça.

Sempre que esta excepção à regra seja solicitada, explica ainda a Verbo Jurídico, deverá vigorar apenas durante a fase de inquérito. No entanto por força do artº. 89º n.º. 6, o acesso aos autos em segredo de justiça poderá ser adiado por um período máximo de três meses ou prorrogado por uma só vez.

Nos termos do n.º. 8 do artº. 86, todos os sujeitos e participantes processuais, bem como as pessoas que, por qualquer título tiverem tomado contacto com o processo ou conhecimento de elementos, estão vinculados ao segredo de justiça.

O segredo de justiça implica as proibições (artº. 86º n.º. 8) de assistência à prática ou tomada de conhecimento do conteúdo de acto processual aque não tenham o direito ou o dever de assistir; bem como da divulgação da ocorrência de acto processual ou dos seus termos, independentemente do motivo que presidir a tal divulgação.

Ora, como sabemos, a publicação de parte das peças processuais por parte da Comunicação Social tem sido uma actuação reiterada. Isto, apesar de o Código dedicar um dos seus artigos (o 88^a) à conduta jornalística. Diz o articulado:

1 - É permitida aos órgãos de comunicação social, dentro dos limites da lei, a narração circunstanciada de actos processuais que se não encontrem cobertos por segredo de justiça ou a cujo decurso for permitida a assistência do público em geral.

2 - Não é, porém, autorizada, sob pena de desobediência simples:

a) A reprodução de peças processuais ou de documentos incorporados no processo, até à sentença de 1.^a instância, salvo se tiverem sido obtidos mediante certidão solicitada com menção do fim a que se destina, ou se para tal tiver havido autorização expressa da autoridade judiciária que presidir à fase do processo no momento da publicação;

b) A transmissão ou registo de imagens ou de tomadas de som relativas à prática de qualquer acto processual, nomeadamente da audiência, salvo se a autoridade judiciária referida na alínea anterior, por despacho, a autorizar; não pode, porém, ser autorizada a transmissão ou registo de imagens ou tomada de som relativas a pessoa a que a tal se opuser (Código Processo Penal: 23-24).

Se estamos perante um *segredo*, como é que os órgãos de informação o tornam público? Fátima Felgueiras tem explicação para as fugas. A ex-autarca garante “o que todos sabem, mas não assumem por receio: é a própria Polícia Judiciária que quebra o segredo de justiça para fazer opinião pública a favor da sua tese de acusação” (Apêndice 1).

No seu caso, assegura ainda, os inquéritos foram distribuídos “nas mãos da comunicação social muito antes de ter sido produzida qualquer acusação! Tive acesso a um dos inquéritos, distribuído a jornalistas em envelope da própria Polícia Judiciária. Tirado directamente do computador da própria PJ!” (Apêndice 1).

Apesar desta certeza, Fátima Felgueiras continua com dúvidas: “não compreendo como se admite que haja jornalistas que assumem funções de polícia, sem qualquer preparação para essa função. É muito natural que confundam dados e acabem por contribuir para fazer opiniões indevidas. Mas fazem-no”. E, acrescenta, como não são obrigados a identificar fontes; “estão sempre a salvo! As fontes podem ser ou não ser credíveis, mas são citadas e comunicadas. Se houver necessidade de fazer correcção, aparecerá sem que se dê destaque e já não terá efeito! É neste clima, com que hoje convive e actua o sistema judicial” (Apêndice 1).

Hernâni Carvalho, jornalista e candidato nas Eleições de Autárquicas de 2009 à presidência da autarquia de Odivelas, discorda de Fátima Felgueiras. “A profissão de jornalista foi inventada para dar notícias, contar factos. Portanto, o que está mal é para contar. E tem sido contado. Mais ou menos, isso tem sido feito” (Contumélias e Contumélias, 2009: 324). No entanto, “se os jornalistas conseguem contar algumas coisas é porque alguém lhas dá”. Consequentemente, defende o jornalista, “compete às autoridades descobrir porquê e quem é que deu o quê, não é prender o jornalista² apenas porque ele protege a fonte, esse é o papel dele” (Contumélias e Contumélias, 2009: 324).

Então, e o que diz o Estatuto do Jornalistas sobre esta matéria? Deve-se informar a qualquer custo? No capítulo respeitante ao direito de acesso a fontes oficiais de informação, estabelece-se, no nº 3, que “o direito de acesso às fontes de informação não abrange os processos em segredo de justiça (...)”.

A propósito do trabalho dos jornalistas, Maria José Morgado revela que “não se sabe até que ponto um jornalista honesto pode fazer a sua informação até ao fim. Cada vez mais os órgãos de comunicação estão dominados por interesses económicos, com políticas editoriais específicas e que estão em conflito de interesses com aquilo possa ser a verdade. Depois já não sabemos o que é a verdade” (Apêndice 4).

5. Exemplos de violação do segredo de Justiça

A temática da violação do segredo de Justiça e conseqüente divulgação por parte dos órgãos de comunicação social de dados de um determinado processo já deu origem a variada produção científica. Embora não seja o tema central desta tese, não posso deixar de lembrar aqui alguns casos de violação do segredo de Justiça.

² O jornalista José Luís Manso Preto foi condenado a 11 meses de prisão, com pena suspensa durante três anos, por ter recusado revelar, em tribunal, as suas fontes de informação num processo de tráfico de droga que estava a investigar. Quase onze meses depois, o jornalista – que tinha recorrido da decisão – foi absolvido no Tribunal da Relação do crime de desobediência ao tribunal. Este caso teve início em 2003 e terminou em 2004.

A começar, registo o episódio que antecedeu a fuga (deslocação) de Fátima Felgueiras. Como mais à frente demonstrarei, a ex-autarca teve a informação de que deveria ausentar-se do país, pois a ordem de detenção estava a caminho. E assim aconteceu.

No dia 17 Novembro de 2011, Portugal assistiu a um espectáculo mediático que consistiu na recolha e divulgação em directo de imagens sobre as buscas às casas de Domingos Duarte Lima e do seu filho, bem como no domicílio de um sócio do filho. O País assistiu em directo, pela televisão, à diligência encabeçada pelo juiz Carlos Alexandre.

À noite, no programa da RTP Justiça Cega?, o juiz desembargador Rui Rangel lamentou o sucedido. “Percebo o trabalho da Comunicação Social, mas não percebo que diligências destas não se façam no recato da própria diligência” (RTP, 17.11.2011). Esta fuga de informação não corre o risco de condicionar o êxito da investigação, de acordo com Rui Rangel, “mas gera um problema na salvaguarda dos direitos da pessoa que está a ser investigada”. Em Portugal, continuou o juiz desembargador, “temos pouco amor aos direitos de personalidade: ao bom nome, à imagem...” Por isso, concluiu, “a Justiça tem de dar o exemplo de preservação dos direitos de personalidade, porque ninguém ganha com estes espectáculos” (RTP, 17.11.2011).

Francisco Moita Flores foi outro dos comentadores. A cobertura mediática desta diligência provocou-lhe “uma grande amargura e um profundo desgosto”. O ex-investigador da Polícia Judiciária revelou que “vimos de uma forma implacável como esta promiscuidade vai até ao limite. Foi um espectáculo macabro”. Em resposta à pergunta sobre de quem foi a culpa, Francisco Moita Flores foi peremptório: “de quem passou a informação!”

Por isso, “a Justiça deveria – depois deste triste espectáculo – informar as pessoas sobre o que é que se está a passar” (RTP, 17.11.2011).

O bastonário da Ordem dos Advogados também participou nesta análise televisiva. “Por um lado deve elogiar-se o trabalho profissional dos jornalistas que estiveram lá; por outro deve-se condenar veementemente a acção daqueles que anonimamente deram

informação aos jornalistas. A sua missão é guardar segredo” (RTP, 17.11.2011), defendeu António Marinho e Pinto.

O procurador-geral da República também criticou a exposição mediática da operação policial. “É uma vergonha para a Justiça em Portugal a maneira como as buscas se fizeram, com uma publicidade mediática tremenda”(Público, 23.11.2011) com jornalistas no local das diligências antes de estas começarem, disse, transmitindo a sua intenção de abrir um inquérito aos factos. Os arguidos “têm direito à sua vida privada”, referiu Pinto Monteiro, adiantando que, com a exposição mediática de que são alvo, “passam a vítimas” (Público, 23.11.2011).

A propósito do funcionamento do poder judicial, Fátima Felgueiras acrescenta:

Quem investiga casos relacionados com exercício político devia ter conhecimento profundo da realidade, e não tem. E parte para a investigação com o objectivo de acusar. Não considero que seja a complexidade das matérias a justificar a morosidade dos processos. Mas, na verdade, a morosidade acaba por funcionar como estratégia de acusação. Tive, tivemos, oportunidade de perceber que os pareceres pedidos a peritos, por incapacidade e incompetência reconhecida à equipa de investigação, são pedidos no sentido de confirmar teses e não no sentido de apurar verdades. E até se ignoram as conclusões, se não servirem a tese de acusação!

Claro que o Ministério Público acusa em função do que a investigação lhe entrega. Não tenho boa impressão sobre o trabalho da Polícia Judiciária. Não generalizo, nem podemos generalizar, mas falo com o conhecimento que tenho referente ao processo ‘Felgueiras’. Chegou-lhe a suspeita de que havia criminosos na Câmara de Felgueiras e o que tomou como seu dever, foi apenas provar que havia criminosos. Mesmo que não houvesse! (Como não havia).(Apêndice 1).

6. Os números da Justiça

“Os tribunais não estão congelados. Todos os dias se findam processos e se tomam decisões. (...) A Justiça não é um deserto”, sublinhou Maria José Morgado (Apêndice 4).

Os dados a seguir apresentados constam do documento “Os dados da Justiça em 2009”, da Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ), ano em que decorreram as eleições autárquicas em análise neste trabalho.

O documento começa por referir os tipos de tribunais existentes em Portugal e quais as suas competências. Assim, pode ler-se (7-8), que os tribunais dividem-se pelas seguintes categorias: Tribunal Constitucional, que desempenha um papel de particular relevância, uma vez que funciona como garante da Constituição da República Portuguesa, verificando, em último grau, se as normas jurídicas respeitam a Constituição. Para além disso, tem também competências relacionadas com o processo eleitoral e com os partidos políticos, nomeadamente o seu financiamento; Tribunal de Contas, entidade à qual cabe a fiscalização da legalidade das despesas públicas. Este tribunal está encarregado, por exemplo, de analisar e dar parecer sobre a Conta Geral do Estado; Tribunais judiciais, que correspondem à maioria dos tribunais existentes no nosso país e têm competência para julgar a maior parte dos litígios entre cidadãos e/ou empresas. Das decisões dos tribunais judiciais de 1.^a instância (que são actualmente 321 no total e correspondem, em regra, aos tribunais de comarca, por exemplo, Tribunal da Comarca de Faro) é possível, nalguns casos, recorrer para um dos tribunais da Relação (que são 5 e estão localizados em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Guimarães) e desses para o Supremo Tribunal de Justiça; Tribunais administrativos e fiscais, que são os tribunais competentes na maior parte dos casos em que uma das partes é o Estado ou outra entidade pública. Das decisões dos 16 tribunais administrativos e fiscais de 1.^a instância existentes é possível, nalguns casos, recorrer para um dos 2 tribunais centrais administrativos (localizados em Lisboa e Porto) e daí para o Supremo Tribunal Administrativo; Julgados de Paz, que são entidades competentes para resolver alguns dos litígios da competência dos tribunais judiciais, desde que o valor em causa não seja superior a € 5000. Os julgados de paz privilegiam a relação de proximidade e informalidade com os cidadãos que a eles recorrem, procurando estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes. Neste momento existem 25 julgados de paz em funcionamento em Portugal; Tribunais arbitrais, que são tribunais privados que decidem litígios que lhe são submetidos pelas partes mediante convenção de arbitragem. Se em causa estiver um direito a que as partes podem renunciar, estas podem optar por escolher um ou mais árbitros para decidirem o caso, em vez de recorrerem ao tribunal do Estado. A decisão dos árbitros produz os mesmos efeitos que uma sentença de um tribunal do Estado.

A seguir apresentarei alguns gráficos – da autoria da Direcção-Geral da Política de Justiça - que demonstram a realidade dos números da esfera judicial.

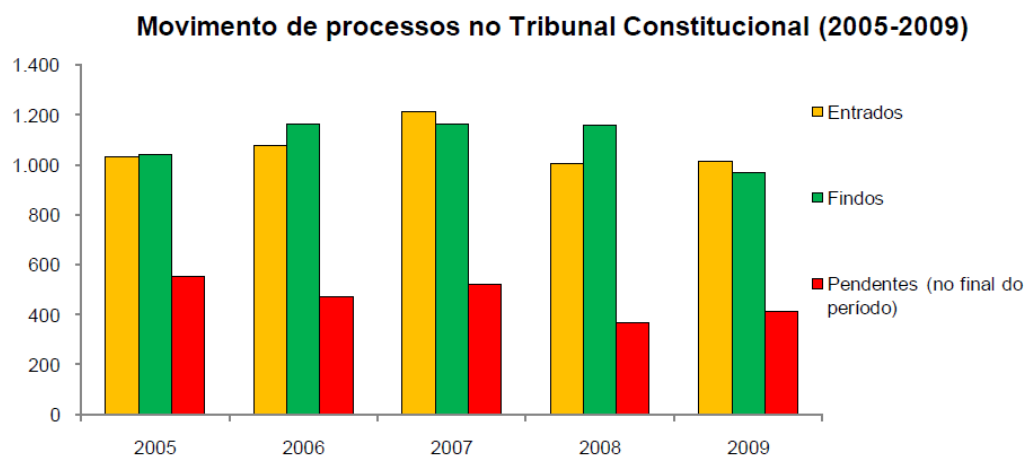


Figura 7 –Processos no Tribunal Constitucional. (Fonte: DGPJ).

Aqui fica patente que os processos que deram entrada ao longo destes anos situam-se na ordem do milhar. Depois de um pico atingido em 2007, o número de processos entrados e findos no Tribunal Constitucional apresenta uma tendência de decréscimo em 2008 e 2009. O número de processos pendentes apresenta uma tendência de decréscimo desde 2005. Em 2009, os processos que ficaram pendentes são quase metade daqueles que foram rotulados como findos.

Mas, como veremos no quadro seguinte, os processos pendentes atingem níveis impressionantes nos tribunais judiciais de 1ª instância.

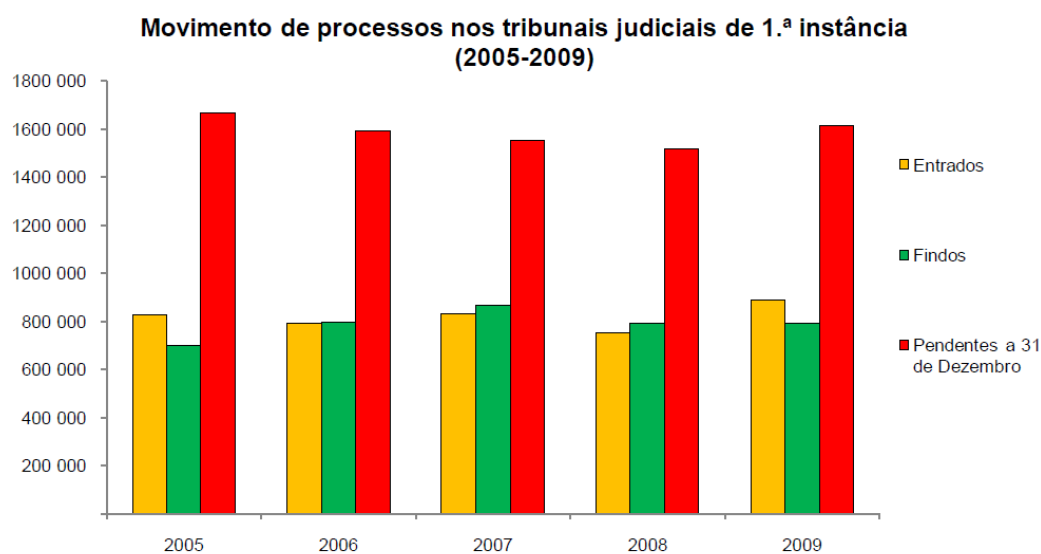


Figura 8 –Processos nos tribunais de 1ª instância. (Fonte: DGPJ).

No entanto, se atendermos ao saldo processos entrados – processos findos; verificamos que foi favorável durante os anos 2006, 2007 e 2008. Mas, em 2009 as entradas foram superiores aos encerramentos e cerca de 1 600 000 ficaram nas secretárias, à espera de resolução.

Muitos desses processos que aguardam resolução dizem respeito, como constatamos no quadro seguinte, à Justiça Cível, cuja duração média dos processos findos é de cerca de dois anos e meio.

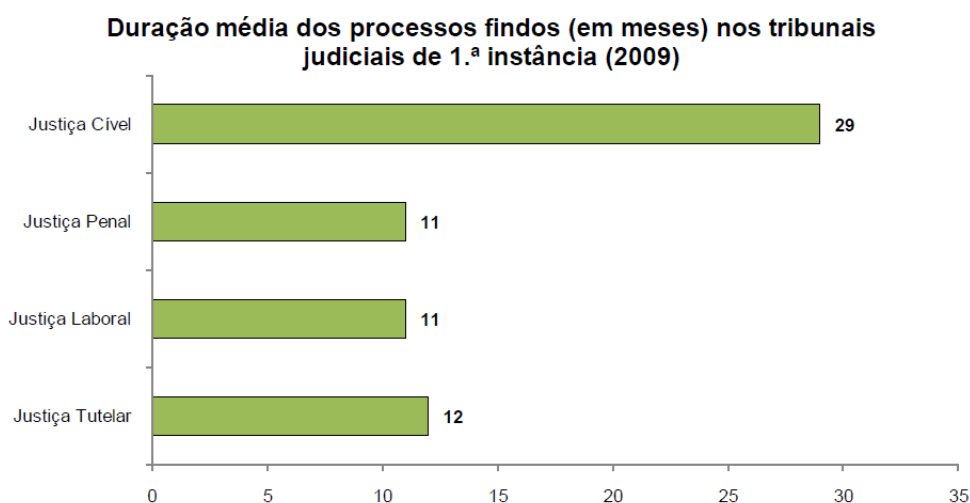


Figura 9–Duração média processos nos tribunais de 1ª instância. (Fonte: DGPJ).

Para atingir os resultados apresentados, em 2009 havia o seguinte quadro de profissionais da Justiça:

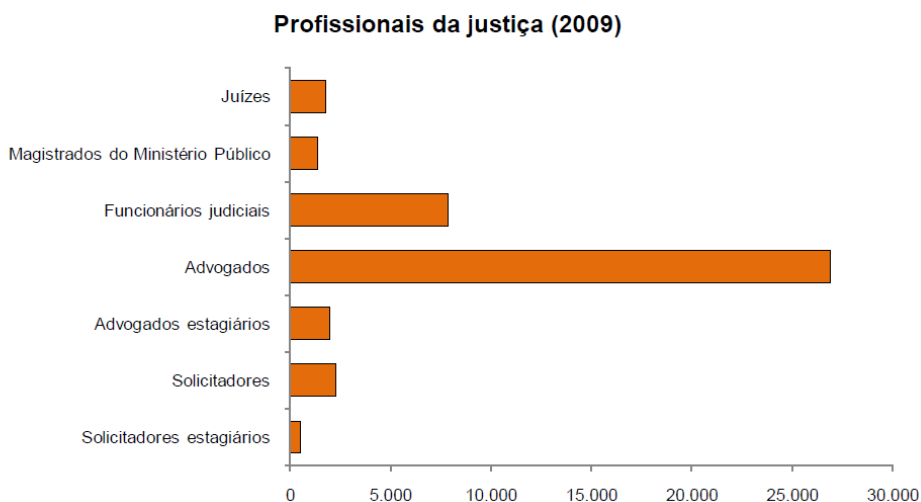


Figura 10–Os advogados são os profissionais em maior número na Justiça. (Fonte: DGPJ).

Observamos aqui que, por larga vantagem, os advogados são os profissionais da Justiça em maior número em Portugal, seguidos dos funcionários judiciais com um valor, no entanto, correspondente a menos de um terço dos primeiros.

O quadro seguinte mostra a distribuição do número de processos pelos funcionários judiciais e pelos magistrados.

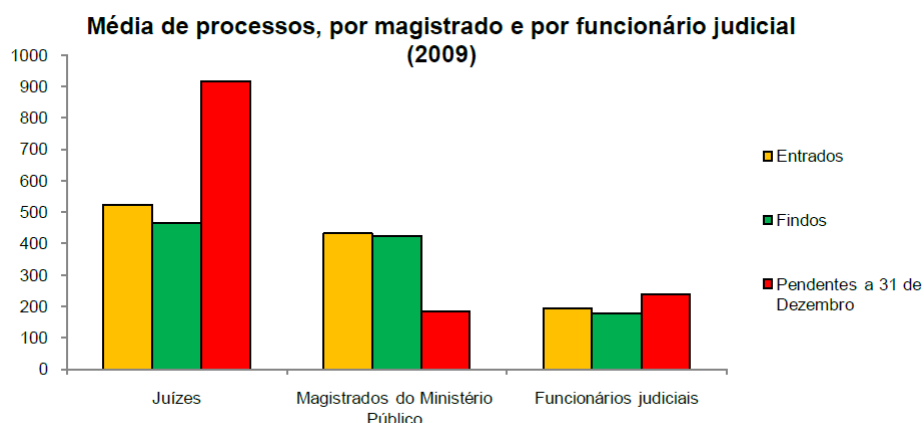


Figura 11 –Média de processos atribuídos a magistrados e funcionários judiciais. (Fonte: DGPJ).

Está patente a carga de processos que os juízes deixaram pendente no final do ano: mais de 200, em 2009. A morosidade tem aqui um reflexo garantido. A culpabilidade, como sabemos, não caberá apenas aos juízes, mas é facto é que os processos demoram a ser solucionados judicialmente.

O bastonário da Ordem dos Advogados avança ainda com a seguinte explicação para a morosidade, ou seja, para a dificuldade em resolver os processos em tempo útil.

O Ministério Público comporta-se em Portugal da seguinte forma: por um lado é magistrado e ao mesmo tempo é parte. O Estado dá o juiz que julga e o Ministério Público que acusa, mas recorre das suas próprias decisões. Isto é, coloca o Ministério Público a recorrer das decisões de outro magistrado. O próprio Estado cria prolongamentos artificiais dos processos. Nos Estados Unidos não. Uma pessoa é absolvida na primeira instância e não há mais recurso. Absolvida uma vez, absolvida sempre. O Estado não põe em causa as suas próprias decisões absolutórias. Quem pode pôr em causa são os condenados, por isso é que há a apelação. Aqui o Ministério Público faz recursos de apelação. Apela para condenar quem foi absolvido! O Ministério só deveria poder recorrer da decisão do juiz apenas em benefício do arguido. Mas o que acontece é que é obrigado por lei a recorrer, o que explica muitos dos atrasos na Justiça. Acabem com os recursos do

Ministério Público! Se os juízes julgam mal, arranjam melhores juízes! Há ainda casos nos tribunais em que o Ministério Público pede a absolvição e o arguido é condenado. Se o acusador pede a absolvição, diz que não houve crime, por que é que o tribunal condena? Não devia. Bastava imperar o bom senso. A punição de um crime não é um ressarcimento à vítima. Tem direito a ser ressarcida dos danos que sofreu com o crime, mas não tem direito a exigir esta ou aquela pena. A punição não é feita em homenagem à vítima. A pena é feita para reintegrar a sociedade num valor e num bem jurídico que foi agredido pela conduta do criminoso. Ora bom. O Ministério Público pede a condenação como se fosse parte e procura obter a condenação ou então quando pede a absolvição o juiz – que devia ser imparcial – condena. Não pode ser. Há em Portugal juízes que actuam como se fossem procuradores, com quem, aliás, convivem em exagero (Apêndice 5).

7. O estatuto de arguido

O Código do Processo Penal (CPP) estabelece, no artigo 57º que, “assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal” e que tal qualidade se mantém durante todo o decurso do processo. O artigo 58º define os parâmetros para que alguém possa ser constituído arguido. É assim “obrigatória a constituição de arguido logo que, correndo inquérito contra pessoa determinada em relação à qual haja suspeita fundada da prática de crime, esta prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal” (CPP, 16).

Marinho e Pinto considera que a figura do arguido é desconhecida ou incompreendida por alguns ordenamentos jurídicos. “Reveste-se de características especiais porque, a partir do momento em que uma pessoa é suspeita, é posta num patamar que lhe confere direitos e deveres, mas sobretudo direitos: o direito a não falar verdade e o direito a ficar calado. O arguido não presta juramento” (Apêndice 5). Nos Estados Unidos, garante o bastonário da Ordem dos Advogados, esta situação não acontece. Ali, o arguido - se falar – “tem de falar a verdade. Não me repugna que houvesse uma alteração, adoptando o estilo americano. O arguido tem direito ao silêncio mas não deve ter direito à mentira. E agora o direito ao silêncio não pode ser de forma nenhuma valorado em termos processuais. É uma não existência” (Apêndice 5).

Mas, neste campo, o bastonário admite o seguinte cenário:

O que acontece é que o juiz perante o silêncio começa a pensar que quem cala consente. E a partir daqui começa logo a desencadear – primeiro dentro dele próprio e depois no processo – actos e mecanismos que irão atribuir culpabilidade. Conclui logo pela culpabilidade do arguido. Ou seja, a figura do arguido é esta: há uma pessoa sobre a qual recai a suspeita de ter praticado um crime, mas a quem o ordenamento jurídico reconhece um conjunto de direitos, nomeadamente o da não auto-incriminação. Tudo tendente a salvaguardar o princípio da não auto-incriminação. Esta tem que ser voluntária e consciente. As pessoas querem confessar, confessam. Em Portugal não há muito isso, o esforço investigatório maior é quase todo no sentido de haver confissões ou de obter do arguido declarações que o incriminem; tributário, na senda do que era o modelo da inquisição. Aqui era a confissão que contava. As pessoas confessavam ou morriam pois, confessando, aliviavam a consciência do julgador, que já podia mandar queimar. Aqui todo o modelo vai para isso. Devia haver incentivos a isso. Dou um exemplo: por que é que o Madoff, e outros, confessaram tudo? Por duas razões. Porque são confrontados com provas evidentes e têm benefícios processuais em confessar. Em Portugal, a pena máxima devia ser reduzida a metade, como chegou a ser proposto, a quem confessasse. Reduz-se a metade as custas, mas não a pena. Veja o que aconteceu com o desgraçado do Carlos Silvino. Confessou tudo, colaborou com a polícia e com o Ministério Público, ajudou, mostrou arrependimento, chorou, pediu desculpas e ao fim espetaram-lhe 18 anos. Compensa colaborar com a Justiça em Portugal? Isto é uma Justiça terrível, fanática. É uma Justiça terrorista. Deviam dar-lhe uma pena onde houvesse o reconhecimento e a aceitação do contributo que ele deu para a descoberta da verdade e para a boa administração da Justiça (Apêndice 5).

O estatuto de arguido levou a jornalista Inês Serra Lopes, num artigo de opinião, a escrever no jornal I o seguinte: “há poucos anos, envergonhadas, as pessoas deixavam de atender os telefones para não se verem obrigadas a confirmar que tinham sido constituídas arguidas” (I, 15.01.2011). “Os suspeitos - e os arguidos eram, comprovadamente, suspeitos - eram olhados de lado. Mudava-se de passeio para evitar cumprimentar pessoas que tinham sido constituídas arguidas. Sobre isso, falava-se baixinho e longe dos jornalistas. O estigma existia: era uma vergonha ser arguido”(I, 15.01.2011). Mas, acrescenta a jornalista, a tradição já não é o que era. E, “à medida que o número de arguidos foi aumentando, à medida que foram existindo arguidos com processos arquivados, muitos deles não foram, sequer, acusados ou, sendo acusados, não chegaram a julgamento” (I, 15.01.2011).

No entanto, e à medida que “começámos a ver arguidos com uma educação acima da média e, sobretudo, à medida que a exposição mediática de arguidos passou a quase não dar tempo para as pessoas digerirem a sucessão de investigações criminais e de queixas - muitas vezes disparatadas - também a reprovação social começou a diminuir e a antiga desonra começou a ser guardada na gaveta das luvas fora de uso” (I, 15.01.2011).

“Afinal de contas, 1% dos portugueses é arguido. E pelo menos 2% ou 3% já o foram”, assegura. “Pelas minhas contas, há mais arguidos do que polícias na capital. E muitos deles são arguidos só porque alguém se queixou deles” (I, 15.01.2011).

Os dados da Direcção-Geral da Política de Justiça, contudo, revelam que em 2009 se registou um decréscimo do número de arguidos no país, comparativamente com os anos de 2008 e 2007.

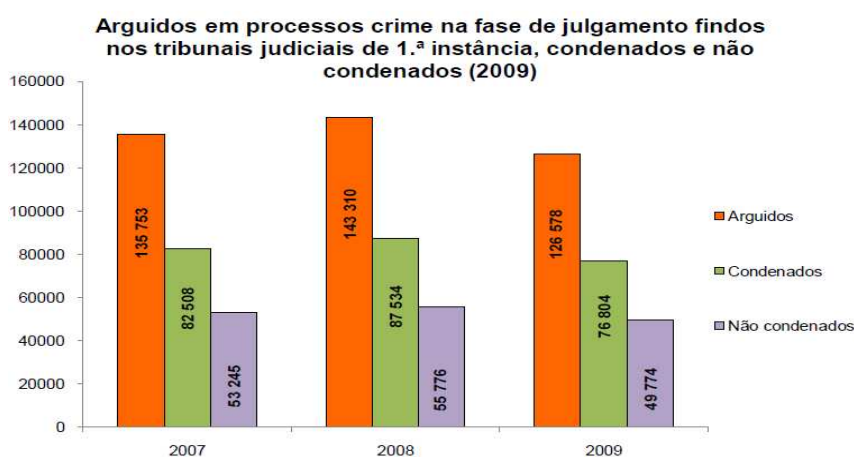


Figura 12 –Arguidos em processos-crime nos tribunais de 1ª instância. (Fonte: DGPJ).

8. Anotações:

- A Justiça é lenta. Escorregadia. Elitista. Cara. Está velha: precisa de reformas. Quem o afirma:
- Presidente da República: Justiça precisa de uma “reforma profunda”;
- Ministra Justiça: “os portugueses têm razões para duvidar da Justiça. [Está a preparar as reformas];
- Bastonário Ordem Advogados: “o Poder Judicial é um poder totalmente irresponsável”;
- Maria José Morgado: “o cidadão comum já dá por assente que a Justiça funciona mal e deixou de se preocupar com isso”;

- Isaltino Morais: “a Justiça quer dar exemplos e, às vezes, quer bodes expiatórios”;
- Fátima Felgueiras: “é a própria Polícia Judiciária que quebra o segredo de Justiça”;
- Avelino Ferreira Torres: “quando são casos mediáticos, os juízes tremem todos. Têm medo”.

Farei agora uma caracterização dos quatro concelhos que, nas Eleições Autárquicas de 11 de Outubro de 2009, tiveram por candidatos Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais. A realidade sócio-económica destas terras é muito díspar: enquanto Oeiras foi considerado o melhor concelho para se viver no país, o Marco de Canaveses, por exemplo, ainda é muito rural, onde a indústria é muito pouco expressiva.

PARTE II – As eleições autárquicas de 2009: caracterização de quatro concelhos e os seus resultados eleitorais

CAPÍTULO III – Retrato de Portugal que foi a votos em Outubro de 2009.

“Radiografia” dos concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras

1. As escolhas do povo

O acto eleitoral de Outubro de 2009, a que dedico especial atenção aos municípios de Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses e Oeiras, travou-se numa altura em que os candidatos Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro, Avelino Ferreira Torres e Isaltino Morais faziam jus ao seu passado para conquistar novamente o poder. Numa conjuntura económica que apresentava já algumas debilidades, em período eleitoral as bandeiras que se desfraldaram foram as da esperança e do trabalho. A obra feita é sempre algo que quem pretende voltar ao poder exhibe com orgulho. Os resultados, como no caso de Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres, não foram a contento. Mas, como justifica a ex-autarca de Felgueiras, a escolha coube ao povo, não ao candidato:

Há muita gente que ainda hoje vem ter comigo e me trata por presidente. Há os que dizem que tenho de voltar para lá. Há ainda os que admitem não ter votado em mim, mas que afirmam que agora votariam, pois sentem-se enganados...e também deve haver os que mantêm as posições críticas que sempre tiveram. (...) Podia ter tido uma carreira política mais brilhante, pois a obra que desenvolvi fala por mim. Não sou capaz de ficar indiferente aos problemas que me rodeiam e não desisto de os resolver. Foi assim que sempre pautei a minha intervenção pública, nas associações em que participei (e participo), nas que ajudei a fundar, na vida profissional e política.

Não sou insensível àquilo que está hoje a acontecer em Felgueiras, mas não fui eu quem abandonou o combate e o projecto que tinha em curso. (Apêndice 1).

Para ficarmos a saber melhor que Portugal foi a estas eleições de 2009, socorri-me dos dados (embora provisórios) do Instituto Nacional de Estatística (INE) referentes ao Censos 2011, que fazem o contraponto com 2001.

Assim, de acordo com este documento oficial, a população residente em Portugal no dia 21 de Março de 2011 (momento de referência dos Censos) era de 10 555 853 indivíduos. A dinâmica de crescimento da população registou na última década uma evolução positiva, com perto de 2% na população residente (INE, I, 3).

O estudo governamental indica ainda que as regiões com crescimento da população residente foram o Algarve, as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e Lisboa. Em sentido contrário, a região Centro, e o Alentejo, tiveram perdas da população residente. Estagnação na Região Norte. Aqui o número de residentes não se alterou nos últimos 10 anos (INE, I, 3).

Todavia, a distribuição da população por NUTS II³ manteve-se sensivelmente a mesma na última década, face aos Censos 2001. Cerca de 35% da população reside na região Norte, 27% na Região de Lisboa e 22% na Região Centro.

As regiões que mais cresceram em termos populacionais relativos (Algarve, Madeira e Lisboa) ficam com a sua importância relativa, em termos nacionais, aumentada (INE, II, 7).

Quanto ao número de famílias, acrescenta ainda, aumentou cerca de 12%, o que faz descer, na última década, para 2,6 o número médio de pessoas por família. O parque habitacional manteve a trajectória de crescimento já verificada na década anterior.

³ Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas. As NUTSII em Portugal Continental são o Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve, para além das regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Portugal dispõe de mais 12% de edifícios e 16% de alojamentos destinados à habitação (INE, I, 3).

2 Os concelhos de Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses e Oeiras

Os quatro concelhos em estudo apresentam níveis de desenvolvimento diferentes. Oeiras, como Isaltino Morais sublinhou no seu discurso de vitória eleitoral em 2009, foi pioneiro a acabar com as barracas e apresenta números na área da educação, por exemplo, que se destacam da média nacional. Tem o maior número de licenciados e doutorados do país. Por tudo isso, o autarca não se cansa de afirmar que o seu concelho é o melhor para viver.

Estas declarações políticas são, todavia, apoiadas pelos números dos censos (de 2011 e 2011) através dos quais procuro traçar o perfil socioeconómico destes quatro punhados de terra lusa. Em relação à escolha de município para viver, os quatro registaram um aumento de população nesta década. Gondomar, por exemplo, viu crescer o número de residentes enquanto o concelho do Porto perdeu muita gente, como se pode constatar nos gráficos adiante apresentados.

Na Região do Tâmega, em que se inserem os municípios de Felgueiras e Marco de Canaveses, constata-se que dos quinze, apenas seis aumentaram a sua população residente. Entre eles estão Felgueiras e o Marco de Canaveses, que é o terceiro concelho desta região a conseguir aumentar mais a população entre 2001 e 2011.

Neste particular, para além da evolução populacional nas regiões em que se localizam os quatro municípios em estudo, será possível aferir qual o aumento dos alojamentos, edifícios e famílias, bem como a variação da população residente em comparação com os demais municípios dessa mesma região e ainda apresentar o que ocorreu nas freguesias ao longo desta década.

Desta forma, estará assim traçado o perfil populacional dos concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras.

2.1 Grande Porto – Evolução populacional 2001-2011

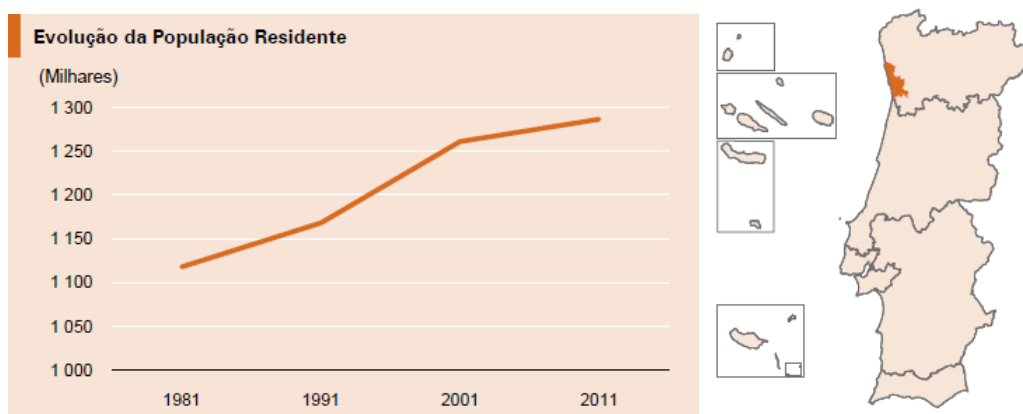


Figura 13 - O Grande Porto e o registo da evolução da sua população residente.(Fonte: INE).

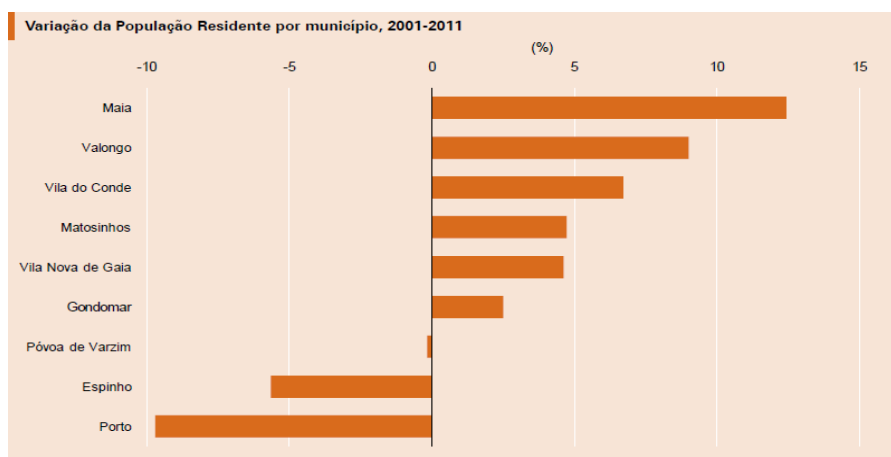


Figura 14 - Variação da população residente nos municípios do Grande Porto.(Fonte: INE).

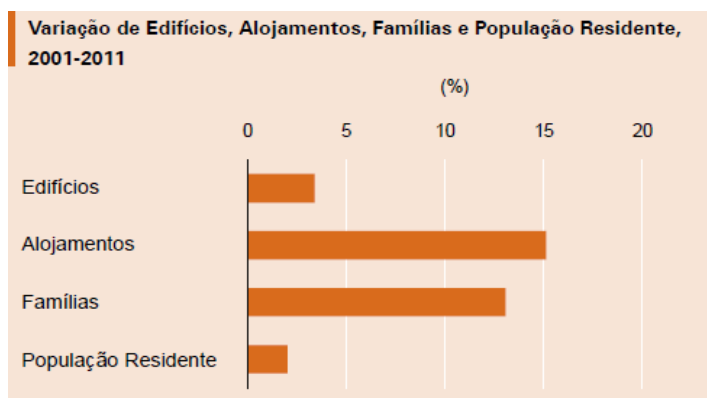


Figura 15 - Variação de edifícios, alojamentos, famílias e população residente no Grande Porto. (Fonte: INE).

2.1.1 Gondomar

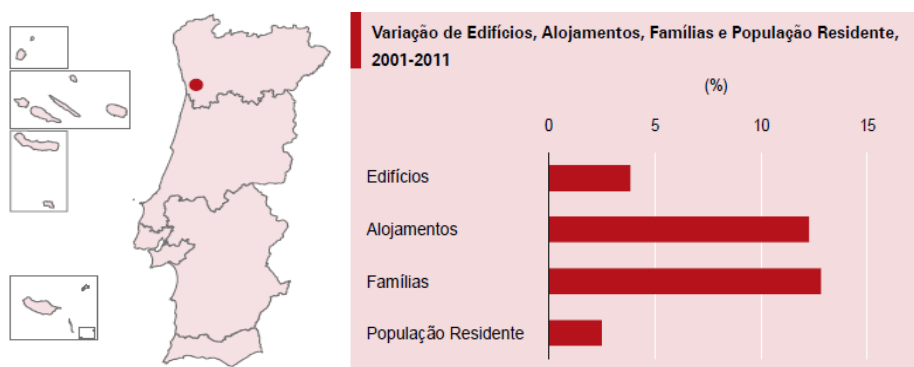


Figura 16 - Variação de edifícios, alojamentos, famílias e população residente no Município de Gondomar.(Fonte: INE).

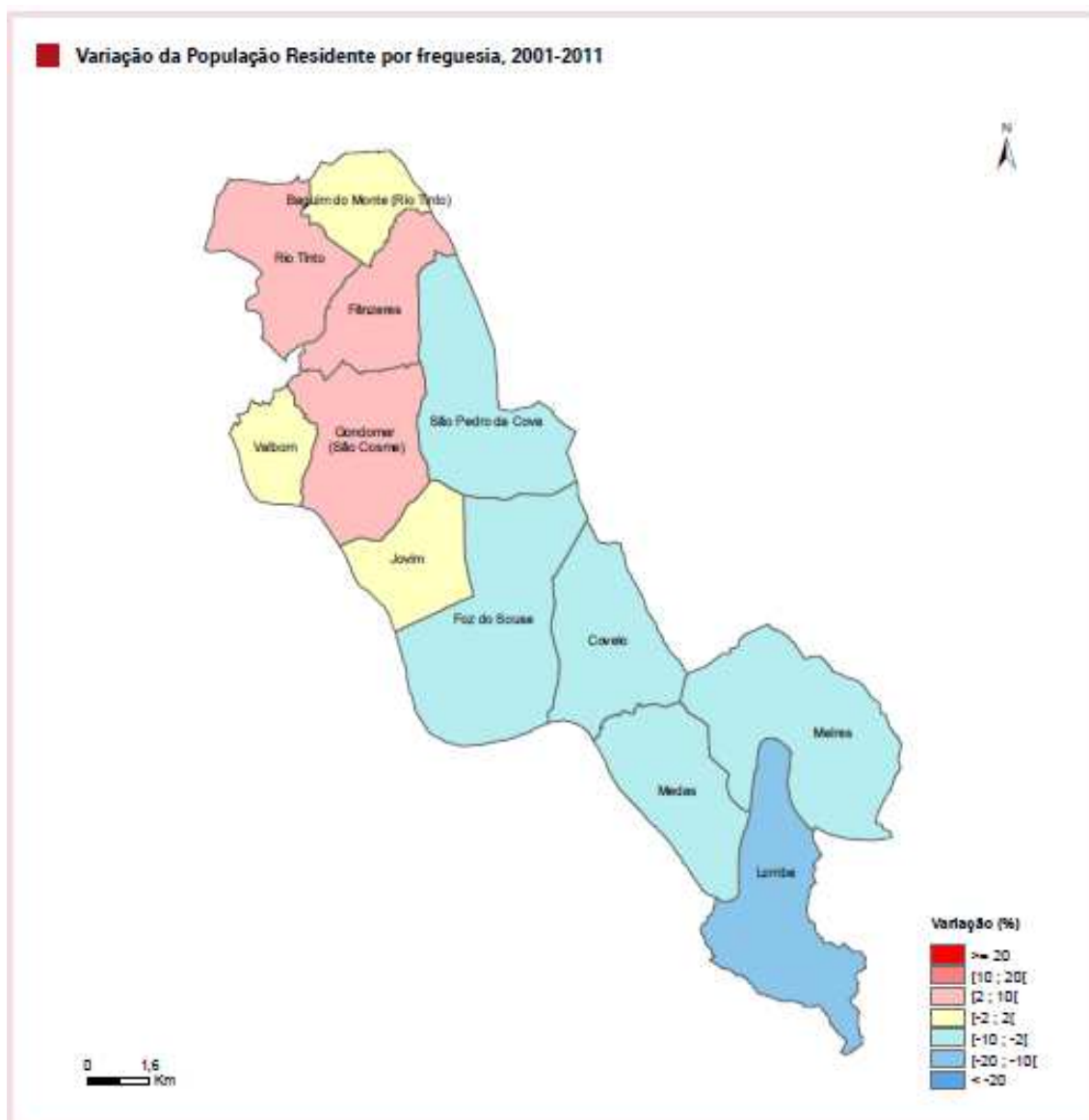


Figura 17 - Variação da população residente, por freguesia, no Município de Gondomar.(Fonte: INE).

2.2 Tâmega - Evolução populacional 2001-2011

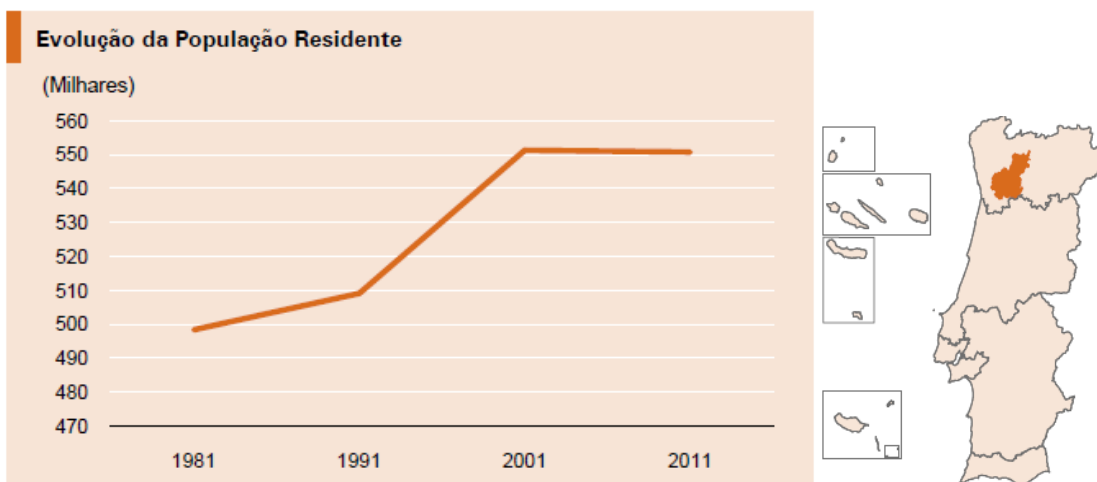


Figura 18 - Evolução da população residente na região do Tâmega.(Fonte: INE).

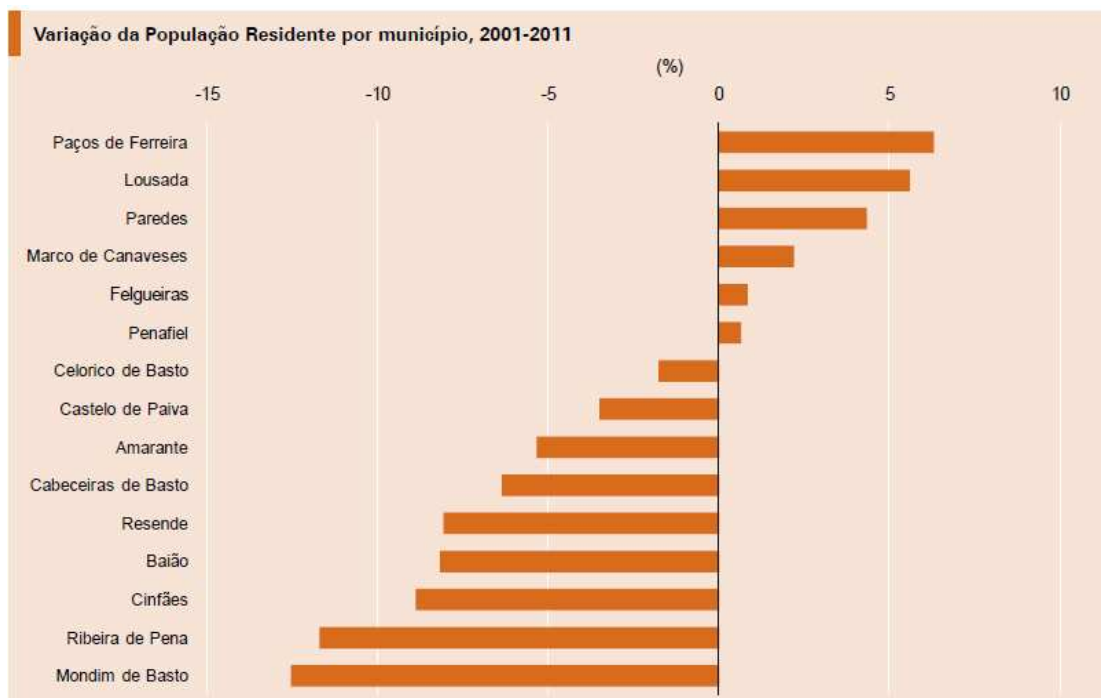


Figura 19 – Variação da população residente, por município, na região do Tâmega.(Fonte: INE).

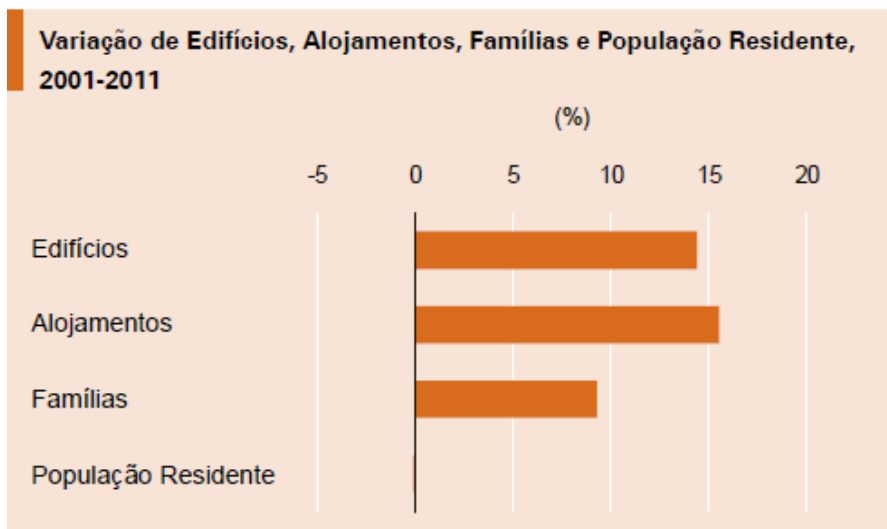


Figura 20 – Variação de edifícios, alojamento, famílias e da população residente na região do Tâmega.(Fonte: INE).

2.2.1 Felgueiras

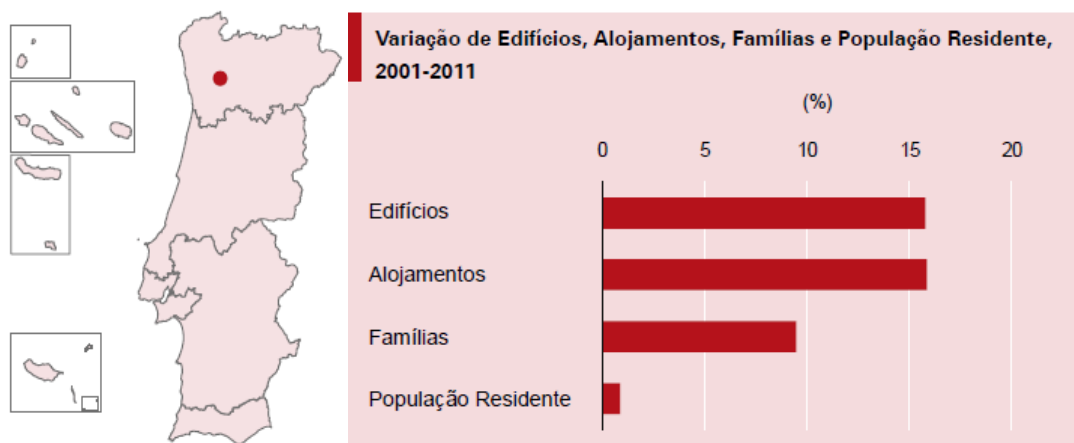


Figura 21 – Variação de edifícios, alojamento, famílias e da população residente no Município de Felgueiras.(Fonte: INE).

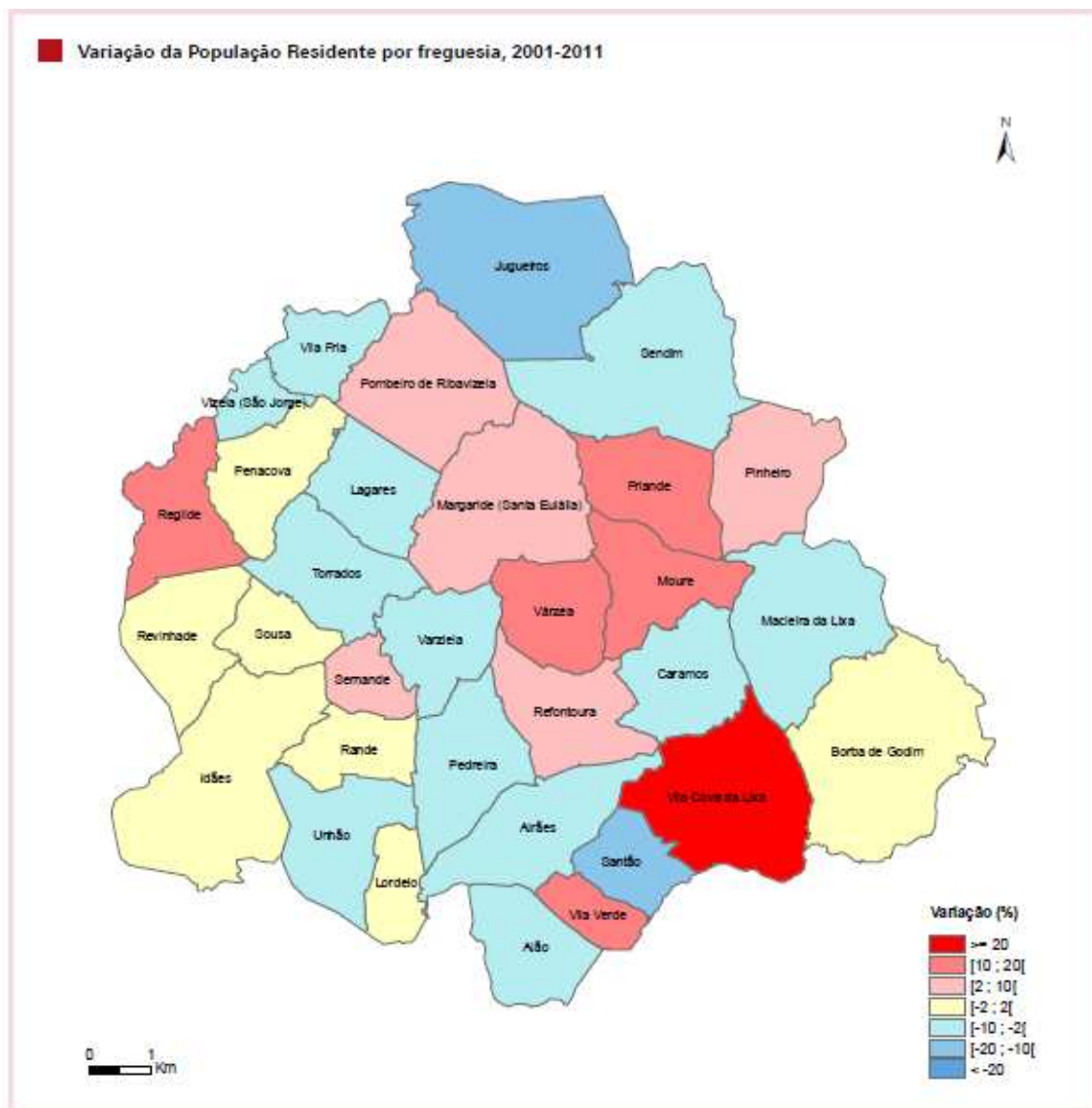


Figura 22 – Variação da população residente, por freguesias, no Município de Felgueiras.(Fonte: INE).

2.2.2 Marco de Canaveses



Figura 23 – Variação de edifícios, alojamentos, famílias e população residente no Município do Marco de Canaveses.(Fonte: INE).

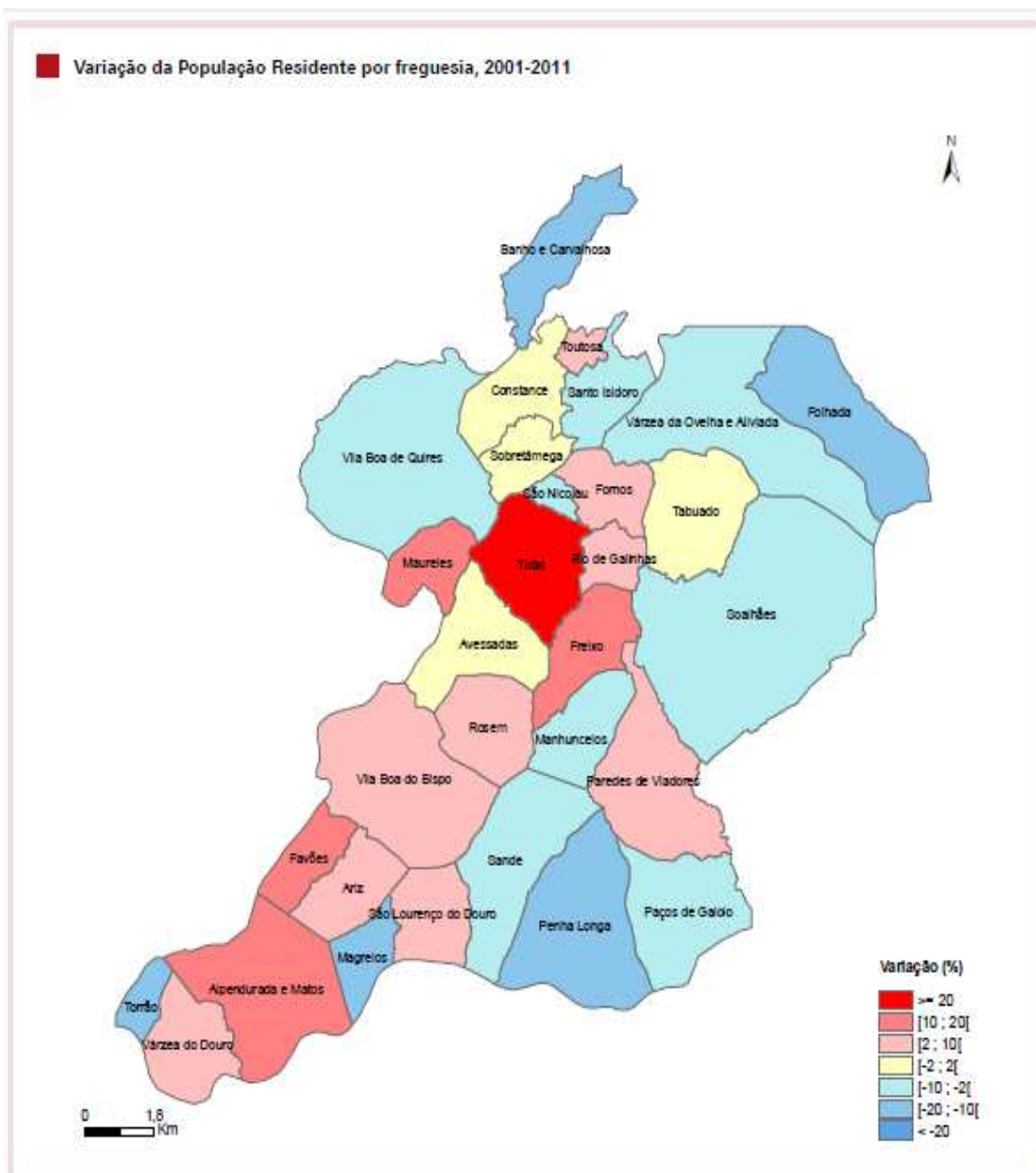


Figura 24 – Variação da população residente, por freguesia, no Município do Marco de Canaveses. (Fonte: INE).

2.3 Região de Lisboa – Evolução populacional 2001-2011

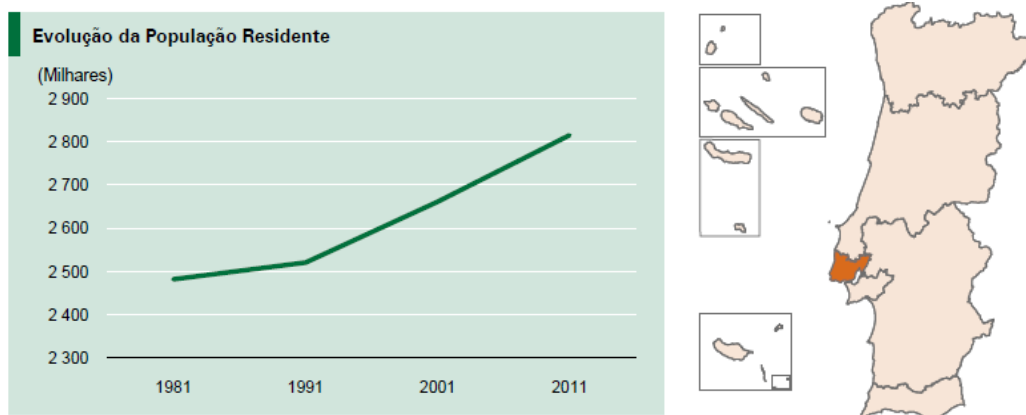


Figura 25 – Evolução da população residente da Região de Lisboa.(Fonte: INE).

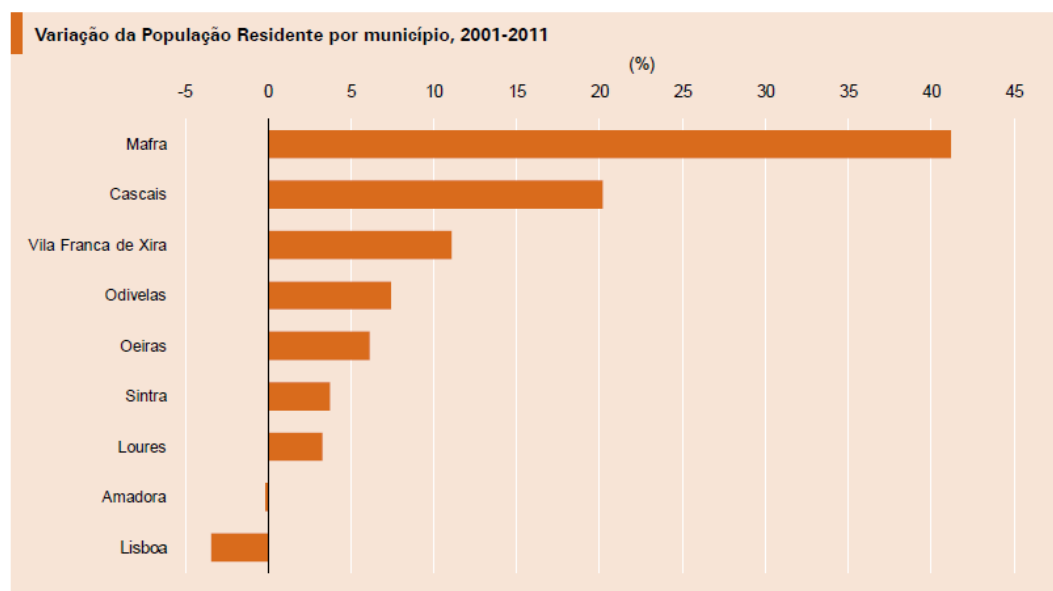


Figura 26 – Variação da população residente da Região de Lisboa, por município.(Fonte: INE).

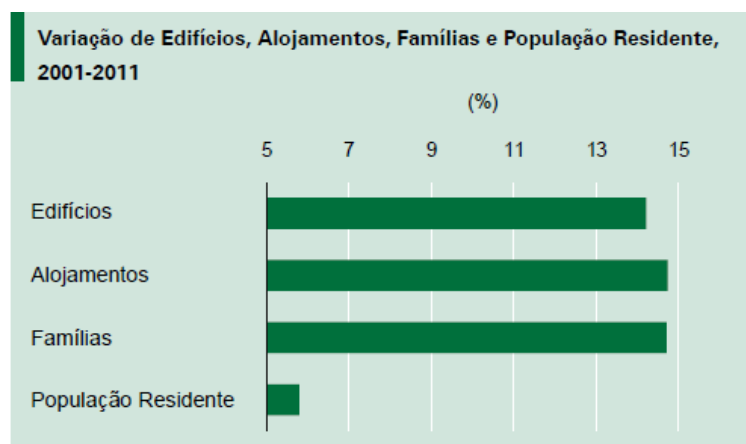


Figura 27 – Variação de edifícios, alojamentos, famílias e população residente da Região de Lisboa.(Fonte: INE).

2.3.1 Oeiras

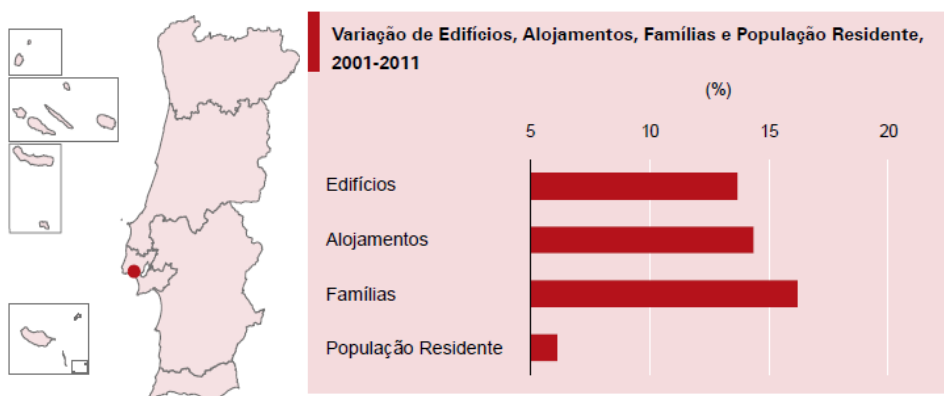


Figura 28 – Variação de edifícios, alojamentos, famílias e população residente no Município de Oeiras.(Fonte: INE).

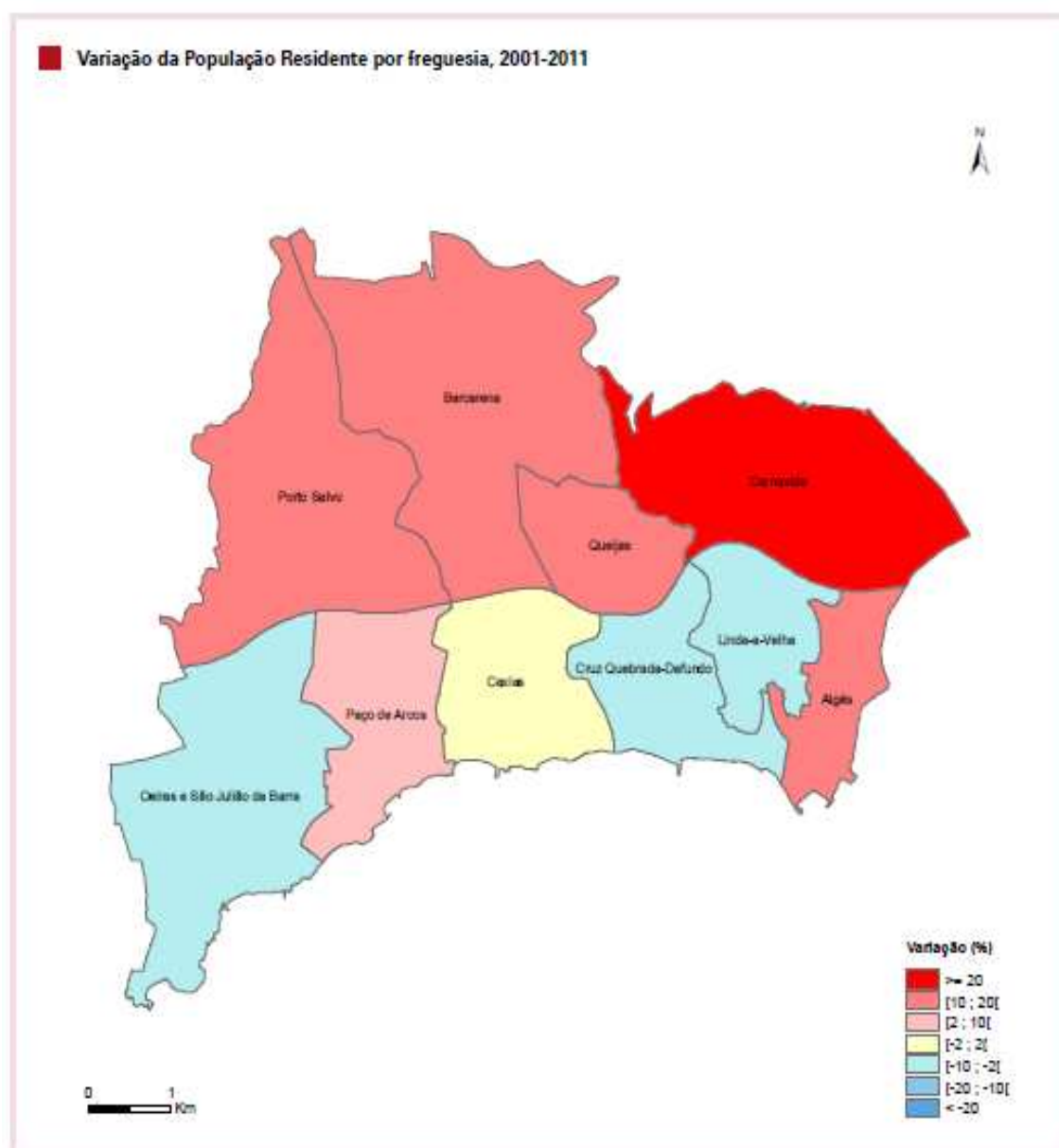


Figura 29 – Variação da população residente, por freguesias, no Município de Oeiras.(Fonte: INE).

3 Condições socioeconómicas em 2009

O boletim estatístico sobre “As pessoas”, de 2009, e o Censos de 2001 do INE revelam informações sobre a educação, o emprego, saúde, cultura e desporto, entre outros.

Sem pretender ser exaustiva, inicialmente traçarei uma panorâmica geral do país e depois, através dos anuários regionais do mesmo instituto, debruçar-me-ei sobre cada um dos quatro concelhos em análise: Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses e Oeiras.

Procuo enquadrar social e economicamente o país que foi a votos em Outubro de 2009, elegendo os seus representantes autárquicos.

Indicadores socio-económicos

Demografia		2005	2006	2007	2008	2009
População total (residente)	Milhares	10.570	10.599	10.618	10.627	10.638
Taxa de natalidade	Permilagem	10,4	10,0	9,7	9,8	9,4
		2003/2005	2004/2006	2005/2007	2006/2008	2007/2009
Esperança de vida à nascença	Anos	77,7	78,2	78,5	78,7	78,9
Educação		2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009
Educação pré-escolar	Milhares	260	262	264	266	275
Ensino básico e secundário	Milhares	1.530	1.493	1.512	1.537	1.782
Ensino superior	Milhares	381	367	377	373	384
Despesas públicas em educação ^a	% do PIB	4,8	4,7	4,4	4,4	5,1
Cultura		2005	2006	2007	2008	2009
Visitantes de museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários	Milhões	9,7	10,3	10,0	11,6	12,9
Exposições em galerias de arte	Nº	6.449	6.463	6.609	6.859	7.235
Publicações ^b	Nº	2.052	2.054	1.994	1.896	1.910
Despesas municipais em actividades culturais	10º EUR	913,8	802,9	802,8	863,8	997,7
Saúde		2005	2006	2007	2008	2009
Médicos	Nº	36.138	36.924	37.904	38.932	40.095
Hospitais	Nº	204	200	198	189	186
Camas de hospital	Nº	37.330	36.563	36.178	35.762	35.593
Centros de saúde	Nº	379	378	377	377	375
Farmácias e postos farmacêuticos móveis	Nº	3.034	3.037	3.038	3.037	3.046
Despesa pública corrente em saúde ^a	% do PIB	7,3	7,1	6,8	5,6	6,0

Sociedade da Informação		2005	2006	2007	2008	2009
Clientes do serviço de acesso à Internet	Milhares	1.436	1.580	1.612	1.676	1.898
Serviço de acesso à Internet	Tx. Penetração	13,6	14,9	15,2	15,8	17,9
Linhas telefónicas principais	Tx. Penetração /100 Hab.	40,1	40,0	39,6	38,7	40,0
Assinantes do serviço telefónico móvel	Nº Assinantes (milhares)	11.368	12.236	13.477	14.953	15.929
Taxa de penetração – serviço móvel terrestre	Assinantes/ 100 Hab.	108	115	127	140	150
Assinantes de televisão por cabo	Milhares	1.400	1.421	1.489	1.475	1.452
Taxa de penetração da rede por cabo	Assinantes/ % População	13,2	13,4	14,0	13,9	13,7
Peso do sector das comunicações	Receitas/ % PIB	5,6	5,4	5,2	5,1	5,1

Fontes: INE - Instituto Nacional de Estatística; Autoridade Nacional de Comunicações
 Notas: (a) Conta Geral do Estado – Direcção Geral do Orçamento
 (b) De periodicidade diária, semanal, mensal e anual;

Figura30 – Indicadores sociais e económicos do ano de 2009. (Fonte: INE).

Em 2001, na Região Norte (onde se inserem os concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses e Gondomar), indica o Censos desse mesmo ano, o nível de qualificação académica era globalmente mais baixo do que a média do país, apesar de se ter assistido a um aumento dos níveis médios de qualificação. Este aumento, como explica o instituto público, resulta da redução da proporção de indivíduos com níveis de qualificação mais baixos e de um acréscimo nos níveis superiores ao 2º ciclo do ensino básico, com excepção do ensino médio. Em termos da população por nível de qualificação académica, as mais relevantes diferenças entre sexos corresponderam aos níveis mestrado/doutoramento e bacharelato/licenciatura. No primeiro caso ocorria um maior predomínio masculino, no segundo feminino.

Constata-se ainda no quadro abaixo apresentado que, em 1991, 70,2% da população tinha como nível de qualificação máximo o 1º ciclo do ensino básico enquanto, em 2001, essa proporção diminuiu para 56,7%. Face a 1991, o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário foram os níveis de qualificação que registaram maiores subidas.

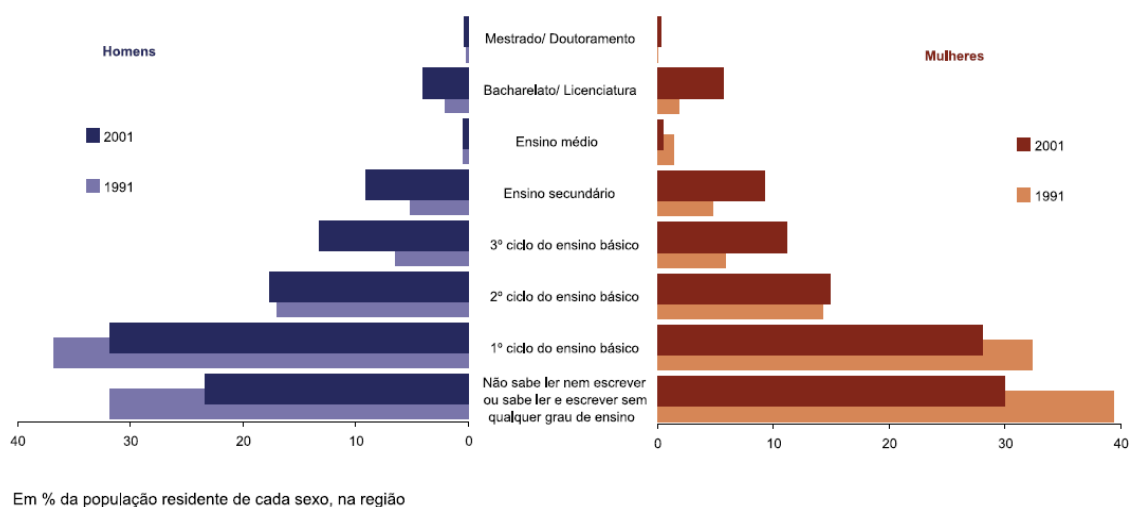


Figura 31 – Evolução, entre 1991 e 2001, da qualificação escolar dos portugueses residentes na Região Norte.(Fonte: INE).

Já na região de Lisboa (onde se insere o município de Oeiras), os dados do Censos de 2001 também apresentam claras melhorias, em relação aos resultados de 1991.

Em 2001, a região apresenta uma proporção de população com o 3º ciclo do ensino básico significativamente superior à do país, o que já sucedia em 1991. No entanto esta proporção cresceu mais na região do que no país, aumentando assim este diferencial.

Os concelhos de Oeiras e Cascais destacam-se com uma proporção superior à da região, 64% e 59%, respectivamente. (Este item será muitas vezes lembrado pelo presidente do Município de Oeiras, Isaltino Morais, como veremos ao longo deste trabalho). Lisboa e Sintra apresentam ainda um valor de 55% e o Seixal 53%. Os restantes concelhos apresentam valores inferiores aos da região, com destaque para Mafra, Palmela, Montijo e Alcochete, que têm os valores mais baixos.

Na última década o peso desta população cresceu de forma significativa em todos os concelhos da região, embora a um ritmo inferior nos concelhos com valores mais elevados em 2001.

Tal como em 1991, a população com ensino superior tem uma maior proporção na região do que no país. Todavia, o INE afiança que o ritmo de crescimento do país é ligeiramente superior ao da região.

A nível concelhio destaque para Oeiras, com uma percentagem de 22,7%, logo seguido de Lisboa (21%) e Cascais (19%). Os concelhos com valores mais diminutos situam-se na margem sul do Tejo: Moita (5,3%), Sesimbra (6,8%) e Montijo (6,9%).

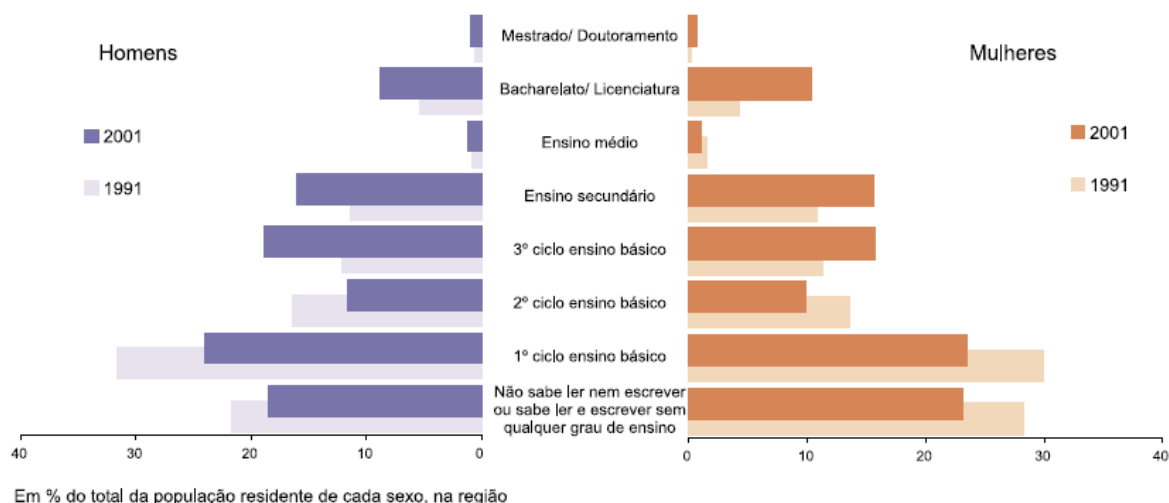


Figura 32 – Evolução, entre 1991 e 2001, da qualificação escolar dos portugueses residentes na Região de Lisboa.(Fonte: INE).

Para continuar a demonstrar a evolução do país na área educacional, os dados do INE de 2009 (no boletim “As pessoas”) sublinham o seguinte:

Alunos matriculados segundo o nível de ensino ministrado por NUTS II, ano lectivo 2008/2009
Students enrolled according to level of education provided by region, school year 2008/2009

	Nº			
	Educação pré-escolar	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário não superior
Portugal	274 628	1 283 193	498 327	683
Norte	94 920	484 167	182 596	176
Centro	81 046	266 047	110 754	222
Lisboa	72 019	327 908	129 843	222
Alentejo	19 824	84 706	35 484	40
Algarve	11 123	52 552	19 125	0
R. A. Açores	7 742	33 387	9 758	0
R. A. Madeira	7 954	34 426	10 767	23

Pre-primary education Basic education Secondary education Post-secondary non-tertiary education

Ensino superior – alunos inscritos segundo a natureza institucional do estabelecimento por NUTS II, ano lectivo 2009/2010
Higher education – students enrolled according to the nature of institution by region, school year 2009/2010

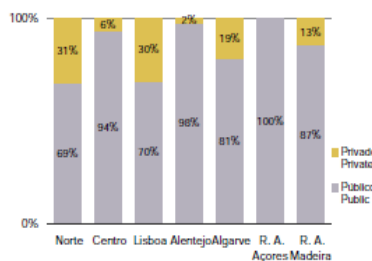


Figura33 – Alunos matriculados no ensino secundário em 2008/2009 e alunos inscritos no ensino superior público e privado no ano seguinte.(Fonte: INE).

Em termos de empregabilidade ou de relações laborais, o mesmo documento indica:

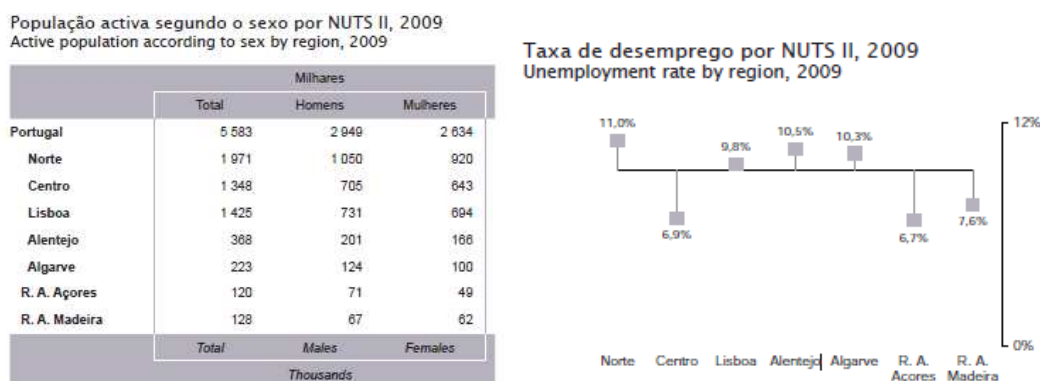


Figura34 – População activa e taxa de desemprego em 2009.(Fonte: INE).

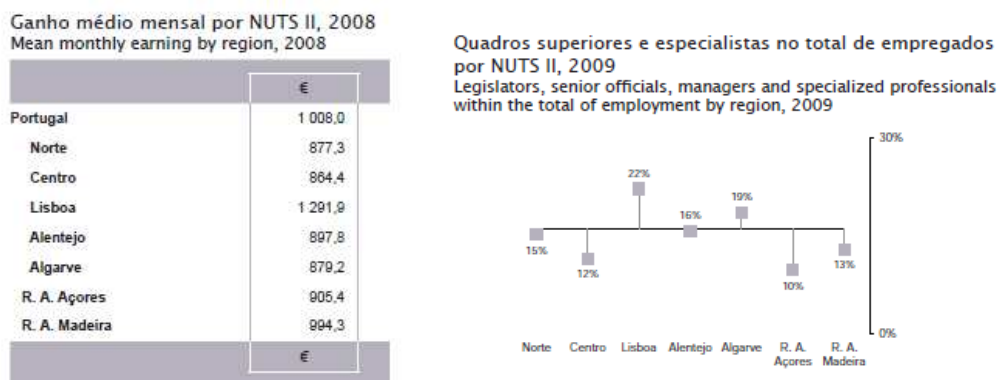


Figura35 – Ganho médio mensal em 2008 e taxa de quadros superiores no total dos empregados.(Fonte: INE).

Principais profissões da população empregada, Portugal, 2009
Most representative occupation of employed population, Portugal, 2009

	%	
1º Operários, artífices e trabalhadores similares	18,1	Craft and related trades workers
2º Pessoal dos serviços e vendedores	15,8	Service workers and shop and market sales workers
3º Trabalhadores não qualificados	11,7	Elementary occupations
4º Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	10,9	Skilled agricultural and fishery workers
5º Técnicos e profissionais de nível intermédio	9,5	Technicians and associate professionals
	%	

Figura36 – Principais profissões da população empregada em 2009.(Fonte: INE).

O Censos de 2001 informa que em relação à Região Norte, cerca de 32% dos indivíduos com 15 ou mais anos residentes na região eram activos do sexo masculino e 26% eram activos femininos. Esta discrepância, pode ainda ler-se no documento, ocorria, em maior ou menor escala, em todos os grupos etários. Por seu turno, cerca de 15% do mesmo grupo populacional eram inactivos (15 ou mais anos) do sexo masculino, sendo

26% a proporção de mulheres, clivagem observada em todos os grupos etários. No país, também era patente esta diferença, mas observava-se uma menor proporção de activos, de ambos os sexos, e uma maior proporção de inactivos, sobretudo entre os homens. Face a 1991, diminuiu a proporção de activos masculinos e aumentou a de activos femininos nos dois espaços. Se a este resultado se juntar a diminuição da proporção de inactivos femininos e o aumento da de inactivos masculinos, é possível concluir por uma alteração na composição da mão-de-obra, no sentido de uma maior participação feminina, face a 1991. A idade média da população activa era de 38 anos na região e 39 no país em 2001. Em ambos os espaços verificou-se um envelhecimento, em relação a 1991, da mão-de-obra disponível e da empregada (dos dois sexos), na linha da evolução global da população residente.

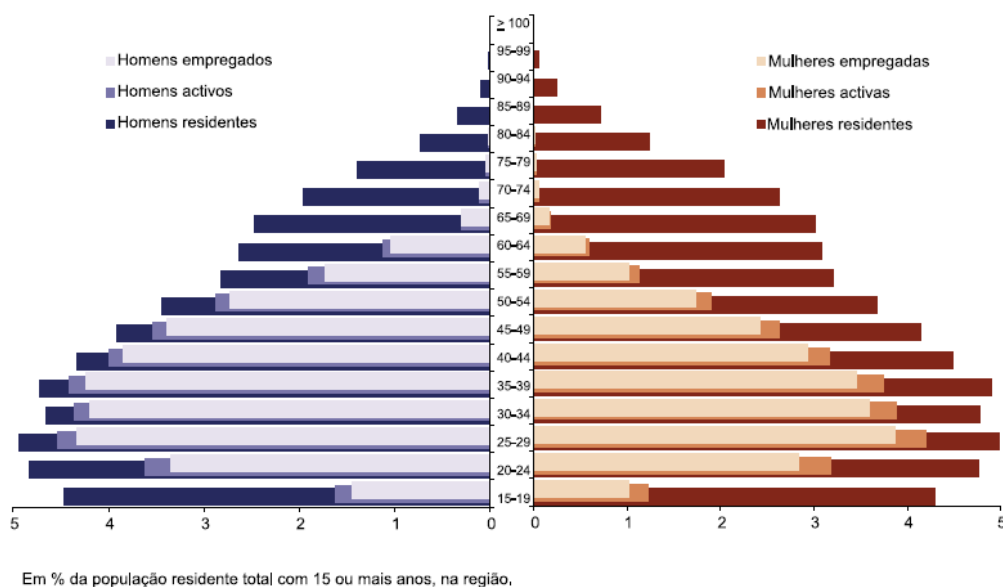


Figura 37 – Taxa de actividade na Região Norte.(Fonte: INE).

Em 2001, a taxa de actividade na região Norte ascendeu a 48,14%, valor ligeiramente inferior à média nacional (note-se que apenas as regiões de Lisboa e Algarve exibiram valores superiores a esta média). O Norte observou um acréscimo na taxa de actividade entre 1991 e 2001, acompanhando a evolução apurada ao nível nacional. Foi, todavia, a região que registou o menor acréscimo. No espaço geográfico centrado no Grande Porto (com excepção do Porto) e constituído pelos concelhos que lhe são próximos (do Cávado, Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga) localizavam-se, em 2001, as maiores taxas de actividade concelhias (destacando-se Vizela com o valor mais elevado: 54,70%). As menores taxas ocorreram em alguns concelhos do Douro e

Alto Trás-os-Montes (ocorrendo o mínimo em Vinhais: 27,64%). Face a 1991, verificou-se um aumento nas taxas de actividade generalizado a todas as NUTS III do Norte. É de salientar, todavia, que as quedas que ocorreram se localizaram sobretudo em alguns concelhos do Alto Trás-os-Montes e do Minho-Lima.

Na região de Lisboa, a população activa concentra-se maioritariamente entre os 20 e os 59 anos; a partir dos 60 anos verifica-se uma redução acentuada da proporção de activos. A proporção de homens empregados é maior do que a de mulheres em praticamente todos os grupos etários. A idade média da população empregada não apresenta diferenças significativas por sexo (40,1 anos para os homens e 39, 8 para as mulheres).

A diferença entre activos e empregados é maior nas mulheres do que nos homens em quase todos os grupos etários, excepto entre os 15 e os 19 anos, escalão em que ambos os sexos apresentam a mesma diferença e entre os 55 e os 64 anos, escalões onde a diferença é maior nos homens.

A idade média da população activa aumentou ligeiramente entre 1991 e 2001 (de 39 para 40 anos) na região, enquanto no país aumentou um pouco mais mas é ainda inferior à da região (de 37 para 39 anos).

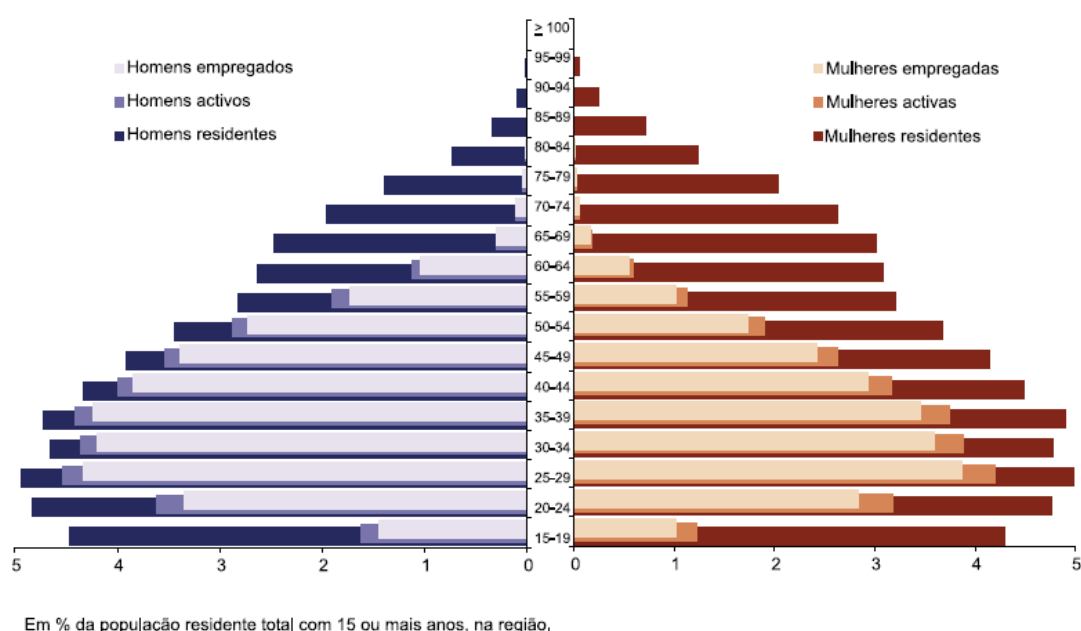


Figura 38 – Taxa de actividade na Região de Lisboa.(Fonte: INE).

No que concerne à saúde (em relação aos quatro concelhos em estudo estes dados serão avançados mais à frente), os dados do INE relativos, a 2009, e ao país, demonstram o seguinte:

Enfermeiros e médicos por 1 000 habitantes por NUTS II, 2009
Nurses and physicians per 1 000 inhabitants by region, 2009

	Nº	
	Enfermeiros	Médicos
Portugal	5,6	3,8
Norte	5,5	3,5
Centro	5,5	3,3
Lisboa	5,9	5,4
Alentejo	4,7	2,0
Algarve	4,7	3,0
R. A. Açores	7,0	2,1
R. A. Madeira	7,9	2,7
	Nurses	Physicians

Farmácias e postos de medicamentos por 10 000 habitantes por NUTS II, 2009
Pharmacies and mobile medicine depots per 10 000 inhabitants by region, 2009

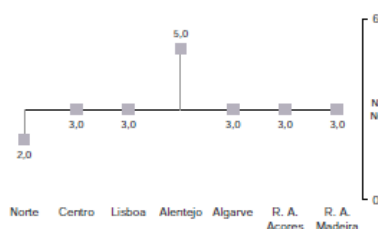


Figura 39 – Número de médicos, enfermeiros e farmácias em 2009.(Fonte: INE).

Hospitais oficiais e privados por NUTS II, 2008
Official and private hospitals by region, 2008

	Nº		
	Total	Oficiais	Privados
Portugal	189	92	97
Norte	57	25	32
Centro	46	30	16
Lisboa	55	24	31
Alentejo	9	6	3
Algarve	7	3	4
R. A. Açores	8	3	5
R. A. Madeira	7	1	6
	Total	Oficial	Private

Centros de Saúde com e sem internamento por NUTS II, 2008
Official clinics with and without in-patient system by region, 2008

	Nº		
	Total	Com internamento	Sem internamento
Portugal	377	34	343
Norte	108	6	102
Centro	109	5	104
Lisboa	54	0	54
Alentejo	59	5	54
Algarve	16	3	13
R. A. Açores	17	12	5
R. A. Madeira	14	3	11
	Total	With in-patient system	Without in-patient system

Figura40 – Número de hospitais de centros de saúde 2009.(Fonte: INE).

No entanto, o organismo público estudou outros indicadores, esmiuçando a questão das prestações sociais.

Beneficiários das principais prestações familiares da Segurança Social por NUTS II, 2009
Recipients of main family allowances of Social Security, 2009

	Nº
Portugal	1 303 107
Norte	495 694
Centro	272 408
Lisboa	321 797
Alentejo	82 791
Algarve	60 624
R. A. Açores	31 839
R. A. Madeira	31 632
	No

Beneficiários das principais prestações familiares segundo o tipo de prestação, Portugal, 2009
Recipients of main family allowances by type, Portugal, 2009

	Nº	
Total	1 303 107	Total
Abono de família para crianças e jovens	1 280 373	Family or child allowance
Subsídio por assistência de 3ª pessoa	12 764	Tertiary care allowance
Subsídio mensal vitalício	11 829	Monthly living allowance
Subsídio de funeral	18 141	Funeral grant
	No	

Figura41 – Beneficiários das principais prestações sociais.(Fonte: INE).

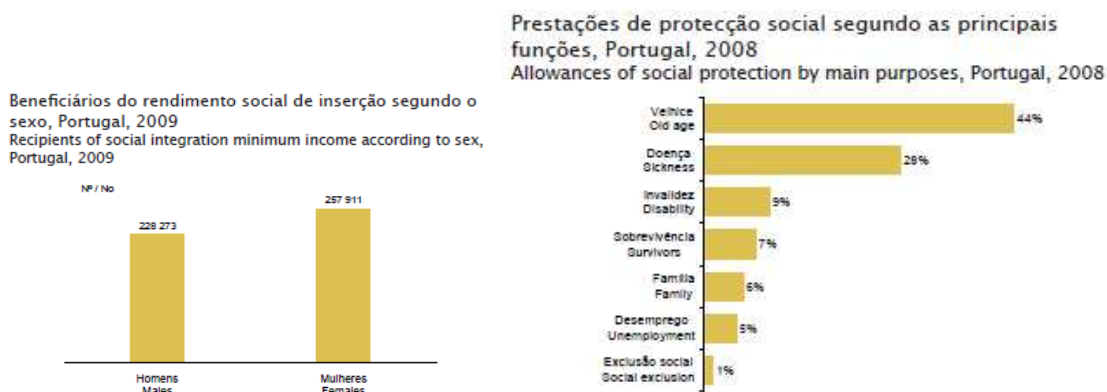


Figura42 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção.(Fonte: INE).

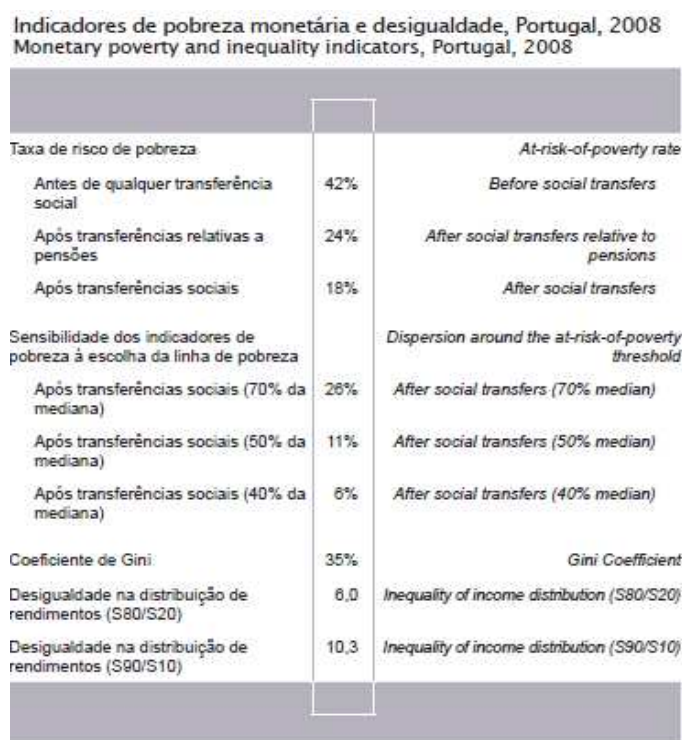


Figura43 – Indicadores de desigualdade e pobreza.(Fonte: INE).

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais segundo o sexo e o grupo etário, Portugal, 2008
 At-risk-of-poverty rate after social transfers according to sex and age group, Portugal, 2008

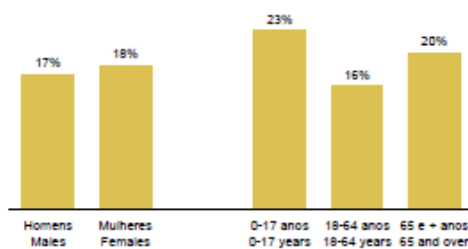


Figura44 – Taxa de risco de pobreza.(Fonte: INE).

Estes dados apurados pelo INE no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento entre 2004-2009 revelam uma situação preocupante em termos de pobreza e desigualdade social. Neste quadro geral do país, os quatro municípios em análise debatiam-se certamente com constrangimentos, aos quais os candidatos autárquicos Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais procuravam fazer frente.

4 O concelho de Felgueiras

O concelho de Felgueiras tem uma área de 115,7 km² e uma densidade populacional (Hab/km²) de 509,6. No capítulo da educação, o Anuário Estatístico da Região Norte relativo ao ano de 2008 indica que o concelho tinha uma taxa de pré-escolarização de 59,7%, situando-se nos 87% a taxa de alunos que concluíram o ensino secundário. A percentagem de alunos no ensino superior era de 10,9. Com dois estabelecimentos de ensino superior no concelho (um público e outro privado), os alunos aqui matriculados perfaziam 968. Embora tivesse estabelecimentos de ensino públicos e privados, a maioria dos alunos frequentou, no ano lectivo 2007-2008, o ensino público em Felgueiras, até completar o secundário. Por exemplo, de acordo com o INE, no 2º ciclo do ensino básico apenas 27 alunos estavam no ensino privado. No 3º ciclo estavam 93 e no ensino secundário 210. Assim sendo, a relação da autarquia com as escolas era muito importante, dadas as competências que a primeira detém na área do ensino.

Outras áreas importantes são o desporto e a cultura. O INE revela neste anuário de 2008 as despesas que as câmaras municipais do país tiveram nestes itens. Aqui Felgueiras investiu dois milhões e cento e cinquenta mil euros.

Os indicadores com a saúde também merecem particular atenção por parte da classe política, especialmente pelos candidatos ao cargo de presidente de Câmara. Nestes indicadores, o município estava com 2,1 enfermeiros para cada mil habitantes e tinha 0,6 médicos para o mesmo número de pessoas. Tinha um hospital privado, um centro de saúde com oito extensões. Recordo que a média nacional era de 5,6 enfermeiros e médicos de 3,8 por mil habitantes.

O mercado de trabalho tem igualmente números que importa reter. A performance económica é fundamental. Um concelho próspero. Esta é seguramente uma bandeira eleitoral exibida por qualquer candidato político ao poder. Em 2008, os felgueirenses a trabalhar tinham um ganho médio mensal de 619 euros. Destes, quase doze mil, de um total de perto de dezasseis mil, trabalhavam no sector secundário (nas fábricas de calçado, maioritariamente). Como veremos mais à frente, este concelho representa um papel extraordinariamente importante no sector, pois é aquele onde se produzem maior número de pares de calçado no país.

A protecção social é outro motivo de preocupação, sendo que também faz parte de praticamente todos os manifestos eleitorais, por todo o país. Este concelho tinha um valor médio anual das pensões de 3.643€ e 3.083€ de valor médio de subsídio de desemprego. 11 673: o número de pensionistas por invalidez, velhice e sobrevivência. Felgueiras tinha ainda 3 381 cidadãos a beneficiar do subsídio de desemprego e 2 056 recebiam o Rendimento Social de Inserção.

O país tinha em 2009, como já vimos atrás, 1 303 107 cidadãos a beneficiar das principais prestações familiares da Segurança Social. Destes, 495 694 eram do Norte e 3221 797 de Lisboa. No mesmo ano, relativamente ao Rendimento Social de Inserção, o INE diz-nos que no país os beneficiários desta prestação eram maioritariamente do sexo feminino (257 911) e os homens eram 228 273.

O capítulo dos indicadores de empresas por cada município deste anuário do INE indica que Felgueiras detinha uma densidade de 44,9 empresas por km², sendo que todas tinham menos de 250 trabalhadores. A sua actividade gerou um volume de negócios de 252,5 milhares de euros.

Mas como é que está o concelho, dois anos após o acto eleitoral que levou à presidência da Câmara Inácio Ribeiro?

No portal do município⁴ pode ler-se que o concelho, “repartido por 32 freguesias”, é constituído “por quatro centros urbanos: a Cidade de Felgueiras, a Cidade da Lixa, a Vila de Barrosas e a Vila da Longra”. Em termos económicos, “os bordados são uma das mais ricas tradições do concelho”, empregando cerca de 2/3 das bordadeiras nacionais”. Mas o texto destinado a apresentar o concelho afirma ainda:

Os sabores autênticos da gastronomia, a frescura e intensidade dos aromas dos vinhos e o ambiente de grande animação proporcionam momentos inesquecíveis. Dando corpo a essa riqueza, foi já constituída a “Confraria do Vinho de Felgueiras”, destinada a divulgar e defender o vinho e a gastronomia felgueirenses.

Felgueiras, com 59 000 habitantes é um dos concelhos com a população mais jovem do país e da Europa. Uma terra de excepção que aposta na valorização dos seus recursos humanos, na consolidação do campus politécnico, no desenvolvimento económico (pleno emprego e centro de negócios) e na consolidação das suas infra-estruturas.

Marcada pela invulgar capacidade empreendedora do seu povo é responsável por 50% da exportação nacional de calçado, por 1/3 do melhor Vinho Verde da Região e por um valioso património cultural. Felgueiras é um dos municípios com maior desenvolvimento do Norte do País.

De acordo com a Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS), o concelho de Felgueiras desempenha um papel de relevo na indústria nacional do calçado que, no país, “emprega 33 mil pessoas e a sua produção ronda dos 62 milhões de pares por ano” (APICCAPS, Monografia, 10).

Tal como a autarquia exhibe na sua página na internet, o concelho de Felgueiras lidera em termos de produção de calçado para exportar:

⁴Informações disponíveis em <<http://www.cm.felgueiras.pt/VSD/Felgueiras/vPT/Publica/OConcelho/Apresentacao/>>. [Em linha]. [Consultado em 12-07-2011].

Origin of exports - 4 main counties (value), 2010
 Origem das exportações - 4 principais concelhos (valor), 2010

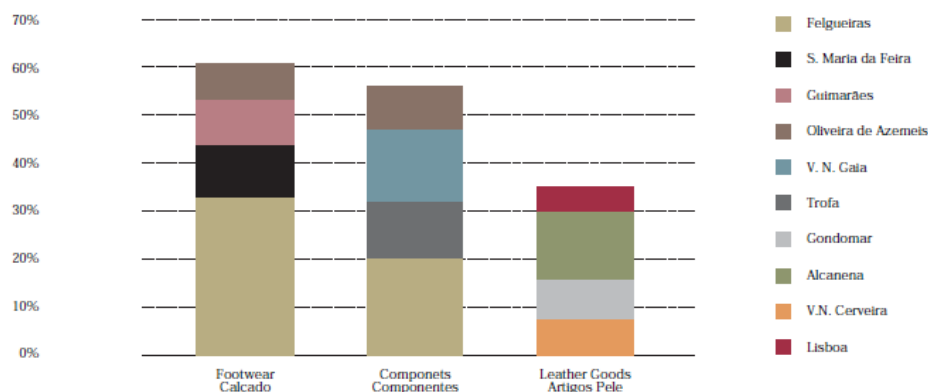


Figura45 – Felgueiras é o principal concelho exportador de calçado do país.(Fonte: APICCAPS).

Este gráfico dá ainda informação sobre a actividade do concelho de Felgueiras relativamente aos artigos em pele que produz e que posteriormente são usados na produção de calçado. A indústria do calçado envolve três vertentes: calçado, componentes e artigos em pele. Como se pode verificar no gráfico seguinte, os componentes e o calçado propriamente dito é que dão emprego aos felgueirenses que estão nesta indústria. Os artigos em pele têm no concelho de Santa Maria da Feira o seu principal pólo de desenvolvimento.

Percentage of the industry's employees per county (2009)
 Percentagem dos trabalhadores da indústria por concelho (2009)

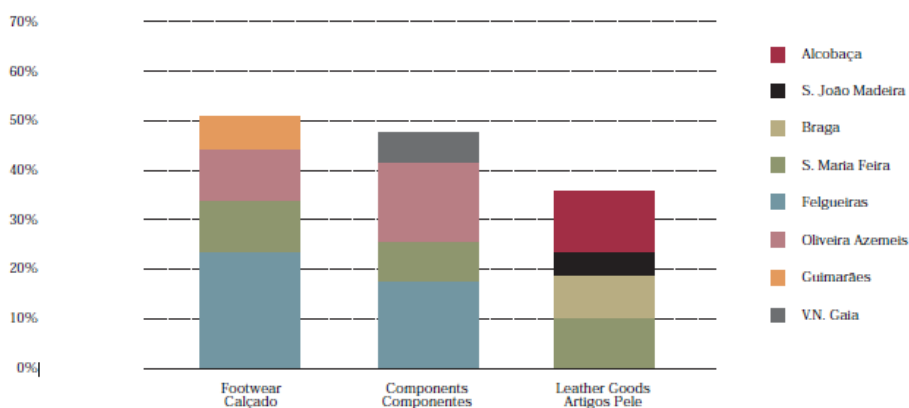


Figura46 – Quase metade de todos os trabalhadores do calçado estão em Felgueiras.(Fonte: APICCAPS).

World Top Footwear Exporters - 2009
Lista dos Maiores Exportadores Mundiais de Calçado - 2009

Value: Million USD Valor: Milhões de Dolares	Exports Exportações	Share in Country Total Exports Quota nas Exportações Totais do País
China China	26 571	2,21%
Italy Itália	8 189	2,01%
Hong Kong Hong-Kong	4 502	1,37%
Vietnam Vietname	4 071	7,13%
Belgium Bélgica	3 464	0,94%
Germany Alemanha	3 195	0,28%
Spain Espanha	2 487	1,11%
Netherlands Holanda	2 236	0,52%
France França	1 801	0,39%
Portugal Portugal	1 553	3,58%

Figura 47 – Portugal foi o 6º maior exportador de calçado em 2009.(Fonte: APICCAPS).

Para além do sector do calçado, a autarquia destaca ainda as actividades económicas do vinho e dos bordados. Embora o pão-de-ló de Margaride dê também muita fama à terra.

No que concerne à produção de vinho verde, a Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes assegura que na campanha de 2008/2009 o concelho de Felgueiras produziu 6.918,300 litros, ocupando o terceiro lugar numa lista encimada por Penafiel e com Amarante na segunda posição. Registo aqui que de acordo com a mesma comissão, Gondomar produziu 251,153 litros e o Marco de Canaveses 1.774,650. Dos quatro concelhos em estudo, fica, portanto a faltar, Oeiras; que não está nesta listagem, uma vez que não está inserido na região de produção dos vinhos verdes.

5. O concelho de Gondomar

O concelho de Gondomar, descreve o Anuário Estatístico da Região Norte de 2008 do INE, tem uma área de 131,9km². Com uma densidade populacional de 1 318,9 hab/km², o concelho tinha nesta altura 46 unidades de educação pré-escolar públicas e 16 privadas. No ensino secundário havia quatro instituições e no privado três.

A pasta da educação sempre mereceu atenção por parte de Valentim Loureiro, que ganhou pela primeira vez a cadeira do poder executivo em Gondomar no ano de 1993,

pelo PSD. Recordo que foi reeleito, pelo PSD, nas eleições Autárquicas de 1997 e de 2001. Depois, já como independente, voltou para este mesmo cargo, em 2005 e 2009.

A “paixão” pela educação levou mesmo o major a desenvolver algumas iniciativas que marcaram a agenda da comunicação social, bem como a memória de muitas crianças de Gondomar. O programa “Gondomar sabe voar”, por exemplo, consistia em levar os mais pequenos – de avião – a Lisboa.

O anuário do INE indica que no ano lectivo de 2007/2008, frequentaram o 1º ciclo 7 238 crianças. Não indica, no entanto, quais os montantes envolvidos nestas actividades.

Já no que concerne à cultura e ao desporto, a percentagem das despesas nestes itens no total das despesas da autarquia situou-se nos 9,5%, atingindo 7 250 milhares de euros em 2008.

No indicador saúde, Gondomar tinha dois enfermeiros e 2,5 médicos por cada mil habitantes. A média nacional é de 5,6 enfermeiros e 3,8 médicos.

Contava com um hospital (privado) e dois centros de saúde com 16 extensões. O país tinha à data 189 hospitais (92 oficiais e 97 privados) e 377 centros de saúde.

Em termos laborais, o concelho possuía 18 380 trabalhadores por conta de outrem, sendo que a maioria (10 582) estava no sector terciário. Os outros estavam praticamente todos no sector secundário.

O seu ganho médio mensal era de 766,81€. O município apresentava um valor médio anual de pensões (invalidez, velhice e sobrevivência) de 4 546€, sendo mais baixo o valor médio do subsídio de desemprego: 3 102€.

Quanto aos indicadores de empresas por município, Gondomar exhibe uma densidade de empresas de 115,2 por km², todas com menos de 250 funcionários. Aliás, a média de pessoal ao serviço por empresa era de 2,3, ao que não será alheio o facto de Gondomar ser apelidado de terra da filigrana e dos ourives. Normalmente são empresas familiares, com um número muito reduzido de trabalhadores.

De resto, é tudo isto que a autarquia destaca no seu sítio na internet⁵:

O Rio Douro ao longo de 32 Km – desde Melres até Valbom – acompanha Gondomar, sendo este concelho possuidor, através da sua relação com o rio, de um Património Etnográfico único, de costumes ancestrais, que o atestam a pesca da lampreia e a pesca artesanal que ainda se praticam na freguesia da Lomba.

Gondomar é, igualmente, terra de tradições agrícolas, onde, ainda, alguns lavradores praticam a chamada agricultura tradicional – que se traduz numa forma de trabalhar a terra que se vai transmitindo de geração em geração, ao longo dos séculos.(...)Em termos de Património Histórico, é importante a assinatura em Valbom da Convenção de Gramido, no ano de 1847, a qual pôs fim à guerra civil que na altura assolava o nosso país. Actualmente, a casa onde foi assinada a Convenção foi totalmente recuperada no âmbito do Programa Polis. Propriedade da Câmara Municipal, a Casa Branca está classificada como Imóvel de Interesse Público.

No que toca ao Património Artístico, existem belas igrejas com talha dourada e azulejos, como é o caso das de S. Cosme, Rio Tinto e Foz do Sousa, que destacamos. Ainda no âmbito da azulejaria, é de realçar o conjunto de painéis existentes na Estação de Caminhos de Ferro de Rio Tinto, da autoria do pintor João Alves de Sá, provenientes da Fábrica Viúva Lamego, datados de 1936. Os referidos painéis ilustram aspectos da vida quotidiana de Rio Tinto, na altura, bem como a lenda que deu origem à atribuição do nome Rio Tinto. É de mencionar, a ourivesaria de Gondomar, actividade que regista uma muito considerável percentagem da produção nacional.

Para ilustrar esta actividade dos gondomarenses, socorri-me das informações que a Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal (AORP) tem sobre o sector, embora os dados sejam apresentados por distritos e não por concelhos. Todavia, a fasquia atribuída ao distrito do Porto (onde se insere Gondomar) é muito significativa.

No documento “Mapa XXL: diagnóstico sectorial ourivesaria portuguesa”, relativo ao ano de 2010, constata-se o seguinte:

⁵Informações disponíveis em <http://www.cm-gondomar.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=28943>. [Em linha]. [Consultado em 23-09-2011].

NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS DE OURIVESARIA EM PORTUGAL Actividades Fabricação, 2010	TOTAL EMPRESAS	
	2010	
	Nº	REPRESENTATIVIDADE
AVEIRO	14	2,2%
BRAGA	55	8,5%
BRAGANÇA	-	0,0%
COIMBRA	12	1,9%
ÉVORA	1	0,2%
FARO	4	0,6%
GUARDA	1	0,2%
LEIRIA	2	0,3%
LISBOA	91	14,1%
MADEIRA	3	0,5%
PORTO	433	67,0%
SANTARÉM	5	0,8%
SETÚBAL	16	2,5%
VIANA DO CASTELO	1	0,2%
VILA REAL	5	0,8%
VISEU	3	0,5%
TOTAL	646	100,0%

Figura48 – Total de empresas de ourivesaria em Portugal em 2010.(Fonte: AORP).

Se o distrito do Porto é dominante em termos de número de empresas, o número de empregados por cada empresa é bastante diminuto.

DIMENSÃO DO SECTOR OURIVESARIA. PORTUGAL, 2008 E 2009

	NÚMERO DE EMPRESAS	NÚMERO DE TRABALHADORES	VALOR DA PRODUÇÃO	NÚMERO DE PESSOAS EMPREGADAS POR EMPRESA
2008	1144	3021	131,8	2,6
2009	1115	2835		

Figura49 – Dimensão do sector da ourivesaria.(Fonte: AORP).

Apesar destes condicionalismos, o estudo da AORP indica que, em termos europeus, Portugal ocupava “o 7º lugar do ranking no que concerne à produção de ourivesaria, em 2009” (AORP, Mapa XXL: diagnóstico sectorial ourivesaria portuguesa, 10).

Este “bom posicionamento relativo”, pode ler-se ainda no mesmo documento, que se “refere aos valores absolutos da produção, em milhões de euros”, difere, no entanto, dos países que ocupam os lugares da frente: Itália (1º), França (2º), Espanha (3º), Reino Unido (4º) Alemanha (5º) e Grécia (6º).

A AORP afirma ainda que “em valores absolutos é de notar uma contracção no valor da produção, que em 2004 era de 182 milhões de Euros e em 2008 representava 171 milhões de euros”.

6. O concelho de Marco de Canaveses

O concelho do Marco de Canaveses tem uma área de 203 km² e uma densidade populacional de 273,8 habitantes por km², indica o Anuário Estatístico da Região Norte produzido pelo INE e referente ao ano de 2008.

No sítio do município na internet ⁶ pode ler-se a seguinte caracterização socioeconómica:

O Concelho é repartido por 31 freguesias, possuindo, actualmente, uma população com mais de 54 mil habitantes. No Concelho apenas 865ha de solo são considerados férteis e produtivos. O milho é o cereal mais cultivado, o pinheiro bravo a árvore que mais abunda e a vinha a que mais rendimento gera.

O solo marcoense é tipicamente granítico. A existência de algumas vertentes com declive bastante acentuado e de vales encaixados, por onde correm rios e regatos devem-se a acidentes de origem tectónica. Abundam ainda colinas com altitudes médias inferiores a 400m.

Face à construção da Barragem de Carrapatelo, no rio Douro, e à do Torrão, no Tâmega, as terras ribeirinhas ficaram mais atractivas, proporcionando deste modo a prática de desportos náuticos nas Albufeiras que a estas se encontram afectas. É de salientar que a navegação fluvial e a pesca, são práticas já consideradas tradicionais.

As águas medicinais também se encontram presentes neste Concelho (em Sobretâmega), denominadas como Caldas de Canaveses. A água destas termas é classificada como sulfurosa, possuindo uma temperatura de 35° e está indicada para dermatoses, reumatismo, doenças respiratórias crónicas e certas afecções ginecológicas.

Em termos de indústria, é a exploração e tratamento de granito, a têxtil, a construção civil e a metalúrgica que ocupam grande parte do sector.

Voltando aos números do INE, e em termos de estabelecimentos de educação, o concelho tinha 56 do pré-escolar público e um privado em 2008. A falta de investimento privado neste sector era transversal aos outros graus de ensino, pois só o 3º ciclo e o ensino secundário detinham uma escola privada, cada um. Até ao ensino secundário estavam matriculados no Marco de Canaveses, no ano lectivo 2007/2008, 10659 alunos.

⁶Informação disponível em <[81](http://www.cm-marco-canaveses.pt/index.php?info=YTo0OntzOjQ6Im1lbnUiO3M6MzoiY2FtIjtzOjM6Im1pZCI7YToyOntpOjA7czoxOiIxIjtpOjE7czoyOiI3MSI7fXM6MzoiY2lkIjtzOjI6IjcxIjtzOjEzOiI2ZXJzYW9fdGFhZWxhIjtzOjY6Im9ubGluZSI7fQ>. [Em linha]. [Consultado em 23-09-2011].</p></div><div data-bbox=)

Os custos do município com as actividades escolares não constam do documento, ao contrário dos gastos com a cultura e com o desporto. Estes itens juntos absorveram 2 234 milhares de euros.

Quanto ao sector da saúde, o Marco de Canaveses apresenta, de facto, níveis bem diferentes de Gondomar, por exemplo. A distância do Porto pode ser uma justificação possível para ter apenas 1,5 enfermeiros e 0,5 médicos para cada mil habitantes. No caso dos médicos, Gondomar granjeou 2,5. Mas a média nacional indica 5,6 enfermeiros e 3,8 médicos.

Um hospital público, um privado e um centro de saúde com sete extensões constituíam as respostas em termos de equipamento. O país, como já referi, tinha 189 hospitais, dos quais 92 eram oficiais e 97 privados.

Os indicadores do mercado de trabalho revelam que os marcoenses auferiam um ganho médio mensal de €664,20; 10 333 indivíduos trabalhavam por conta de outrem, a esmagadora maioria no sector secundário (7 464 e quase 2 800 no terciário). No sector primário estavam apenas referenciadas 73 pessoas.

7. O concelho de Oeiras

Em 2008, de acordo com o Anuário Estatístico da Região de Lisboa elaborado pelo INE, o município de Oeiras, com uma área de 45,8 km², apresentava uma densidade populacional de 3 758,1 Hab/km².

No que concerne à educação, o município tinha 16 estabelecimentos do ensino pré-escolar públicos e 59 privados. No primeiro ciclo a ordem público/privado inverteu-se, pois havia 38 equipamentos públicos e 13 privados.

Nos 2º e 3º ciclos existiam duas escolas privadas em cada, enquanto o 2º ciclo dispunha de 11 equipamentos públicos e o 3º 17. No ensino secundário, Oeiras tinha oito escolas públicas e três privadas.

No ano lectivo 2007/2008 estavam matriculados: 19 689 alunos do 1º ciclo; 9 539 no 2º; 14 673 no 3º e 10 492 no ensino secundário.

A evolução no ensino está bem patente nos dados do INE que constam do Censos 2011 e que a Câmara disponibiliza no seu sítio da internet, na publicação “Factos e Números”:

Grau de Ensino da População Residente no concelho de Oeiras, 2001

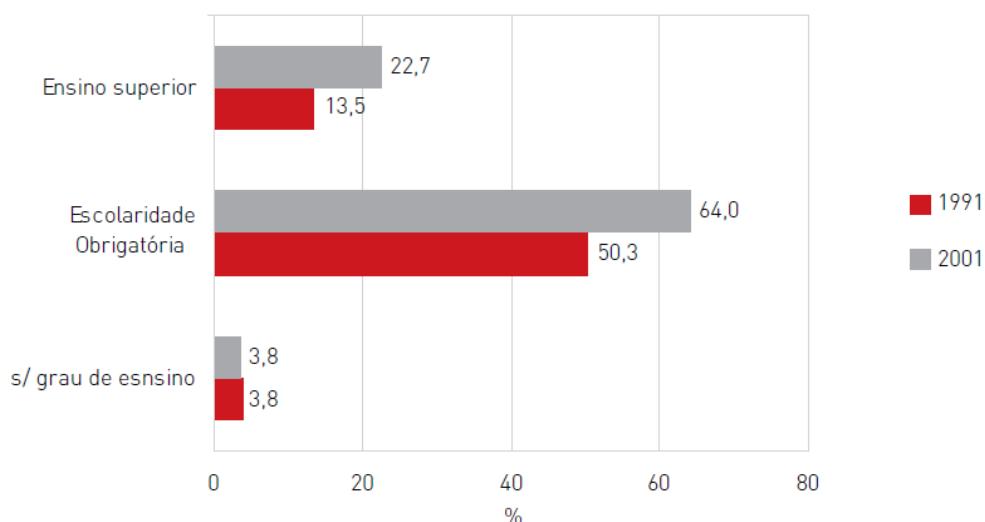


Figura50 – Grau de ensino da população do concelho de Oeiras.(Fonte: Câmara Municipal de Oeiras).

Em termos de despesas com as actividades culturais e desportivas, o INE acrescenta que Oeiras gastou, no ano de 2008, 10 330 milhares de euros.

Por outro lado, os indicadores da saúde revelam que o município tinha 3,7 enfermeiros para mil habitantes e 8,5 médicos. Noto aqui que o número de médicos ultrapassa claramente a média nacional (3,8) e que a dos enfermeiros ainda se encontra abaixo, pois a nacional é de 5,6. Estes profissionais desempenhavam funções, nomeadamente, nos dois hospitais existentes – um público e outro privado. O país tinha 189, 92 públicos (oficiais) e 97 privados.

Os dados do mercado de trabalho ditam que Oeiras 64 908 trabalhadores por conta de outrem; destes 3º pertenciam ao sector primário, 10 662 ao secundário e 54 216 ao terciário.

O número de empresas por km² era de 501,7, que alcançaram um volume de negócios por empresa de 1 045,00 milhares de euros.

De acordo com as informações do município, disponíveis na publicação “Factos e Números”, em 2008 era esta a distribuição geográfica dos principais pólos empresariais do concelho:

ÁREAS EMPRESARIAIS				
Freguesia	Nº	Designação	Área (m²)	Total (ha)
Algés	2	Área Empresarial Alto do Duque	4886.7	15,9
		Área Empresarial de Miraflores	153798.1	
Barcarena	1	ZIE Queluz de Baixo	593459.2	59,3
Carnaxide	6	Área Empresarial dos Barronhos	20275.4	131,4
		Área Empresarial Outurela/Portela	6522.1	
		ZIE Alto do Montijo	25639.3	
		ZIE Carnaxide	569821.4	
		ZIE Outurela/Portela	674133.6	
		ZIE Valejas	17952.2	
Linda-a-Velha	4	Área Empresarial Carris	115523.6	25,1
		Área Empresarial Edifícios Atlas	10602.8	
		Complexo de Escritórios Largo de Lagoa	18891	
		ZIE Linda-a-Velha	106083.3	
Paço de Arcos	2	Quinta da Fonte	127737.8	33,1
		ZIE Paço de Arcos	203608.2	
Porto Salvo	4	Lagoas Park	165904.6	141,2
		Office 2 Office	25403.8	
		Tagus Space	57706.5	
		Taguspark	1162705.5	
Queijas	1	Área Empresarial Linda-a-Pastora	17077.5	1,7

Figura 51 – Pólos empresariais do concelho de Oeiras.(Fonte: Câmara Municipal de Oeiras).

7.1 Tecnologia de ponta e 21 bairros sociais

Quando foi eleito pela primeira vez, em 1986, Isaltino Morais encontrou um município necessariamente diferente daquele que tem agora, um quarto de século sob o seu domínio. A habitação social, naquele que é conhecido nos últimos anos como um dos concelhos mais prósperos e tecnologicamente avançados do país, esteve sempre na mira do autarca. No sítio da Câmara Municipal⁷ pode ler-se:

A habitação é uma preocupação antiga do Concelho de Oeiras. A vontade de reabilitar, disciplinar e valorizar o nosso parque habitacional remonta há cerca de 20/30 anos, com as denominadas operações SAL e, mais tarde, com o Plano Especial de Realojamento (PER) dado por concluído em 2003. Os objectivos eram os de recuperar os núcleos degradados do Concelho, construir novos equipamentos e, sobretudo, devolver a dignidade às 4000 famílias que viviam na condição sub-humana das barracas. E foi assim que Oeiras mudou. De um Concelho desequilibrado, ameaçado por graves manchas de exclusão, nasceu um espaço harmonioso, capaz de integrar diferentes comunidades, etnias, culturas e modos de vida reunidos numa única esperança: uma vida melhor para todos. O programa Habitar Oeiras é o passo seguinte. Nos próximos 10 anos vamos valorizar e muito a qualidade habitacional do Município, criando condições para que Oeiras seja um espaço de harmonia e de excelência, como nenhum outro em Portugal. Vamos dar início a um conjunto estruturado de intervenções, obedecendo a regras simples, exigentes e transparentes. Assim, no total serão construídos e reabilitados 2700 fogos, num investimento superior a 150 milhões de euros que será realizado pela Autarquia e pela Administração Central ou, nalguns casos, recorrendo a várias parcerias com privados. Com uma visão integrada do desenvolvimento conseguiremos que ninguém fique para trás.

Esta visão social do autarca pode ter tido repercussão eleitoral. Aliás, e a ter em conta os dados que a câmara tem no seu sítio oficial, Isaltino seguiu a política do “crescei e multiplicai-vos” em relação ao parque habitacional municipal.

Dos 21 bairros⁸, apenas três foram erguidos sem a sua anuência, pois a construção é anterior à sua chegada ao poder. Espalhados por várias freguesias, os bairros são

⁷Câmara Municipal de Oeiras.03 08.

2011. <<http://www.cmoeriras.pt/amunicipal/OeirasProjecta/Habitacao/HabOeiras/Paginas/HabitarOeiras.aspx>>.

⁸Câmara Municipal de Oeiras. 03.08.2011. <<http://www.cmoeriras.pt/amunicipal/OeirasProjecta/Habitacao/ParqueHab/BairrosMunicipais>>.

morada de 16 281 pessoas. Trata-se de um número superior ao total de habitantes de muitos concelhos nacionais. A título de exemplo, recorro aqui os dados preliminares avançados pelo INE sobre o Censos 2011⁹. O Marco de Canaveses tem uma população residente de 53 569, Felgueiras conta com 58 084. Os números aumentam claramente em Gondomar (168 205) e, claro, em Oeiras – 172 063 residentes. A ter em conta estes dados, em 2011, os habitantes dos bairros de Oeiras representam 9, 46% da população.

Em 2009, esta percentagem deveria ser muito semelhante, pois (e apesar das variações da população), o “grosso” dos bairros foi construído até 2004, à exceção do bairro do Alto dos Barronhos, em Carnaxide, cuja construção teve início em 2001 e terminou apenas em 2008. Sublinho que é o maior, pois tem capacidade para albergar 2. 730 pessoas.

Mas não é esta a imagem de Oeiras. Oeiras é inovação, poder industrial e económico. É o cluster do cluster nacional. É um concelho sofisticado, chique mesmo. Pelo menos é o que o executivo autárquico defende. Lê-se, uma vez mais na página oficial do município¹⁰, que o concelho é o novo paradigma de desenvolvimento nacional:

Oeiras há muito que estabeleceu uma relação com os Estados Unidos da América. Quando elevamos Oeiras a um concelho de qualidade, erradicando as barracas, dando-lhe identidade, garantindo a igualdade a todos os que aqui residem, redefinindo o território, dando largas à imaginação, construindo espaços verdes que oferecem qualidade à nossa região, afastamos as indústrias poluentes e, caminhamos na sonda da sustentabilidade, transformamo-nos num concelho de referência e abrimos caminho para uma política de internacionalização qualitativa.

Oeiras distingue-se por ter uma das maiores qualidades de vida do país, nomeadamente com o maior poder de compra, a maior concentração de classes A+B, a maior concentração de licenciados per capita país, a maior concentração de empresas de base tecnológica, a maior concentração de multinacionais a operar em Portugal, ou seja, Oeiras transformou-se num concelho que não tem rival em Portugal.

(...) Apelidados de Silicon Valley português aquando da constituição do Taguspark, Oeiras continuou na senda da tecnologia. Criando mais e mais parques empresariais. Mais emprego e mais progresso. Já nos anos noventa, o epitáfio parecia denunciar o modelo de desenvolvimento

⁹Instituto Nacional de Estatística. 03.08.2011. <http://www.ine.pt/scripts/flex_v10/Main.html>.

¹⁰Câmara Municipal de Oeiras.23.09.2011.

<http://www.ine.pt/scripts/flex_v10/Main.html<http://www.cm-oeiras.pt/municipio/RelIns/Geminacoes/Paginas/NovoParadigmaDesenvolvimento.aspx>>.

que cresceu idêntico a modelos de desenvolvimento existente nos Estados Unidos da América. A ligação foi-se criando e consolidando com a implementação de algumas das maiores e melhores empresas americanas em território Português.

Oeiras vive hoje o início de um novo ciclo de desenvolvimento. Atingida a liderança dos principais indicadores de desenvolvimento a nível nacional, queremos expandir a nossa competitividade a nível internacional. Na era da globalização, queremos continuar a atrair novas e maiores empresas. Escolhemos como principais cluster's de desenvolvimento as novas tecnologias, nomeadamente as tecnologias de informação, comunicação e as biotecnologias.

Estamos a criar condições de excelência e de atratividade para o nosso concelho com novos centros de investigação e de desenvolvimento tecnológico, tanto nacional como internacional. E é neste quadro que a presença dos EUA em Oeiras poderá conhecer uma nova e vibrante fase. A noção de competição internacional que as regiões adoptam e assumem no sistema internacional tem, nos dias de hoje, contornos diferentes, de anos transactos.

As geminações que levamos a cabo no passado, foram realizadas sob a directriz da política externa Portuguesa, as chamadas cooperações solidárias, onde complementando o papel do Estado, as câmara municipais com maior disponibilidade, tal como a de Oeiras, levaram a cabo vários processos de colaboração, de edificação, de solidariedade, com a perspectiva de defender a língua, bem como de fazer pontes firmes e coesas entre a população emigrante residente no concelho com as suas terras natais, tais como o Mindelo, Inhambane, entre outras. Mesmo a este nível, queremos dar um salto, um salto qualificativo. A competitividade internacional não se ganha apenas pela relação Estado a Estado, ou seja, não é o Estado no seu todo que defende as potencialidades e especificidades de determinadas regiões. São as regiões que livremente e que de acordo com as grandes directrizes, os grandes vectores estratégicos da política externa de cada uma, a irem à procura de outras regiões com processos de desenvolvimento semelhantes permitindo, ter aí, uma ponte de ligação que possibilite desenvolver sinergias comuns. Oeiras quer e vai ser uma das regiões mais competitivas da Europa e, para isso, quer tornar-se numa porta privilegiada de entrada de algumas regiões dos EUA na Europa e em África. Na Europa, porque oferece condições economicamente competitivas, circundadas por um ambiente de segurança e de elevados padrões de qualidade de vida. Em África, porque fruto de uma intensa política de geminações com todos os Estados Africanos de Língua Oficial Portuguesa, traduzida numa política de cooperação com resultados visíveis e concretos.

O que nos liga a alguns estados norte-americanos é mais do que se pode, à primeira vista, pensar. Identificando o nosso target, verificamos que Cambridge tem uma grande comunidade portuguesa, bem como não podemos esquecer que uma das partes que queremos potenciar é a componente do ensino e investigação. E, relativamente a este campo, não esquecemos que Cambridge tem das melhores universidades do mundo, nomeadamente Harvard e o MIT (Massachusetts Institute of Technology). A partir da base científica já localizada no concelho, nomeadamente as unidades de conhecimento do Taguspark, Instituto Gulbenkian de Ciência, a Estação Agronómica Nacional, será possível criar um Oeiras Valley com a complementaridade do ensino e investigação que cimentará estas áreas.

Nesta nova fase de internacionalização em que nos encontramos, a ligação aos EUA continua a representar um vector estratégico de primordial importância. Há bem pouco tempo, recebemos uma visita do Senador Estadual Marc Pacheco. Visita essa que serviu para aprofundar as relações bilaterais entre os dois países, Estados Unidos e Portugal, em particular entre Massachusetts e Oeiras.

Para este trabalho tentei entrevistar Isaltino Morais. Pretendia a sua visão sobre os acontecimentos: as vitórias eleitorais, os processos judiciais, as querelas partidárias, as ferramentas de comunicação política de que dispõe. Não foi possível. A indisponibilidade foi sempre anunciada pela assessora de comunicação. Numa das tentativas, a resposta foi a seguinte: “osr. Presidente não se quer expor. Ainda está tudo muito fresco. O melhor é consultar o processo, que é público”.

8. Anotações:

- Os dados provisórios do Censos 2011 (em comparação com o de 2001) indicam que Felgueiras, Gondomar, Marco de Canaveses e Oeiras aumentaram a sua população residente.
- Em termos socioeconómicos, o concelho de Oeiras destaca-se dos outros três em estudo, ultrapassando mesmo em alguns sectores (ensino, por exemplo) a média nacional. Tem o maior número de doutorados e licenciados do país.
- Oeiras é o Silicon Valley¹¹ português. Apelidado assim graças ao parque tecnológico que implementou e desenvolveu. Todavia, mais de 9% da sua população reside em bairros municipais, mandados construir por Isaltino Morais.

O próximo capítulo incidirá sobre os resultados eleitorais obtidos por Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais nas eleições de Outubro de 2009.

¹¹ Em Paredes está a ser construída a cidade inteligente: o PlanIT Valley, que também acolherá muitas companhias tecnológicas de renome, algumas sediadas em Silicon Valley, Califórnia, Estados Unidos da América. O objectivo para Paredes “é criar uma cidade piloto que será o modelo das cidades do futuro, com uma comunidade muito focada nos técnicos e trabalhadores na área tecnológica”. <“Cidade do futuro em Paredes representa investimento de dez mil milhões”. *Público* 28.06.2010: Web. <<http://www.publico.pt/Tecnologia/cidade-do-futuro-em-paredes-representa-investimento-de-dez-mil-milhoes-1444256>>.

CAPÍTULO IV – Resultados eleitorais Autárquicas 2009

1. Contas aos boletins de voto

As eleições autárquicas que tiveram lugar a 11 de Outubro de 2009 deram a vitória ao Partido Socialista (PS). Apesar de a abstenção (ou, pelo menos, o que se considera como tal, como veremos no ponto 2) atingir níveis elevados (40,99%, enquanto as eleições de 2005 registaram 39,06%, de acordo com o dados da Direcção Geral da Administração Interna¹²), o facto é que o PS conquistou mais votos e consequentemente maior número de mandatos. Todavia, aqui apenas estão em análise os resultados para o órgão executivo, excluindo os resultados para as assembleias municipal e de freguesia, cujo escrutínio decorre em simultâneo.

Segundo a fonte governamental, o PS obteve 37,67% dos votos (921 mandatos); o PPD/PSD 22,95% (666 mandatos); a coligação PPD/PSD.CDS-PP 9,71% (157 mandatos); a coligação PCP-PEV 9,75% (174 mandatos); o CDS-PP: 3,09% (37 mandatos) e o BE. 3,02% (9 mandatos). Destaco estes, mas como se pode verificar no Gráfico nº 1, foram 13 as propostas que mereceram aprovação dos eleitores, a ponto de lhes ser conferir mandatos autárquicos.

Refira-se que o Grupo de Cidadãos (onde se enquadram, entre outras, as candidaturas independentes de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais) arrecadou 4,07% dos votos, conseguindo 67 mandatos.

¹²Direcção Geral da Administração Interna. 2009. 13 07. 2011 <<http://www.legislativas2009.mj.pt/>>.

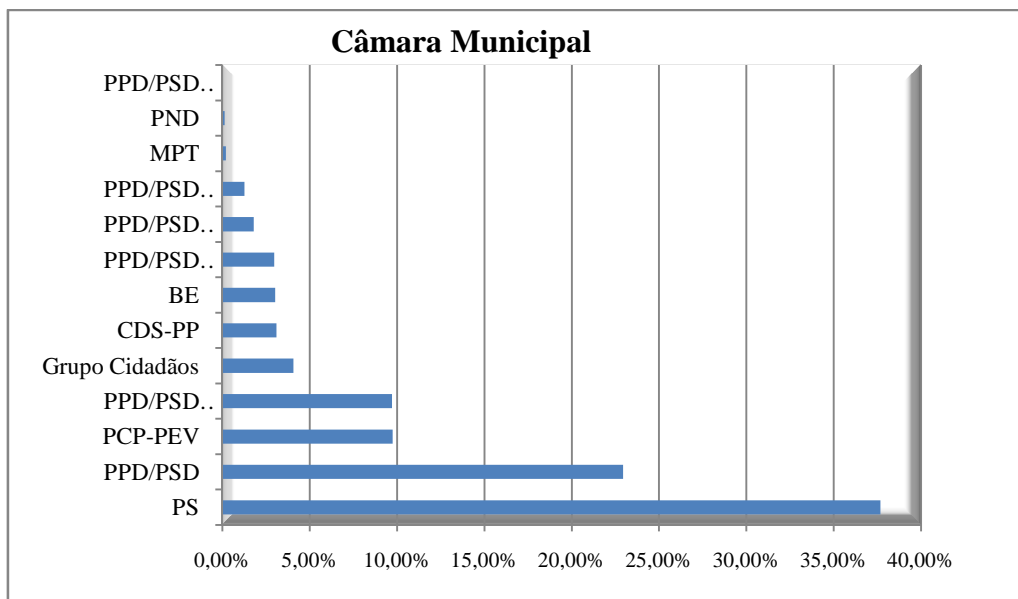


Figura52 - Resultados das eleições Autárquicas de 2009 para o órgão Câmara Municipal. (Fonte: DGAI).

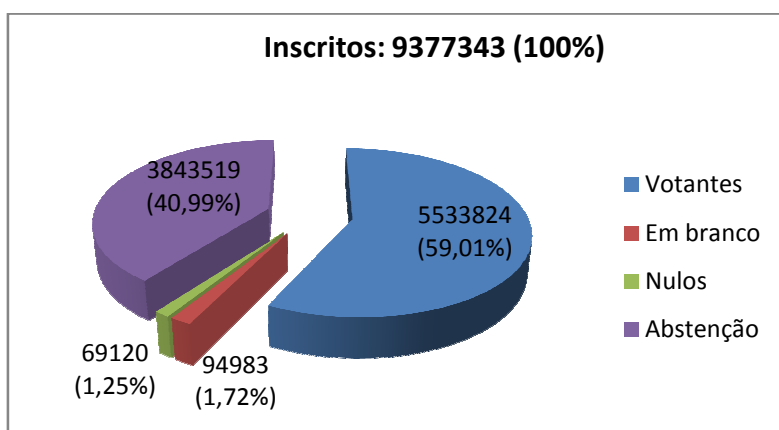


Figura 53– Este gráfico demonstra bem a dimensão da abstenção. (Fonte: DGAI).

Não obstante este resultado, na noite eleitoral os dois maiores partidos nacionais intitulavam-se vencedores. O PS dizia que tinha ganho as eleições e o Partido Social Democrata (PSD) também. Isto porque os socialistas conquistaram mais votos e mais mandatos, mas os social-democratas conseguiram maior número de câmaras, assembleias municipais e de freguesia, o que lhes permitiu continuar a comandar o destino da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

A líder do PSD de então – Manuela Ferreira Leite – lembrou que a conquista de 138 câmaras significou que “o país deu a vitória ao PSD” (Jornal de Notícias, 12.10.2009). Na ocasião, a presidente do partido, de acordo com o artigo do jornal, “puxou a si a vitória de câmaras importantes ou emblemáticas, como Faro, Espinho ou Felgueiras”.

Mas, num dia em que os líderes dos principais partidos se sentiam orgulhosos e vencedores, a mesma peça jornalística (obedecendo ao princípio do contraditório) revela as declarações do líder socialista, José Sócrates: “fomos o partido mais votado, com mais de dois milhões de votos e obtivemos mais 50 mandatos do que o PSD”(Jornal de Notícias, 12.10.2009).

Neste capítulo abordarei ainda as implicações da abstenção, que atinge proporções elevadas graças aos “eleitores-fantasma”, e darei nota dos montantes financeiros dos actos eleitorais. O ano de 2009, com três consultas populares, foi particularmente dispendioso.

Apurar, e analisar, o comportamento eleitoral dos candidatos Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais é outro dos objectivos deste capítulo. Todos podem ajudar a compreender a seguinte questão: por que é que um candidato a uma câmara municipal – com graves problemas com a Justiça – continua a merecer o apoio dos eleitores?

Em termos de resultados, é de sublinhar dos quatro candidatos, os não conseguiram a presidência da Câmara (Avelino Ferreira Torres e Fátima Felgueiras), conquistaram o segundo lugar em termos de votação e foram eleitos deputados, acabando por assumir funções¹³. Como são estes actores políticos que são o alvo deste estudo, os gráficos dos resultados apenas dão conta das três forças eleitorais mais votadas em cada concelho.

2. A abstenção e os “eleitores-fantasma”

Os valores da abstenção são sempre tema das análises aos resultados eleitorais. Aos vencedores e aos vencidos são pedidos comentários pela comunicação social. Os analistas políticos também escarpelizam a matéria. Isto porque, numa leitura superficial,

¹³ No dia das eleições, quando soube da derrota, Fátima Felgueiras anunciou que não iria assumir a vereação, sendo substituída por Horácio Reis. Contudo, quando o tempo legal de suspensão do mandato terminou, a ex-presidente decidiu ocupar o lugar de vereadora na oposição. O Movimento Sempre Presente alcançou dois mandatos nestas eleições. Assim sendo, o vereador Bruno Carvalho manteve-se, acompanhando Fátima Felgueiras. A coligação PSD/CDS teve quatro eleitos e o PS apenas um. (Público: 02-06-2010).

poderia inferir-se que os portugueses estão tão zangados com os seus políticos que optam por virar costas quando são chamados a exercer o direito de voto. Contudo, como tem sido explicado por politólogos e outros especialistas nesta área, os números elevados da abstenção surgem porque os cadernos eleitorais estão desactualizados. A abstenção é, assim, fictícia, provocada por inúmeros “eleitores-fantasma”.

Em 2009, conta o jornal I (13.10.2009), os cadernos eleitorais portugueses contavam com “cerca de 650 mil eleitores que não existem de facto”, muito embora “contem para a estatística final”. À data, pode ler-se, existiriam mais de “9,3 milhões de eleitores (...)”, um número que não é verdadeiro porque só existem 8,6 milhões de portugueses maiores de idade” (I, 13.10.2009).

A mesma notícia refere declarações do politólogo Adelino Maltez sobre os resultados das três eleições que decorreram no ano de 2009: “estatisticamente dá-nos a ideia de que a taxa de abstenção é elevada, mas a verdade é que tivemos excelentes votações em termos de participação cívica” (I, 13.10.2009). O especialista assegura que “estamos na média europeia”. Todavia, disse ainda Adelino Maltez, “ninguém pode fazer uma análise a uma coisa que é uma incerteza”. Ou seja, é imperioso proceder a uma limpeza geral aos cadernos eleitorais.

Com o passar do tempo, e sem que as alterações profundas tivessem sido implementadas, as cifras (ditas) abstencionistas, sem a respectiva vassourada, voltaram a ser referidas em 2011 por Aníbal Cavaco Silva, reeleito em Janeiro para a presidência. A 5 Junho realizaram-se eleições legislativas e, dado o número de abstencionistas, o Presidente da República considerou “altamente conveniente” (Diário de Notícias, 06.06.2011) que se procedesse a uma revisão dos cadernos eleitorais.

Por seu turno, a revista Visão apresentou uma notícia sobre um estudo que alertava para “o risco real dos resultados eleitorais serem adulterados por existirem 800 mil inscrições irregulares” (Visão, 26.05.2011) nos cadernos eleitorais. Uma vez que os “dados estão viciados”, pode ainda ler-se, o resultado é que “o Porto e Setúbal são os distritos prejudicados. Se os cadernos estivessem bem, Setúbal teria mais um deputado e o Porto dois. Faro, Madeira e Viana perderiam um deputado cada” (Visão, 26.05.2011).

O trabalho colocava mesmo a hipótese de os “eleitores-fantasma ditarem o vencedor errado”. E a peça jornalística explica:

Viana do Castelo, Faro e Madeira. Memorize bem estes nomes, pois, a manter-se a tradição, podem ser eles a determinar uma vitória “fantasma” da Direita nas legislativas do próximo dia 5. Expliquemos: caso os cadernos eleitorais estivessem expurgados de uma boa parte das quase 800 mil inscrições irregulares que ajudam a empolar o recenseamento, qualquer destes três círculos eleitorais - historicamente mais favoráveis ao PSD e ao CDS – deveria eleger menos um deputado. Com os cadernos “deturpados”, acontece precisamente o contrário. Na verdade, mais de 100 mil mortos e umas boas centenas de milhares de emigrantes ainda registados no território nacional vão, de novo, inflacionar o universo de votantes. Além de fazerem disparar a abstenção, a sua influência na atribuição de mandatos pode revelar-se decisiva, numas eleições que, a fazer fé nas sondagens, serão renhidas ao ponto de poderem ser ganhas ou perdidas por um deputado. (Visão, 26.05.2011).

Só para que conste, recordo aqui os resultados das eleições legislativas de 5 de Junho de 2011.

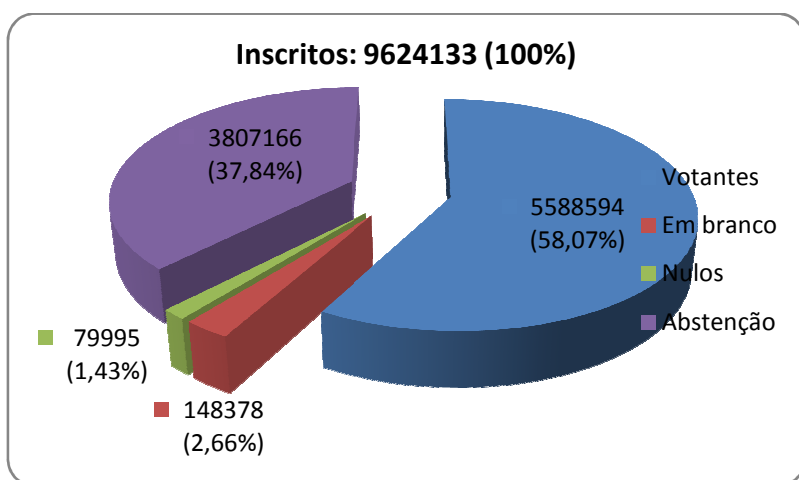


Figura 54 – Resultados eleições Legislativas de 5 de Junho de 2011. (Fonte: DGAI).

Marinho e Pinto, que entrevistei para este trabalho a 18 de Março de 2011, em Lisboa, na sede da Ordem dos Advogados, a que preside, diz que o povo português é de arrebatamentos, “de grandes exaltações morais, religiosas, filosóficas, políticas e ideológicas. (...); é como dizia Guerra Junqueiro, generoso, mas às vezes irrita” (Apêndice 5). O bastonário defende que “a nossa classe política não iria sobreviver uma semana em Inglaterra, na Suécia, Alemanha e se calhar até em Espanha. Eram corridos. De facto, o que fazem não os responsabiliza” (Apêndice 5). E isso, de acordo com o

advogado, justifica o posicionamento do eleitorado perante a classe política. No entanto, “o que não se entende é que as pessoas andem enfurecidas em manifestações e a seguir votem neles. Ou vão votar agora naqueles que rejeitaram há quatro ou cinco anos. E na altura votaram nos que haviam rejeitado nas eleições anteriores. E andam nisto”(Apêndice 5)!

Isto é; a oferta não tem qualidade ou é apenas a teoria do “deixa andar”? Marinho e Pinto desabafa: “o povo português é assim. Profundamente generoso; revolta-se quando lhe chegam a pimenta ao nariz, mas no fim não é capaz (Apêndice 5)”.

Contudo, os números da abstenção não espantam o bastonário: “espanta-me como é que ainda votam. Eu já tinha feito greve às eleições! Se mandasse no povo português dizia para se fazer greve a umas eleições. Assim envergonharíamos os nossos políticos perante o mundo” (Apêndice 5).

Cidadão que assume cumprir o seu dever de voto é José Gil. O filósofo revela, contudo, não ter “pulsão política. Voto muitas vezes, infelizmente, por negação. O voto entusiasmante, por convicção, não. E acho que poucos portugueses o têm” (Gil, 2008:198). E qual é a razão deste afastamento entre eleitores e eleitos, entre eleição e abstenção?

José Gil está certo de que “há uma descrença, uma falta de credibilidade dos políticos em toda a Europa e em Portugal em particular” (Gil, 2008:197). O autor explica:

Isso vem do facto de, cada vez mais, se verificar que aquilo que se promete não é realizado. Temos uma classe política cada vez menos apta e com menos sentido de Estado. Não há líderes. Há uma crise de liderança e um líder é uma pessoa fundamental. Ele deixa de ser um cidadão comum para congregar uma série de forças temporariamente e dar um rumo. Tem de ter um sentido de Estado, de causa, de dedicação à comunidade. Não é só ao Estado. É ao Estado como comunidade. Isso perdeu-se. Vivemos numa sociedade cada vez mais atomizada, em que cada um pensa só no seu bem-estar, na sua segurança, face a um exterior cada vez mais inseguro. Há uma baixa de nível e de qualidade dos políticos em Portugal que é confrangedora.

3. Os custos da democracia

O alheamento (pelos menos aparente) de muitos eleitores dos actos eleitorais tem várias implicações. As económicas são evidentes e importantes, tanto mais que o próprio processo de escrutínio envolve verbas bastante significativas.

2009 foi um ano excepcional, pois ocorreram três eleições em Portugal: eleições para o Parlamento Europeu (7 de Junho), eleições para a Assembleia da República (27 de Setembro) e eleições Autárquicas (11 de Outubro).

Os números da despesa destas consultas populares são muito elevados. De acordo com um estudo realizado por Manuel Meirinho que consta do Diário de Notícias (13.06.2009), o ano eleitoral de 2009 custou ao erário público 116,5 milhões de euros.

O politólogo explica que, deste montante, “a grande fatia é destinada às subvenções às campanhas eleitorais. Europeias, legislativas e autárquicas representarão um custo de 74,1 milhões de euros” (Diário de Notícias, 13.06.2009). Deste montante, as eleições locais absorveram 60 milhões de euros. Para além destas subvenções, e ainda de acordo com o estudo efectuado por Manuel Meirinho, a organização do próprio processo eleitoral (ou seja dos três) custou 16,2 milhões de euros. 9,2 milhões de euros serviram para “custear os tempos de antena dos candidatos” (Diário de Notícias, 13.06.2009). Além dos escrutínios, a despesa global contempla “a subvenção anual a atribuída aos partidos, no valor de 17 milhões de euros” (Diário de Notícias, 13.06.2009). E assim se chega aos 116,5 milhões de euros gastos nos três actos eleitorais.

A democracia tem, efectivamente, custos. Como disse Winston Churchill, à excepção de todos os outros sistemas políticos, a democracia é o pior deles. Será essa uma das possíveis causas do distanciamento existente entre eleitores e eleitos. A abstenção pode significar um certo desgaste do sistema democrático vigente em Portugal, agravado pela falta de qualidade dos governantes. Os números dos actos eleitorais ocorridos em 2009 (disponibilizados pelo Ministério da Justiça), nas eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República são, em termos de abstenção, elucidativos. Sublinho a “indiferença” quanto às eleições para o Parlamento Europeu.

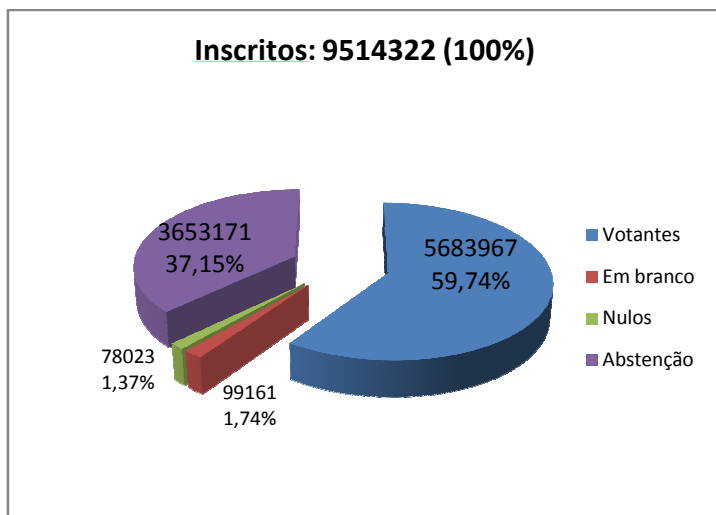


Figura 55– A abstenção nas eleições Legislativas de 2009. (Fonte: Ministério da Justiça).

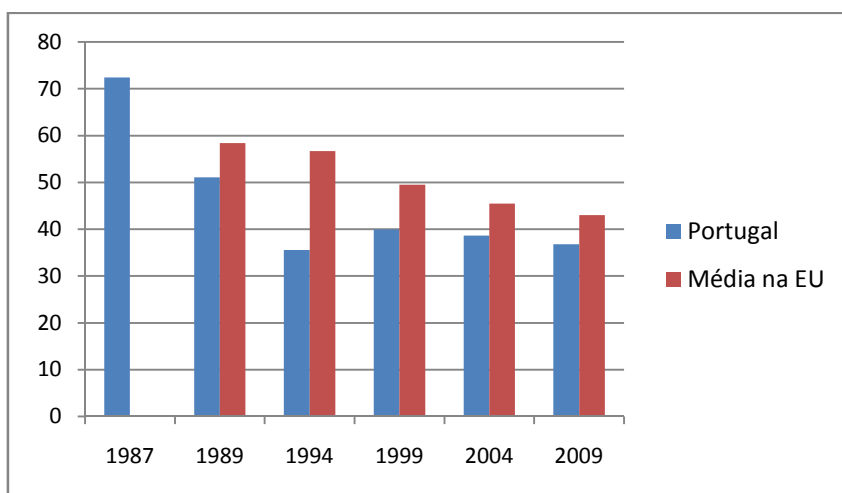


Figura 56– Afluência às urnas em Portugal e noutros países da União Europeia. (Fonte: Ministério da Justiça).

Diz-nos o Parlamento Europeu que a abstenção em Portugal foi de 63,22%, pois apenas 36,78% dos eleitores inscritos é que foram votar. A média da União Europeia indica que a abstenção atingiu os 57%, dado que só 43% é que cumpriram tal dever cívico.

Tudo isto reflecte, no entendimento de José Bourdain¹⁴, que apesar de o sistema eleitoral ser a “regra do jogo democrático”, acontece que “a maioria dos portugueses não sabe como funciona”. Por isso, defende que “este devia ser amplamente discutido,

¹⁴ Opinião expressa num trabalho sobre o Sistema Eleitoral Português. Disponível em <<http://www.jose-bourdain.com/downloads/ArtigoEvolucaoAbstencao.pdf>>. [Consultado em 08 de Julho de 2011].

longe da esfera dos interesses de qualquer partido (...) para que seja alterado em referendo”.

O autor acredita que só uma profunda alteração das regras permitirá aos portugueses que “2/3 dos 230 deputados com assento na Assembleia da República escolham por eles, sem serem mandatados para tal”. Um dos caminhos possíveis para a mudança seria aquele que se deveria basear, de acordo com o especialista, em duas vertentes. A primeira tem a ver com a necessidade de levar em conta todos os votos dos eleitores, pois só assim “os partidos mais pequenos têm maior possibilidade de eleição de representantes, tornando-se num sistema verdadeiramente proporcional” (Bourdain). A segunda vertente prende-se exactamente com as maiorias: “o sistema proporcional não deve impedir a formação de maiorias estáveis não colocando assim em causa a governação” (Bourdain).

Enquanto as medidas (estas ou outras ou estas e outras) não são implementadas, o país avança no calendário, rumo a novas corridas eleitorais. Sufrágios que nem sempre dão ao país o alento necessário para fazer face às dificuldades internas e externas.

Um ano após o acto eleitoral de 2009, no livro Portugal Anos 10, José Guilherme Reis Leite descreve assim o estado do país (Carneiro et al l., 2010: 222):

Passadas mais de três décadas de normalização constitucional e democrática, em 1976, e mais de duas de integração na União Europeia, em 1985, a República Portuguesa vive dias dramáticos com uma taxa de desemprego superior a 10%, com uma legião de pobres a rondar os 2 000 000 de cidadãos, com a vergonha de persistentemente os resultados das estatísticas no ensino nos atirarem para a cauda da Europa, com uma Justiça sobre a qual recaem as maiores suspeitas de ineficácia e às vezes até de falta de imparcialidade; com o escândalo de salários milionários atribuídos a altos funcionários do Estado por decisões de compadrio político e, por fim, pela existência de uma nebulosa de corrupção generalizada, mas contra a qual é impossível haver uma actuação de combate eficiente. Tudo isto acontece num país governado há décadas por políticos que se reclamam do socialismo democrático e da social-democracia e com uma Constituição progressista na qual se inscrevem os próprios Direitos do Homem e metas de justiça social e intervenção estatal para garantir esses objectivos. Os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos parecem, às vezes, flores de retórica no texto constitucional.

A reflexão de José Guilherme Reis Leite retrata bem o sentimento da população portuguesa um ano após as eleições Autárquicas (Carneiro et al l., 2010:221):

Annus horribilis apetece chamar a este ano de todas as desilusões e de todas as crises em Portugal. O desânimo abateu-se sobre os portugueses e não há jornal, não há livro, não há opinião expressa que não acentue a visão catastrófica da sociedade portuguesa incapaz de encontrar um caminho para a sua regeneração.

Aqui cabem ainda mais palavras do mesmo autor, relativas às elites nacionais:

As elites portuguesas têm sido uma desilusão, e se alguma coisa causa espanto é a sobrevivência de Portugal como nação independente há quase um milénio, com raríssimos períodos de esplendor, com longos períodos de apagada e vil tristeza e praticamente sem períodos de prosperidade continuada. Pobres, atrasados, ignorantes têm sido os portugueses, não obstante o brilho de alguns deles, mas, para sermos justos, brilho individual e quantas vezes em terra alheia (223).

Mas importa saber o que é que os autarcas “herdaram” quando conquistaram o poder, em 2009. Muitos voltaram a ocupar as mesmas cadeiras (sendo reeleitos); outros chegaram pela primeira vez ao poder. Que país era Portugal nessa altura é o que procurarei demonstrar a seguir, tendo sempre presente a grande questão desta investigação: por que é que um candidato a uma câmara municipal – com graves problemas com a Justiça – continua a merecer o apoio dos eleitores?

4. Resultados eleitorais no concelho de Felgueiras

“Acreditei sempre nesta vitória. É a vitória do povo trabalhador e honesto. (...) A partir de hoje vai mudar muita coisa no concelho” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:29). Esta é uma das frases do discurso de vitória de Inácio Ribeiro. Economista, “filho de gente humilde” como descreve o jornal, Inácio Ribeiro encabeçava a coligação Nova Esperança, composta pelo PSD e pelo CDS-PP. Ganhou a Fátima Felgueiras, que encimava o Movimento Sempre Presente. Mas ganhou mais. Pela primeira vez, qualquer um destes partidos chegou ao poder em Felgueiras: “é uma vitória histórica porque desde que há eleições livres nunca o PSD nem o CDS-PP tinham vencido para a Câmara” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:29).

Enquanto Fátima Felgueiras manifestava a sua “surpresa e também tristeza pelos resultados” (Jornal de Notícias, 12.10.2009), o líder da coligação dedicava a vitória “ao povo honesto de Felgueiras”(Jornal de Notícias, 12.10.2009:29).

Povoesse que, segundo os dados da mesma notícia, arredou-se deste acto eleitoral, uma vez que quando estavam apuradas 26 das 32 freguesias, a abstenção atingia os 73,14%.

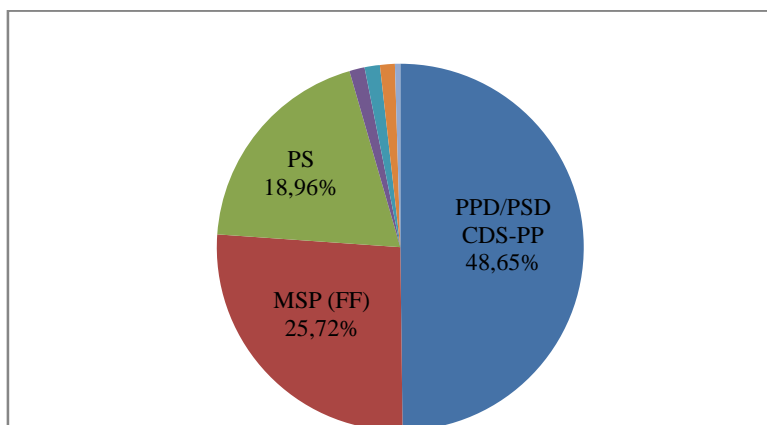


Figura 57 - Resultados eleitorais para a Câmara Municipal de Felgueiras¹⁵. (Fonte: Sapo).

5. Resultados eleitorais no concelho de Gondomar

“Quero agradecer a força e genica que os gondomarenses me deram nos últimos quatro anos, porque sem esse apoio teria sido difícil resistir a tanta calúnia e a tantos ataques” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:23). Reagia assim Valentim Loureiro no rescaldo da vitória. Como relata o jornal, Valentim Loureiro perdeu a maioria absoluta obtida quatro anos antes, quando a abstenção chegou aos 36,2%; para obter, em 2009, 42,75% dos votos dos gondomarenses, num acto eleitoral onde a abstenção chegou aos 61,02%.

O major, candidato nas listas do Movimento Gondomar no Coração, ficou com cinco mandatos (tinha oito no mandato anterior), e o Partido Socialista ganhou mais dois,

¹⁵ Resultados eleitorais <http://autarquicas.sapo.pt/2009/resultados_2009/>. Sapo>. 12 Oct. 2009. 12 07. 2011 <http://autarquicas.sapo.pt/2009/resultados_2009/>.

passando a ter quatro mandatos. Por isso, como assegura o jornal, “Isabel dos Santos era o rosto da satisfação”(Jornal de Notícias, 12.10.2009:23).

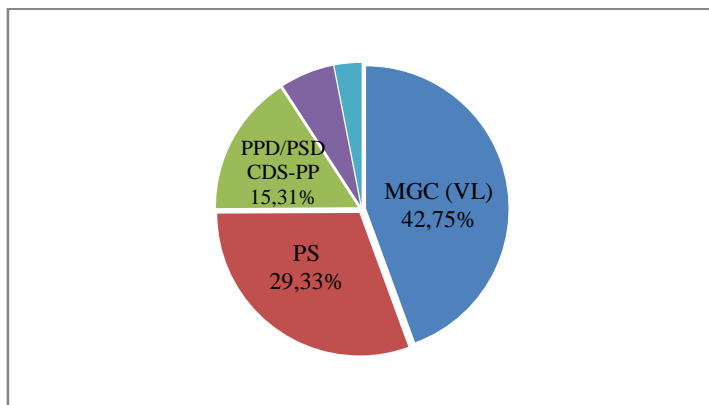


Figura 58 - Resultados eleitorais para a Câmara Municipal de Gondomar. (Fonte: Sapo).

6. Resultados eleitorais no concelho de Marco de Canaveses

“O Marco perdeu o medo. É o virar de uma página” (Jornal de Notícias, 12.10.2009: 25). Assim comentava Manuel Moreira, candidato pelo PSD, a sua vitória no Marco de Canaveses. A segunda. Em 2005 conquistou o executivo (Avelino Ferreira Torres foi candidato a Amarante), mas sem maioria na Assembleia Municipal. Agora conseguiu o pleno e quatro mandatos no executivo. O que ajudará (pelo menos a julgar pelas declarações aos jornalistas) a resolver os problemas financeiros da autarquia: “Temos de pagar aos bancos 300 mil euros/mês. E essa quantia vai subir, pois há necessidade de contratualizar mais um empréstimo” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:25) desabafava o vencedor, fazendo contas ao futuro. A “vitória da cidadania”(Jornal de Notícias, 12.10.2009:25), como rotulou Manuel Moreira os 43,11% dos votos que obteve, obrigaria, certamente, a muitos cálculos. Todavia, os cidadãos (os eleitores) marcoenses é que estiveram um pouco arredios. A abstenção foi de 72,36%.

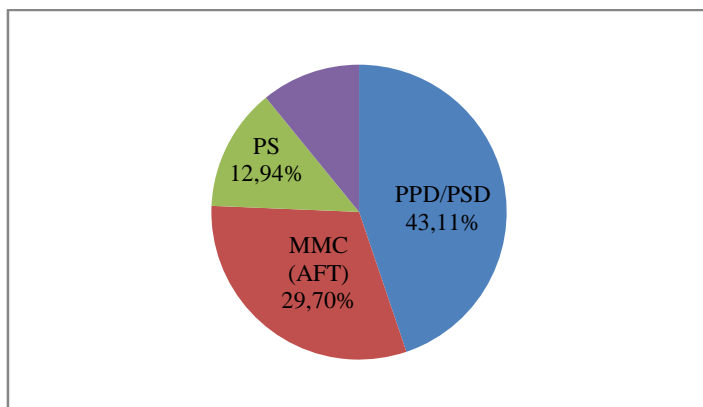


Figura 59 - Resultados eleitorais para a Câmara Municipal de Marco de Canaveses. (Fonte: Sapo).

Em silêncio manteve-se o segundo classificado. Por estar “afónico”, como explicou Lindorfo Costa, número dois do movimento, Avelino Ferreira Torres não compareceu na sede de campanha, como relata o mesmo diário (Jornal de Notícias, 12.10.2009: 25). Seria o seu fim político? Especulou-se então, refere a mesma peça jornalística. O facto é que assumiu o lugar de vereador na oposição, pois a sua lista conquistou dois mandatos, resultantes de 29,70% dos votos. Para além disso, já em 2010, passou a ser o líder da concelhia do CDS/PP do Marco de Canaveses, partido político pelo qual foi eleito presidente da Câmara do Marco de Canaveses entre 1983 e 2005.

Este regresso às bases foi explicado pelo próprio Ferreira Torres na entrevista que me concedeu a 27 de Janeiro de 2011 (Apêndice 3):

Diziam que o Portas não me deixava candidatar. Mas o Portas não manda em mim. Toda a gente sabe que eu sou um não alinhado. Em mim ninguém manda. Foi sempre assim. Nunca lhe pedi nada; eu e o Dr. Costa é que idealizávamos tudo. Fui presidente do CDS em 1977 e depois nunca mais fui. E agora fui forçado, porque não queria ser mais. Estava doente (estive na cama mais de 40 dias, só saía para comer e tomar banho) quando começaram a chatear para me candidatar. Têm consciência do meu peso – e agora peso menos porque estive doente. Ainda andou para ai um pardalito a mandar uns bitites, mas não adiantou nada. Eu disse depois ao secretário-geral que até ao fim do ano consigo arranjar mil filiados. Não terei dificuldade nenhuma.

Mais difícil mesmo foi convencer os eleitores necessários para reconquistar o poder, em 2009. Mesmo assim, e apesar de todas as suas idas e vindas da ribalta mediática, Avelino Ferreira Torres (e o seu projecto político) agradou a bastantes. Em seu entender, os marcoenses perdoaram-lhe a “traição” da candidatura a Amarante, em 2005. Até porque, acredita, ela nunca chegou a existir (Apêndice 3):

Se me tivesse candidatado pelo CDS tinha ganho. Eu próprio me enganei ao votar em mim; tive de pedir outro boletim. Ir para Amarante não é crime nenhum porque é a minha terra e eu tinha cá deixado alguém. Nunca ninguém me disse nada; nunca ninguém me tratou mal (Apêndice 3).

2013,confirmará quais as pretensões políticas de Ferreira Torres, uma vez que as questões com o tribunal estão resolvidas, depois de ter sido ilibado de todas as acusações em Março de 2009 - facto que lhe permitiu avançar com a candidatura autárquica, como mais tarde explicarei neste trabalho.

7. Resultados eleitorais no concelho de Oeiras

Os habitantes de Oeiras “escolheram quem lhes resolve os problemas e disseram não aos jogos políticos” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:20). Foi desta forma entusiasmada que Isaltino Morais começou por comentar os resultados das eleições de Outubro de 2009. Este argumento (o do homem que faz) é dos que, no entender do politólogo e investigador Luís de Sousa, co-autor do livro “A Corrupção e os Portugueses” (2008), pode dar um contributo para responder a questão-chave do meu trabalho: Por que é que um candidato a uma câmara municipal – com graves problemas com a Justiça – continua a merecer o apoio dos eleitores?

Na entrevista pessoal que me concedeu a 11 de Fevereiro de 2011, o investigador aclarou (Apêndice 6):

É preciso compreender como é que numa comunidade como Oeiras, com altos níveis de escolaridade, é possível que um candidato que está a braços com a Justiça possa continuar. Há certamente várias explicações. Uma é a dificuldade de compreender a alternância, que todos são iguais e que, por isso, é indiferente ser este ou o outro. Outra é a reacção contra o achar que é tudo uma cabala; que a Justiça só actuou com o nosso autarca porque ele estava a conseguir ter bons resultados com o seu trabalho; depois há ainda a do corrupto, mas faz. Há ainda as questões mais identitárias, partidárias.

Na peça jornalística, o político independente tocou em alguns dos argumentos apresentados pelo politólogo. Isaltino disse: “Não cometi crime nenhum. Os oeirenses acreditaram em mim”(Jornal de Notícias, 12.10.2009:20). Aqui cabe, portanto, a teoria

da cabala, elencada por Luís de Sousa. A vitimização do autarca não deixa de fora os seus adversários eleitorais que, como afirmou, preferiram apostar na sua “desonra pessoal do que apresentar ideias” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:20).

Independentemente da vitimização, das acusações, dos processos em tribunal, do espectro da pena de prisão, facto é que o autarca de Oeiras, que foi ministro do Ambiente, alcançou mais um feito nestas eleições. Venceu, consolidou a vitória ao obter mais um mandato, e, sobretudo, deve ter sentido o sabor da vingança ao atirar o seu partido de sempre (o PSD) para o terceiro lugar nestas eleições. Marques Mendes não permitiu que Isaltino integrasse as listas “laranjas” por causa dos seus processos judiciais, mas os eleitores deram-lhe uma vitória folgadíssima (41,52%), todavia sem maioria absoluta.

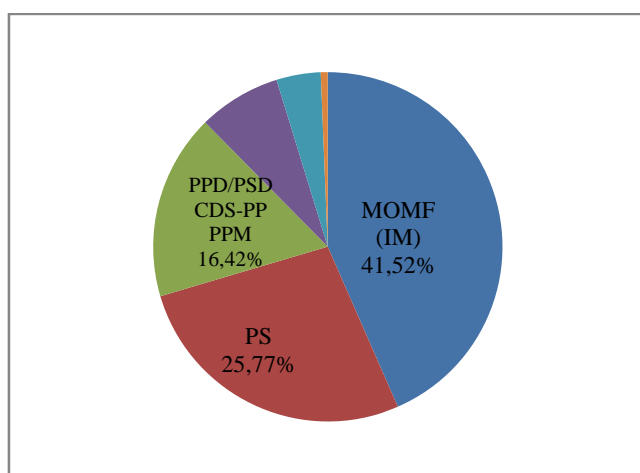


Figura 60 - Resultados eleitorais para a Câmara Municipal de Oeiras. (Fonte: Sapo).

A vitória de Isaltino Morais, apesar de ser um dado adquirido nas sondagens, “não deixou de ser um choque e um choque brutal” (Jornal de Notícias, 12.10.2009:20). Num texto de opinião intitulado “Democracia self-service”, Jacinto Lucas Pires faz uma análise, ao sucedido em Oeiras. Escreveu (Jornal de Notícias, 12.10.2009: 20):

Perante tamanho rombo, para baixo, dos limites “mínimos”, apetece cair em negação. Brincar com o “surrealismo” do fenómeno, dizer “ah Oeiras”, acentuando as reticências, como quem diz “ah Itália”, como quem diz que isso é um lugar à parte, não tem nada a ver connosco. Não, não nos enganemos. Podemos não votar em Oeiras mas estes resultados implicam-nos a todos. Não exagero: hoje somos todos oeirenses. O que é que ganhou em Oeiras? Usando a fórmula dos cartazes de Isaltino Morais, diria que ganhou o “voto em mim” contra o “voto em nós”. Ganhou a

demagogia da hipótese de uma democracia self-service em que cada um votaria em si mesmo, pensando apenas no seu interesse e já não no bem comum. E ganhou a ideia feita – da qual somos todos cúmplices – de que “eles são todos iguais”. Nesta lógica, Isaltino Morais seria só um “mais igual” do que os outros. Não. Temos de lutar contra isso, o estado de pântano que permite casos destes. Há que vencer a nossa indiferença em relação à política, lutar pelas ideias em que acreditamos e pensar-agir de modo a evitar que uma doença de berlusconização alastre a todo o corpo do regime.

8. Anotações:

- O Partido Socialista ganhou as eleições autárquicas de 2009. Conquistou mais votos e mais mandatos, mas os social-democratas conseguiram maior número de câmaras. Na noite eleitoral, ambos se diziam vencedores.
- Os números da abstenção foram, uma vez mais, elevados. Desta vez chegou quase aos 41% para o órgão Câmara Municipal. Estas eleições têm ainda candidatos às assembleias e juntas de freguesia.
- Todavia, os valores da abstenção, de acordo com alguns especialistas, estão desactualizados, cheios de “eleitores-fantasma”. Podem chegar aos 650 mil.
- Os actos eleitorais têm custos importantes para o país. Em 2009, para além das autárquicas, tivemos eleições europeias e legislativas. Custaram ao erário público 116,5 milhões de euros.
- Em termos de resultados nos quatro concelhos em análise, os não conseguiram a presidência da Câmara (Avelino Ferreira Torres e Fátima Felgueiras), conquistaram o segundo lugar em termos de votação e foram eleitos deputados.
- Valentim Loureiro, eleito nas listas do Movimento Gondomar no Coração, perdeu a maioria absoluta. Ficou com cinco mandatos; tinha oito no mandato anterior.
- Isaltino Morais teve mais votos e conseguiu mais um mandato nestas eleições. Os eleitores, disse, voltaram a apostar em que faz.

Já a seguir traçarei a “pegada” judicial dos autarcas e ex-autarcas Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais. Quem são e por que motivos chegaram aos bancos destinados aos arguidos em vários tribunais? Três deles chegaram a estar detidos. Para além do julgamento dos tribunais, as urnas eleitorais também ditaram algumas sentenças.

CAPÍTULO V – Os quatro “magníficos”: (des) encontros com a Justiça

1. Da câmara para o tribunal

Ao longo dos anos em que estiveram (dois ainda estão) à frente da gestão das câmaras municipais, os autarcas Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro, Avelino Ferreira Torres e Isaltino Morais tornaram-se magníficos para uma boa parte dos eleitores de cada um dos concelhos. De quatro em quatro anos, a população renovou a confiança nestes políticos que consideraram que fizeram tudo, sacrificando muitas vezes a sua vida pessoal, em prol do bem-estar do seu povo.

Tal como os quatro elementos da natureza (indispensáveis à sobrevivência), também estes autarcas se rotularam (e acreditavam) indispensáveis para o desenvolvimento das suas populações. O abismo ou eu. Era a ideia veiculada, através de uma linguagem simples, directa, capaz de chegar ao ouvido de todos. Aliás, o poder comunicacional de cada um destes políticos é muito bom, independentemente do grau de instrução.

Conseguiram fazer passar a mensagem pretendida, da base ao topo da pirâmide das classes sociais concelhias, bem como foram capazes de se impor dentro das suas próprias estruturas partidárias, atingindo cargos de relevo a nível nacional, como se pode verificar nos seus currículos. No entanto, com a chegada de Luís Marques Mendes ao comando do Partido Social Democrata, as querelas surgiram, principalmente quando Valentim Loureiro e Isaltino Morais foram impedidos de voltar a concorrer nas listas deste partido, dadas as implicações com a Justiça decorrentes da sua actividade autárquica. Sempre com a ideia do abismo ou eu, concorreram como independentes.

Ganharam; dois mandatos consecutivos. Afinal, continuam a acreditar que são os magníficos, os elementos da natureza essenciais nestes concelhos.

Renegada pelo PS (depois de ter sido a primeira mulher em cargos de relevo na direcção nacional do partido), mas muito determinada; Fátima Felgueiras também batalhou como independente. Ganhou a primeira candidatura; perdeu a segunda. Avelino Ferreira Torres também perdeu em 2009.

Surge então a questão: que políticos são estes que, apesar dos graves problemas que tiveram (outros ainda têm) com a Justiça, continuam a merecer o apoio dos eleitores?

Paulo Morais tenta encontrar algumas explicações:

Não queria particularizar, mas deixe-me dizer o seguinte: há autarcas aparentemente muito mais sérios que cometem os mesmos pecados desses que está a falar. Há uma ideia em Portugal que ser sério é ser sisudo. Não é. Ser sério é ser honesto. Portanto, não é pelo facto de uma pessoa aparecer com um ar muito sisudo na televisão que passa a ser séria. É evidente que quando se olha para o Valentim, por exemplo, ele transmite um ar de pistoleiro, ao contrário daqueles que aparecem engravatados, magrinhos e certinhos. Mas o nível de seriedade pode não ser diferente. Note-se que não há escândalos só com as pessoas que referiu. Há com escritórios de advogados... O único condenado recente por Corrupção em Portugal (Rodrigues Névoa) foi defendido por um escritório de advogados que é dos mais famosos do país. Tem pessoas engravatadas e sisudas. Logo, acredito que tão grave como os crimes destes políticos, são aqueles que são urdidos em grandes escritórios de advogados, situados maioritariamente em Lisboa, mas que também existem no Porto (Apêndice 7).

Fátima Felgueiras diz que o seu caso nada tem de semelhante com os casos Valentim ou Isaltino, a não ser na coincidência do mediatismo e dos cargos exercidos. Pois é também nisto que penso que têm muito em comum. Autarca com problemas judiciais decorrentes da sua acção autárquica. É disto que trata este trabalho.

Todavia, a ex-autarca justifica a sua posição na entrevista que lhe fiz:

Faz-me muita confusão que, ainda hoje, se pretenda fazer comparações entre o caso ‘Felgueiras’ e os processos de Valentim Loureiro ou de Isaltino Morais. Não têm rigorosamente nada a ver. Mas dá jeito fazer de conta que é tudo a mesma coisa! De facto são três presidentes de câmara que foram lançados para a ribalta, mas apenas isso! De Felgueiras posso falar porque sofri na pele o que resultou do processo. E posso afirmar que não existiu nunca nada que pudesse ter justificado

quer o mediatismo quer a intervenção do poder judicial. Não existiu nunca! Não tenho dúvida alguma de que a última câmara do país com que se poderiam ter metido, por alguma irregularidade, muito menos por qualquer criminalidade, era com a de Felgueiras. Fui sempre, e era, o garante disso mesmo. Era a última câmara de todas. (Apêndice 1)

2. Fátima Felgueiras

2.1 Apresentação e currículo

Maria de Fátima da Cunha Felgueiras Almeida de Sousa Oliveira nasceu em 1953, no Rio de Janeiro, no Brasil. Ainda criança vem viver para Portugal. Estudou Germânicas na Universidade de Coimbra e foi professora de Inglês.

Filiada no Partido Socialista (onde viria a alcançar cargos de grande relevância política), começou por ser vereadora na Câmara de Felgueiras. Assumiu a presidência da autarquia em Outubro de 1995, em substituição de Júlio Faria que se tornou deputado na Assembleia da República, tendo sido reeleita em 1997. Um ano antes, Fátima Felgueiras passaria também a presidir à Assembleia-geral do Futebol Clube de Felgueiras.

Em Dezembro de 1999, um documento anónimo chegou às mãos de Cunha Rodrigues, Procurador-geral da República. A partir daí a vida de Fátima Felgueiras (a sra. Presidente) mudaria completamente (Infopédia).

2.2. Impressões digitais neste trabalho

Quando convidei Fátima Felgueiras a conceder uma entrevista para este trabalho, a ex-presidente da Câmara Municipal de Felgueiras hesitou. Sendo este trabalho dedicado a quatro autarcas e ex-autarcas com processos judiciais decorrentes da sua actividade, ouvir as personalidades envolvidas seria certamente profícuo para a investigação.

No caso de Fátima Felgueiras, o termo “entrevista”, todavia, provocou-lhe nitidamente desconforto e explicou porquê: “aos jornalistas não dou entrevistas neste momento... mas como é um trabalho científico; está bem”, disse.

E assim foi. Na data e hora combinadas, lá estava a “sra presidente”, como ouvi a alguns felgueirenses que a cumprimentavam à medida que se dirigia para a minha mesa, num café no centro da localidade.

De sorriso aberto, Fátima Felgueiras cumprimentava todos por quem passava no espaço comercial, proferindo palavras de conforto. Força do hábito, definitivamente.

Quando começámos a conversar, a ex-presidente (simpática, sempre) impôs apenas uma condição: queria ver a entrevista depois de escrita. “Sabe como é; as coisas ainda não acabaram”, desabafou. Combinado. Depois de escrita, seguiu via e-mail, merecendo ajustes mínimos por parte da entrevistada.

Estes cuidados redobrados – explicou – prendem-se com o facto de, ao longo de todo o processo “saco Azul” ter saído nos meios de comunicação social “uma quantidade enorme de informação completamente deturpada”.

Foram dez anos de notícias envolvendo o seu nome que a levaram a optar por uma estratégia de afastamento da comunicação social. No entanto, “ainda que tivesse todas as razões do mundo, foi uma má estratégia política” (Apêndice 1), admite.

Fátima Felgueiras acredita que este posicionamento pode ser uma das explicações para a sua derrota, em 2009. “ (...) Sempre fui o garante do funcionamento legal e exemplar da Câmara de Felgueiras e, no entanto, a comunicação social ajudou a que se criasse uma opinião completamente errada e falsa, mas foi criada! E foi a comunicação social que lhe deu dimensão” (Apêndice 1)!

Fátima Felgueiras diz que assumiu esta postura sozinha. Prescindiu da opinião de especialistas em comunicação, embora – como constataremos mais à frente – muitos defendam que a sua filha desempenhou um papel relevante na sua relação com a comunicação social.

Mas Fátima Felgueiras queria a comunicação social em Felgueiras para dar eco do trabalho realizado e dos seus planos para o futuro. E não para escalpelizar processos judiciais, em segredo de Justiça.

Todavia, eram estes que, à luz dos critérios de noticiabilidade, denominados ainda valores-notícia (que avançarei de forma mais pormenorizada no capítulo seguinte), justificavam a deslocação das rádios, dos jornais e das televisões de âmbito nacional a Felgueiras.

Mar de Fontcuberta (2010: 14) elenca os elementos que têm a capacidade de transformar um determinado acontecimento em notícia: actualidade, novidade, periodicidade, veracidade e interesse público.

Aqui, claramente que o critério “interesse público” justificou as deslocações dos meios de comunicação social a Felgueiras, pois “as necessidades de informação de um público massivo” (Fontcuberta, 2010: 14) só estariam satisfeitas com o culminar dos processos judiciais de Fátima Felgueiras.

A agenda mediática ficou claramente marcada pelo desenrolar de um processo longo, mas cuja temática suscitava interesse geral.

2.3 Os processos

Um saco. Azul. Durante anos, Fátima Felgueiras foi a senhora do saco. Em Felgueiras, no país, no Brasil. Por onde fosse, a autarca tinha colado este “cognome”. As origens do termo são explicadas por Olinda Maria Freitas Gomes Machado, na sua tese de mestrado intitulada “A Verdade Pública. Análise da Relação entre os Média, a Justiça e a Política no Caso do Saco Azul de Fátima Felgueiras”, datada de Abril de 2011. A investigadora refere:

Segundo o Grande Dicionário da Língua Portuguesa de António de MoraisSilva, de 1949-1958, Saco Azul era a designação dada ao conjunto de importânciasprovenientes de receitas eventuais,

sem designação oficial, donde saíam verbas para despesas não previstas, em certos serviços públicos. O termo “Saco Azul” não teve, portanto, sempre a conotação tão negativa que hoje lhe é atribuída. Na época, como as verbas atribuídas pelo Estado tinham uma grande rigidez de aplicação em rubricas específicas, a existência de um «Saco Azul» permitia por vezes agilizar o sistema. Posteriormente, não só em organismos oficiais como sobretudo na escrita de firmas e empresas particulares, o termo ganhou a conotação de dinheiros ilícitos, ou porque provenientes de corrupção ou porque, mesmo não sendo daí provenientes, não eram registados de forma lícita e apenas um número restrito de pessoas sabido seu montante ou proveniência não sendo, pois, declarados para quaisquer fins oficiais, nomeadamente os impostos.

O saco da senhora presidente ficou célebre não por pertencer à designação inicial, mas à segunda. Ao acto ilícito. Tudo, porém, não passou de uma autêntica cabala, como a própria Fátima Felgueiras disse no encontro que tivemos:

Ficou provado pelo julgamento dos tribunais, os que têm legitimidade para julgar, que, no processo do Saco Azul não havia, não houve, crimes de corrupção ou participação económica em negócios... como se tinha propalado insistentemente durante anos! Posso afirmar, porque sempre o afirmei e é verdade, que o processo resultou de uma maquinação, montada com o propósito de lançar suspeições e assim fazer cair a presidente... Terá corrido mal, e depois, foi a fuga em frente! Eram papéis deliberadamente descontextualizados que saíam de um sítio e eram colocados noutra... E todos os partidos políticos entraram em cena porque lhes interessava o poder! E produziam comunicados e convocavam conferências de imprensa para garantirem o interesse da comunicação social, e assim, manterem a pressão que a mesma poderia exercer na divulgação do caso. Era a estratégia para condicionar o poder judicial a intervir, já que no combate político sério não conseguiam ganhar a câmara de Felgueiras. (Apêndice 1)

Quando é que começou a “maquinação”? A ex-presidente contou que as contas da campanha eleitoral de 1997 estão na base de todas as “estórias” que viriam a surgir, envolvendo o seu nome. A Comunicação Social, claro, ocorreu em peso para este concelho. As notícias nas primeiras páginas, os directos das televisões e das rádios.

Muita tinta, muito “on the air”. A força da mediatização chegou à vida da autarca de Felgueiras. E às de Horácio Costa e Joaquim Freitas, ambos colaboradores próximos de Fátima Felgueiras, que denunciaram publicamente o caso do saco azul.

Horácio Costa, ex-assessor, afirmou em tribunal que todos os movimentos do saco azul “eram do conhecimento da presidente da Câmara, que dava ordens verbalmente para o pagamento das despesas da campanha autárquica de 1997” (Público¹⁶, 13.02. 2008).

No mesmo artigo pode ler-se ainda a justificação de Horácio Costa: “Eu apenas cumpria ordens em absoluta conformidade com a senhora presidente, porque eu era um faz tudo”.

Pois bem. Nas justificações que dá para o imbróglio jurídico em que se viu envolvida, Fátima Felgueiras enumera a inveja, a cobiça, a maldade de quem engendrou, nas suas palavras, um esquema para chegar ao poder. Quanto à angariação das verbas para o partido, alega que não era matéria da sua competência:

Era responsável por um projecto político e disso prestei sempre contas nos sucessivos actos eleitorais. Quanto às finanças do partido ou das suas campanhas nunca tive nada a ver, nem tinha que ter. E, acredito, que os apoios financeiros recolhidos, por quem teve ou quis recolhê-los, terão sido solicitados correctamente e de idêntica forma à de todos os outros partidos. Mas reconheço que era fácil inventar e baralhar! Sabe-se lá o que alguns poderão ter feito! À distância, até consigo entender as versões que inventaram, mas envolverem-me foi, na minha opinião, um exercício sórdido e desprezível. Nunca me ocupei das questões financeiras do PS, nem tinha de me ocupar. Quem tinha de o fazer era o PS que me convidou para ser sua candidata, julgando que assim ganharia eleições, como sempre ganhou. Sempre estive disponível para contribuir para a estratégia política do PS – com projectos e posturas credíveis, para desenvolver a terra. Os partidos têm estruturas próprias para se gerirem. Alguém acredita que Cavaco Silva ou Sócrates, para não citar todos os líderes, andam a tratar de financiamentos para as campanhas eleitorais?! Mas que a matéria podia ser susceptível de invenções e mentiras, podia, sem dúvida! Tanto mais que, ao tempo, não havia legislação a regulá-la. Foi isso que aconteceu”! (Apêndice 1)

Ora, aconteceu que em Dezembro de 1999, um documento anónimo, como escreve Olinda Machado no seu trabalho científico, foi enviado ao procurador-geral da República, Cunha Rodrigues. Nele eram feitas denúncias de “corrupção activa e passiva, favorecimentos pessoais, tráfico de influências e relações promíscuas entre

¹⁶ O jornal Público tem disponível um dossier sobre todo este caso. *Dossier Caso Saco Azul*. 07 01. 2003. 09 08. 2011 <<http://dossiers.publico.pt/dossier.aspx?idCanal=1033>>.

oFutebol Clube de Felgueiras e a câmara municipal”, como se verifica na tese. Consequentemente, em Janeiro de 2000, o Departamento de Investigação Criminal de Braga da Polícia Judiciária entra em acção. Em Março, a presidente é constituída arguida na sequência de uma “deslocação aos serviços doMinistério Público, com o propósito de ser ouvida e pretendendo apurar o conteúdo do inquérito”, acrescenta ainda a investigadora. É prestado termo de identidade e residência. De acordo com Olinda Machado, a autarca trava “sem sucesso uma batalha jurídica visando o arquivamento dos autos por terem sido motivados por denúncia anónima”.

Se os dias já estavam difíceis para Fátima Felgueiras, agudizaram-se em Dezembro de 2000, quando surge a ameaça de perda de mandato. Um inquérito da Inspeção-Geral da Administração do Território “conclui que a presidente da Câmara de Felgueiras tomou decisões num processo de loteamento em que era parte interessada, juntamente com o seu ex-marido, e propõe ao Tribunal Administrativo do Porto a perda de mandato da autarca”, de acordo com a mesma fonte.

Só um ano depois é que o veredicto é conhecido. A presidente é ilibada, em Dezembro, pouco antes de voltar a eleições, que ganha com maioria absoluta.

O ano de 2002 foi menos atribulado em termos judiciais. Já em 2003 sucedeu tudo. Em pleno Dia de Reis, 6 de Janeiro, a Polícia Judiciária deteve Fátima Felgueiras, nas instalações da Câmara Municipal. Conduzida de imediato para o Tribunal de Felgueiras, a presidente respondeu ao inquérito durante oito horas e meia.

À saída, já de madrugada, com um batalhão de jornalistas à sua espera, a autarca declarou “vamos todos para casa em liberdade para aguardar serenamente o julgamento” (Público, 07.01.2003).

Na ocasião, Fátima Felgueiras defendeu a tese da maquinação, ao desabafar: “desejo que tudo isto acabe rapidamente porque tem sido um combate sem regras e injusto, movido por pessoas que me querem prejudicar” (Público, 07.01.2003). Para rematar, ainda de acordo com o mesmo artigo, Fátima garantiu: “Felgueiras pode estar tranquila porque vou voltar”.

Voltar significava reassumir o cargo, pois nessa noite o tribunal decidiu suspender o mandato da presidente.

A decisão indignou muitos populares que se juntaram para manifestar o seu apoio à edil. Os presentes gritavam que “sacos azuis existem em todo o lado”. Logo, “a detenção é alegadamente um ‘complot’ da oposição” (Público, 07.01.2003).

Fátima Felgueiras estava acusada da prática de 20 crimes de peculato, corrupção, participação económica em negócio, prevaricação, administração danosa, abuso de poder e crimes fiscais.

Acrescenta ainda o Público (07.01.2003) que as acusações se reportavam ao dito “saco azul do PS, as relações contratuais da autarquia com empresas e o licenciamento de obras particulares, tudo com ligações às contas do partido”. Para além disso, “a canalização de apoios para o futebol local, quer directamente pela Câmara quer através do tecido empresarial do concelho”, era outra das vertentes do processo, que, segundo o diário, “pode estender-se a outras autarquias da região, nem todas do PS”. Além de Fátima Felgueiras - que era arguida deste processo desde Março de 2000 - “este inquérito conta, para já, com mais doze arguidos, entre os quais antigos e actuais autarcas, bem como empresários”, noticiava o jornal na edição de 07 de Janeiro de 2003.

De uma assentada, a acusada ficou com o mandato suspenso e via o seu partido voltar-lhe as costas. O Partido Socialista decidiu retirar a confiança política à presidente da Câmara Municipal de Felgueiras, com mandato suspenso.

Na ocasião, em comunicado, a direcção do PS afirmava que, tendo em conta os acontecimentos, não existiam “condições para que Fátima Felgueiras retome as funções de presidente da Câmara Municipal de Felgueiras até ao cabal esclarecimento dos factos sob investigação” (Público, 07.01.2003). A declaração política averbava que “se for deduzida acusação definitiva, a autarca deve demitir-se como já se comprometeu a fazer, do mandato de presidente da Câmara Municipal de Felgueiras”.

A propósito, na entrevista perguntei à antiga edil se guarda mágoa do partido:

Do PS não. Enquanto partido político tenho pena que tenha chegado onde chegou em termos de governação e de credibilidade. Mas guardo mágoa daqueles que tinham obrigação de ter tido uma actuação diferente para com o caso Felgueiras e para comigo e a não tiveram, nomeadamente do Ferro Rodrigues, o Francisco Assis... O então secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, até obrigou o partido a tomar posição e a comprometer-se no caso Paulo Pedroso (situação bem mais delicada e grave), mas em relação a Felgueiras nem quis saber! E a situação em Felgueiras era política! Aliás, eu nem acredito que ele não soubesse que o caso se resumia a um aproveitamento político vergonhoso. Mas o que importa é que não defendeu a situação de Felgueiras, e tinha muito mais razões e obrigação para a defender do que defender o caso Paulo Pedroso. Dois pesos e duas medidas absolutamente erradas. Mas a responsabilidade da actuação que condeno, e me merece total discordância e mágoa, foi a dos militantes e dirigentes que não tomaram as posições que deviam em relação a Felgueiras. No caso de Francisco Assis até ousou tomar posições que suscitaram reacções de repúdio generalizado dos felgueirenses”. (Apêndice 1)

Na base da posição política da direcção do PS estava, em primeiro lugar, uma questão de coerência relativamente à atitude assumida pelos socialistas no caso do envolvimento do ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, no caso “Moderna”, segundo a notícia do jornal.

O trabalho jornalístico do Público lembra ainda que já a 4 de Outubro de 2003, o ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Isaltino de Moraes, remeteu para o Ministério Público um relatório da Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) sobre a Câmara Municipal de Felgueiras “em que propõe a perda de mandato da presidente da edilidade” (07.01.2003).

Só um à parte: Isaltino Moraes, em 2011, chegou a ser detido (e depois libertado), como adiante veremos.

Voltando ao caso Fátima e tendo ainda o diário acima citado como fonte, esta acção do ministro Isaltino não foi inédita. Foi a segunda vez, em pouco mais de um ano, que a autarca socialista se viu confrontada com um relatório da IGAT a propor a sua perda de mandato por alegadas irregularidades na gestão da Câmara, mas, em Dezembro de 2001, o Tribunal Administrativo do Porto absolveu-a do primeiro dos processos intentados pelo Ministério Público (Público, 07.01.2003).

Em suma, no dia 7 de Janeiro de 2003, a autarca saiu em liberdade, tendo o juiz de instrução criminal decretado a suspensão de funções de presidente da câmara, ficando ainda impedida de entrar nos paços do concelho. Contudo, o juiz de instrução rejeitara o pedido de prisão preventiva feito pelo Ministério Público. Todavia, confiscou o automóvel pessoal da arguida, um Audi A4 adquirido em Julho de 1998. Tal viatura, argumentava o Ministério Público, teria sido pago através do “saco azul” socialista.

Em relação a este bólide, Fátima Felgueiras ironizava durante a entrevista: “o carro que terei recebido!... O que se disse no julgamento de praça pública foi treta! A verdade foi contada no tribunal. Mas ficou a dúvida no ar, manteve-se a dúvida”... (Apêndice 1)

Quando a presidente foi levada para o tribunal, também o seu antecessor teve que fazer o mesmo percurso. Júlio Faria foi ouvido e libertado sob caução. No dia 9 de Janeiro, dois administradores da Resin-Resíduos Sólidos, SA, empresa de gestão de aterros sanitários e recolha de lixos, tiveram igual resultado. As ligações entre a empresa e a autarquia foram explicadas pela antiga presidente:

A Resin era uma empresa que concorreu a serviços e projectos ligados ao ambiente, quer em Felgueiras quer no vale do Sousa. Concorreu com muitas outras empresas. Alguns concursos até foram internacionais. Têm regras que são públicas e têm os concorrentes que seguramente se oporiam caso se sentissem preteridos sem razão. Mas criaram a ideia de que há uma teia de favores. Não sei se há. Quem assim o pensa e diz, lá saberá! Acho muito bem que se tenham definido regras para as contas das campanhas eleitorais e dos partidos. Até deveriam ser mais rigorosas. Mas se não se tinham criado antes, não é justo que se especule e rotule conforme dá jeito, a esse propósito. As pessoas em Felgueiras, como os agentes partidários e políticos, bem sabiam descodificar o que ouviam e sabiam que nada fazia grande sentido, sobretudo porque me conheciam e conhecem. (Apêndice 1)

Insatisfeito com as decisões do Tribunal de Felgueiras, o Ministério Público recorre para o Tribunal da Relação de Guimarães. Pede a prisão preventiva para Fátima Felgueiras, a 23 de Janeiro.

Sobre esta actuação, Marinho e Pinto, na entrevista que me concedeu, mostrou-se bastante indignado. Para o bastonário da Ordem dos Advogados, o Ministério Público queria Fátima Felgueiras na “cadeia porque para muitos procuradores fundamentalistas

a prisão preventiva significa a pena mínima garantida. Pensam assim: desta prisão já não te livras” (Apêndice 5)! Desta forma, adianta o bastonário, a prisão preventiva “fica a funcionar como uma antecipação da pena, coisa que não é” (Apêndice 5). É, explica, uma medida cautelar para garantir o bom andamento do processo. Para que se possa fazer um julgamento livre e idóneo, com todas as garantias e com toda a dignidade. Mas, acrescenta, “meter um político na cadeia é o sonho de 99% dos juizes portugueses, sejam criminosos ou não. Assim afirmam a sua superioridade sobre eles e perante o povo” (Apêndice 5). Instigado sobre se estes actores judiciais procuram protagonismo, Marinho Pinto é contundente: “Claro. Passam logo a heróis, a vedetas de certas turbas e até da turba mediática que anda sempre a reclamar mais e mais casos” (Apêndice 5).

Quando perguntei a Fátima Felgueiras se algum dia se sentiu alvo deste “sonho” da quase totalidade dos juizes portugueses, respondeu que “não necessariamente, embora tenha ficado com uma ideia clara de que há uma ciúmeira e ingerência dos dois poderes, judicial e político” (Apêndice 1). Na sua óptica, “o político transfere para o judicial o combate que não tem capacidade de travar dignamente no plano político. O judicial é pressionado a intervir no combate político e vai criando ideias erradas sobre os políticos pelas pressões que se vão exercendo” (Apêndice 1). No final, “a avaliação de uns e de outros fica contaminada pelo clima de confusão e enganos que é criado” (Apêndice 1).

No dia 24, a defesa da autarca (impedida de exercer) pede a anulação da suspensão de funções e, como escreve Olinda Machado, “rejeita razões do pedido da prisão preventiva”.

Todavia, a partir de 5 de Maio de 2003, a vida de Fátima Felgueiras mudou completamente. Fica a saber que o Tribunal da Relação de Guimarães não só rejeitara o recurso da suspensão do seu mandato como optou, agravando a medida de coacção, por decretar a prisão preventiva. Tratou-se, no entender de Fátima Felgueiras, de uma medida “ilegal, inconstitucional e, a meu ver, imoral, mas o tribunal assim decidiu e sofreu na pele as consequências” (Apêndice 1). E clarifica na entrevista:

As medidas de coacção, de acordo com o Código de Processo Penal, são exclusivas dos tribunais de primeira instância. O tribunal de primeira instância, o único que me ouviu no final do inquérito, entendeu que era suficiente o termo de identidade e residência e a suspensão de funções de

presidente de câmara. Quanto à suspensão de funções já havia jurisprudência no sentido de ser nula essa decisão por incompetência dos tribunais, já que as funções eram, como são, electivas. Recorri. O Tribunal de Guimarães não podia ter determinado o agravamento da medida de coacção. Ou deferia o meu pedido ou não o deferia. Mas ...assim não aconteceu! Caso único na justiça portuguesa! Não contávamos com essa decisão, apesar de a comunicação social fazer passar essa possibilidade como eventual e provável. Esperávamos apenas o levantamento da suspensão de funções. Mas... para esquecer! (Apêndice 1)

2.3.1 A ida para o Brasil

A presidente de Câmara de Felgueiras fugiu do país na tarde de segunda-feira em direcção a Espanha e apanhou um voo em Madrid para destino desconhecido, disse hoje à Lusa fonte judicial. A mesma fonte acrescentou que a autarca terá sabido da decisão do tribunal na segunda-feira, antes de ser divulgada pela comunicação social, uma vez que às 15h30 Fátima Felgueiras já seguia rumo a Espanha.

A autarca socialista nasceu no Brasil, onde ainda tem familiares e amigos, motivo pelo qual as autoridades pensam que Fátima Felgueiras esteja naquele país.

Em declarações à Lusa, ao início da manhã, uma fonte da Polícia Judiciária de Braga revelou que as autoridades tinham provas de que a presidente da Câmara de Felgueiras fugiu para o estrangeiro e que essas indicações foram fornecidas pela polícia espanhola e pela Interpol.

Segundo a mesma fonte, já foi emitido um mandado de captura internacional para detectar e extraditar Fátima Felgueiras. O paradeiro da autarca é desconhecido desde segunda-feira, quando um tribunal decretou a sua prisão preventiva.

Fátima Felgueiras foi detida a 6 de Janeiro pela PJ na Câmara para ser ouvida no Tribunal de Felgueiras, onde lhe foi decretada a suspensão do mandato até à conclusão do inquérito judicial.

A autarca socialista recorreu da decisão para o Tribunal da Relação e o mesmo fez o Ministério Público, pedindo a sua prisão preventiva, tese que veio a ser acolhida segunda-feira.

(Público, 08.05.2003)

Sabe-se agora que no dia em que o Público dava a conhecer esta notícia, já Fátima Felgueiras se encontrava no Brasil.

Tudo isto porque, como recorda na sua tese de Mestrado de Olinda Machado, no dia 5 de Maio de 2003 “o Tribunal da Relação de Guimarães rejeita o recurso da autarca socialista contra a suspensão do seu mandato, decidido há quatro meses, e agrava a medida de coacção de Fátima Felgueiras decretando a prisão preventiva da presidente da Câmara Municipal de Felgueiras”.

Na entrevista que segue no Apêndice 1, a ex-autarca recorda estes dias:

As medidas de coacção, de acordo com o Código de Processo Penal, são exclusivas dos tribunais de primeira instância. O tribunal de primeira instância, o único que me ouviu no final do inquérito, entendeu que era suficiente o termo de identidade e residência e a suspensão de funções de presidente de câmara. Quanto à suspensão de funções já havia jurisprudência no sentido de ser nula essa decisão por incompetência dos tribunais, já que as funções eram, como são, electivas. Recorri. O Tribunal de Guimarães não podia ter determinado o agravamento da medida de coacção. Ou deferia o meu pedido ou não o deferia. Mas...assim não aconteceu! Caso único na justiça portuguesa! Não contávamos com essa decisão, apesar de a comunicação social fazer passar essa possibilidade como eventual e provável. Esperávamos apenas o levantamento da suspensão de funções. Mas... para esquecer! A medida era ilegal, inconstitucional e, a meu ver, imoral, mas o tribunal assim decidiu e sofreu na pele as consequências.

Mas como é que soube do veredicto? Não explicou. No entanto, as notícias de que Fátima Felgueiras teria relações de amizade com personalidades do mundo judicial foram aparecendo na comunicação social.

Com o título “Procurador foi o grande aliado de Fátima Felgueiras”, o trabalho jornalístico do Expresso (01.04.2009) indicava que José Luís Lopes da Mota era amigo de longa data de Fátima, pois conheceram-se quando esta ainda era vereadora. A amizade terá levado o procurador, em 2000, de acordo com a notícia, a “entregar em mão à amiga Fátima uma cópia da denúncia anónima acabada de chegar à Procuradoria-Geral da República, carta que viria a despoletar o célebre caso do Saco Azul”.

Também em Abril, mas de 2005, o Diário de Notícias dava conta das relações sociais da autarca. “Juiz prometeu ajudar Fátima” relata escutas telefónicas existentes, diz o jornal, entre Fátima Felgueiras e o juiz conselheiro Joaquim Almeida Lopes, cujo teor motivou a extracção de uma certidão do processo “Saco Azul”.

Na conversa, Almeida Lopes pede à autarca para ser “imediatamente” avisado se o então secretário de Estado da Administração Local do Governo socialista, José Augusto Carvalho, iria enviar uma auditoria da Inspecção-Geral da Administração do Território (IGAT) para o MP. “Porque eu vou procurar dar um golpe de rins a ver se ainda consigo evitar”, disse, para mais à frente na conversa reforçar “Como fiz da outra vez há dez anos, percebes?”, isto numa alusão a um alegado processo de perda de mandato que já teria corrido naquela instância judicial.

O registo das conversas entre Fátima Felgueiras e Joaquim Almeida Lopes – hoje presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, -deram origem a um processo autónomo (15/2004), que correu termos, numa primeira fase, no Supremo Tribunal de Justiça, sendo em seguida remetido à Procuradoria-Geral da República, uma vez que se tratava de um juiz conselheiro. Nos autos consultados na passada semana pelo DN, as transcrições das escutas telefónicas revelam o interesse de Joaquim Almeida Lopes pelo processo administrativo contra Fátima Felgueiras. "Logo que tu tenhas conhecimento da decisão do secretário de Estado, tu diz-me imediatamente. Sabes porquê? Porque se ele decidir mandar prò Tribunal Administrativo, eu quero ir imediatamente falar com o Ministério Público", disse o juiz conselheiro à sua interlocutora, Fátima Felgueiras. (Diário de Notícias, 11.04.2005)

Com ou sem “dicas” para fazer as malas, a8 de Maio de 2003 – Fátima Felgueiras chegava ao aeroporto de Rio de Janeiro. Entretanto, em Portugal, a família divulgava uma carta em que a autarca se afirmava “inocente e de consciência tranquila”, como recorda Olinda Machado na sua tese. A mestre, elenca datas importantes para se ficar a entender melhor este “rosário” de Fátima Felgueiras. Assim, a 9 de Maio de 2003, Artur Marques, advogado de defesa de Fátima Felgueiras, recorre da decisão de prisão preventiva da autarca, para o Tribunal Constitucional.

No dia 13 de Maio de 2003, conta a investigadora, o Governo português pedia a extradição de Fátima. Todavia, a ex-autarca detém dupla nacionalidade: portuguesa e brasileira e por ali acabou por ficar mais de dois anos.

Durante todo o resto do mês de Maio, os órgãos de comunicação social davam conta do desenrolar dos acontecimentos relativos a Fátima Felgueiras. E assistiu-se a quase tudo: desde vigílias de apoio que alguns felgueirenses, manifestando publicamente a sua indignação em relação à “perseguição” a que estava a ser alvo a autarca, bem como à agressão a Francisco Assis. O presidente da Distrital do PS/Porto foi insultado e agredido à chegada à sede do Partido Socialista, em Felgueiras, sendo impedido de entrar nas instalações (Machado: 2011).

Já em Setembro de 2003, a comissão de jurisdição da distrital socialista confirmava as expulsões de Fátima Felgueiras, na sequência da sua fuga à justiça e do seu ex-marido Sousa Oliveira, por agressões contra Francisco Assis.

No ano seguinte, em Fevereiro, o Ministério Público diz que Fátima Felgueiras praticou 28 crimes, tendo a instrução do processo do “SacoAzul” tido início em Dezembro.

A pronúncia surge a 17 de Março de 2005: Fátima Felgueiras estava pronunciada por 23 crimes. A 7 de Julho do mesmo ano, o Tribunal de Felgueiras rejeitava o recurso de anulação da prisão preventiva da autarca (Machado: 2011).

No dia 21 de Setembro de 2005, Fátima Felgueiras regressava a Portugal e foi detida no Aeroporto de Lisboa. Apresentada a tribunal, foi libertada, sendo-lhe revogada a prisão preventiva. À noite, anuncia a sua recandidatura à presidência da Câmara de Felgueiras (Machado: 2011).

Sobre este regresso, a ex-presidente recorda:

Estive mais de dois anos fora de Felgueiras e as manifestações de carinho sucediam-se. Muitas pessoas telefonavam-me, contactavam-me pela internet e outras até me visitavam. Regressei correndo um risco enorme, mas acedi responsabilmente aos apelos que me dirigiam. O julgamento estava marcado para o dia a seguir às eleições. E tal como sempre afirmei, estaria nos tribunais a contribuir para que se apurasse a verdade e a defender-me. E assim sucedeu e tem sucedido (Apêndice 1).

A recepção que lhe fizeram, continua a marcar emocionalmente a ex-autarca: “essa é a maior coroa que eu guardo de tudo isto” (Apêndice 1). Fátima Felgueiras acredita que “nenhum político a nível nacional alguma vez teve possibilidade de sentir e viver algo do género. Todos os segundos, os minutos, foram de uma euforia, de uma manifestação de confiança e expectativa enormes e intensos” (Apêndice).

A 9 de Outubro de 2005, Fátima Felgueiras venceu a corrida à Câmara, como candidata independente. O seu Movimento Sempre Presente arrecada, de acordo com dados do Ministério da Justiça, 47,69% dos votos; o PSD 29,14% e o Partido Socialista (do qual Fátima Felgueiras acabou expulsa, ficava-se pelos diminutos 15,43%. No discurso da vitória, a eleita presidente pedia “respeito pela decisão do povo soberano” (Machado: 2011) e está certa de que honrou, “como sempre, os compromissos eleitorais. Trabalhei diariamente; durante os quatro anos de mandato” (Apêndice 1).

Este mandato viria a revelar-se particularmente difícil e trabalhoso, uma vez que para além dos afazeres de um líder autárquico, Fátima Felgueiras teve sempre na sua agenda as questões relacionadas com a Justiça.

A 14 Fevereiro 2007, o Tribunal de Felgueiras inicia o julgamento do caso do “SacoAzul”. Fátima Felgueiras é ouvida (26-02-2007), pela primeira vez, negando ao Tribunal, ter conhecimento da existência do “Saco Azul” (Machado: 2011).

Contudo, só a 7 de Novembro de 2008 surge a decisão do Tribunal de Felgueiras - condena Fátima Felgueiras a três anos e três meses de cadeia, com pena suspensa por igual período, pelos crimes de abuso de poder, peculato e peculato de uso, decretando ainda a perda de mandato à frente da Câmara de Felgueiras (Machado: 2011). A autarca recorreu da sentença.

2009, foi ano de eleições. Fátima Felgueiras preparava a reeleição, apresentando-se ao eleitorado novamente pelo Movimento Sempre Presente. A 11 de Outubro, a maioria dos felgueirenses optou por Inácio Ribeiro, que concorria pela coligação PPD/PSD-CDS-PP, para dirigir os destinos do concelho.

No dia das eleições, quando soube da derrota, Fátima Felgueiras anunciou que não iria assumir a vereação, sendo substituída por Horácio Reis. Contudo, quando o tempo legal de suspensão do mandato terminou, a ex-presidente decidiu ocupar o lugar de vereadora na oposição (Público: 02-06-2010).

O ano de 2010 também foi marcado pelas idas e voltas ao tribunal, de que os órgãos de comunicação social iam dando nota. Em Novembro, o Jornal de Notícias afirmava que o Tribunal da Relação de Guimarães (para onde Fátima Felgueiras tinha recorrido em 2008, insatisfeita com a decisão do Tribunal de Felgueiras) não tinha juízes para resolver este caso. “O processo arrasta-se em sucessivos pedidos de escusa de juízes” justificados no facto de, “por lei, não poder participar no recurso qualquer juiz desembargador que tenha tido anteriores intervenções no processo” (Jornal de Notícias: 15-11-2010). Quando finalmente se encontrou alguém sem impedimento legal, surge o “movimento anual dos magistrados, que implicou mais mudanças na composição do

colectivo, devido a transferências de desembargadores para outros tribunais” (Jornal de Notícias, 15.11.2010).

Mas a Justiça seguiu o seu curso. Em 10 de Março de 2011, os juízes desembargadores do Tribunal da Relação de Guimarães consideraram que um crime de peculato e um de abuso de poder de que Fátima Felgueiras era acusada já se encontravam prescritos. Quanto ao crime que “restava”, outro de peculato, a Relação ordenou que o processo regressasse à 1.ª instância para ser apreciada uma alteração substancial dos factos. Haveria portanto que repetir o julgamento.

“Deixe-me respirar de alívio, por ao final de mais de dez anos, ouvir o Tribunal dizer absolvida totalmente” (Jornal de Notícias, 01.07.2011). Foi a primeira reacção de Fátima Felgueiras ao ser absolvida do último crime de que foi condenada, no âmbito do processo “Saco Azul”. Outros 15 arguidos foram, também, absolvidos (Jornal de Notícias, 01.07.2011).

A 25 de Março de 2011, quando me concedeu a entrevista, era este o espírito (e a esperança) de Fátima Felgueiras em relação às implicações judiciais:

Bem, quanto ao processo do futebol, terminou com a absolvição de todos os arguidos. Quanto ao designado ‘Saco Azul’, aguarda-se a decisão do Tribunal da Relação sobre os recursos da decisão do tribunal de primeira instância em que fui condenada por três crimes, sendo que nenhum era de corrupção ou participação económica em negócios ou qualquer uma das acusações que tornou este processo mediático e conhecido! Do nosso recurso já sabemos que caíram os três crimes, dois por prescrição e um porque o tribunal da Relação reconhece que a condenação assentou numa alteração substancial da prova, o que a torna nula. Continuamos a aguardar que termine, de uma vez! Já lá vão 10 anos”! (...) Continuamos a aguardar que termine o processo do ‘Saco Azul’... Entretanto, e também como estratégia do PSD local, está a decorrer o processo em que em causa estão os pagamentos a advogados. A Câmara de Felgueiras pagou, conforme consagrado na lei, despesas a advogados de vários autarcas envolvidos com os tribunais, nestes mesmos processos, mas fui eu parar de novo aos tribunais! Pudera! Eu era presidente e os outros não”! (Apêndice 1).

3. Valentim Loureiro

3.1 Apresentação e currículo

Valentim dos Santos de Loureiro nasceu a 24 de Dezembro de 1938, em Calde, Viseu. De acordo com a biografia do presidente apresentada no portal da Câmara Municipal de Gondomar, Valentim Loureiro fez a Escola Primária, em Calde, tendo sido aprovado com distinção. Tirou o Curso Comercial na Escola Comercial e Industrial de Viseu.

Frequentou o Instituto Comercial do Porto, onde completou o 2º Ano do Curso de Contabilidade. Fez o Curso Superior de Administração Militar da Academia Militar, no ano lectivo de 1958/59. Como voluntário, frequentou o Curso de Direito da Universidade de Coimbra.

Em termos de actividade militar, o portal indica que frequentou e se licenciou na Academia Militar. Já como Oficial do Exército, fez duas Comissões de Serviço em Angola. Deixou o activo em 1967, tendo sido reintegrado em 1980, requerendo, de imediato, a passagem à situação de reserva.

No que concerne à actividade empresarial, iniciou a sua actividade empresarial em 1963, no Porto, no sector comercial, sendo, ainda hoje, sócio e accionista de várias pequenas e médias empresas, comerciais e industriais, e proprietário agrícola, em Calde, Viseu.

Mas foi a actividade desportiva que ajudou a notabilizar Valentim Loureiro. Em Junho de 1968, foi eleito para a Direcção do Boavista Futebol Clube, como vice-presidente das actividades desportivas e responsável pelo Departamento de Futebol Profissional, cargos em que se manteve durante dez anos.

Em Março de 1978, foi eleito presidente da Direcção do Boavista, cumprindo um mandato de dois anos. Em 1982, foi novamente eleito Presidente da Direcção do Clube, cargo que ocupa ininterruptamente, até 1997, altura em que suspendeu funções.

O Boavista F. C., consigo como presidente, foi sócio fundador da Liga Portuguesa de Futebol Profissional. Valentim Loureiro conseguiu proceder à reunificação dos clubes num único órgão, a Liga, sendo eleito presidente, em Março de 1989. Demitiu-se em 1994, tendo sido reeleito para esse cargo em 1996, mantendo-se em funções até Outubro de 2006.

Em Agosto 2006, foi eleito Presidente da Mesa da Assembleia Geral, cargo que manteve até Junho de 2010.

Entretanto, Valentim Loureiro desempenhou actividade diplomática, tendo sido nomeado, em 1982, Cônsul da República da Guiné-Bissau no Porto. Manteve-se em funções até Junho de 1999, altura em que se demitiu, face a um golpe de Estado ocorrido na Guiné-Bissau.

A par da actividade desportiva, é a política que maior visibilidade lhe dá. Filiou-se no Partido Popular Democrático em 1974, tendo sido um activo dinamizador do crescimento do partido no Norte do País.

Foi fundador, no Porto, de uma associação de apoio a Francisco Sá Carneiro, denominada “Associação Social-Democrata do Norte” (ASDN).

Apoiou e foi membro da Comissão de Honra das duas candidaturas de Mário Soares à Presidência da República, em 1986 e 1991.

Em 12 de Dezembro de 1993, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Gondomar, pelo PSD. Foi reeleito, pelo PSD, nas eleições autárquicas de 1997 e de 2001. Foi eleito, como Independente, para este mesmo cargo em 2005 e 2009.

Em 7 de Março de 1998, foi eleito presidente da Comissão Política Distrital do Porto do PSD, vindo a ser reeleito em Setembro do mesmo ano, tendo exercido essas funções até 6 de Maio de 2000. Foi ainda eleito membro do Conselho de Administração da Metro do Porto, S. A., em Junho de 2000.

Valentim Loureiro foi eleito presidente da Mesa da Assembleia Distrital do PSD/Porto, funções que exerceu entre 7 de Maio de 2000 até 25 de Maio de 2002. Em Janeiro de 2002, foi eleito presidente da Junta Metropolitana do Porto.

3.2 Impressões digitais neste trabalho

Valentim Loureiro foi contactado para dar uma entrevista para este trabalho em Janeiro de 2011, via gabinete de imprensa da Câmara Municipal de Gondomar.

Esta tramitação, porém, não estava a dar o melhor resultado, uma vez que os meses passavam e a entrevista nunca era agendada.

Por isso, optei por abordar em cerimónias públicas o presidente da Câmara – que, segundo o assessor de imprensa, Rui Barbosa, havia concordado com a entrevista – para que a conversa tivesse finalmente lugar.

Das duas vezes em que falei com o autarca a resposta foi positiva (“Ó Rui temos de marcar isso”), mas tal não se veio a verificar.

Tratou-se de um adiamento por mais de um ano de uma conversa que traria certamente uma mais-valia significativa para o trabalho, só que não me foi possível.

Assim sendo, e para compreender melhor algumas questões, servi-me ao longo desta pesquisa do livro do seu ex-assessor, Nuno Santos.

Através da visão do antigo colaborador de Valentim Loureiro ficámos a saber como é que o autarca de Gondomar planifica as campanhas eleitorais e lida com “os gajos” (Santos, 2008: 31) da Comunicação Social.

O presidente da Câmara Municipal de Gondomar prefere dar as notícias à sua maneira, antecipando-se aos jornalistas: “sim, eles queriam dar a notícia à maneira deles, assim dou-a à minhaneira. As televisões vêm cá?” (Santos, 2008: 30).

Do seu ponto de vista, quem marca a agenda mediática é o político. Valentim Loureiro é capaz, de uma forma hábil e única, de liderar a comunicação, reconstruindo a notícia, ainda antes de ela estar escrita (Santos, 2008: 33).

Pese embora esta capacidade que o ex-colaborador reconhece a Valentim Loureiro – de ser uma “máquina de comunicação” – o certo é que desde 2004 a vida do major mudou substancialmente e a quantidade de notícias que envolveram o seu nome atingiram níveis muito elevados até 2 de Fevereiro de 2012, dia em que foi lida a sentença do caso Quinta do Ambrósio, do qual foi absolvido.

3.3 Os processos

Valentim Loureiro completou, a 12 de Dezembro de 2011, dezoito anos à frente da Câmara Municipal de Gondomar. Cumpriu três mandatos eleito nas listas do PSD (1993-1997, 1997-2001 e 2001-2005) e o segundo como independente terminará em 2013 (2005-2009 e 2009-2013).

Ao longo dos anos, contudo, as situações do foro judicial têm colocado alguns entraves ao autarca. Foi detido, alvo de buscas (domiciliárias e na câmara) e a possibilidade de perder de mandato pairou durante algum tempo. E tudo por causa de um célebre apito baptizado pela Polícia Judiciária do Porto como sendo dourado.

O som deste apito ouviu-se estridentemente no dia 20 de Abril de 2004. Acusados de suspeita de tráfico de influências na arbitragem, Valentim Loureiro e o presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Pinto de Sousa, foram detidos para interrogatório pela Polícia Judiciária (Público, 20.04.2004).

Estas diligências levaram ainda à detenção de mais de uma dezena de pessoas, entre elas o vice-presidente da Câmara de Gondomar e presidente do Gondomar Sport Clube, José Luís Oliveira, para além de outros dirigentes e árbitros.

Para melhor entendermos os contornos desta história, junto agora a cronologia deste apito dourado, até ao anúncio do julgamento, a 11 de Fevereiro de 2008, elaborada pelo jornal Expresso (13.11.2007).

Em 2004:

Janeiro, 24 - A Polícia Judiciária escuta um telefonema do presidente do FC Porto, Pinto da Costa, com António Araújo na véspera do jogo FC Porto-Amadora, em que o empresário fala em “fruta” (alegadamente prostitutas) para dar ao árbitro do jogo, Jacinto Paixão. O FC Porto ganhou o jogo por 2-0.

Abril, 20 - É desencadeada, no Porto, a operação “Apito Dourado”, com a detenção de 16 pessoas, dirigentes e árbitros de futebol. Entre os detidos contam-se o então presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional e líder da Câmara Municipal de Gondomar, Valentim Loureiro, o dirigente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Pinto de Sousa e o presidente do Gondomar SC e vice-presidente da Câmara de Gondomar, José Luís Oliveira.

Abril, 24 - Valentim Loureiro sai em liberdade, após pagar uma caução de 250 mil euros e ser proibido de contactar os co-arguidos.

Maior, 31 - Artur Oliveira, Teófilo Santiago e João Massano são demitidos da Direcção da PJ /Porto, em circunstâncias não esclarecidas, mas alegadamente por causa do processo “Apito Dourado”.

Dezembro, 02 - A PJ desloca-se a casa de Pinto da Costa, com mandados de busca e detenção, mas o dirigente portista não está, pois teria sido alegadamente informado previamente da operação.

Dezembro, 02 - O árbitro Jacinto Paixão é detido pelo alegado esquema com prostitutas após o FC Porto-Amadora. Detidos são ainda os árbitros Augusto Duarte, José Chilrito e Manuel Quadrado, bem como o empresário António Araújo.

Dezembro, 03 - Pinto da Costa apresenta-se voluntariamente no Tribunal de Gondomar. O interrogatório é adiado por quatro dias.

Dezembro 07 - O presidente do FC Porto é interrogado pela juíza de instrução Ana Cláudia Nogueira, saindo em liberdade mediante o pagamento de uma caução de 200 mil euros.

2005:

Janeiro, 25 - O vereador do PS de Gondomar, Ricardo Bexiga, é violentamente agredido por encapuzados, no Porto. Dois dias depois apresenta queixa na PJ contra desconhecidos.

Abril, 05 - A PJ do Porto conclui a investigação da operação “Apito Dourado” e remete para o procurador Carlos Teixeira, da Comarca de Gondomar, um processo com 17 mil páginas.

Abril, 20 - O Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto arquiva o caso das prostitutas, que envolve Pinto da Costa e o árbitro Jacinto Paixão no âmbito do jogo Porto-Estrela.

2006:

Janeiro, 31 - O Ministério Público acusa 27 arguidos no processo de Gondomar, incluindo Valentim Loureiro, José Oliveira e Pinto de Sousa, extraindo 81 certidões que são remetidas a diversas comarcas.

Maió, 25 - É rejeitado um pedido de escusa do procurador do processo, Carlos Teixeira, depois de um dos arguidos ter solicitado o seu afastamento do caso.

Setembro, 19 - É divulgado um parecer do constitucionalista Gomes Canotilho, feito a pedido da defesa dos arguidos, que considera inconstitucional a legislação sobre corrupção no desporto.

Novembro, 20 - O Tribunal de Gondomar delibera a abertura da instrução do processo de Gondomar, solicitada pela maioria dos 27 arguidos.

Dezembro, 01 - A publicação do livro “Eu, Carolina”, da autoria da ex-companheira de Pinto da Costa, ressuscita o caso “Apito Dourado” ao alegadamente revelar novos dados sobre o processo. No livro, publicado em vésperas do início da instrução do processo de Gondomar, Carolina Salgado denuncia alegadas situações de corrupção desportiva, evasão fiscal, violação do segredo de justiça, agressões, perjúrio e fuga à justiça.

Dezembro, 14 - O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, nomeia Maria José Morgado como coordenadora do caso “Apito Dourado”, com poderes para reabrir processos.

Dezembro, 18 - O Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto arquiva processo contra Pinto da Costa, no caso das prostitutas disponibilizadas ao árbitro Jacinto Paixão e aos seus auxiliares, José Chilrito e Manuel Quadrado (Expresso, 13.11.2007).

O ano de 2006 ficou na memória de Nuno Santos, à época assessor de Valentim Loureiro para a área da comunicação.

As buscas que a Polícia Judiciária efectuou na Câmara de Gondomar, merecem uma descrição no livro de Nuno Santos que, pela sua peculiaridade, passarei a transcrever.

Escreve então Nuno Santos no livro a *Varinha Mágica de Valentim Loureiro*:

Num belo dia de 2006, como nos outros, levantei-me com tranquilidade. A tranquilidade possível de um assessor do Major (...). Cerca das nove horas, ia já a caminho da Câmara e recebi um telefonema de uma jornalista da Agência Lusa:

– É verdade que a PJ está a fazer buscas na Câmara de Gondomar?

Naquele momento não lhe soube responder. Disse-lhe isso mesmo, prometendoligar-lhe mais tarde e pedindo-lhe que aguentasse a informação mais um pouco. Ao chegar ao meu gabinete, verifiquei que, além da minha assistente, havia lá mais gente que não conhecia bem. Eram, efectivamente, nove inspectores da PJ. Os inspectores da PJ reconhecem-se bem, porque vestem-sede uma forma muito discreta, mas segundo os padrões de discrição de há 30anos, o que hoje os torna facilmente identificáveis (...). São ainda mais fáceis de identificar se um jornalista da Lusa nos avisar das

buscas, antes mesmo de termos conhecimento delas... Os computadores do Gabinete de Apoio ao Presidente e do gabinete do vice-presidente estavam bloqueados e havia inúmeros mandados de busca para cumprir. Pediam processos, documentos e procuravam contratos, fazendo, logo ali, procuras rápidas nos computadores, através de palavras-chave como

Ambrósio. Desta vez não era o futebol que os motivava, mas vários processos camarários que levariam Valentim Loureiro e o seu vice-presidente a serem acusados pelo Ministério Público no decorrer do ano de 2008. (...) Obviamente, a secretária já tinha chamado Valentim Loureiro, que meia hora depois chegou à Câmara. A sua postura foi de grande tranquilidade e até de humor. Quando viu que procuravam algo nos computadores soltou uma gargalhada e, agarrando amigavelmente pelo braço de um deles, deixou claro:

– Meus amigos, eu sei o que vocês procuram, mas fiquem desde já sabendo que não existe disso aqui em Gondomar. Nunca existiu. Mas, mesmo que tivesse existido, já tínhamos deitado fora, não acham?

Esta afirmação foi seguida por um grito na direcção do meu gabinete, mesmo ali ao lado:

– NUNO!

Aí vou eu para junto do Major.

Quando cheguei junto dele, estava de braço dado com um inspector que ia afirmando:

– Ó Major, nós estamos a fazer o nosso serviço, compreenda.

Valentim Loureiro compreendia e ia acompanhando as suas palavras com uma cotovelada de vez em quando, como sinal de apreço e de simpatia pelo inspector:

– Eu sei, eu sei! Eu é que devia ser o vosso chefe, porque assim fariam mais o que é preciso fazer neste País e deixavam de perder tempo aqui com isto. Aqui não há nada do que vocês querem. Mas procurem à vontade, façam o vosso trabalho (Santos, 2008: 27-29).

Colocado nesta posição, o presidente da Câmara Municipal de Gondomar logo pôs em marcha a sua estratégia de comunicação: se há algo a anunciar; que seja eu a fazê-lo. Uma fuga para a frente digna de registo:

A boa disposição deu então lugar a uma cara mais séria quando se virou para mim. Na presença de três ou quatro inspectores que ali estavam, perguntou-me, fazendo questão que ouvissem:

– Nuno, já te ligou algum jornalista sobre isto?

Eu disse-lhe a verdade, como sempre, que logo pela manhã, já se sabia.

Primeiro a Agência Lusa, depois a Antena 1 e a Rádio Renascença queriam a confirmação da notícia e um comentário. Acto contínuo, ordenou-me:

– Então chama aí os gajos que eu vou dar uma conferência de imprensa.

São 10 horas? Falo às 11.

Não consigo descrever a expressão dos inspectores da PJ, que, nesse instante, deixaram a postura simpática que tinham tido até ali. Um deles ainda apelou:

– Não faça isso, ó Major!

– Querem show-off, vão tê-lo – reforçava Valentim Loureiro, soltando umagargalhada que ecoou por ali.

Por muitas buscas que tenham feito nas suas vidas, terá sido a primeira vez que o arguido, alvo das suspeitas, perante a presença de nove inspectores daPJ, tenha ele próprio chamado rádios, televisões e jornais.

Como sempre, a minha cabeça começou a pensar em todas as variáveis.

A que horas, onde, quem convoco, como convoco... alguns minutos depois,fui ter com o Major perguntando-lhe se seria mesmo o melhor. Mas ele estavadeterminado:

– Sim, eles queriam dar a notícia à maneira deles, assim dou-a à minhamaneira. As televisões vêm cá?

Disse-lhe que ainda estava a pensar como iria fazer, mas se queria mesmotelevisões, o ideal seria fazer às 13 horas e não às 11 e eu tentaria garantir,entretanto, que SIC, RTP e TVI fizessem directos. Assim, evita-se o crivo dorepórter.

– O Major fala em directo, eles levam com tudo o que disser – expliquei-lhe. Valentim Loureiro concordou que fosse em directo e a abrir os jornaistelevisivos das 13. Falei com as redacções das televisões e todas acordaram odirecto. A notícia das buscas seria dada à maneira do Major, mais do que isso,pelo próprio Major e não por fonte próxima da PJ, como normalmente.

O insólito não terminaria aqui. Valentim Loureiro mandou depois resumir todos os mandados que a polícia trazia, explicando sumariamente cada umdos processos, para distribuir à imprensa! Assim fizemos (Santos, 2008: 29-30).

O “insólito” como escreve Nuno Santos não terminaria por aqui. Valentim Loureiro “obrigou” os agentes da Polícia Judiciária a ceder as instalações que entretanto haviam ocupado para que a conferência de imprensa se pudesse realizar:

A cerca de 40 minutos das 13 horas, lembrei-me de um pormenor importante.Normalmente, as conferências de imprensa na Câmara de Gondomar são realizadas salão nobre. Ora, os inspectores, depois de recolherem pilhasde dossiês e meia dúzia de discos duros de computadores, instalaram-se nosalão nobre para fazer cópias e outras diligências, como eles chamam. Logoafirmaram que precisariam de toda a tarde naquela sala, a maior que existe naCâmara de Gondomar.

Assim sendo, fui ao gabinete do Major tentando encontrar uma solução alternativa ao local da conferência de imprensa. Mas, o Major voltou a surpreender-me:

– As conferências de imprensa são no salão nobre, e esta também vai ser

A minha preocupação adensava-se...

– Mas estão lá os inspectores da PJ! – Lembrei-lhe.

Na maior das calmas, o Major descansou-me:

– Deixa comigo, eu trato disso.

Faltavam cerca de 20 minutos para as 13 horas, e tinha já à porta os carrosde exterior das televisões e alguns fotógrafos, prontos para montar câmaras epassar cabos. Desci e expliquei-lhes

que tinham que aguardar um pouco, pois o local onde ia ser a conferência de imprensa estava cheio de inspectores da PJ.

Ninguém acreditou em mim. Acharam que era só mais um dos meus acessos de bom humor, que sempre procuro ter nos momentos mais difíceis...

Subi, de novo, ao gabinete do Major.

– Os gajos já estão aí? As televisões vieram, pá? – Perguntou Valentim Loureiro já com a adrenalina que o cheiro dos microfones lhe traz.

– Estão, mas continuamos com aquele problema do local...

Foi nessa altura que Valentim me disse quase em segredo:

– Anda comigo, vamos tratar disso!

Através de uma porta existente no seu gabinete, que dá acesso directo ao salão nobre, entrámos.

Sorridente, perante os inspectores estupefactos, avisou com a sua voz de não deixar dúvidas a ninguém:

– Meus amigos, peço desculpa por interromper o vosso trabalho, mas eu vou dar aqui uma conferência de imprensa, daqui a pouco. Não demora. São só uns minutos.

Havia papéis e material informático espalhado por cima das mesas e das cadeiras e mesmo no chão. Olharam uns para os outros sem saber muito bem qual o procedimento a tomar. Certamente, não está nos manuais da polícia qualquer procedimento a seguir quando o arguido quer dar uma conferência de imprensa durante as buscas.

Um deles, com cara e bigode de chefe e a aparentar evidente falta de paciência, disse:

– Nós tiramos isto daqui...

– Não é preciso. Até podem continuar a trabalhar. Eu ponho-me aqui à frente, falo de pé e vocês continuam aí atrás sentados a trabalhar. Isso é que as televisões gostam. Dá uma imagem porreira, até para vocês, aí a trabalhar.

Os inspectores começaram a empacotar as coisas em silêncio e eu mandei os técnicos de imagem e som entrar para montar as câmaras e os microfones.

Seguiram-se alguns minutos de algum surrealismo, com inspectores da PJ a saírem, carregados de material, e jornalistas a entrarem, carregados de microfones e câmaras... Pedi para não recolherem imagens do show-off e que se guardassem para a conferência de imprensa, até porque, nessa altura, os polícias mostravam-se claramente incomodados e nervosos. Os jornalistas respeitaram o meu pedido.

Às 13 horas, SIC, RTP e TVI colocaram no ar, em directo, o Major. Foi, por isso, Valentim Loureiro quem deu ao País a notícia de que a PJ estava a fazer buscas na Câmara de Gondomar e as razões pelas quais as fazia, ultrapassando claramente boa parte do impacto negativo que poderia ter a informação. (...) Valentim Loureiro expulsou da sala nove inspectores da PJ para dar uma conferência de imprensa (Santos, 2008: 30-31).

O ano de 2007 também foi profícuo em termos de notícias sobre o caso do Apito Dourado, envolvendo, claro, o nome de Valentim Loureiro.

É agora que a procuradora Maria José Morgado (que entrevistei para este trabalho – Apêndice 4) começa a participar neste processo, como confirma a notícia do Expresso (13.11.2007).

Janeiro, 02 - A Equipa de Coordenação do Processo Apito Dourado (ECPAD), liderada por Maria José Morgado, inicia funções.

Janeiro, 09 - Carolina Salgado é ouvida, pela primeira vez, pela procuradora Maria José Morgado. A ex-companheira de Pinto da Costa confirma as acusações reveladas no livro.

Janeiro, 16 - Maria José Morgado assina despacho onde reabre oficialmente os processos conexos ao de Gondomar, justificando a decisão com as declarações de Carolina Salgado.

Janeiro, 31 - Carolina Salgado é interrogada durante duas horas no Tribunal de Vila Nova de Gaia no âmbito de um dos vários processos que a opõem a Jorge Nuno Pinto da Costa.

Janeiro, 31 - O juiz Pedro Miguel Vieira termina a fase de instrução do processo de Gondomar.

Fevereiro, 05 - O procurador-geral da República considera que a nomeação de Maria José Morgado está a gerar um “efeito em cadeia” no combate à corrupção e exige resultados até ao final do ano.

Fevereiro, 09 - Sabe-se que entre os dez processos avocados por Maria José Morgado no caso “Apito Dourado” figuram as agressões ao ex-vereador de Gondomar Ricardo Bexiga e a alegada fuga de informação que presumivelmente levou Pinto da Costa a ir para Espanha evitando a PJ.

Março, 06 - O juiz Pedro Miguel Vieira decide levar a julgamento 24 dos 27 acusados do processo de Gondomar, incluindo Valentim Loureiro, José Luís Oliveira e Pinto de Sousa. O magistrado valida as escutas telefónicas feitas na investigação.

Junho - O juiz António Carneiro da Silva é nomeado para dirigir o julgamento de Gondomar e pede a escusa, por recear uma eventual “desconfiança sobre a sua imparcialidade”, já que, tal como o arguido Valentim Loureiro, tem vínculo a órgãos da Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

Outubro, 31 - A Relação do Porto rejeita o pedido do juiz Carneiro da Silva para ser dispensado de presidir ao colectivo que julgará Valentim Loureiro e 23 outros arguidos no processo Apito Dourado de Gondomar.

Novembro, 13 - O juiz Carneiro da Silva, titular do processo, informa as partes de que o julgamento de Gondomar começa a 11 de Fevereiro ou, se houver alguma impossibilidade, dois dias depois (Expresso, 13.11.2007).

O julgamento teve início efectivamente a 11 de Fevereiro de 2008. “O Tribunal de Gondomar começou hoje o julgamento de Valentim Loureiro e 23 outros arguidos no processo principal do caso Apito Dourado, anunciando que foram sanadas as irregularidades que ameaçavam o início das audiências” (Público, 11.02.2008).

A leitura da sentença foi no dia 18 de Julho, que viria a deixar Valentim Loureiro irritado (Expresso, 18.07.2008). Isto porque o autarca, de acordo com o jornal, foi condenado a três anos e dois meses com pena suspensa, por abuso de poder, e à perda de mandato de presidente na Câmara de Gondomar por crime de prevaricação.

“Visivelmente irritado, o major declarou à saída do tribunal que os gdomarenses não têm nada que se envergonhar do seu presidente, afirmando ainda que se recandidatará nas próximas eleições e que vai ganhar” (Expresso, 18.07.2008).

O presidente da Câmara Municipal de Gondomar disse ainda ser “absolutamente incrível, face ao que aqui se provou, que os juízes considerassem que a adjudicação de uma obra em que beneficiei muito a câmara seja considerada crime” (Expresso, 18.07.2008).

Em causa estava a adjudicação alegadamente ilegal da elaboração de um boletim informativo do programa Urban II para o desenvolvimento sustentado da Triana, Areosa, Rio Tinto (Expresso, 18.07.2008).

Apesar de estas acusações terem sido dadas como provadas em tribunal, em causa estava ainda outra (de corrupção) da qual Valentim Loureiro foi ilibado.

“Como sempre disse nunca cometi qualquer crime de corrupção em todo este processo, como foi dito nos últimos cinco anos” (Expresso, 18.07.2008), disse o autarca.

Previendo já os resultados, a defesa de Valentim Loureiro anunciou, ainda antes da leitura do acórdão, que iria recorrer. “A perda de mandato do actual presidente da Câmara de Gondomar torna-se definitiva quando e se o acórdão transitar em julgado. Na prática, significa que Valentim Loureiro se vai manter em funções, pois o recurso suspende a aplicação da pena” (Expresso, 18.07.2008).

Mas este ano não terminaria sem que antes o nome de uma quinta – a do Ambrósio – se tornasse célebre.

O processo envolveu Valentim Loureiro e o filho Jorge, dois vereadores da Câmara de Gondomar, dois administradores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e mais cinco arguidos. Em três dias, quatro dos arguidos terão lucrado três milhões de euros (Expresso, 24.07.2008).

A Polícia Judiciária investigou o negócio da venda da Quinta do Ambrósio, comprada a uma viúva e vendida à STCP com um lucro de três milhões de euros. Valentim Loureiro é acusado dos crimes de burla qualificada, prevaricação e participação económica em negócio. É ainda suspeito de instigar um crime de administração danosa (Expresso, 24.07.2008).

De acordo com a acusação do Ministério Público, e que o semanário deu a conhecer, a quinta foi comprada por Valentim Loureiro e José Luís Oliveira, respectivamente presidente e vice-presidente da Câmara de Gondomar, por um milhão de euros. A vendedora, Ludovina Cunha, escreve ainda o Expresso, julgava estar a vender o terreno à Câmara de Gondomar e, sempre de acordo com a acusação, Valentim convenceu a senhora, uma viúva de 80 anos e a filha, de que o terreno estava em reserva agrícola e pouco valia (Expresso, 24.07.2008).

Segue-se que Laureano Gonçalves, advogado e ex-presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, acabou como proprietário do terreno, através de uma *offshore* (Expresso, 24.07.2008).

A 15 de Março de 2001, Ludovina vendeu o terreno por um milhão de euros. Seis dias depois, o mesmo terreno, licenciado pela Câmara Municipal de Gondomar, foi vendido à STCP, mas por quatro milhões de euros. O lucro terá sido distribuído entre Valentim, o filho Jorge, Laureano Gonçalves e José Luís Oliveira (Expresso, 24.07.2008).

O terreno destinava-se à construção de uma estação de recolha de autocarros e está abandonado. O procurador responsável pela acusação é Carlos Teixeira, o mesmo que acusou Valentim no processo Apito Dourado (Expresso, 24.07.2008).

Entretanto, em 2010, Valentim Loureiro ficou a saber a decisão do recurso que a sua defesa havia interposto para o Tribunal da Relação do Porto relativa à condenação que tivera no Tribunal de Gondomar, em Julho de 2008.

“Os desembargadores apenas alteraram a punição pelos 25 crimes de abuso de poder em que foi considerado cúmplice”, tendo decidido que o presidente da Câmara Municipal de Gondomar fosse “condenado a 50 dias de multa por cada um dos 25 ilícitos e fixaram em 300 dias de multa o respectivo cúmulo jurídico, o que determina uma sanção pecuniária de 30 mil euros” (Público, 18.03.2010).

Explica o jornal que na primeira instância, o autarca tinha sido condenado a dois meses de prisão por cada crime de abuso de poder, mais dois anos e seis meses pelo crime de prevaricação. O cúmulo das duas penas resultou numa pena única de três anos e dois meses de prisão, suspensos por igual período, além da perda do mandato autárquico. Todavia, e com o resultado deste recurso, a pena final aplicada a Valentim Loureiro ficou numa pena de prisão de dois anos e seis meses a que se somam os 30 mil euros de multa (Público, 18.03.2010). Esta sentença também viria a ser alvo de recurso.

Relativamente à questão da perda de mandato, o advogado de Valentim Loureiro explicou que este acórdão resolveu assunto, ao decidir que o autarca perdeu o mandato que exercia na altura da primeira decisão, em Julho de 2008. O Ministério Público solicitava que o autarca deveria perder o mandato que exercia à data do trânsito em julgado do caso (Público, 18.03.2010).

Dois anos depois, os holofotes voltaram a centrar-se em Valentim Loureiro e na Quinta do Ambrósio.

Este caso chegou ao Tribunal de Gondomar, sendo a sentença, conhecida a 02 de Fevereiro de 2012, bastante positiva para o presidente da Câmara Municipal de Gondomar.

Segundo o colectivo de juízes, “não se provou um alegado esquema ardiloso para ludibriar a dona dos terrenos” (Expresso, 02.02.2012).

Apesar disso, relata ainda o mesmo jornal, “o juiz-presidente disse que não lhe parecia curial que a Câmara sirva de agência de mediação imobiliária” (Expresso, 02.02.2012).

4 Avelino Ferreira Torres

4.1 Apresentação e currículo

Avelino Ferreira Torres nasceu a 26 de Janeiro de 1945, em Rebordelo, Amarante.

Sendo o 14º filho, aos 15 anos iniciou a sua carreira profissional e empresarial como funcionário dos serviços florestais. Possui licenciatura em Administração e Gestão de Empresas e da sua actividade desportiva (que começou em 1966 como vogal da Direcção do Sport Clube de Rio Tinto, chegando na época seguinte a presidente) destacam-se os cargos de vice-presidente da Direcção da Associação de Futebol do Porto, entre 1985 e 1987; presidente do Conselho de Arbitragem também da Associação de Futebol do Porto pelos períodos 1987/88 e 1992/96; e ainda o de membro do Conselho Nacional de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, de Maio de 1997 a Dezembro de 1998 (Portocarreiro, 2000: 35).

A carreira política foi, no entanto, aquela em que Avelino Ferreira Torres obteve maior destaque.

Estreou-se nas lides autárquicas ao ser eleito, em 1979, para presidente da Junta de Freguesia de Tuíás e vereador da Câmara Municipal de Marco de Canaveses. Nesta circunstância, optou por ocupar o lugar de vereador na edilidade marcoense.

Assim ficou até Janeiro de 1983, quando foi eleito presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses (Portocarreiro, 2000: 36).

Avelino Ferreira Torres manteve-se como presidente até 2005, ano em que se candidatou como independente (pelo Movimento Amar Amarante) ao município onde nasceu, onde ficaria como vereador até Julho de 2008, altura em que renunciou ao mandato.

Um ano antes, porém, participou no programa televisivo Quinta das Celebidades, conjuntamente, por exemplo, com Cinha Jardim, Alexandre Frota e José Castelo Branco.

Em 2008, Avelino Ferreira Torres apresenta a sua candidatura novamente ao Marco de Canaveses, também como independente, para as eleições de Outubro de 2009.

O Gabinete Autárquico do CDS-PP anunciou a 19 de Julho de 2008, contrariando a posição tornada pública pela concelhia local, que Avelino Ferreira Torres não seria o candidato do partido à Câmara Municipal do Marco de Canaveses, em 2009 (Público, 19.07.2008).

Antes destas posições serem do domínio público, Avelino Ferreira Torres havia já assegurado que concorreria como independente, caso o seu partido não o apoiasse (Público, 19.07.2008).

Esta candidatura, contudo, só se pode efectivar porque poucos meses antes das eleições todos os processos judiciais em que Avelino Ferreira Torres estava envolvido tiveram um desfecho favorável, como veremos mais à frente neste capítulo.

Perdeu a presidência da Câmara e ocupou o cargo de vereador.

Em 2010, Avelino Ferreira Torres “regressa” ao CDS-PP, partido pelo qual foi eleito presidente para o Marco de Canaveses. Passa a ser o líder da estrutura concelhia do partido.

4.2 Impressões digitais neste trabalho

Quando solicitado a dar uma entrevista para este trabalho, Avelino Ferreira Torres acedeu de imediato. No dia e hora combinados, rumei à sua casa, no Marco de Canaveses, que tantas vezes apareceu nos ecrãs das televisões nacionais (em directo) ou nas fotografias dos jornais.

Simpático mas bastante cansado (estava em período de convalescença) puxou pela meada das memórias para encontrar a ponta de muitas histórias que foi relatando.

“Pode gravar tudo, agora é natural que diga algum palavrão; sou assim”, advertiu sorrindo.

Feitas as advertências, Avelino Ferreira Torres assegurou que o Poder Local entre 1976 e 1986 era muito mais difícil do que actualmente, pois não havia *money* (Apêndice 3).

Mas o seu temperamento difícil pautou sempre a sua actuação, tal como confessou. Muitas vezes, com as câmaras de televisão e os gravadores das rádios ligados, Avelino Ferreira Torres manifestou-se de forma, no mínimo, pouco curial.

Recordemos, a propósito, um dos momentos que mais o marcou:

Quando foi aqui à porta de casa, quando disse que as juízas ainda há pouco tempo andavam a mamar leite das mães. Foi de gritos. Vinha da América; quando a sentença foi lida ainda estava lá. Entretanto, quando cheguei tinha mais de mil pessoas à porta. Houve um tipo que começou a falar num megafone e eu, cansado, queria dizer uma frase que não me saiu. Disse que a sentença foi preconcebida. Mas não era isso que eu queria dizer. Queria dizer que no horizonte da decisão houve qualquer coisa... mas não era preconcebida. Aos jornalistas afirmei que sobre a sentença deveria dizer que era uma m..., mas que não diria. Ora, já tinha dito... Lembro-me perfeitamente. O sindicato dos magistrados pôs-me uma acção (Apêndice 3).

A relação de Avelino Ferreira Torres com os meios de comunicação social nem sempre terá sido a melhor. Todavia, desde cedo se apercebeu da importância dos *media* para uma terra com as dimensões do Marco de Canaveses que – apesar de não estar muito longe do Porto – tem de apresentar factos que justifiquem a deslocação dos órgãos de comunicação social nacional ao concelho.

Quanto à comunicação social local, o ex-autarca foi o sócio-fundador dos jornais Opinião Marcoense, Voz Marcoense e A Verdade, assim como da Rádio Marcoense, onde desempenhou a função de presidente da Assembleia Geral (Portocarreiro: 36).

Esta incursão junto da comunicação social não lhe causou uma imagem muito positiva do jornalismo e dos jornalistas. “É evidente que há exceções, e ainda bem que as há. Mas há poucas. E eu fui super-atacado (e não sei porquê pois nunca me meti com ninguém). Mas há um ditado que diz que quem cala consente” (Apêndice 3).

Avelino Ferreira Torres assegurou que, “tal como há trinta anos, ainda há muitos jornalistas penduras. Alguns já me pediram dinheiro. Mas há outros (...) que são super-sérios” (Apêndice 3).

Quando, em 2005, não ganhou a presidência da Câmara de Amarante, o candidato acusou a comunicação social de ter interferido: “foi a calúnia que venceu. Os jornalistas deram a Câmara ao Partido Socialista. A comunicação social, toda ela, estava vendida ao PS” (Público, 09.10.2005), acusou.

“É a vitória da comunicação social. Tenho pena do povo de Amarante”, acrescentou, acusando ainda a empresa Mota Engil de fazer *lobby* para que o PS permanecesse no poder na autarquia (Público, 09.10.2005).

Independente da ideia formada por Avelino Ferreira Torres em relação aos jornalistas, o certo é que a sua actuação à frente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses e a candidatura à autarquia de Amarante geraram notícias vezes sem conta, condicionando, consequentemente, a agenda mediática nacional.

Graças à difusão da informação, o pontapé que Avelino Ferreira Torres deu, em 2004, na placa do quarto árbitro durante o jogo de futebol entre o Marco e Santa Clara ficou célebre.

“Não estou nada arrependido do que fiz. Voltava a fazer o mesmo mas agora gostaria de dar um pontapé não na placa do quarto árbitro mas de quem fez as nomeações” (Record, 01.03.2004) afirmou.

Avelino Ferreira Torres afirmou ainda que possíveis sanções não o preocupavam. “O Marco já me tem ficado tão caro. É mais multa, menos multa. Os senhores da Liga terão

de olhar debaixo para cima porque sou maior do que eles e não sou dirigente desportivo” (Record, 01.03.2004) disse.

Durante a nossa conversa, este foi obviamente um episódio mediático evocado por Avelino Ferreira Torres:

Isso foi diferente. Até foi pedagógico. Era o Marco/Santa Clara e estávamos na linha de água para descer e era preciso evitar. O árbitro era um homem sério mas havia um fiscal de linha – que era da terra do adversário – que estava a roubar descaradamente. Eu estava próximo dos delegados ao jogo e a ver o que um deles estava a escrever. Houve dois penaltis. Ele escreve segundo penalti não assinalado a favor do Marco. Eu, já lixado, ao ver aquilo escrito fui por lá abaixo. Mas até ao relvado contive-me e fiquei perto daquela mesinha que tinha em cima aquela coisa de mostrar o tempo que faltava. Só estava ali para aquilo. Creio que dei um pontapé na mesa e espetei com aquilo no chão. Não me lembro bem. O que sei é que fiquei ali e que o quarto árbitro veio buscar a placa, onde dizia que faltavam quatro minutos de compensação. Entretanto, o massagista é obrigado a entrar em campo. O massagista, que não pode com uma bofetada, foi ameaçado. E eu não posso ver os fracos a ser ameaçados. O ambiente estava ao rubro. Devia-se serenar os ânimos e não o contrário. A propósito, tenho que agradecer às pessoas do Marco porque sempre que lhes dizia para parar, paravam. Safei muitas vezes os guardas de levar coças do povo do Marco (Apêndice 3).

4.3 Os processos

Memórias do primeiro julgamento:

Mas há outros, como Costa Carvalho, que são super-sérios. Foi director do semanário O País. Um dia entrevistou-me por causa da morte do meu irmão. Eu atirei-me para a frente. Falava do pedantismo dos magistrados e o Ministério Público queixou-se. É evidente que eu podia desmentir; mas não ia fazer isso ao homem! Voltei a dizer o que estava publicado. Olhe, nem sei o que é que aconteceu. Disse ao advogado que não admitia nada. Eu tinha razão. Foi a primeira vez que fui a julgamento. A partir daí fui a muitos...” (Apêndice 3).

Apesar de ser sobre as declarações que prestou a um jornalista, esta passagem de Avelino Ferreira Torres pelo tribunal não mereceu honras de primeira página dos jornais. Ao contrário de outras, várias, que levaram a comunicação social nacional a terras do Marco de Canaveses.

Segue-se uma cronologia revelada pelo Expresso, relativa às principais idas de Avelino Ferreira Torres aos tribunais:

11 Junho 2004 - O presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Avelino Ferreira Torres, perde o mandato depois de o Tribunal o ter considerado culpado de peculato e peculato de uso. O autarca do CDS-PP foi condenado a três anos de prisão, com pena suspensa e perda de mandato, por apropriação indevida de dinheiros públicos e utilização de bens da autarquia.

31 Maio - O presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses é interrogado nas instalações da Polícia Judiciária do Porto num inquérito sobre alegado enriquecimento ilícito e o aparecimento de várias centenas de milhares de contos em contas bancárias de dois dos seus colaboradores directos no município.

4 Novembro - Avelino Ferreira Torres começa a ser ouvido no tribunal local sobre a gestão da autarquia, onde foi presidente durante mais de 20 anos, e a alegada compra de terrenos que posteriormente eram valorizados pelas alterações do Plano Director Municipal (PDM) integram este processo.

22 Fevereiro 2006 - O Tribunal da Relação do Porto reduziu a pena aplicada em primeira instância ao ex-presidente da câmara por uso de bens e de funcionários municipais em obras particulares. Os juízes desembargadores reduziram a pena de três anos para dois anos e três meses de prisão, mas mantiveram a suspensão da pena por quatro anos. O colectivo da Relação decidiu também alterar a qualificação jurídica do crime de peculato, passando-a para abuso de poder (Expresso, 04.09.2009).

A suspensão de pena por quatro anos obtida no Tribunal da Relação surge quase no final de um ano juridicamente complexo para Avelino Ferreira Torres.

Porém, o ano que se avizinhava havia de ser marcado por novas diligências, novas idas aos tribunais, com inúmeras notícias envolvendo o seu nome.

Numa dessas notícias, a do Expresso, o político ameaçava “chispar tudo”. Em causa estava o seu regresso ao banco dos réus:

Novembro 2007 – Avelino Ferreira Torres remeteu hoje para o início da próxima semana comentários à decisão judicial de o levar novamente a julgamento e prometeu que, “quando falar, será para chispar tudo” (...).

O Tribunal de Marco de Canaveses agendou para quarta-feira, dia 28, o início do primeiro de dois julgamentos relacionados com o uso alegadamente abusivo de dinheiros da Câmara local, ao tempo em que era gerida por Avelino Ferreira Torres.

Neste primeiro julgamento, o arguido é um antigo colaborador de Ferreira Torres, o ex-vice-presidente da autarquia António Lindorfo Azeredo da Costa.

Lindorfo Costa, que agora é deputado municipal, está acusado pelo Ministério Público (MP), no âmbito do processo 243/07.6TAMCN, pela prática de 15 crimes de abuso de poder.

Já Avelino Ferreira Torres está acusado no âmbito do processo 770/04.JAPRT, ainda sem data de julgamento marcada, por um crime de corrupção, um de extorsão, três de abuso de poder e um de peculato de uso (...).

Na base dos processos agora levados a julgamento está uma denúncia feita em 2004 pelo cidadão Gil Mendes, que relacionava Avelino Ferreira Torres com crimes de peculato envolvendo quantias “astronómicas”.

A Polícia Judiciária (PJ) investigou o caso e concluiu que cheques emitidos pela autarquia para pagar a fornecedores acabaram endossados e depositados em contas de Ferreira Torres, da sua ex-chefe de gabinete, Assunção Aguiar, e do vice-presidente Lindorfo Costa.

Já em fase de instrução, caiu a acusação contra a chefe de gabinete porque Assunção Aguiar assumiu ser apenas titular formal das contas e não dona do dinheiro.

As dificuldades financeiras dos empreiteiros com créditos na Câmara de Marco de Canaveses serviram a estratégia dos autores do alegado esquema, de acordo com as explicações fornecidas à Lusa por fonte ligada ao processo.

A fonte detalhou que Avelino Ferreira Torres e os seus colaboradores providenciavam a liquidação célere desses créditos, mas os cheques entravam nas suas contas, e não nas dos empreiteiros, alegadamente a título de empréstimo.

Entre meados de 2002 e inícios de 2004, a conta mais movimentada no âmbito do alegado esquema, que era titulada por Lindorfo Costa, registou entradas no valor global de 1,7 milhões de euros.

O dinheiro, obtido dos credores da autarquia a quem era dada prioridade nos pagamentos, serviria para fazer face a dificuldades que Lindorfo Costa enfrentaria numa outra qualidade, a de empresário.

O actual presidente da Câmara do Marco de Canaveses, o social-democrata Manuel Moreira, disse, pouco depois da sua posse, que uma auditoria revelou dívidas herdadas da gestão de Ferreira Torres de mais de 71 milhões de euros.

A Câmara de Marco de Canaveses, que foi considerada tecnicamente falida, assumiu o compromisso de pagar o passivo em 20 anos (Expresso, 21.11.2007).

Ora, 2008 traz mais um julgamento, desta vez muito mediatizado, graças à intervenção neste processo da testemunha José Faria, cuja ida para o Brasil (4 de Abril) e posterior regresso (24 de Abril) conteve peripécias dignas de qualquer filme policial.

A primeira audiência teve lugar no dia 16. Avelino Ferreira Torres depôs, mas aquela que era considerada a testemunha-chave não compareceu. Num fax que chegou ao

tribunal, José Faria garantia estar no Brasil “induzido por Ferreira Torres, com a promessa de que este lhe pagaria o que deve às finanças, por ter sido alegado testa de ferro dos seus negócios” (Público, 16.04.2008).

No documento enviado do Brasil, José Faria contava ainda que “foi agredido à chegada a São Paulo”, e que temia pela sua segurança (Público, 16.04.2008).

Depois de vastas entrevistas de familiares de José Faria aos órgãos de comunicação social, eis que a testemunha regressa do Brasil, tendo-lhe sido atribuída protecção policial, para depor em tribunal no dia 24 de Abril de 2008.

De acordo com o jornal Público, a posição defendida por José Faria foi contrariada por José Sousa, um empresário que disse ter custeado integralmente a viagem de José Faria para o Brasil, onde este lhe disse que iria resolver um problema com um primo (Público, 24.04.2008).

José Faria afirmou, ainda, ter provas de que o bilhete da sua viagem para o Brasil “foi comprado com um cartão [de crédito] no dia 03 de Abril”(Público, 24.04.2008). No entanto, a testemunha assumiu que viajou para o Brasil “de livre e espontânea vontade”, salientando que essa era a “única forma” de reaver o dinheiro referente às dívidas que teria às Finanças. Tais dívidas prendem-se, alegadamente, com transacções de terrenos que terá efectuado em nome de Avelino Ferreira Torres (Público, 24.04.2008).

“A ideia era ficar lá, com a garantia de que me seria depositada a quantia que eu paguei às Finanças, cerca de 13 mil contos”, precisou (Público, 24.04.2008). Só que, segundo José Faria, ao contrário do que estaria combinado com Avelino Ferreira Torres, “não foi pago nada” (Público, 24.04.2008).

Assim sendo, revelou “ter contactado o senhor Sousa”, através de um primo que é advogado no Brasil, que lhe terá garantido que ia resolver o assunto no dia seguinte (Público, 24.04.2008). “Quando o meu primo voltou a falar com ele, [o Sousa] já não me conhecia de lado nenhum, disse que devia haver um engano. Foi por isso que mandei um fax ao Ministério Público”, afirmou (Público, 24.04.2008).

Em relação a José Faria, o agora presidente da Concelhia do CDS-PP no Marco de Canaveses afirmou, durante a entrevista que me concedeu, o seguinte:

Ele deve mais de três milhões de contos. Não tinha horário mas tinha de estar sempre contactável para fazer serviço da presidência e dos vereadores. Ia todos os dias ao Porto. Não sabia nada do que ele fazia para além dos serviços da Câmara. Nunca tentou fazer a minha assinatura, vá lá! Eu andava em Amarante, não sabia o que ele andava a fazer” (Apêndice 3).

As sessões do julgamento demoraram o bastante para que a sentença deste caso apenas tenha sido conhecida quase um ano mais tarde.

No dia 26 de Março de 2009 (já Avelino Ferreira Torres tinha anunciado publicamente a sua candidatura à Câmara Municipal do Marco em Junho do ano anterior) os marcoenses e o país souberam que o candidato tinha sido absolvido de todos os crimes.

“No acórdão dos três juízes ressalta a pouca ou nula credibilidade dada ao depoimento da principal testemunha de acusação José Faria” (Público, 26.03.2009).

Esta testemunha, escreve ainda o jornal, que chegou a “atentar contra a própria vida e correu riscos de morte no Brasil não levou ao tribunal factos susceptíveis de sustentar a acusação do Ministério Público” (Público, 26.03.2009). Segundo a juíza presidente, reporta ainda o mesmo jornal, José Faria exprimiu várias versões e a perícia psiquiátrica a que foi sujeito conclui que ele estava em condições de depor mas não validava o que ele dissesse (Público, 26.03.2009).

Neste dia, porém, Avelino Ferreira Torres não conseguiu conter alguns desabafos. Mal saiu da sala, “proferiu algumas diatribes contra a Comunicação Social. No exterior do tribunal, já mais calmo, desculpou-se das insinuações feitas aos jornalistas” e “afirmou que até agora acreditava na justiça divina e na safe [à paulada]” mas que agora começava a “confiar na justiça dos tribunais” (Público, 26.03.2009).

Para além dos jornalistas, Avelino Ferreira Torres aproveitou também para “criticar o procurador titular do processo, Remígio Melhorado, e exprimiu o seu espanto por ter sido distribuída a este magistrado do Ministério Público uma denúncia por si feita ao

Procurador-Geral da República, Pinto Monteiro, que envolve milhões e milhões de contos” (Público, 26.03.2009).

Em relação ao procurador, o ex-autarca do Marco de Canaveses recordou, na entrevista do Apêndice 3, que, “na altura” pediu “uma audiência ao Sr. Procurador, que não foi concedida. Disse para lhe mandar os dados e eu mandei. O que é que aconteceu? Remeteu para o procurador-adjunto de Penafiel que é o meu amigo – entre aspas. Há anos que enviei e não sei de nada. Entretanto deve prescrever”, (Apêndice 3) ironizou.

Avelino Ferreira Torres volta a ter novas do tribunal do Marco de Canaveses em Setembro (as eleições foram em Outubro).

Decidiu chumbar a sua candidatura à câmara local, “dando provimento ao pedido nesse sentido apresentado pela concelhia do PS” (Expresso, 04.09.2009).

O tribunal considerou o candidato “inelegível”, dando razão aos argumentos da concelhia, “que defendia que a confirmação, pelo Tribunal Constitucional, da sentença de perda de mandato atribuída a Ferreira Torres o impossibilita de se recandidatar à autarquia” (Expresso, 04.09.2009).

Tal contratempo não inviabilizou a candidatura nem refreou a vontade de Avelino Ferreira Torres.

O Tribunal Constitucional deu provimento, no dia 23 de Setembro, ao recurso interposto pelo candidato independente à Câmara Municipal de Marco de Canaveses à decisão do tribunal local que havia chumbado a sua candidatura (Público, 23.09.2009). A campanha podia sair à rua. A conquista da Câmara estava em marcha.

5 Isaltino Morais

5.1 Apresentação e currículo

De acordo com a biografia disponível da página oficial da Câmara Municipal de Oeiras na internet que Isaltino Morais nasceu a 29 de Dezembro de 1949, em São Salvador, Mirandela. Entre 1961 e 1966, frequentou o Liceu Nacional de Bragança e entre 1970 a 1973 cumpriu o Serviço Militar Obrigatório em Angola.

De regresso ao país, em 1976, completou os estudos secundários no Liceu Pedro Nunes. De 1980 a 1985, Isaltino Morais foi monitor de Direito Constitucional, Direito Internacional Público e de Direito Administrativo na Faculdade de Direito de Lisboa, onde concluiu a licenciatura em Direito.

Leccionou durante seis anos, publicou três livros e entrou para a magistratura com actividade no campo do Direito da Família, Menores, Trabalho e Criminal.

Ocupou durante um ano (1984 a 1985) o cargo de assessor do Gabinete de Apoio Técnico-Legislativo do Ministério da Justiça e foi consultor jurídico do Instituto de Reinserção Social.

Contudo, a sua vida pública atinge maior notoriedade em 1985, ao ser eleito presidente da Câmara Municipal de Oeiras nas listas do Partido Social Democrata (PSD). Este feito repetiu-se em 1989.

Em 1993 voltou a conquistar o poder pelo mesmo partido, assim como em 1997. Em 2001, Isaltino Morais é novamente eleito presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

O ano de 2002 marca, no entanto, uma viragem na sua carreira política. Deixa o governo autárquico para integrar o governo do país, tendo sido nomeado pelo primeiro-ministro, José Manuel Durão Barroso, ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, no XV Governo Constitucional.

Mas esta incursão não foi muito demorada. Surgiram notícias de que teria contas na Suíça e na Bélgica, com montantes elevados, e não declarados às entidades nacionais.

Com isto saiu do governo e começou a romagem para os tribunais. Chegou a estar detido durante quase 24 horas.

Em 2005 voltou a ser eleito presidente da Câmara Municipal de Oeiras. Desta feita sem integrar a lista do Partido Social Democrata (PSD), mas sim a lista do Movimento Independente IsaltinoOeiras Mais à Frente.

Em 2009, Isaltino foi novamente a votos. O Movimento Independente que encabeçava reconquistou a cadeira do poder em Oeiras.

5.2 Impressões digitais neste trabalho

Isaltino Morais tem pautado a sua conduta junto da comunicação social pela discrição. Desde que começou a deslocar-se para o tribunal na condição de arguido e não como procurador do Ministério Público, o autarca de Oeiras falou aos órgãos de informação apenas aquilo que, na sua opinião, era estritamente necessário.

Esse distanciamento foi confirmado pelo próprio numa entrevista que concedeu a Manuel Luís Goucha no programa *Controversos*, emitida a 24 de Abril de 2011, na TVI24.

Na conversa televisiva Isaltino Morais comentou, nomeadamente, o que sentiu quando o “seu nome foi arrastado na lama”, como descreveu o entrevistador: “É insuportável... Devo dizer que esta é a primeira vez que estou a falar abertamente sobre isto... Têm-me pedido muitas entrevistas, várias televisões, e eu recusei sempre essas entrevistas” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

Resguardando-se do facto de poder a vir ser acusado de estar a falar de mais - “dizem que o fiz no julgamento da primeira instância” – Isaltino Morais disse “acreditar que se fará justiça” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

Contudo, lamentou já ter cumprido “sete anos de prisão! Estar aqui ou estar dentro da prisão é quase a mesma coisa... porque o anátema que cai sobre a pessoa é uma coisa extraordinária. É indescritível a sensação que tive, em vários momentos pelos quais passei”, (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011) desabafou.

Mas se em Abril a situação poderia ser encarada como a de estar num cárcere, o facto é que o dia 29 de Setembro ficou mesmo marcado pela detenção do autarca, como seguidamente exporei.

Importa aqui evidenciar as marcas que Isaltino Morais deixa neste trabalho. Directas, nenhuma, uma vez que a hipótese de entrevista que coloquei várias vezes aos serviços de comunicação resultou sempre infrutífera.

Por outro lado, devido ao distanciamento do autarca dos jornalistas, investigar o pensamento de Isaltino Morais face à temática deste trabalho (poder local, justiça e comunicação política) tornou-se mais complicado, mas exequível.

5.3 Os processos

O percurso político de Isaltino Morais alterou-se em 2002, quando Durão Barroso o convidou para integrar o XV Governo Constitucional. Tornou-se então ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, de um governo que tomou posse no dia 6 de Abril de 2002 e que terminaria a 17 de Julho de 2004, com a demissão de José Manuel Durão Barroso do cargo de primeiro-ministro para ir ocupar o lugar de presidente da Comissão Europeia.

No entanto, em Abril de 2003, o então ministro Isaltino Morais viu o seu nome nas capas dos jornais. Surgiam notícias que o davam como suspeito de ter contas bancárias não declaradas na Suíça e na Bélgica, o que deu lugar a uma investigação levada a cabo pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (*Expresso*, 30.09.2011.1.).

A situação tornou-se de tal forma melindrosa (e politicamente insustentável) que Isaltino Morais pediu a demissão, abandonando o governo.

Recorde-se apenas que do XV Governo Constitucional fez ainda parte Luís Marques Mendes (ministro dos Assuntos Parlamentares) que, mais tarde (e na qualidade de presidente do partido), viria a ter um papel decisivo na vida partidária de Isaltino Morais, forçando-o a demitir-se do Partido Social Democrata (PSD) em virtude dos processos judiciais que protagonizava. “O dr. Isaltino Morais, pelas razões que ele próprio evocou, reconheceu que não tinha condições para o exercício da actividade política, lembrou Marques Mendes, insistindo que, no entendimento do PSD, essas condições continuam a não existir” (Público, 28.04.2005).

Isaltino Morais garante “não ter sido expulso”, mas antes ter pedido a suspensão da sua qualidade de militante do PSD. Os estatutos do partido são inequívocos, clarificou: “quando alguém apresenta uma candidatura numa lista diferente à do partido, tem de suspender a militância. Só por essa razão é que não fui expulso; porque me antecipei e pedi a suspensão. Senão seria com certeza. Mas houve cerca de 300 militantes aqui de Oeiras que foram mesmo expulsos” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

Já em plena pré-campanha eleitoral autárquica (Junho 2005), onde era candidato independente, Isaltino foi constituído arguido” (Expresso, 30.09.2011. 1.).

Exactamente, três anos mais tarde, o Tribunal Central de Instrução Criminal de Lisboa decidiu que o autarca iria a julgamento, por crimes de participação económica em negócio, corrupção, branqueamento de capitais, abuso de poder e fraude fiscal.

Um “processo complicado”, como classificou o autarca no programa televisivo acima citado. Todavia, quando lhe foi proposto comentar “o conluio existente entre alguns presidentes de câmara e os empreiteiros”, Isaltino Morais asseverou: “em 26 anos nunca falei com nenhum empreiteiro. Nunca tive uma conversa com um empreiteiro neste concelho” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

Mais. “São testemunhastodos os funcionários da Câmara de Oeiras. E porquê? Porque desde o início que determinei que nem o presidente nem os vereadores faziam parte de júri nenhum. Portanto, esses processos são conduzidos por quem tem competência (os dirigentes da Câmara; os técnicos)” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011), afiançou.

O problema – na óptica de Isaltino Morais – é que existe no país uma grande tendência para se fazerem generalizações. E exemplificou: “o Isaltino é corrupto, logo todos os autarcas são corruptos”. Dito isto, foi o autarca imediatamente questionado pelo entrevistador: “O Isaltino é corrupto?”, ao que respondeu prontamente: “Não, não é e já demonstrou isso mesmo” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

A propósito, Isaltino Morais disse que foi de facto acusado mas que não foi condenado, como “aliás não fui condenado por nenhum crime no exercício das minhas funções” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011).

Mas o pior é que a suspeição seja lançada, acredita. “E normalmente as campanhas eleitorais são muito propícias a denúncias anónimas – às vezes são os adversários políticos que arranjam lenha para se queimar, porque às vezes são eles que lá estão – (...) e às vezes um acto, que pode ser o mais inofensivo, pode ser o bastante para se lançar a suspeição e isso dar origem a um processo” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011) lamentou Isaltino Morais.

As contas na Suíça, contrapôs o entrevistador, seriam um “acto inofensivo?”. Trata-se “de um acto absolutamente inofensivo. Tão inofensivo que eu até tinha um cartão de crédito dessa conta – que utilizei várias vezes – e tive oportunidade de explicar o que era essa conta” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011). Antes de mais, atestou, “não era o dinheiro que diziam lá estar; mas foram de facto sobras de campanhas eleitorais. Se me dissesse assim... eu hoje não fazia”. Ora, “não o faria porque passou – e está a passar – pelo que passou?”, lançou o entrevistador. “Obviamente”, respondeu Isaltino Morais (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011). “Por outro lado, hoje não há sobras de campanhas eleitorais. Na campanha de 2005 sobram 34 mil euros. Aí já não podia fazer nada. Tive de o devolver à Assembleia da República porque não se gastou todo” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011). Neste momento a lei é diferente, disse o autarca. “Há uma transparência que não havia na altura. Na altura a declaração da despesa das campanhas eleitorais não tinha nada a ver com a realidade. E portanto a receita não era escriturada de uma forma adequada” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011), afirmou Isaltino Morais.

As medidas de controlo e prevenção da corrupção devem ser cada vez maiores, advoga o autarca de Oeiras. “Mas isto deve ser tomado através de acções concretas e não através do discurso. E neste país tornou-se moda falar de corrupção (...) e esta não se combate com discursos. Generaliza-se e parece que é tudo corrupto e não é assim” (*Controversos*. TVI24, 24.04.2011), garantiu.

Apesar desta convicção divulgada em 2011, o certo é que em Agosto 2009 o presidente da Câmara de Oeiras foi condenado a sete anos de prisão e a perda de mandato por fraude fiscal, abuso de poder e corrupção passiva para acto ilícito e branqueamento de capitais no Tribunal de Sintra. Perante esta sentença, Isaltino Morais recorreu para a segunda instância(Expresso, 30.09.2011. 1.).

As consequências destas diligências foram conhecidas em Julho 2010. Depois de apreciar o recurso, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu baixar a pena de prisão de sete para dois anos pelos crimes de fraude fiscal e branqueamento de capitais, anulando a pena de perda de mandato(Expresso, 30.09.2011. 1.).

Insatisfeito, o Ministério Público recorreu, em Setembro de 2010, da decisão do Tribunal da Relação de Lisboa. A defesa de Isaltino Morais avança com recursos para o Tribunal Constitucional e para o Supremo Tribunal de Justiça para “fazer cair” a pena de prisão efectiva (Expresso, 30.09.2011. 1.).

Nestas voltas com a Justiça, já em Maio 2011, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) rejeitou pedido de anulação de pena de dois anos de prisão efectiva de Isaltino Morais e faz subir para o dobro a indemnização cível a que estava sujeito a pagar. Para que a decisão não transitasse em julgado, Isaltino Morais apresentou recurso ao Tribunal Constitucional. A defesa do autarca apresentou também um recurso para o STJ, arguindo nulidades da decisão condenatória do Tribunal da Relação(Expresso, 30.09.2011.1).

Em Junho 2011, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) admite a subida do recurso da defesa de Isaltino Morais para o Tribunal Constitucional, com efeito suspensivo da pena de prisão efectiva(Expresso, 30.09.2011.1).

Porém, em Setembro 2011, Isaltino Morais foi detido pela PSP, no “cumprimento de um mandado de detenção” (Expresso, 30.09.2011.1).

E aqui a pressão mediática voltou a ser imensa. Os directos das televisões e das rádios sucediam-se, sustentados pelos comentários de especialistas na área do Direito, dada a delicadeza e complexidade do processo.

Isaltino Morais contou, neste momento complicado, com o apoio dos amigos, que mobilizaram, inclusivamente, os munícipes dos “bairros” de Oeiras para se deslocarem para a frente do Tribunal de Oeiras.

A convicção de que o autarca seria libertado era um dado adquirido pela sua defesa e pelos apoiantes. E os *media* explicavam porquê:

A certidão pedida na quinta-feira ao Tribunal Constitucional pela defesa de Isaltino Morais a comprovar o efeito suspensivo do recurso pendente já deu entrada no Tribunal de Oeiras.

Rui Elói Ferreira adiantou que a defesa de Isaltino recebeu uma notificação do Tribunal de Oeiras onde referia que “se o arguido juntasse o original da certidão do TC a declarar que o recurso pendente no TC tem efeitos suspensivos” será emitido um mandado de libertação do arguido.

Segundo a SIC-Notícias, a magistrada responsável por este processo proferiu um despacho a pedir esclarecimentos aos tribunais superiores, o que poderá atrasar a libertação do presidente da Câmara. No entanto, o “Público” garante que o autarca “vai ser libertado ainda esta tarde”.

Apoiantes organizam 'manif'

Entretanto, à porta do tribunal de Oeiras, duas amigas do autarca, uma delas funcionária da Câmara, estão a telefonar a várias pessoas do município, incentivando-as a demonstrarem o seu apoio a Isaltino Morais.

“Estamos a chamar as pessoas dos bairros todos de Oeiras para virem aqui para a porta para dar apoio o nosso autarca. Sabemos que ele vai ser libertado”, disse uma das amigas.

Isaltino Morais foi condenado, em 2009, a sete anos de prisão e a perda de mandato por fraude fiscal, abuso de poder e corrupção passiva para ato ilícito e branqueamento de capitais, tendo interposto vários recursos da decisão para os tribunais superiores, um dos quais lhe reduziu a pena para dois anos.

Um deles, que tem efeitos suspensivos, encontra-se em fase de alegações no Tribunal Constitucional.

Entretanto, na quinta-feira Isaltino Morais é detido por decisão de um juiz do tribunal de Oeiras que considerou que o caso judicial do autarca transitou em julgado (Expresso, 30.09.2011.2).

A liberdade chegava, de facto, nesse dia. Menos de 24 horas após a detenção, o advogado de Isaltino Morais anunciava que os seu cliente já tinha sido libertado. Pouco tempo depois, haveria de ser o próprio autarca a apresentar-se aos jornalistas, para explicar estes acontecimentos.

Foi esta a declaração que leu o autarca:

Fui objecto da mais dura prova a que alguém pode ser sujeito, num estado de direito que se pretende livre e democrático. Não obstante a dureza de tal provação, mantenho intactas as minhas convicções e os meus princípios de quem acredita que a justiça acabará sempre por sobrepor-se à injustiça; a verdade acabará sempre por prevalecer sobre a mentira e que a transparência de procedimentos se sobreporá também a quais quer desígnios de menos transparência.

O que aconteceu não deveria naturalmente ter acontecido. Em bom rigor, não poderia ter acontecido. Mas o estado de direito é feito também de erros porque os decisores são humanos como todos nós.

Provavelmente ao longo da minha vida tomei algumas decisões erradas. Não sou o único. O meu desejo singelo é que depois de um episódio tão infeliz a justiça acabe por vingar sem preconceitos nem ressentimentos de quem quer que seja em relação a quem quer que seja.

Esta é uma excelente oportunidade para que de forma serena possam ser diagnosticados e reparados os enormes atropelos que ao longo de todo o processo foram cometidos.

São estes os votos que formulo. Muito obrigado. (Sic Notícias, 30.09.2011)

Este desfecho (a libertação) foi, entretanto, combatido pelo Ministério Público, de acordo com as notícias vindas a público nos meses subsequentes.

O Tribunal de Oeiras “deverá decidir dentro de dias se o procedimento criminal contra Isaltino Morais prescreveu parcialmente a 4 de Novembro, como diz o arguido, ou se o manda prender, como já pediu o Ministério Público (MP) por duas vezes desde Novembro” (Público, 25.01.2012). A decisão “só agora será tomada porque só anteontem chegaram a Oeiras os autos relativos ao acórdão de 14 de Dezembro em que o Tribunal da Relação de Lisboa mandou a juíza titular do processo avaliar se houve ou não prescrição, ou seja, se foram excedidos os prazos máximos previstos na lei para que Isaltino possa cumprir a pena de dois anos de prisão efectiva a que foi condenado” (Público, 25.01.2012).

Para além de todas estas circunstâncias, eis que surgem logo no início do mês de Fevereiro notícias que dão conta que o autarca estaria a ser investigado por “um novo crime de fraude fiscal, que terá sido cometido entre 2003 e 2005” (Jornal de Negócios, 02.02.2012).

Diz a publicação que abertura de um novo inquérito contra o presidente da Câmara de Oeiras foi determinado pelo Ministério Público no despacho de arquivamento do chamado caso “Aldeia do Meco/Mata de Sesimbra” (Jornal de Negócios, 02.02.2012).

Neste caso as suspeitas de corrupção contra o autarca foram arquivadas, mas a análise feita pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) às entradas de dinheiro nas contas bancárias de Isaltino Morais e da sua irmã, assim como às respectivas declarações fiscais entre 2003 e 2006, levaram à abertura de um novo inquérito (Jornal de Negócios, 02.02.2012).

Em relação a este caso, no mesmo dia o Correio da Manhã noticiava que as investigações detectaram operações bancárias suspeitas entre as contas de familiares e do actual presidente da Câmara de Oeiras (Correio da Manhã, 02.02.2012). Ao todo, segundo apurou o CM, “a irmã Floripes Almeida e os sogros terão transferido para as contas de Isaltino Morais e da companheira, Patrícia Camarinho, entre 2003 e 2005, quase 240 mil euros. No mesmo período temporal, as contas desses familiares terão recebido vários depósitos em dinheiro” (Correio da Manhã, 02.02.2012).

O acordo sobre a transferência dos direitos de construção de um projecto turístico da Praia do Meco para a Mata de Sesimbra, que foi assinado por Isaltino Morais quando era ministro das Cidades, em 2003, foi sujeito a uma investigação apurada (Correio da Manhã, 02.02.2012).

Conta o jornal que os investigadores analisaram os extractos bancários das contas de Isaltino Morais, da sua irmã e dos seus sogros. Terão verificado movimentos bancários suspeitos, uma vez que das contas de Floripes Almeida terão sido transferidos para as de Isaltino Morais cerca de 100 mil euros. E das contas dos sogros terão sido canalizados para as do actual autarca quase 140 mil euros (Correio da Manhã, 02.02.2012).

A análise às contas bancárias de Isaltino Morais e seus familiares permitiu detectar, segundo fontes conhecedoras do processo, vários depósitos em dinheiro, no valor total de 187 mil euros, nas contas bancárias de Floripes Almeida e dos sogros (Correio da Manhã, 02.02.2012). Parte dessas verbas terá sido transferida para as contas do actual autarca de Oeiras (Correio da Manhã, 02.02.2012).

Um mês depois destas notícias, em Março de 2012, Isaltino Morais reafirmava na televisão a sua inocência em relação a todos os crimes que lhe tinham sido imputados. Em declarações à SIC Notícias, à margem da comemoração dos 85 anos do actor Ruy de Carvalho, o presidente da Câmara Municipal de Oeiras afirmava peremptoriamente:

“Eu não fui condenado por nenhum crime no exercício de funções de presidente da câmara. Portanto, porque é que não haveria de estar aqui; porque não haveria de estar tranquilo? Sou inocente na totalidade” (SIC Notícias, 02.03.2012).

“Sou presidente da Câmara Municipal de Oeiras, ou não sou? Alguns parece que gostavam que eu não fosse... mas isso têm de ganhar as eleições” (SIC Notícias, 02.03.2012).

Até Março de 2012, este era o panorama judicial que envolvia este autarca, que se disse sempre inocente, e de cujos processos os *media* vão certamente continuar a falar.

6 Anotações:

- Um saco. Azul. Durante anos, Fátima Felgueiras foi a senhora do saco. Em Felgueiras, no país, no Brasil.
- Fátima Felgueiras estava acusada da prática de 20 crimes de peculato, corrupção, participação económica em negócio, prevaricação, administração danosa, abuso de poder e crimes fiscais.
- A partir do Brasil (para onde diz que não fugiu) deu uma conferência de imprensa onde dava conta dos motivos da sua ausência do país, classificando-se como vítima de uma cabala que pretendia a sua aniquilação política.

- Entretanto regressou, foi candidata e ganhou as eleições em 2005. Quatro anos mais tarde tentava o mesmo, mas em vão.
- Deixei-me respirar de alívio, por ao final de mais de dez anos, ouvir o Tribunal dizer absolvida totalmente” (Jornal de Notícias, 01.07.2011). Foi a primeira reacção de Fátima Felgueiras ao ser absolvida do último crime de que foi condenada, no âmbito do processo “Saco Azul”. Outros 15 arguidos foram, também, absolvidos.
- O som do Apito Dourado atingiu Valentim Loureiro. A 20 de Abril de 2004, acusados de suspeita de tráfico de influências na arbitragem, Valentim Loureiro e o presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol, Pinto de Sousa, foram detidos para interrogatório pela Polícia Judiciária.
- A leitura da sentença foi no dia 18 de Julho de 2008, que viria a deixar Valentim Loureiro irritado (Expresso, 18.07.2008). Isto porque o autarca, de acordo com o jornal, foi condenado a três anos e dois meses com pena suspensa, por abuso de poder, e à perda de mandato de presidente na Câmara de Gondomar por crime de prevaricação.
- “A perda de mandato do actual presidente da Câmara de Gondomar torna-se definitiva quando e se o acórdão transitar em julgado. Na prática, significa que Valentim Loureiro se vai manter em funções, pois o recurso suspende a aplicação da pena” (Expresso, 18.07.2008).
- Mas este ano não terminaria sem que antes o nome de uma quinta – a do Ambrósio – se tornasse célebre. O processo envolveu Valentim Loureiro e o filho Jorge, dois vereadores da Câmara de Gondomar, dois administradores da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e mais cinco arguidos. Em três dias, quatro dos arguidos terão lucrado três milhões de euros (Expresso, 24.07.2008).
- Este caso chegou ao Tribunal de Gondomar, sendo a sentença, conhecida a 02 de Fevereiro de 2012, bastante positiva para o presidente da Câmara Municipal de Gondomar. Segundo o colectivo de juízes, “não se provou um alegado esquema arditoso para ludibriar a dona dos terrenos” (Expresso, 02.02.2012).
- A 11 Junho 2004, o presidente da Câmara Municipal de Marco de Canaveses, Avelino Ferreira Torres, perde o mandato depois de o Tribunal o ter considerado culpado de peculato e peculato de uso. O autarca do CDS-PP foi condenado a

três anos de prisão, com pena suspensa e perda de mandato, por apropriação indevida de dinheiros públicos e utilização de bens da autarquia.

- Avelino Ferreira Torres andou durante quatro anos numa autêntica gincana judicial, por entre recursos e mais recursos. Mas, 2008 trouxe-lhe mais um julgamento, desta vez muito mediatizado, graças à intervenção neste processo da testemunha José Faria, cuja ida para o Brasil e posterior regresso conteve peripécias dignas de qualquer filme policial.
- No dia 26 de Março de 2009 (já Avelino Ferreira Torres tinha anunciado publicamente a sua candidatura à Câmara Municipal do Marco em Junho do ano anterior) os marcoenses e o país souberam que o candidato tinha sido absolvido de todos os crimes.
- Todavia, a luta pelo poder não foi fácil. O Partido Socialista local tentou mesmo o seu impedimento, conseguido na primeira instância. Todavia, o Tribunal Constitucional deu provimento, no dia 23 de Setembro, ao recurso interposto pelo candidato independente à Câmara Municipal de Marco de Canaveses à decisão do tribunal local que havia chumbado a sua candidatura (Público, 23.09.2009). A campanha podia sair à rua. A conquista da Câmara estava em marcha.
- Isaltino Morais era ministro quando o seu nome surgiu nas capas dos jornais, em Abril de 2003, não pelas melhores razões. As notícias davam-no como suspeito de ter contas bancárias não declaradas na Suíça e na Bélgica. Foi obrigado a abandonar o Governo.
- O processo lá foi correndo até que, em Agosto 2009, o presidente da Câmara de Oeiras foi condenado a sete anos de prisão e a perda de mandato por fraude fiscal, abuso de poder e corrupção passiva para acto ilícito e branqueamento de capitais no Tribunal de Sintra.
- Os recursos multiplicaram-se. Em Setembro 2011, Isaltino Morais foi detido pela PSP, no “cumprimento de um mandado de detenção” (Expresso, 30.09.2011.1).
- Esteve menos de 24 horas detido. Confessou antes deste episódio: “estar aqui ou estar dentro da prisão é quase a mesma coisa... porque o anátema que cai sobre a pessoa é uma coisa extraordinária”.

- Em Abril de 2012 as certezas quanto ao fim deste processo ainda eram poucos. Os procedimentos mantinham-se!

No capítulo seguinte analisarei a Comunicação Política (com maiúsculas e minúsculas), tentando apontar as direcções seguidas pelos políticos neste campo. Desde as teorias da comunicação à comunicação estratégica, ficaremos a saber que ramo é este do conhecimento que tanto tem motivado estudiosos em todo o mundo.

PARTE III –A Comunicação Política; os políticos enquanto marca e as marcas comunicacionais de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais

CAPÍTULO VI – A Comunicação Política como meio para alcançar o poder

1. Estratégias comunicacionais dos políticos

Ouvimos amiúde que determinado político tem bons dotes comunicacionais ou que, antes pelo contrário, tem até boas ideias, mas não consegue transmiti-las de forma convincente. Os dons da oratória são isso mesmo (dons), mas que podem, e devem, ser trabalhados. Para isso existem profissionais especializados, como veremos mais à frente, que têm por missão ajudar o seu cliente a ganhar eleições. No entanto, “a energia, as ideias e o *glamour* têm de ser dele” (Simões *et al*, 2009: 113).

Na obra *Marketing e Comunicação Política* afirma-se que “não há efectivamente um perfil perfeito para se ter sucesso na política, mas há várias linhas de actuação que ajudam, sem dúvida, a chegar à vitória”(Simões *et al*, 2009: 112).

Entre elas saber, por exemplo, ouvir conselhos relativos à imagem e postura, preparar bem os discursos, respeitar a estratégia eleitoral delineada, demonstrar firmeza, fomentar relações de cortesia com os órgãos de comunicação social e antecipar-se ao adversário (Simões *et al*, 2009: 113).

Ao conseguir agregar e tirar proveito máximo destas valências, o candidato “mostra a pessoa que é, apresenta as suas ideias e faz as suas promessas” e o “eleitor quando decide, vota no candidato se este representar aquilo em que acredita”(Simões *et al*, 2009: 113).

Todavia, há candidatos que são, eles próprios, capazes de architectar a sua estratégia comunicacional e pô-la em prática. Nuno Santos, ex-assessor do autarca de Gondomar, diz que existe uma “fabulosa máquina de comunicar que trabalha dentro da cabeça do Major Valentim Loureiro” (Santos, 2008: 33).

Comunicação e política são, por tudo isto, faces da mesma moeda, indissociáveis. Mas qual o significado substantivo destes termos? E o que implica a junção dos dois - a Comunicação Política?

2. Política e poder

O que é a política? Diogo Freitas do Amaral no seu livro *História das ideias políticas* define-a como uma “actividade humana, de tipo competitivo, que tem por objecto a conquista e o exercício do poder” (2011: 21).

Consequentemente, a política é “uma realidade mutável – sempre em transformação – e é também uma actividade de natureza competitiva – uma luta em que há, em cada confronto, vencedores e vencidos” (Amaral, 2011:24). Se Diogo Freitas do Amaral aponta estas duas características como basilares no conceito de política, avança outra de imediato, que se prende com o “carácter profundamente contraditório, bipolar e dialéctico” (Amaral, 2011: 24) da política. Significa isto que se a política pressupõe luta entre pessoas, grupos ou países; como é que depois surgem os constantes apelos à união? (Amaral, 2011: 24). Há ainda outro factor relevante a considerar: a política comporta sempre um “duplo aspecto de que não consegue fugir – o poder tem de ter força para se impor, quando não deixa de ser poder, e por outro lado só pode manter-se e ter êxito se for considerado legítimo e for aceite pela generalidade os que se lhe sujeitam” (Amaral, 2011: 25).

Agostinho da Silva defende, por seu turno, que a “política tem sido a arte de obter a paz por meio da injustiça” (Silva, 2010: 53). Assim sendo, “nenhum político deve esperar que lhe agradeçam ou sequer lhe reconheçam o que faz; no fim de contas, era ele quem devia agradecer pela ocasião que lhe ofereceram os outros homens de pôr em jogo as suas qualidades e de eliminar, se puder, os seus defeitos” (Silva, 2010: 53-54).

António de Almeida Santos, que se descreve como “opositor ao anterior regime, como advogado, depois como político, e particularmente como legislador” (Santos, 2011: 13), apresenta um elogio da política, “numa altura em que ela é talvez mais do que nunca, desamada e posta em causa”, o que constitui “um não muito são atrevimento” (Santos, 2011: 23).

Em termos de conceito, o autor lamenta que ao aproximar-se inexoravelmente do fim da sua vida, estar convencido da injustiça com que, na maioria dos casos, se ajuíza “sobre o significado e o mérito da ciência, da pragmática e da ética que a política é” (Santos: 2011: 23).

Apesar desta descrição, António de Almeida Santos não deixa de apontar aspectos negativos à política: “as ditaduras, os regimes e em geral os modelos opressivos, comumente incluídos no fenómeno político, repelem todo e qualquer juízo de mérito” (Santos, 2011: 23). No caso português, as experiências negativas (da ditadura fascista) permitem agora valorizar, diz António de Almeida Santos, a justiça social, a liberdade e a democracia política existentes (Santos, 2011: 23).

O poder assume, então, várias configurações. Mas, o que é o poder? Manuel Castells define-o como sendo a “capacidade relacional que permite a um actor social influir de forma assimétrica nas decisões de outros actores sociais de modo a favorecer a vontade, os interesses e os valores do actor que tem o poder” (Castells, 2009: 33). Pode exercer-se “mediante coacção (ou a possibilidade de exercê-la) e/ou mediante a construção de significado partindo dos discursos através dos quais os actores sociais guiam as suas acções”(Castells, 2009: 34). As relações de poder, assegura o especialista, estão “marcadas pelo domínio, que é o poder que reside nas instituições da sociedade”(Castells, 2009: 33). No meio delas proliferam actores sociais, que Manuel Castells rotula como os diversos sujeitos da acção e que podem ser individuais,

colectivos, organizações, instituições ou mesmo redes. Em última instância, todos estes expressam a acção dos diferentes actores humanos (Castells, 2009: 34).

Estes “sujeitos da acção”, como lhes chama, transmitem a sua mensagem de várias formas, usando os meios de comunicação e de autocomunicação de massa, que mais tarde explanarei. Este caminho comunicacional alterou, contudo, os pressupostos tradicionais do fenómeno político:

Mas não deixa de ser também verdade que a partir do momento em que as novas tecnologias da informação, em particular a rádio e a televisão, passaram a informar e a leccionar ao domicílio tudo o que se passa no Mundo – com destaque para o que de mal se passa – abriram espaço a que o novo cidadão, discípulo dessa nova “escola”, sem deslocações, sem propinas, sem exames, e do berço à cova, tenda a querer ser, e em crescente medida a ser, único arquitecto de si mesmo, senhor da sua exclusiva vontade, e em instâncias de transformar-se, na definição do grande Burdeau, no equivalente a uma “autarquia individual”, por definição egoísta e insolidário. E isso altera profundamente os pressupostos tradicionais do fenómeno político. Isto por um lado. Por outro, ocorreu que, desde o início da segunda metade do século passado, uma espantosa revolução científica e tecnológica vem mudando o Mundo, que era um, e no espaço de meio século ficou outro. Outras as comunicações que eram lentas e penosas, e se tornaram instantâneas e automáticas; outras as deslocações, que eram morosas e difíceis, e se tornaram fáceis e cada vez mais rápidas. Comunicamos hoje à velocidade da luz, e deslocamo-nos agora a velocidades que podem ser superiores à do som (Santos, 2011: 24).

As mensagens que entram nos nossos domicílios derivam – muitas vezes – de actores políticos com estilos de comunicação bastante vincados. Arménio Rego apresenta e explica as características dos estilos, assertivo, agressivo e passivo de comunicação.

O estilo assertivo (que tem como mote “eu venço, tu também”) é típico de alguém que é firme na defesa das suas ideias, não agredindo as dos outros; não usa linguagem ambígua; é directa, franca, específica e flexível. Usa frequentemente termos como “Sou desta opinião; “Compreendo o que você quer dizer”, “Como podemos resolver isto”. Em termos de comportamento não verbal, esta pessoa apresenta voz audível, firme, mas calma; estabelece contacto visual com o interlocutor sem o intimidar; tem expressão facial aberta e calma e denota uma postura descontraída (Rego, 2007: 257).

Quanto ao estilo agressivo (mote: “eu venço, tu perdes”), o autor diz tratar-se de pessoas que procuram alcançar os objectivos atacando os outros, com explosões emocionais, mostrando-se hostis e não cooperantes. São pessoas sarcásticas, irónicas, que fazem ameaças e ataques pessoais. O seu comportamento não verbal é o de alguém que sorri cinicamente, tem gestos ameaçadores e expressa-se num tom de voz elevado. O dedo apontado e o punho cerrado são ainda sinais característicos deste estilo de comunicação (Rego, 2007: 257).

Finalmente, o estilo passivo (mote: “eu perco, tu ganhas”) é característico de alguém que evita o conflito e que supõe que ao ser assertivo pode estar a ser rude. Hesita antes de responder. Dá respostas muito longas, cheias de explicações e pedidos de desculpa. Acomoda-se, sendo incapaz de alcançar os seus objectivos. O seu comportamento não verbal revela a sua postura retraída, que fala com voz fraca e lamurienta, desviando o olhar do interlocutor (Rego, 2007: 257).

Há estilos (nomeadamente o agressivo e o passivo) que podem inviabilizar o envolvimento do receptor. Tal como descreve Jorge Pedro Sousa na obra *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, “um acto comunicacional só é eficazmente desenvolvido quando o emissor obtém o envolvimento do receptor” (Sousa, 2006: 26).

Todavia, tal como explica o autor, para que o processo comunicativo decorra de forma favorável é importante ainda que o receptor esteja motivado; que a mensagem (e a forma como é transmitida) corresponda às suas expectativas. Se tal acontecer, ambos - emissor e receptor - poderão obter uma recompensa (imediata ou retardada) deste acto comunicacional (Sousa, 2006: 26). Isto é: “um emissor pode tentar levar um receptor a alterar o sentido de voto durante vários dias mas ser recompensado unicamente no dia das eleições” (Sousa, 2006: 26-27).

3. Teorias e paradigmas da comunicação

A comunicação (temos aqui como comunicação essencialmente a forma como um candidato - ou eleito - faz chegar a sua mensagem ao eleitor) tem evoluído bastante, tal como descreve acima António de Almeida Santos.

Para além dos meios como a rádio e a televisão (a que o autor faz menção) a internet está a rasgar novos caminhos, permitindo uma proximidade que até então era impensável.

Os blogues, os chats, o correio electrónico trouxeram imediatismo e, claro, novos palcos de reflexão. Trata-se de uma nova forma de comunicação, à qual Manuel Castells chama autocomunicação de massas (Castells, 2009: 88). É de massas porque pode chegar a uma audiência global e é autocomunicação porque permite escolher os possíveis receptores e seleccionar as mensagens a enviar (Castells, 2009: 88).

Acredita este especialista que as três formas de comunicação (interpessoal, de massas e autocomunicação) coexistem neste mundo globalizado, complementando-se entre si (Castells, 2009: 88).

Voltando ao conceito de autocomunicação de massas, estas novas ferramentas – designadamente a internet – permitem, de facto, oportunidades de melhoria.

Porém, a internet acarreta também fortes preocupações comunicacionais para os políticos, pois o seu efeito contagiante pode ter contornos dramáticos para uma candidatura ou arrasar um mandato. Todavia, e cientes da sua importância, os políticos acabaram por adoptar estes mecanismos contemporâneos de comunicar. É frequente ver o Presidente da República Portuguesa servir-se destas ferramentas para “falar” ao país, abdicando assim dos tradicionais discursos ou comunicações realizados através dos órgãos de comunicação mais tradicionais, como a televisão.

Sendo a comunicação “um fenómeno tão antigo como o homem e tão comum como a própria vida” (Rei, 2002: 10), tem sido alvo de estudo (que resultou em várias teorias, ditas Teorias da Comunicação) aprofundado ao longo dos tempos. Estudo esse que não é fácil, uma vez que há “três retóricas que tipologizam as formas de comunicação havidas diacronicamente até aos nossos dias” (Rei, 2002: 10). A primeira é a antiga,

clássica ou de invenção, surgida na Grécia; a segunda a literário-cultural ou a elocução, desenvolvida a partir do século XVI; e a terceira corresponde ao comunicativo-funcional ou da disposição, que apareceu com a empresa moderna. Todas, porém, se mantêm concomitantes desde o seu surgimento (Rei, 2002: 10).

Ora, podemos entender a comunicação como um “campo de saberes e técnicas que abrange manifestações colectivas e individuais, as instituições e as relações de poder, os efeitos dos meios tecnológicos de comunicação massivos”. Consequentemente, “o objecto primordial da comunicação é o movimento” (Monteiro *et al*, 2008: 17).

A abrangência do tema – a comunicação é transversal à sociedade – leva os autores a apontar sete conceitos diferentes para o termo: etimológico, biológico, pedagógico, histórico, sociológico, antropológico e o dos dicionários (Monteiro *et al*, 2008: 20-23). Na obra *A Comunicação Estratégica*, José Esteves Rei também aborda a falta de consenso em relação ao conceito: “já em 1963, Thayer referia vinte e cinco diferentes acepções do termo e Bettinghaus, em 1966, chegou a recolher mais de cinquenta descrições diferentes do seu processo” (Rei, 2002: 10-11).

Em termos etimológicos, porém, comunicação “vem do latim *communicatio*”, significando uma “actividade realizada conjuntamente” (Monteiro *et al*, 2008: 19). Após escarpelizar o termo, os autores dão como certo que comunicação “é o processo em que se compartilha um mesmo objecto de consciência; exprime a relação entre as consciências. Qualquer unidade de comunicação é um acontecimento comunicativo. Qualquer acontecimento deste tipo é diático (duplo)” (Monteiro *et al*, 2008: 19).

Tal acontece em, pelo menos duas acepções, implicando a existência de dois indivíduos: X, que é o emissor, que provocou a acção expressiva, e y, que é o receptor, o que interpreta o resultado da acção expressiva. Contudo, x e y podem, ou não, estar no mesmo lugar e ao mesmo tempo, de forma a transmitir a sua mensagem (Monteiro *et al*, 2008: 19-20).

E chegamos pois ao campo da mensagem, estudada, trabalhada e detalhada pelos responsáveis dos gabinetes de comunicação e imagem e pelos assessores de muitos autarcas. O que se diz é fundamental para esta actividade humana, de tipo competitivo,

que tem por objecto a conquista e o exercício do poder, como escreveu Diogo Freitas do Amaral a propósito do conceito de política.

“Quando falamos, o discurso é a mensagem. Quando escrevemos, a escrita é a mensagem. Quando pintamos, a pintura é a mensagem. Quando gesticulamos, os movimentos dos braços, da cabeça, a expressão do resto, etc., são a mensagem” (Monteiro *et al*, 2008: 72). Daí que na “análise do processo de comunicação (e também dos meios de comunicação de massas) é perfeitamente legítimo atribuir um papel central às mensagens” porque “é em torno delas que se articula todo o complexo social e tecnológico envolvido na emissão e recepção da comunicação, da qual forma as necessidades básicas” (Monteiro *et al*, 2008: 72). Os autores acrescentam igualmente que qualquer mensagem é “um conjunto estruturado de signos” que mantém uma relação entre a noção de um determinado objecto (significado) e a sua representação (significante). A esta relação chama-se significação (Monteiro *et al*, 2008:72). Tal significação precisa de um código para atingir o seu público, para ser perceptível. “Um código é qualquer grupo de símbolos capaz de ser estruturado de maneira a ter significação para alguém” (Monteiro *et al*, 2008: 72). O código é, pela sua importância, um dos três factores fundamentais na estrutura de qualquer mensagem. Acrescentam os autores da obra *Fundamentos da Comunicação* que o conteúdo e o tratamento são os outros dois. Quanto ao conteúdo, os especialistas dizem apenas que “ao codificar uma mensagem há que estabelecer uma ordem significativa na apresentação do material”, dedicando mais espaço ao tratamento da própria mensagem. Nesta fase, de selecção dos elementos e da estrutura, quer do código quer do conteúdo, “a fonte tem de tomar muitas decisões e optar entre várias disponibilidades. É isso que irá definir o seu estilo de comunicar” (Monteiro *et al*, 2008: 73). Na mesma página pode ainda ler-se:

A fonte determina o modo como elabora e entrega a mensagem. E quando descodificamos a mensagem, fazemos inferências sobre o objectivo da fonte, das suas habilidades de comunicação, das suas atitudes, do seu conhecimento, da sua condição. Ao decifrar uma mensagem, procuramos tirar ilações sobre o tipo de pessoa que a emitiu. Qual a sua personalidade, quais dos valores em que acredita, etc.

E isso, às vezes é perigoso, na medida em que se atribui à pessoa objectivos e/ou intenções que ela não tem, apenas por ouvir ou ler mensagens escritas por ela (Monteiro *et al*, 2008: 73).

Qualquer que seja o estilo comunicacional de cada político, o certo é que a base para o seu sucesso reside na eficácia da mensagem junto do eleitor. Para tanto, serve-lhe como auto-estrada comunicacional ter sempre presente a Teoria ou Paradigma de Lasswell, que descreve a eficácia existente entre indivíduos, efectuada a partir dos seus estudos sobre a propaganda. Resume-se tudo apenas às seguintes questões: Quem? Diz o quê? A quem? Através de que meio? Com que finalidade/efeitos? (Monteiro *et al*, 2008: 65).

Simbolicamente, os autores decidiram, a partir do Paradigma de Lasswell, fazer a seguinte representação gráfica dos elementos fundamentais da comunicação:

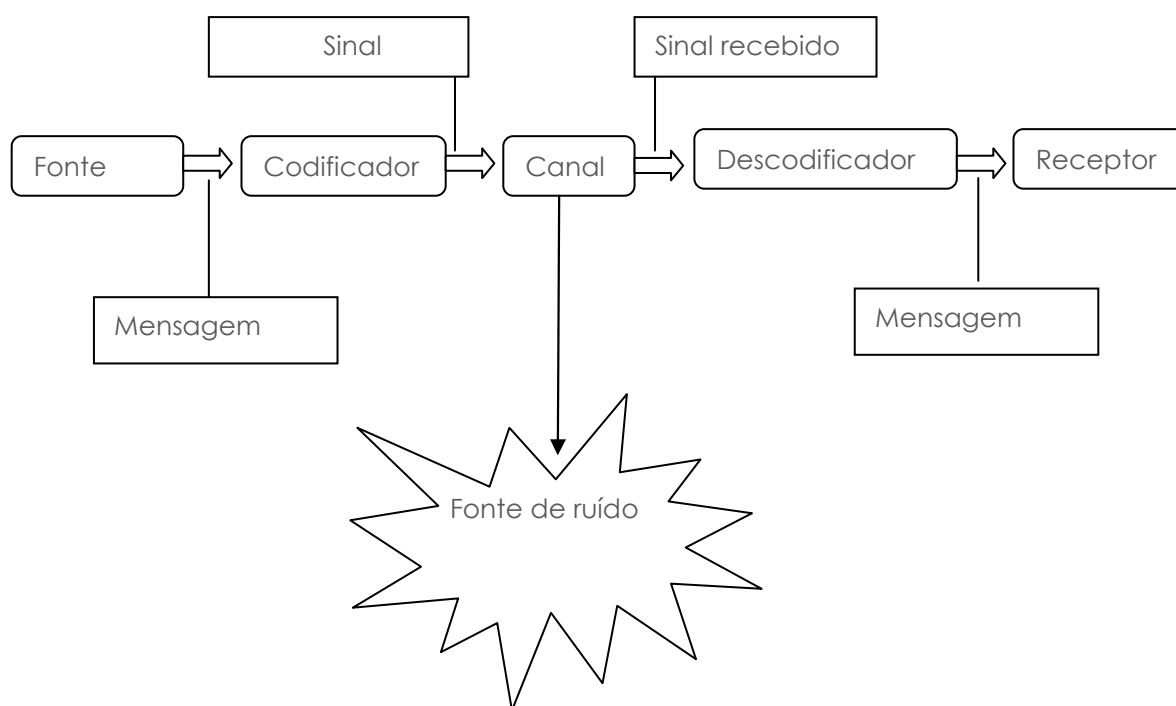


Figura 61 – Elementos fundamentais da Comunicação. (Fonte: Monteiro *et al*).

Esta representação chama a atenção para possíveis alterações que podem ocorrer ao nível do canal, capazes de obstacularizar o normal curso da mensagem. O meio – canal – pelo qual o emissor decide divulgar a sua mensagem tem, assim, uma função crucial para o sucesso da mesma.

O trabalho de Harold Lasswell insere-se nos primeiros estudos sobre a comunicação de massa, que surgiram nos Estados Unidos, no período das duas grandes guerras, no século XX.

O modelo de Lasswell (apresentado em 1948) é o segundo modelo histórico de comunicação, de acordo com Jorge Pedro Sousa. O especialista assegura que coube a Aristóteles (século IV a. C) identificar três elementos essenciais do processo de comunicação: a pessoa que fala; o discurso que faz e a pessoa que ouve. Esta abordagem, conclui, traduz a essência de qualquer modelo posterior de comunicação (Sousa, 2006: 50).

Quanto ao modelo de Harold Lasswell, Jorge Pedrou Sousa afirma que a sua aparição se situa numa fase de transição em termos de estudos de comunicação. Existiam já teorias não científicas, de que é exemplo a agulha hipodérmica, e passaram a aparecer teorias comprovadas cientificamente, das quais sublinha as funcionalistas, onde o fluxo comunicacional se passa em duas ou mais etapas – o *two steps flow* ou *multiseteps flow*, como adiante abordarei.

Mauro Wolf, na sua obra *Teorias da Comunicação*, afirma que o “esquema de Lasswell organizou, portanto, a *communication research*, que começava a aparecer, em torno de dois dos seus temas centrais e de maior duração – a análise dos efeitos e a análise dos conteúdos – e, ao mesmo tempo, individualizou os outros sectores de desenvolvimento da matéria, sobretudo a *control analysis*” (Wolf, 2006: 31).

O que se pretendia com estes estudos era saber o quê e como comunicavam os meios de comunicação de massa (nomeadamente a rádio); e que efeitos (Teoria Hipodérmica) a mensagem tinha sobre os ouvintes/receptores. Que imagem é que estes formulavam a partir da mensagem difundida?

A Teoria Hipodérmica é o primeiro paradigma dos estudos dos efeitos dos *media* sobre os cidadãos, afirma Nelson Traquina (2000: 15). Diz o autor que este defendia claramente que as mensagens divulgadas pelos órgãos de comunicação social tinham um impacto directo nas pessoas, produzindo comportamentos previsíveis. Tais efeitos ocorriam em todas as pessoas, independentemente dos atributos psicológicos ou sociais de cada um. Era uma visão dos meios de comunicação como sendo todo-poderosos, que assentava na conceptualização de uma sociedade de massas (Traquina, 2000: 15).

Mas este consumo da mensagem por parte dos receptores sem nenhum tipo de filtro ou dúvida rapidamente foi colocado em causa. Ainda durante os anos 40 do século XX, inquéritos de campo realizados por Lazarsfeld, Berelson e Gaudet apontavam para um impacto limitado dos *media* na campanha presidencial norte-americana de 1940. Os investigadores concluíram que a propaganda eleitoral quase não teve influência na opinião dos eleitores, como descreve Nelson Traquina (2000: 15-16). As mensagens apenas serviram para reforçar a opinião que cada um já tinha, não conseguindo alterá-la. Afinal, o eleitor conseguia ser selectivo em relação à mensagem e ao seu conteúdo, não se limitando apenas a consumi-la sem pôr nada em causa.

Assim, na obra *The People's Choice*, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet conseguiram apresentar dados inovadores em relação aos processos de formação de opinião individual. E a opinião pública... O que pensa afinal; como e quem a consegue formar e alterar?

3.1 A opinião pública

Walter Lippmann defendia que a opinião pública surge a partir de uma relação triangular entre o local onde decorre a acção, a imagem humana desse mesmo local e a resposta a essa imagem (Lippmann, 2010: 14).

Na obra de 1922, Walter Lippmann define o conceito de opinião pública com maiúsculas e minúsculas: “as imagens dentro da cabeça dos cidadãos, as imagens de si próprios, dos outros, das suas necessidades, vontades e relacionamentos são as suas opiniões públicas. As imagens que são comuns e defendidas por grupos de pessoas, ou por indivíduos representando grupos, é Opinião Pública” (Lippmann, 2010: 21).

Relativamente a este conceito, Elisabeth Noelle-Newmann escreve que esta é a única parte fraca do livro de Lippmann, pois quando a lê-mos ficamos sem saber o que é a opinião pública (Noelle-Newmann, 1993: 143).

Mais à frente neste estudo apresentaremos a visão da autora sobre este conceito.

Por ora, atentemos à reflexão efectuada por Miguel Midões sobre o percurso histórico deste conceito: remonta aos tempos das cartas trocadas entre Cícero e o seu irmão Atticus. Mas, só na idade moderna o termo aparece nas mais variadas línguas.

No século XVI, a ideia de “opinião pública” aparece ligada à intelectualidade e à elite; é no século XVIII que o termo sofre uma mudança semântica e aparece intimamente relacionado com a Razão. Passou a ser uma opinião formada através do debate de ideias, que ganhou força e que permaneceu até à segunda metade do século XX, defendida por Michel Foucault, Pierre Bourdieu, ou Jürgen Habermas (Midões: PDF).

Noelle-Neumann garante, todavia, que a obra de Lippmann trouxe avanços consideráveis para o estudo da comunicação, especialmente para a relação existente entre a opinião pública e a comunicação social, designadamente o jornalismo.

“Consegui ver claramente que a percepção que uma pessoa obtém sozinha – em primeira mão – é completamente diferente daquela que lhe chega por outros meios, especialmente através dos media”, (Noelle-Neumann, 1993: 145).

Walter Lippmann atestava que o “mundo com que temos de lidar politicamente é de longo alcance; está fora da vista, longe do coração. Tem que ser explorado, relatado e imaginado” (Lippmann, 2010: 21). Daí que – conclui Noelle-Neumann, “a influência exercida pelos *media* é absolutamente inconsciente” (1993: 146).

A imagem de um determinado acontecimento que não se vivenciou gera um sentimento provocado apenas pela sua imagem mental desse mesmo acontecimento, alicerçada num pseudo-ambiente (Lippmann, 2010: 20-21).

A imagem mental do mundo é formulada a partir das mensagens recebidas através dos *media*, mas o seu impacto em cada sujeito é diferenciado. As imagens criadas por alguns, pelo menos, podem ser erróneas em relação à realidade. E tudo isto acontece porque os cidadãos têm dificuldade em aceder directamente aos factos. Lippmann defende que esta limitação constitui uma censura artificial, limitando mesmo o contacto social (2010: 21).

Mas a construção que os cidadãos (receptores das mensagens dos *media*) fazem no seu imaginário da realidade peca ainda pela qualidade da própria mensagem: a necessidade de tornar a mensagem curta leva necessariamente à distorção dos factos e, conseqüentemente, à criação de uma imagem distorcida da realidade (Lippmann, 2010: 21).

Estas malformações, provocadas pela difusão da mensagem via *media*, devem-se ainda à falta de tempo que os indivíduos dispõem para prestar atenção aos assuntos públicos (Lippmann, 2010: 21).

Contudo, as razões já elencadas prendem-se, no entendimento de Walter Lippmann, com os factores externos que podem distorcer a imagem a criar sobre uma determinada realidade ou facto. A sua construção esbarra ainda com as imagens já armazenadas por cada um; com os seus próprios preconceitos e estereótipos relativos a um determinado assunto (Lippmann, 2010: 21).

E, neste sentido, Elisabeth Noelle-Neumann crê que Lippmann – mesmo estando sob a imensa influência da primeira Guerra Mundial – conseguiu identificar a pedra angular da opinião pública: a cristalização de concepções e opiniões, emocionalmente carregadas de estereótipos. “O processo de formação de opinião pública é reforçado por estereótipos; estereótipos que se tornam motivo de conversa e imediatamente se transformam em aspectos negativos ou, em alguns casos, em positivos” (Noelle-Neumann, 1993: 144).

Walter Lippmann, depois de ter definido o conceito de opinião pública identificou a problemática que a rodeia e limita, apontando ainda soluções para que as imagens produzidas a partir das mensagens dos *media* possam ter dimensões o mais próximas possível da realidade.

“Para serem adequadas, as opiniões públicas precisam de ser organizadas para a imprensa e não pela imprensa, como é o caso hoje” (Lippmann, 2010: 22). Tal organização será uma “função da ciência política que ganhou seu próprio lugar como formuladora, previamente à real decisão, em vez de ser apologista, crítica, ou reportando após a decisão ter sido tomada” (Lippmann, 2010: 22).

Com este novo desígnio para os *media*, Lippmann desbravava já o caminho daquele a que hoje chamamos o processo de agenda pública, cuja conceptualização só chegaria a ser avançada quarenta anos mais tarde, por Cohen (Traquina, 2000: 17).

3.2 A espiral do silêncio

A Teoria da Espiral do Silêncio, proposta, em 1973, pela socióloga alemã Elisabeth Noelle-Neumann, incide sobre a relação entre os meios de comunicação e a opinião pública e representou uma nova ruptura com as teorias dos efeitos limitados da comunicação social. Enquanto estas últimas enfatizam os mecanismos de resistência à persuasão e as múltiplas mediações para evidenciar que os efeitos dos meios são fracos, limitados e relativos, as ideias de Noelle-Neumann, conciliadas com as hipóteses do agendamento e da tematização, contribuíram para recuperar a visão de que a comunicação social tem efeitos poderosos e directos sobre a sociedade e as pessoas.

O pressuposto da Teoria da Espiral do Silêncio é o seguinte: as pessoas temem o isolamento, buscam a integração social e gostam de ser populares; por isso, as pessoas têm que permanecer atentas às opiniões e aos comportamentos maioritários e procuram expressar-se dentro dos parâmetros da maioria (Sousa, 2006: 261).

Elisabeth Noelle-Neumann estudou as eleições na Alemanha que tiveram lugar em 1965 e 1972. Comparou os resultados e apurou que as intenções de voto dos eleitores se cumpriram no dia da votação. “As intenções de voto não rodopiam como o vento numa tempestade, mas tendem a manter-se estáveis” (Noelle-Neumann, 1993; 5).

A estudiosa constatou igualmente que quando uma opinião é aceite, a tendência é expressá-la convictamente. Antes do acto eleitoral, aqueles que estavam com a corrente que supostamente estaria em vantagem, mostravam auto-confiança e abertamente manifestavam a sua posição. Pelo contrário, assinalou a autora da obra *Espiral do Silêncio*, outros (a minoria) não se expressavam publicamente, pois sentiam que poderiam ser rejeitados ou olhados com desdém. Surge então o silêncio, que é o preço pago por quem não quer ser enjeitado pelo grupo por pensar de forma diferente em relação a um determinado tema. Este processo – de emudecimento – é apelidado de espiral do silêncio (Noelle-Neumann, 1993; 5).

Acresce que o medo da rejeição, e do isolamento social, não tem como consequência apenas o silêncio. A força da maioria pode ainda conduzir o pensamento minoritário a imitá-la. Os argumentos apresentados passam a ser assimilados pelos minoritários que, em vez de ficarem em silêncio, reproduzem a mesma tese.

Tal argumentação é veiculada repetidamente através dos *media*, que a torna, portanto, pública. Os meios de comunicação tendem a dedicar mais tempo às opiniões dominantes, reforçando-as até; o que contribui para silenciar as posições minoritárias, de acordo com a responsável pela obra *Espiral do Silêncio*.

Elisabeth Noelle-Neumann diz que tentar entender a realidade através dos olhos dos *media* é uma das formas de obter informação sobre a distribuição de opinião num determinado ambiente. A outra fonte a observação directa, *in loco* (Noelle-Neumann (1993: 159).

Consequentemente, escreve ainda a autora, a audiência passa a ter duas visões sobre a realidade, duas impressões do clima de opinião – uma impressão própria e outra impressão que lhe chegou através dos olhos da televisão, por exemplo. Trata-se de um fenómeno fascinante: um clima dual de opinião (Noelle-Neumann, 1993; 161).

Posteriormente, misturam as suas percepções pessoais com as obtidas através dos olhos dos *media* num todo, parecendo derivar tudo das suas próprias experiências e pensamentos (Noelle-Neumann, 1993; 169).

Fica assim patente a força dos *media* na sociedade. Os seus efeitos não são limitados; bem pelo contrário. Têm influência directa na decisão dos cidadãos, embora de uma forma predominantemente inconsciente, não se apercebendo as pessoas daquilo que se está a passar (Noelle-Neumann, 1993; 169).

Este processo de assimilação sem qualquer tipo de contestação, pode levar pessoas a julgar mal outras pessoas e a pertencerem a um cenário de ignorância plural (Noelle-Neumann, 1993; 168).

Mesmo assim, passam a fazer parte da opinião pública? Por mais dificuldades que a autora admita ter encontrado para definir opinião pública (tal como concede quase no final do livro), socorre-se da literatura e recorda: “quando, na primeira metade deste século, o conjunto de definições de opinião pública se tornou impenetrável, muitos disseram que deveria ser abandonado porque já tinha ultrapassado o prazo de validade” (Noelle-Neumann, 1993; 180). Todavia, e depois de tais anúncios, “nada foi feito. Apesar da sua falta de clareza, o conceito ainda passou a ser mais utilizado”.

A sua utilização e força conseguem – assegura a autora – fazer “os governos tremer de medo, obrigando-os a tomar acções capazes de produzir consequências sociais e políticas” (Noelle-Neumann, 1993: 219).

3.3 *Two-step-flow*: a importância da mediação

Enquanto Elisabeth defendia nas décadas de 60 e 70 do século passado que os *media* têm um efeito directo sobre a audiência, embora esta muitas vezes não se aperceba conscientemente dessa mesma influência; em 1944, no entanto, os comunicólogos Lazarsfeld, Berelson e Gaudet tinham já apresentado um modelo comunicacional, onde defendiam a ideia de que os *media* não actuam directamente sobre as audiências.

Ao estudarem a influência da imprensa e da rádio na decisão de voto dos eleitores de uma cidade americana, os cientistas admitem na sua obra *The people's choice: how the voters makes his mind in a presidential campaign* que os líderes de opinião são fundamentais para que a mensagem atinja o público-alvo, isto é, a franja da população menos interessada na mensagem (ou com maior dificuldade de acesso).

“Há, assim, a considerar a existência de um patamar mediador entre o público em geral e os meios de comunicação social (*two-step*)” (Sousa, 2006: 255).

Trata-se, pois, da descoberta dos líderes de opinião e do fluxo de comunicação em dois níveis. O avanço destas descobertas é que demonstram que os efeitos não podem ser atribuídos à esfera do indivíduo, mas à rede de relações - é a noção do enraizamento dos processos e de seu carácter não-linear que começa surgir (Araújo: Word).

Esta mediação só é possível, de acordo com os resultados do estudo de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet porque os indivíduos não são peças isoladas na sociedade, mas membros de grupos sociais dinâmicos. Nestes grupos, os líderes têm por missão transmitir a mensagem àqueles que, de outra forma, não lhe acederiam.

Mas a teia que se estabelece entre os *mediae* o público pode ser mais complexa. A sua influência pode não ser directa ou feita apenas em duas etapas, necessitando de um mediador. Em 1963, Wilbur Schramm revelou que podem ocorrer *multi-steps* em toda esta operação: os líderes de opinião podem ter como fonte de informação não apenas os *media*, mas outros líderes (Sousa, 2006: 255). As etapas comunicacionais podem ser múltiplas, tornando o processo comunicacional complexo, nada linear.

Desta forma, “a teoria dos efeitos limitados dos *media* tornou-se o paradigma dominante nos princípios dos anos 60” (Traquina, 2000: 16).

A década seguinte (70) também foi marcada por um paradigma: o do agendamento (Traquina, 2000: 16).

3.4 Agenda-Setting

“Os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público a cada momento” (Sousa, 2006: 257-258). Este é um dos grandes contributos da Teoria do *Agenda-Setting*, da autoria de McCombs e Shaw.

Mas que poder é este e como se torna efectivo? No livro “*Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*”, Maxwell McCombs explica como funciona a *Agenda-Setting*, isto é, “como os *media* definem a agenda pública” (McCombs, 2004: 2).

Escreve o autor que os jornais e a televisão fazem mais do que dar conta dos acontecimentos. Através da sua selecção diária, editores e directores focam a nossa atenção e influenciam a nossa percepção sobre quais são os acontecimentos mais importantes do dia. A esta capacidade de influenciar os temas da agenda pública chama-se *agenda-setting* dos *media* (McCombs, 2004: 1).

No entanto, “alguns jornalistas negam que a *agenda-setting* tenha influência no público. Dizem que apenas dão nota daquilo que se passa no mundo”; “mas o jornalismo é uma actividade empírica baseada na observação, e a falta de ética profissional na observação tem estado na base de muitos escândalos no jornalismo europeu e americano nos últimos anos” (McCombs, 2004: 21).

Quando os acontecimentos e as situações diárias são “reflectidas através da lente das organizações jornalísticas, o resultado é uma imagem do mundo, um pseudo-ambiente, que está longe de ser isomórfico, com sistemáticas avaliações desse mesmo ambiente” (McCombs, 2004: 21).

Os “pseudo-ambientes” criados geram discussão pública, tornando assim a função dos *media* muito importante em termos sociais. O que os *media* divulgam é que será discutido pela opinião pública, assegura McCombs, daí a sua importância para a agenda das políticas governamentais.

As consequências da Teoria do *Agenda-Setting* também são elencadas pelo comunicólogo, sendo a primeira o impacto na formação da primeira impressão em relação a uma determinada figura pública (McCombs, 2004: 122).

“Os cidadãos contam com o agendamento dos acontecimentos relevantes, que é elaborada de acordo com um conjunto de níveis estabelecidos pelos *mass media*” (McCombs, 2004: 122).

O importante é que este agendamento dos *media*, a discutir posteriormente pela opinião pública, transforma-se muitas vezes no “único critério que em que cada opinião é baseada” (McCombs, 2004: 122).

“O estudo de McCombs veio mostrar que os jornalistas e o jornalismo têm, afinal, um grande poder, o que defronta o campo jornalístico com uma grande responsabilidade ética e deontológica” (Sousa, 2006: 260).

Mas que temas são prioritários em termos de agenda? Para entender melhor por que é que uns temas são notícia e outros não, temos de recordar o trabalho de David Manning White que, em 1950, apresentou o paradigma do *gatekeeping* (*porteiro*), para explicar

os critérios de selecção. O trabalho do jornalista é o de um porteiro, que apenas deixa passar os temas que, de acordo com os seus critérios, merecem passar pelo portão (Sousa, 2006: 119).

Em 1965, no entanto, a este paradigma foram acrescentadas novas ideias, que ainda hoje merecem consideração. Galtung e Ruge avançaram com um leque de valores-notícia – ou critérios de noticiabilidade – que acabam por se sobrepor à subjectividade de cada jornalista que têm de decidir o tema a noticiar (Sousa, 2006: 119).

Com os elementos apresentados por Galtung e Ruge, José Pedro Sousa avança uma listagem que me parece mais consistente com a realidade actual.

O momento e a frequência de um determinado acontecimento são dois dos valores-notícia; a intensidade ou magnitude de um acontecimento também contribuem para que sejam seleccionados para ser notícia (Sousa, 2006: 120).

Depois, a clareza do tema, a proximidade (afectiva, geográfica, cultural, linguística) e a consonância com as expectativas (o que é que as pessoas têm tido como notícia) são mais critérios a ter em conta no momento da selecção (Sousa, 2006: 120).

A proeminência – das nações ou social das pessoas envolvidas – são outros itens a ter em atenção quando se escolhe um acontecimento para noticiar. Tem ainda forte possibilidade o assunto que sirva para equilibrar tematicamente o noticiário e aquele que seja um desenvolvimento de assuntos tornados públicos anteriormente (Sousa, 2006: 120).

Claro que o inesperado (catástrofe natural ou acontecimento “escasso”) é quase certo no alinhamento noticioso, tal como a negatividade de forma geral (as “más notícias” são as “boas notícias”). A personificação também leva vantagem, pois permite o seu tratamento jornalístico com base nas histórias das pessoas envolvidas, em particular de uma das pessoas envolvidas (Sousa, 2006: 120).

Esta listagem vai ao encontro daquilo que Mar de Fontcuberta (2010: 14) defende. A autora sustenta (como vimos no capítulo anterior) que tem a capacidade de transformar

um determinado acontecimento em notícia a actualidade, a novidade, a periodicidade, a veracidade e o interesse público.

4 A Comunicação Política

A comunicação humana habitual é, fundamentalmente, persuasiva. Pretende sempre convencer o interlocutor sobre um determinado ponto de vista. (...) A comunicação é também uma ferramenta para a coesão de uma comunidade. É um recurso que cria as bases da cultura que identifica um povo. (...) A comunicação é um fenómeno inerente à harmonia do todo colectivo, convertendo-se no elemento que consolida a própria existência desse grupo. (...) A comunicação política é algo mais do que informação vinda do poder, porque na política prevalece, e cada vez mais, a comunicação nas duas direcções. Não se trata simplesmente de transmitir algo, pois o público não é uma massa passiva. Para ele, a comunicação política não se limita ao desenho de uma argumentação convincente. Os destinatários da mensagem participam activamente na formação do discurso político com as suas respostas. (...) Na realidade, comunicação política é a relação bidireccional entre os governos – e aos que aspiram sê-lo – e os governados (Mesa, 2009: 25-26).

Esta relação bidireccional contrasta, segundo o autor, com o modelo proposto por Lasswell. Este “primeiro estudo sobre comunicação política, baseado na uniformização dos indivíduos perante a emissão de uma mensagem”, é um modelo que se encontra “amplamente superado, uma vez que nem todos os receptores têm a mesma reacção perante o mesmo estímulo comunicativo” (Mesa, 2009: 26).

Porém, e no que concerne ao conceito de Comunicação Política, Brian McNair diz que esta assenta em três pilares fundamentais: organizações políticas, os *media* e os cidadãos. Por entre eles flui um conjunto de informações que chegam aos cidadãos (eleitores) normalmente através dos órgãos de comunicação social. Os actores políticos estabelecem metodologias para que a sua mensagem chegue ao seu auditório. O objectivo é persuadi-lo para obter o apoio às ideias que são apresentadas (2007: 4-14).



Figura 62 – Elementos da Comunicação Política. (Fonte: Brian McNair).

Necessariamente, a política tornou-se mais mediática, logo, a comunicação política também. Aliás, tal mediatização tornou-se fundamental para a política, para os políticos e para a vida pública nas democracias modernas (Bennet e Entman: 2001, 1).

Ainda no campo do conceito, María José Canel faz a distinção entre Comunicação Política com maiúsculas e com minúsculas. No primeiro caso trata-se de uma expressão que designa um campo recente e crescente desenvolvimento científico; no segundo temos um termo amplo, apenas utilizado em termos profissionais, que inclui um conjunto de fenómenos comunicativos rotulados como propaganda, marketing político e eleitoral, relações públicas ou comunicação institucional (Canel, 2006: 17).

Concretizando, a especialista advoga que Comunicação Política (maiúsculas) é a “actividade de determinadas pessoas e instituições (políticos, comunicadores, jornalistas e cidadãos), em que, como resultado da interação, se gera um intercâmbio de mensagens com as quais se articulam tomadas de decisão política assim como a aplicação destas na comunidade” (Canel, 2006: 27).

Para conseguir os seus intentos, os emissores dispõem de um conjunto de ferramentas que permitem comunicar eficazmente - a tal comunicação política com minúsculas. O Marketing Político é, apenas, uma delas (Simões *et al*, 2009: 31-34). Esta “ciência relativamente recente” reconhece que “a criação de uma imagem de marca associada à política constitui uma importante arma para a identificação/diferenciação de um político-candidato” (Simões *et al*, 2009: 31).

Acresce que a imagem pessoal de um político é alvo de muitos estudos, pelo *staff* especializado. Esta no entanto, de acordo com Jorge Santiago Barnés, tem de ser entendida como resultado da aparência pessoal; como fruto de um estilo individual próprio; como fonte de evidente atractivo físico; como causa resultante de uma boa impressão (2007: 11).

Quando o candidato é eleito, fica com a cadeira do poder, também está exposto a situações diversas, que podem originar crises graves onde, uma vez mais, as ferramentas comunicacionais são essenciais para tentar estancar os problemas.

5 Comunicação estratégica

São às dezenas. Às centenas. Aos bandos. Assessores, conselheiros, consultores, especialistas, tarefeiros e avençados. São novos, têm licenciaturas, mestrados e MBA, talvez até doutoramentos. Sabem tudo de imagem e apresentação. Vestem fato escuro de marca, mas alguns, mais *blasés*, deixaram de usar gravata. São os gestores de produto. O produto, no caso, é imagem e informação. Informação do governo para o exterior e a informação sobre os cidadãos e a sociedade. Apesar da idade já tiveram múltiplas experiências nos jornais, nas televisões, nas agências de informação e nas empresas de imagem. O sistema vive em grande parte destes profissionais reciclados. Estudam o inimigo e fazem *dossiers*. Elaboram estratégias de apresentação de medidas ao público. Organizam a informação do governo, controlam os actos dos ministros e dos secretários de Estado, centralizam os contactos com a imprensa. Telefonam, enviam SMS, escrevem *e-mails*, convidam para uns copos e deixam cair umas frases. Conhecem intimamente os jornalistas a que dão recados. Sabem quais são os jornais que se prestam. Têm mapas e organigramas. Seleccionam frases assassinas, escolhem os locais para as oportunidades fotográficas (...). São especialistas em apanhar de surpresa as oposições, sobretudo quando estas são incompetentes. Alimentam os jornalistas que se portam bem e seguem as regras do seu jogo. Gabam-se de fazer a agenda política do país e da imprensa (...). Trabalham na espuma e no efémero. Organizam o passageiro. Prezam

as aparências. Provocam impressões e sensações. Obtêm resultados imediatos e passam à frente. Para a guerrilha, para os raids e para as operações especiais, são excelentes (Barreto, 2009: 137-138).

Estes profissionais da comunicação são, de acordo com José Esteves Rei, elementos de um jogo, de cujo resultado não depende apenas de si, mas também do cenário, do público, dos antecedentes, dos recursos e, sobretudo, do contexto em que se produz a situação de comunicação (2009: 31). São pois elementos estrategicamente colocados com o fim último de obter mais-valias para os seus líderes/chefes.

Os profissionais de que António Barreto fala estão ao serviço das suas lideranças para produzir mensagens estrategicamente definidas com a missão de obter proveitos em relação aos adversários. Produzem, assim, comunicação estratégica, pois é “elaborada conscientemente, de antemão, para alcançar determinados objectivos” (Rei, 2009: 31).

Se é facto que cada actor político possui um determinado estilo comunicacional, a forma/estratégia utilizada por cada um também difere. E quando está a liderar uma instituição, como uma câmara municipal, as derivações comunicacionais podem ser de índole político-administrativa, administrativa e de comunicação política, como refere Eduardo Camilo na sua obra *Ensaio de Comunicação Estratégica*.

Na comunicação administrativa, procura-se notabilizar e legitimar uma proposta de consumo municipal. Nesta medida, as estratégias de comunicação visam divulgar uma “oferta municipal”, isto é, o “cabaz” de serviços municipais ou municipalizados que as populações têm à disposição para satisfazerem determinadas necessidades colectivas (Camilo, 2010: 19-20). A comunicação administrativa é utilizada para divulgar a existência de um novo serviço ou de uma nova infra-estrutura (por exemplo, uma biblioteca), mas igualmente para explicar a cada utente como poderá usufruí-la nas melhores condições (divulgando, por exemplo, os horários de funcionamento, as normas de requisição dos livros, isto é, os aspectos organizativos). Para além disso, também é útil para justificar determinadas opções político-administrativas: porquê apostar na comunicação e na cultura e não nas obras municipais, por exemplo (2010: 22).

A comunicação político-administrativa, explica o autor, visa possibilitar a participação pública das populações em assuntos relacionados com o desempenho administrativo das entidades no que respeita à forma como prestam serviços públicos e satisfazem as necessidades ou os interesses colectivos. O conceito chave que está subjacente à comunicação político-administrativa é o da “interacção”: como estimular a participação? (22)

A comunicação política municipal constitui um domínio de intervenção semelhante ao da comunicação político-administrativa. Comunica-se não só para informar, mas também para estimular uma participação pública. A única diferença reside somente nas temáticas que se encontram subjacentes a estes dois domínios de intervenção. Na comunicação político-administrativa, as estratégias de comunicação incidem directamente na legitimação de todos os aspectos que são decorrentes dos critérios de orientação e de supervisão do desempenho administrativo dos municípios. Na comunicação política as problemáticas subjacentes têm outro valor, estando relacionadas com tomadas de decisão que concernem à formulação de prioridades e de opções políticas de cariz estrutural sobre a determinação de prioridades (22-24).

Actualmente, os sítios na internet das câmaras municipais são campos privilegiados para dar nota destas formas de comunicação político-administrativa, administrativa e de comunicação política.

6 Comunicação de crise

Ao longo do seu percurso político, Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino passaram por momentos difíceis. Crises complicadas, com repercussão na comunicação social. Estas ocorrências fora do comum podem, no entanto, fazer parte de dois grupos, consoante as suas características. Martins Lampreia (2003: 70) distingue as crises previsíveis das imprevisíveis. Assim sendo, e para tentar minorar os danos sofridos, o autor aconselha as entidades (empresariais, por exemplo) a elaborar um Plano de Comunicação Preventiva – para as crises previsíveis – e um Plano de Comunicação Combativa (ou Curativa) para as crises imprevisíveis (Martins, 2003: 71).

Além disso, Martins Lampreia sugere que seja avaliado o grau de risco de cada situação anômala. “As crises definem-se geralmente em 5 graus conforme a sua importância, consequências e âmbito em que ocorrem” (2003: 71). De um a cinco, deve estabelecer-se o grau mais leve ao mais grave, explica.

Conquanto a obra de Martins Lampreia se dedique quase exclusivamente à gestão de crises empresariais, nos instrumentos que aponta como necessários para a sua gestão é possível identificar um que também está tentativa de resolução das crises dos líderes autárquicos: o comunicador. “O indivíduo que ajuda o fluxo de comunicação (...) tem grande capacidade de expressão e redacção” (Lampreia, 2003: 73).

Aqui, no caso dos políticos, cabe os assessores de imprensa e, nalguns casos, os *spin doctor* missão.

O termo *spin doctor* tem hoje bastante relevância na política nacional. Trata-se de um trabalho desempenhado por profissionais com grandes capacidades comunicacionais, que os transforma em assessores de imprensa sofisticados, discretos e com um objectivo preciso: influenciar/manipular a opinião pública com a sua mensagem. “Actuam na retaguarda do campo de actuação, sendo a sua missão quase sempre secreta. Este facto e a falta de regulamentação permitem que a sua existência seja raramente assumida” (Simões *et al*, 2009: 82).

Contudo, lê-se na mesma página deste livro, “um escândalo altamente prejudicial para o candidato adversário tornado público num determinado momento-chave... pode muito bem ser obra de um *spin doctor*”.

Por isso, tal como escreve Manuel Castells, a “política do escândalo é inseparável da política mediática” (2009: 331). É através dos órgãos de comunicação social (onde se incluem os de autocomunicação de massas) que a sociedade fica a saber desses mesmos escândalos. Depois, acrescenta o autor, “as características da política mediática fazem do uso dos escândalos o instrumento mais eficaz da luta política” (331). A personalização da política – que Manuel Castells acredita ser cada vez mais forte – acarreta muitas vezes fragilidades, que os opositores se encarregam de revelar.

Explica ainda:

Como as mensagens mais eficazes são as mais negativas e uma vez que a difamação é uma forma definitiva de negatividade, a destruição de um líder político através da filtração, invenção apresentação e propagação de uma conduta dolosa que lhe é atribuída, de forma individual ou em associação, é objectivo último da política do escândalo. Por isso, tácticas como a “investigação da oposição” pretendem encontrar informação comprometedora que se possa utilizar para destruir a popularidade de um político ou de um partido. A prática da política do escândalo representa o patamar mais elevado na estratégia de incluir um efeito de afecto negativo. Sendo que a política mediática é a política da Era da Informação, a política do escândalo é o instrumento eleito para dirimir as batalhas políticas do nosso tempo (Castells, 2009: 331-332).

Mas, grande parte dos escândalos políticos denunciados pelos *media* têm poucos efeitos práticos. No entanto, há outros de grande envergadura, que conseguem derrubar governos e regimes políticos por todo o mundo. Manuel Castells acrescenta que os resultados da política do escândalo nos resultados políticos concretos são, em grande medida, incertos. Dependem do contexto cultural e institucional, da relação entre o tipo de escândalo e do político, bem como do clima social e político de cada país. O autor aponta ainda o cansaço dos eleitores/cidadãos em relação ao elevado número de escândalos verificados num determinado país como justificação para o seu (aparente) desinteresse (2009: 336-337).

Aqui temos, de acordo com este autor, a resposta – ou parte dela – para a questão-chave deste trabalho: por que é que um candidato a uma câmara municipal – com graves problemas com a Justiça – continua a merecer o apoio dos eleitores? Castells alega que o cansaço dos eleitores face a tantos escândalos pode ser uma das explicações.

7 A importância da Comunicação Social Local e Regional

Conscientes ou não das teorias, os políticos (especialmente os autarcas) vêm na Comunicação Social Local e Regional uma plataforma importante para que a sua mensagem chegue ao eleitorado.

Por isso, a relação que une autarcas e *media* desta categoria ultrapassa várias vezes a barreira da institucionalização, para relações de grande amizade, cumplicidade e, em

muitos casos, de dependência económica dos órgãos de comunicação social da própria autarquia, pela via da publicidade.

Agora, com os constrangimentos financeiros impostos pela *troika* às autarquias locais esta relação será seguramente afectada. Terão, conseqüentemente, os políticos de encontrar novas formas de espalhar a sua mensagem. A internet é um veículo célere e com menos custos, mas as camadas da população de concelhos como o Marco de Canaveses e Felgueiras, por exemplo, estão todas receptivas ao uso das novas tecnologias? Têm predisposição para tal os eleitores mais velhos? Certamente que não e que o jornal que está à disposição nos cafés da aldeia é uma forma confortável de receber a mensagem dos dirigentes autárquicos ou daqueles que a tais postos são candidatos.

O equilíbrio entre a difusão da mensagem pela via mais tradicional (jornais e rádios locais, por exemplo) e as plataformas digitais será um passo fundamental para o sucesso das novas candidaturas. Um voto é um voto. E todos contam. Todos são contributos importantes para a vitória. Assim sendo, o presente tem de fazer bem a ponte entre o passado e o futuro em termos de suportes comunicacionais. A espiral dos *likes* (que mais à frente detalharei) terá de coabitar com os jornais mal paginados e os programas de rádio em que as músicas pedidas registam recordes de audiência.

Mas, afinal, qual era a situação da Comunicação Social Local e Regional no ano de 2009, em que decorreram as eleições autárquicas em estudo neste trabalho?

Um estudo da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) - datado de 2010 – indica que o sector já estava com sérios problemas em 2009. Agora, com a conjuntura sócio-económica, certamente terá piores dias.

Lê-se no estudo da reguladora, intitulado “A Imprensa Local e Regional em Portugal”:

A imprensa local e regional, não obstante desempenhar um importante papel no sistema mediático português, enfrenta enormes problemas, entre os quais, o escasso investimento publicitário e outras fontes de receitas (sobretudo em áreas geográficas económica e empresarialmente pouco consolidadas), o reduzido índice de leitura nas zonas do interior, a diminuição do número de

assinantes, as dificuldades na distribuição, e, conseqüentemente, o seu impacto diminuto na vida política, económica, social e cultural, a nível nacional, ao contrário do que sucede nas respectivas zonas de circulação, onde o seu impacto é significativo (ERC, 2010: p. 21).

Com um impacto grande nos seus meios, a Comunicação Social Local e Regional está, como já referi, refém dos poderes instituídos na sua zona de intervenção, tal como o estudo da ERC dita:

Um outro problema identificado consiste nas relações de dependência económica perante os órgãos autárquicos, frequentemente os principais anunciantes dos jornais locais e regionais, visto como um factor de fragilização da autonomia editorial e da independência perante o poder político. Subsistem, como acima se refere, dúvidas, no plano legal e procedimental, quanto à transparência e coerência dos critérios de distribuição da publicidade dos órgãos autárquicos.

As autarquias são, nessa medida, apresentadas como grandes meios de pressão sobre o livre exercício do jornalismo, particularmente nos concelhos mais pequenos, nos quais a imprensa fica mais vulnerável face ao poder público autárquico.

De um outro prisma, são reflectidas preocupações quanto ao equilíbrio entre o exercício livre do jornalismo e a necessidade de garantir a sustentabilidade económica num contexto de crise e de desinvestimento publicitário (ERC, 2010: p.109-110).

As preocupações do sector passam ainda pela clarificação do papel da imprensa regional e local e a criação de regulamentação específica que permita diferenciar as publicações profissionalizadas de outras que, de acordo com a entidade reguladora, contam apenas com colaboradores voluntários e estagiários, vivendo de donativos e de “boas-vontades” (ERC, 2010: p.106).

Apesar destas características, muitas das publicações possuem actualmente sítios electrónicos, alcançando através da Internet o seu principal público-alvo: os emigrantes. Conseqüentemente, o papel tradicional reconhecido às publicações impressas, de ligação entre os emigrantes e o País de origem (de defesa da língua e cultura maternas) é hoje desempenhado por esses novos suportes vocacionados para temáticas relacionadas com as regiões (ERC, 2010: p.106).

A mensagem do candidato/eleito local chega ao público que está fora do país pela via electrónica. Um ponto que pode ser importante para a sua estratégia. Mas este público é

eleitor? Não sendo, como é que se pode levar a mensagem aos que ficaram nas aldeias e nas vilas e que juntos têm peso político suficiente para decidir uma eleição?

Eis uma questão que terá de ser gerida com pinças nos próximos actos eleitorais.

7.1 Perfil dos leitores da imprensa regional

Os futuros candidatos devem socorrer-se dos estudos realizados sobre esta temática para disporem de conhecimento mais preciso dos utilizadores dos *media* locais e regionais.

Fica aqui o registo dos dados de 2010 do Bareme Imprensa Regional, realizado pela Marktest em parceria com a MeioRegional.

O estudo apurou que 4 310 mil portugueses costumam ler ou folhear jornais regionais, o que constitui mais de metade (51.9%) do universo analisado.

Conclui ainda o seguinte:

Este tipo de imprensa tem maior penetração junto dos homens, pois 56.8% deles costuma ler ou folhear jornais regionais, face aos 47.3% das mulheres com o mesmo hábito.

Por idades, são os indivíduos entre os 35 e os 44 anos os que revelam audiência superior de títulos de imprensa regional, lidos por 59.2% deles. Pelo contrário, a menor penetração é encontrada junto dos indivíduos com mais de 64 anos, 36.5%.

Junto dos indivíduos da classe social média encontramos também maior penetração destes títulos, lidos por 57.6% destes indivíduos, face aos 41.0% que registam junto dos pertencentes à classe social baixa.

Por regiões, são os residentes no Litoral Norte os que apresentam índices de leitura superiores, com 69.7% dos seus residentes a afirmar ler ou folhear jornais regionais. Pelo contrário, nas regiões do Grande Porto e da Grande Lisboa encontramos os valores mais baixos, de 26.8% e 30.3%, respectivamente.

Uma análise por ocupação mostra ainda que 63.2% dos trabalhadores especializados e pequenos proprietários são leitores de jornais regionais, grupo ocupacional que apresenta valores acima dos restantes. No extremo oposto estão as domésticas, que constituem o grupo com menor audiência destes títulos, com 42.6% (Marktest 1).

A lutar pela sobrevivência económica para levar ao seu público a informação, os *media* locais e regionais com registos activos na entidade reguladora tinham o seguinte perfil, no ano de 2009:

Tipo de registo	Nº
Publicações periódicas	2942
Empresas Jornalísticas	438
Empresas Noticiosas	12

Figura 63 – Registos activos em 2009. (Fonte: Unidade de Registos da ERC).

No estudo realizado pela ERC salienta-se a instabilidade no sector da imprensa em Portugal. “Em 2009 inscreveram-se na ERC 230 novas publicações periódicas, ao mesmo tempo que se constatou o fim de edição de outras 430, cujos registos foram cancelados” (ERC, 2009:32). Acresce que no período, inscreveram-se “18 novas empresas jornalísticas (5 sociedades unipessoais, 11 sociedades por quotas e 2 sociedades anónimas) e outras 17 cessaram actividade” (ERC, 2009:33).

Será esta uma das razões que explica a ausência - nos dados relativos aos distritos apresentados no trabalho da entidade reguladora - de alguns títulos existentes nos quatro concelhos em análise nesta tese.

7.2 Os quatro concelhos em estudo

Embora sem dados muito precisos em relação a cada um dos concelhos (Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras) o documento sobre a imprensa local e regional da autoria da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) fornece-nos, no entanto, dados relativos aos distritos onde estes concelhos se integram, mostrando ainda quais os órgãos de comunicação ali existentes.

Não sendo este um tema central do trabalho, a sua inclusão tem o mérito de dar a perceber quais os jornais locais e a sua respectiva área de implantação. Os autarcas que a eles acedem (através da dita comunicação institucional ou da geração de notícias) não podem descurar a sua importância.

Publicação	Audiência no distrito do Porto (%)	Outros distritos de leitura do título
<i>Jornal de Vila do Conde</i>	1,4	
<i>Gazeta de Paços de Ferreira</i>	1,2	
<i>Fórum Vale do Sousa</i>	1,1	
<i>TVS – Terras do Vale do Sousa</i>	1,1	
<i>Jornal de Santo Thyrsó</i>	0,8	
<i>Póvoa Semanário</i>	0,8	
<i>A Voz da Póvoa</i>	0,7	
<i>Jornal da Trofa</i>	0,7	Braga
<i>Matosinhos Hoje</i>	0,7	
<i>Jornal de Gaia</i>	0,6	
<i>O Gaiense</i>	0,5	
<i>O Jornal de Amarante</i>	0,5	
<i>Tribuna Pacense</i>	0,5	
<i>A Verdade</i>	1,2	Aveiro
<i>O Progresso de Paredes</i>	0,9	Lisboa
<i>Novas do Vale do Sousa</i>	0,8	
<i>Imediato – Jornal Regional de Paços de Ferreira</i>	0,7	

Figura 64 - Audiências de publicações do distrito do Porto. (Fonte: ERC).

Este quadro mostra, por exemplo, que o jornal “A Verdade”, apesar de ter sede no Marco de Canaveses, vê a sua área de influência alargada ao distrito de Aveiro.

Em relação a Felgueiras, não há qualquer referência aos títulos “Expresso de Felgueiras”, “Jornal de Felgueiras” e “Semanário de Felgueiras”, por exemplo.

O concelho de Gondomar também não está ali representado. “O Comércio de Gondomar”, “Jornal Repórter de Gondomar”, “O progresso de Gondomar” e “O Arauto de Rio Tinto” são apenas alguns dos seus periódicos.

Publicação	Audiência no distrito de Lisboa (%)	Outros distritos de leitura do título
<i>Badaladas</i>	2,4	
<i>Vida Ribatejana</i>	1,7	Santarém
<i>Jornal de Sintra</i>	1,6	
<i>Jornal de Cascais</i>	1,2	
<i>Frente Oeste</i>	1	
<i>Jornal de Oeiras</i>	0,9	Setúbal
<i>Jornal da Amadora</i>	0,7	
<i>Jornal da Costa do Sol</i>	0,6	
<i>O Carrilhão</i>	1	
<i>Nova Verdade</i>	0,6	

Figura 65- Audiências de publicações do distrito de Lisboa. (Fonte: ERC).

No que ao concelho de Oeiras diz respeito, o estudo da ERC menciona apenas a existência do “Jornal de Oeiras” que, com 0,9% de audiências, também é lido em Setúbal.

8 Anotações:

- Política: actividade humana, de tipo competitivo, que tem por objecto conquista e o exercício do poder (Diogo Freitas do Amaral);
- Comunicação: interpessoal, de massas e a autocomunicação de massas (Castells);
- Comunicação política: Assenta em três pilares fundamentais: organizações políticas, os *media* e os cidadãos (Brian McNair); Comunicação Política (maíusculas) é o campo científico; minúsculas as ferramentas de comunicação utilizadas por profissionais (Canel);
- Comunicação de crise: as crises previsíveis e imprevisíveis;
- Cansaço dos eleitores perante os escândalos políticos pode gerar desinteresse pela política (Castells).
- Especificidades da Comunicação Social Regional e Local – a sua importância política.

No próximo capítulo vamos trabalhar as marcas comunicacionais de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Moraes; isto é, verificar que ferramentas de comunicação utilizam (utilizaram) para liderar os seus municípios.

CAPÍTULO VII – Os políticos enquanto marca. Marcas comunicacionais de Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais

1. Domínio das teorias ou puro instinto?

Ao longo deste capítulo teremos ocasião de verificar como é que os autarcas e ex-autarcas, alvo deste estudo, põem em prática – ou não - as teorias da comunicação enunciadas no capítulo anterior. São eles conhecedores da sua existência, ou agem por instinto, auxiliados pontualmente por assessores de imprensa, como acontece com Valentim Loureiro? Em relação a Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres, nenhum atribuiu ao longo da nossa conversa valor particular à acção dos profissionais de comunicação. Tomaram sempre eles próprios em mãos a estratégia comunicacional a seguir, apesar de no caso da ex-presidente de Câmara de Felgueiras, tal como iremos verificar mais à frente, alguns apontarem a sua filha como mentora do processo comunicativo, nomeadamente aquando da sua ida para o Brasil.

A literatura define claramente o que é comunicar, o que é a Comunicação Política e as ferramentas que esta tem para ajudar um candidato ou político eleito a prosseguir os seus intentos. Porém, há alguns actores políticos (como Valentim Loureiro e Avelino Ferreira Torres, nomeadamente) que possuem uma personalidade de tal forma vincada e forte que abeirar-se dos jornalistas pode transformar-se numa crise séria. São, portanto, políticos com imagem de marca.

2 Imagens de marca

Cada caso é um caso, e praticamente todo o político tem a sua imagem de marca; alguns deles são até máquinas eleitorais espetaculares com uma capacidade de comunicação única e, a sua imagem pessoal vale mais em qualquer sondagem ou eleição, do que propriamente o partido a que pertencem. Em algumas autarquias por esse país fora todos conhecemos uma ou outra situação em que o partido dominante deixará de o ser, se porventura mudar o candidato. Ora, para que um candidato, autarca ou político tenha mais representatividade do que o seu próprio partido, é porque conseguiu ao longo dos anos revestir-se de uma imagem de marca muito apelativa e consistente (Simões *et al*, 2009: 122).

Os autores admitem que, tal como as marcas, as imagens criam-se, mas o sucesso de uma imagem de marca política está sempre relacionada com a forma como o seu proprietário a gere (Simões *et al*, 2009: 123).

Mas que conceito é este, o de imagem de marca? Trata-se de um processo intencional, contínuo, que tem por missão a construção do perfil de um personagem, que deverá estar apta para enfrentar os *media*, “e que se pretende distinguir dos seus opositores conquistando o respeito e a gratidão dos seus correligionários, eleitores e dos meios de comunicação social através das posições que assume no âmbito social e político” (Simões *et al*, 2009: 123).

Neste contexto, e mais do que um produto, um político deve ser visto como uma autêntica marca e a sua permanência no cenário político dependerá da imagem que conseguirá construir em torno do seu nome e da sua personalidade (Simões *et al*, 2009: 122).

Uma marca distingue-se de um produto pela dimensão e durabilidade. Enquanto a primeira actua sobre a mente das pessoas, sendo dinâmica e duradoura; produto é finito e estático (Simões *et al*, 2009: 121).

No entanto, a criação de uma marca política socorre-se dos mecanismos próprios do *marketing* político, essencialmente utilizado por organizações políticas, nomeadamente partidos políticos, coligações eleitorais ou grupos de pressão, por exemplo, que recorrem frequentemente à sua metodologia e às suas técnicas como uma filosofia de

gestão nas campanhas de persuasão, nos mercados políticos onde operam (Inácio, 2003: 50).

Porém, para que exista *marketing* político é necessário reunir as seguintes condições: necessidades e aspirações por satisfazer; produtos capazes de as satisfazer; entidades insatisfeitas e outras capazes de as satisfazer e a forma de troca (Inácio, 2003: 50).

E um político que apresente um programa eleitoral com “produtos” capazes de satisfazer as necessidades e aspirações da população obterá – como forma de troca – o seu voto.

3 Marcas comunicacionais

“Costumo dizer que sou diplomando em comunicação de crise, após três anos de trabalho com Valentim Loureiro” (2008: 69). As declarações pertencem a Nuno Santos, ex-assessor do autarca e autor do livro *A varinha mágica de Valentim Loureiro*.

Efectivamente, as situações críticas geradas por Valentim Loureiro em termos comunicacionais (muitas delas em directo nas televisões) são várias. O ex-assessor recorda a dificuldade em fazer frente aos “descontros” do autarca de Gondomar:

Como toda a gente sabe, Valentim Loureiro não abdica nunca de um bomjogo e este ele joga com mais habilidade do que, se calhar, possamos imaginar. O seu principal problema acaba por ser um certo descontrolo, provocado pela enorme vontade de explicar tudo ao pormenor, todos os dias, a toda a hora. Muitas vezes, o meu papel foi procurar moderar essa voracidade mediática do Major querendo, por tudo e por nada, corrigir, explicar, informar... a mais.

Tenho para mim que, nestes três anos, os melhores momentos de Valentim Loureiro, mediaticamente falando, foram os que se seguiram a longos períodos de abstinência verbal. E este é dos mais importantes papéis que um assessor pode desempenhar: proteger o seu cliente da excessiva exposição. Mas, a habilidade do Major com a imprensa tem alguma piada. Frequentemente Valentim Loureiro lembrava os jornalistas, antes de uma conferência de imprensa ou de uma entrevista:

– Eu é que sou vosso amigo. Se não fosse eu a dar-vos as notícias todos os dias, o que se seria dos jornais? Não tinham notícias para vender e vocês iam todos para o desemprego.

Esta espécie de altruísmo do Major, provocava, normalmente, o sorrisos dos jornalistas, mas a verdade é que os tornava mais receptivos ao peixe que a seguir iria tentar vender. É uma espécie de cartão-de-visita bem impresso em papel nobre. Não resolve nada, mas é uma boa apresentação (Santos, 2008: 72).

Uma das aparições públicas em que Valentim Loureiro claramente se “descontrolou” foi numa entrevista que concedeu a Mário Crespo, na SIC. Disponível no Youtube, a conversa foi visualizada mais de 150 mil vezes, integrando o Top 100 dos vídeos mais vistos. Valentim Loureiro, então presidente da Liga Portuguesa de Clubes, explicava que as notícias sobre as supostas irregularidades no futebol eram infundadas. A explicação que começara num tom ameno e claro, logo se transformou num debate áspero, cínico e a roçar a má educação. Valentim Loureiro chamou “surdo” ao jornalista e assegurou-lhe que ele “não percebia nada do que estava a dizer”. Para terminar a conversa, o autarca e presidente da Liga Portuguesa de Clubes foi peremptório. “se o sr. for o entrevistador, não volto cá” (SIC).

Valentim Loureiro dispõe de um número considerável de situações que certamente causaram calafrios os seus colaboradores responsáveis pela área da comunicação.

O presidente do Município de Gondomar, num discurso vibrante de apoio a Fernando Nogueira, em vez de gritar pelo nome do concelho que lidera, enganou-se e disse: “Guterr... Gondomar, Gondomar, Gondomar!” As *gaffes* acontecem, mas o major nem sempre reage com um sorriso a tudo aquilo que lhe corre menos bem. A propósito, o ex-assessor refere no seu livro uma situação peculiar, ocorrida com um jornalista da RTP. Tudo terá começado assim:

- Senhor Major, depois de ter sido expulso do PSD...

Ora, o jornalista não teria oportunidade de terminar a questão. A ira do Major virou-se violentamente contra o mensageiro, lembrando-lhe as entrevistas e as conferências de imprensa que deu sobre o assunto, explicando que não seria expulso. Que não poderia ser expulso. A forma como o fez ficou no limite superior entre o direito à indignação e a agressão, pelo menos verbal.

Apenas as intervenções do *câmara man* e a minha puderam evitar que se criasse uma situação ainda mais complicada entre o pacífico jornalista e Valentim Loureiro.

Nunca vi as imagens recolhidas por essa câmara de TV, se é que existem. As imagens nunca foram exibidas e a reportagem do jornalista foi séria e objectiva, cingindo-se àquilo que dali importava reter: a mensagem eleitoral do Major, não se referindo nunca ao infeliz incidente. Mas podia ter

sido diferente, e estes acontecimentos poderiam ter marcado negativamente o início da campanha eleitoral. Contudo, não chegaram nunca ao conhecimento público.

Depois de minimamente acalmada a situação, Valentim Loureiro meteu-se no carro com o seu motorista e arrancou. Eu, no entanto, fiquei no local, procurando acalmar o jornalista, que diga-se, manteve sempre uma postura de grande profissionalismo e elevação. Para o desfecho positivo deste caso, foi determinante o facto de, poucos minutos depois, Valentim Loureiro meter ligado perguntando se ainda estávamos no local. À minha resposta positiva, voltou para trás. O Major pediu desculpa ao jornalista pela forma como reagiu e, durante cerca de 30 minutos procurou explicar-lhe a sua ira contra a expressão que tinha utilizado e contra as ingratidões de Marques Mendes. O jornalista reconheceu também o seu erro. Mais tarde, falei com a editora de política da RTP sobre o assunto. Pedi-lhe que, se pretendesse valorizar os acontecimentos deveria também valorizar o facto de o Major ter regressado ao local e ter pedido desculpa ao jornalista. Aceitou o meu pedido e este assunto morria ali, sem exposição pública e sempre juízo para Valentim Loureiro (Santos, 2008: 77).

Esta passagem contrasta claramente com as palavras de Jorge Pedro Sousa decorrentes do estudo de Maxwell McCombs, como vimos no capítulo anterior, que alertam para o papel dos jornalistas e do jornalismo. O poder dos *media* defronta o campo jornalístico com uma grande responsabilidade ética e deontológica (Sousa, 2006: 260) que, neste caso, e segundo a versão apresentada pelo ex-assessor, não se verificou.

Assiste-se aqui a uma sobreposição da agenda política em relação à agenda mediática. O condicionamento surge do poder político em relação ao poder mediático. A última “ordem” – e que foi acatada – partiu do major.

Mas houve outras cenas na vida do autarca de Gondomar impossíveis de “matar”, como escreve Nuno Santos. Uma delas, que chegou a casa de praticamente todos os portugueses através dos vários canais de televisão, mostrava um Valentim Loureiro furioso, gesticulador, com enorme vontade de falar às pessoas que ali se amontoavam... mas o microfone não funcionou! A cena decorreu na noite eleitoral de Outubro de 2005, em que Valentim Loureiro conquistou, pela primeira vez como independente, uma vitória histórica em Gondomar. Maioria absoluta; a oposição teve os piores resultados de sempre. Luís Marques Mendes, líder do Partido Social Democrata, que retirara a confiança política a Valentim Loureiro e a Isaltino Morais, acabava de receber a resposta dos eleitores: estes autarcas continuavam a ganhar, com ou sem o apoio do partido.

Cinco mil pessoas estavam no Largo do Souto, em Gondomar, prontas para ouvir Valentim Loureiro. A segurança esforçava-se para que o vencedor pudesse proferir algo, uma vez que algumas pessoas chegaram mesmo a invadir o palco (Santos, 2008: 63-64). Nervosismo, desordem, incerteza. Neste ambiente, o ex-assessor recorda o momento em que o eleito diz um “palavrão”, transmitido em directo por televisões e rádios.

Valentim estava nervoso e no limite das suas forças. Depois de uma campanha desgastante em que andou quase sempre doente da garganta e com dor ciática. Depois de um veto do líder do seu partido que o atirou para uma candidatura independente. Depois de uma noite em que os computadores lhe roubaram a possibilidade de elaborar o seu discurso com todos os dados disponíveis. Depois de tudo isso, o microfone não funcionava! Outra vez!

Um dos nossos homens acabou por descobrir a ficha dos microfones desligada e colocou o sistema em funcionamento. Entretanto, como o microfone já tinha sido trocado, não encaixava no suporte e os restantes estavam perdidos no meio da multidão! O Major estava furioso. O que tinha para dizer a Marques Mendes e ao País, não podia estar a ser atrasado por causa de um microfone, de novo!

Tivemos sorte de não ter levado com ele na cabeça, o que completaria o cenário de caos que aquele palco deveria estar a transmitir ao País. Mas o Major, ficou-se por um palavrão, no momento em que, finalmente, a coisa funcionou... foi o palavrão mais difundido de todas as noites eleitorais, com toda a certeza, mas o discurso podia começar. Finalmente! (Santos, 2008: 65-66).

Todas estas passagens do discurso político-mediático de Valentim Loureiro remetem para as teorias e paradigmas da comunicação apresentadas.

Com tantas cenas exibidas nos *media*, em horário nobre, o resultado eleitoral mostrou que o efeito das mensagens não foi assim tão forte, tão directo; pois se assim fosse provavelmente Valentim Loureiro perderia a eleição.

Os efeitos dos *media* serão, portanto, limitados, indo ao encontro da teoria do *two-step flow* ou *multi-steps flow*, que aponta para uma divulgação da mensagem de forma indirecta; passando por intermediários, por líderes de opinião primeiro e só depois chega ao público eleitor mais afastado ou desatento dos temas abordados pelos políticos.

Neste peneirar da mensagem, é mais fácil que os indecisos caíam na Espiral do Silêncio e que optem por defender a tese da suposta maioria. O medo do isolamento social pode ter dimensões maiores em concelhos pequenos, onde os eleitos conhecem muito bem o “mercado”. O frente a frente é muito comum; as famílias são conhecidas dos candidatos, tal como as suas opções políticas. Ficar isolado num contexto em que o candidato tem uma imagem muito forte, por vezes truculenta, pode ainda ser mais complexo. Os episódios registados com alguns candidatos são, no mínimo, caricatos, vindos de quem não tem “papas na língua” como se diz popularmente.

Se Valentim Loureiro é exímio a esquecer as boas práticas da comunicação, provocando situações embaraçosas, Avelino Ferreira Torres, candidato em Outubro de 2009 ao Marco de Canaveses, detém igualmente um registo de ocorrências significativo.

Em Fevereiro de 2004 imagens de Avelino Ferreira Torres a dar pontapés numa estrutura do estádio municipal do Marco de Canaveses, que tem o seu nome, entraram também pelas casas dos portugueses dentro. Para além deste acto, as imagens televisivas mostram agentes da Guarda Nacional Republicana a tentar acalmar o autarca marcoense, impedindo-o de se aproximar ainda mais da equipa de arbitragem, de cujo trabalho Avelino Ferreira Torres estava em total desacordo.

Tratava-se de um jogo da Liga de Honra, realizado a 29 de Fevereiro. Os desacatos verificados levaram o autarca a um processo judicial, desencadeado após o Instituto do Desporto de Portugal ter, inicialmente, multado o autarca por incitamento à violência e invasão de campo (Jornal de Notícias, 25.06.2004).

O julgamento começou a 24 de Junho no tribunal do Marco de Canaveses. Na altura, conta o jornal, Avelino Ferreira Torres recusou a ideia de com a sua atitude - invadir a área do espectáculo desportivo, da forma como o fez, nomeadamente com pontapés nas placas - estivesse a incitar à violência (Jornal de Notícias, 25.06.2004).

Avelino Ferreira Torres alegou que a sua atitude resultou do descontentamento da massa associativa pelo facto do árbitro não ter marcado uma grande penalidade: “então levantei-me e disse, vai haver merd...”, e desceu até ao relvado (Jornal de Notícias, 25.06.2004).

Na entrevista que me concedeu, Avelino Ferreira Torres recordou este episódio:

Até foi pedagógico. (...)Estávamos na linha de água para descer e era preciso evitar. O árbitro era um homem sério mas havia um fiscal de linha – que era da terra do adversário – que estava a roubar descaradamente. Eu estava próximo dos delegados ao jogo e a ver o que um deles estava a escrever. Houve dois penaltis. Ele escreve segundo penalti não assinalado a favor do Marco. Eu, já lixado, ao ver aquilo escrito fui por lá abaixo. Mas até ao relvado contive-me e fiquei perto daquela mesinha que tinha em cima aquela coisa de mostrar o tempo que faltava. Só estava ali para aquilo. Creio que dei um pontapé na mesa e espetei com aquilo no chão. Não me lembro bem. O que sei é que fiquei ali e que o quarto árbitro veio buscar a placa, onde dizia que faltavam quatro minutos de compensação. Entretanto, o massagista é obrigado a entrar em campo. O massagista, que não pode com uma bofetada, foi ameaçado. E eu não posso ver os fracos a ser ameaçados. O ambiente estava ao rubro. Devia-se serenar os ânimos e não o contrário. A propósito, tenho que agradecer às pessoas do Marco porque sempre que lhes dizia para parar, paravam. Safei muitas vezes os guardas de levar coças do povo do Marco” (Apêndice 3).

Durante a entrevista, Avelino Ferreira Torres disse que enquanto autarca nunca deu “dinheiro a ninguém! Quando os árbitros chegavam aqui ao Marco tinham todos sempre no balneário um cesto com produtos regionais. Trabalhava mais com a amizade e nunca tive problemas com isso, antes pelo contrário” (Apêndice 3).

No entanto, não era assim que o “sistema” funcionava: “soube de várias histórias de alguns tipos que telefonavam para os presidentes dos clubes a assegurar a vitória no próximo jogo; custava x, porque diziam que conheciam os árbitros” (Apêndice 3). Consigo, garante, isso nunca aconteceu, “mas soube de vários episódios. E o pior é que o árbitro do jogo nunca soube de nada. Se o resultado fosse favorável, indivíduo ia receber; caso contrário dizia que não tinha dado para mais!” (Apêndice 3).

Problemas com o futebol também teve Fátima Felgueiras, como veremos mais adiante neste trabalho. Todavia, no capítulo comunicacional, a ex-autarca de Felgueiras conseguiu grandes níveis de audiência quando – a partir do Brasil – deu uma conferência de imprensa (11 de Junho de 2003), procurando explicar a sua saída de Portugal. “Boa noite Felgueiras. Boa noite Portugal. Eu não fugi à Justiça. Saí livremente do meu país e só não regresso hoje mesmo porque querem amordaçar-me” (SIC 1).

Ladeada pelo seu advogado brasileiro, Fátima Felgueiras iniciava assim uma longa declaração, proferida mais de um mês após a sua chegada ao Brasil, no dia 8 de Maio de 2003.

“Considero-me a primeira exilada de um país que se diz há 29 anos livre e democrático”, mas “cujo sistema penal permite que, de forma arbitrária, um cidadão seja preso sem culpa formada” (Público, 11.06.2003).

O jornal refere ainda que numa das muitas críticas que teceu ao sistema judicial português, a ex-autarca argumentou que “as prisões servem para que os criminosos possam ser punidos e não para impedir os inocentes de se poderem defender em liberdade” (Público, 11.06.2003).

“Neste momento indiciam-me e falam de 31 crimes, mas ainda não conseguiram reunir prova para me acusarem de um único crime”, declarou a autarca, lamentando que os tribunais só a tenham ouvido uma única vez, impedindo-a de aceder ao processo e, dessa forma, defender-se das acusações que lhe eram feitas (Público, 11.06.2003).

Durante a conferência de imprensa, Fátima Felgueiras afirmou que se tivesse optado por ficar em Portugal seria mandada “para Custóias, partilhar uma cela com presos de delito comum, podendo lá ficar quatro anos e nove meses sem condenação definitiva” (Público, 11.06.2003).

4 Filhos, sobrinho & Futebol

Dos autarcas e ex-autarcas que são alvo deste estudo (Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres, Valentim Loureiro e Isaltino Morais), apenas o presidente de Oeiras deixa de ter em comum com os outros assuntos relacionados com o futebol e com filhos. No seu caso, a comunicação social apenas falou de um sobrinho, como exporei mais à frente. Isto é. Nos processos judiciais que envolveram Fátima Felgueiras, Avelino Ferreira Torres e Valentim Loureiro, o futebol foi tema. Quer o ex-presidente do Marco de Canaveses quer o presidente da Câmara de Gondomar estiveram implicados no mediático processo Apito Dourado.

A ex-autarca de Felgueiras foi acusada de ter beneficiado o Futebol Clube de Felgueiras, atribuindo-lhe, entre 1995-2002, 2,8 milhões de euros (Público, 30.07.2009).

Estes actores políticos partilham ainda o facto de terem filhos que também se tornaram notícia. Precisamente por serem filhos de quem são (assentam aqui os valores-notícia expostos relativos à proeminência social das pessoas envolvidas e à personificação) e por ajudarem ou participarem na actividade autárquica dos progenitores.

Vejamos: Fátima Felgueiras tem dois filhos. A filha (Sandra Felgueiras) é jornalista da RTP e esteve presente em algumas das notícias que surgiram em torno dos processos judiciais da mãe. A jornalista revelou ter sido ela a sugerir à mãe para deixar Portugal e rumar ao Brasil (Bom Dia, 13.11.2010).

A filha da ex-autarca disse que existe uma grande proximidade entre os membros da família e que ela, em particular, tem uma relação muito próxima com a mãe. “Todos os fins-de-semana, quando já estava em Lisboa, ia a casa. E a minha mãe estava sempre na Câmara a trabalhar” (Bom Dia, 13.11.2010).

Mas essa proximidade trouxe alguns dissabores, como recorda a jornalista. Como a mãe passava muito tempo na Câmara a trabalhar, Sandra Felgueiras “se queria estar com ela, levava os apontamentos e ia estudar para a Câmara. Tive a tristeza de ouvir pessoas a dizer que eu imprimia trabalhos com folhas da Câmara. Eu podia tê-lo feito mas nunca fiz. Só estava com a minha mãe. E nunca me passou pela cabeça que isso pudesse ser um crime. Só me passou pela cabeça que não queria estar longe da minha mãe. E só tinha o sábado à tarde para estar com ela, porque no domingo tinha de apanhar o comboio para voltar a Lisboa. E sabe Deus o que eu chorava por vir para baixo” (Bom Dia, 13.11.2010).

Ora, estas acusações poderiam parecer menores quando comparadas com aquelas que surgiriam mais tarde, que tinham por base uma eventual “oferta” de entrevistas na RTP. O caso chegou mesmo à Assembleia da República.

O Partido Social Democrata (PSD) entregou um requerimento na Assembleia da República a exigir “esclarecimentos urgentes” sobre o eventual envolvimento da estação

pública de televisão, através de uma sua jornalista, filha de Fátima Felgueiras, no caso do “saco azul” de Felgueiras (Público, 19.10.2005).

No documento, escreve o jornal, o PSD recorda que a Polícia Judiciária de Braga denunciou ao Ministério Público “a existência de pressões sobre testemunhas chave no processo do saco azul, que passavam pela promessa de entrevistas no canal público, em troca de desmentidos de afirmações feitas durante o inquérito judicial (Público, 19.10.2005).

Para além destas acusações, a filha de Fátima Felgueiras foi indicada como sendo a grande mentora da estratégia de defesa da imagem da mãe. “As fontes da PJacusam Sandra Felgueiras, jornalista da RTP, de ter alegadamente participado na preparação da operação de ‘marketing’, a fim de ver ilibada a sua mãe” (Correio da Manhã, 16.10.2005).

Valentim Loureiro também viu o nome da filha (Daniela) nos jornais após esta ter sido eleita para a Câmara Municipal de Gondomar e, posteriormente, vir a desempenhar as funções de vereadora. Como se sabe, João Loureiro – outro dos filhos de Valentim – chegou a ser presidente do Boavista Futebol Clube e, por conseguinte, passou a ter presença regular na comunicação social.

Daniela Loureiro Himmel é responsável pela Divisão de Contabilidade, Secção de Compras e Secção de Planeamento e Gestão Financeira da Câmara Municipal de Gondomar no corrente mandato (2009-2013). Todavia, a sua estreia nas lides autárquicas ocorreu em 2005. “É vereadora da Câmara de Gondomar desde anteontem de manhã. Subiu ao cargo mercê da renúncia de um eleito e deverá ser adjunta do presidente. Chama-se Daniela Loureiro, é psicóloga e professora universitária” (Jornal de Notícias, 12.11.2005). Acrescenta o diário que a filha do major “estava em nono lugar da lista independente de Valentim Loureiro. A saída de David Martins, o quarto nome que foi às urnas, abriu-lhes portas na vida autárquica” (Jornal de Notícias, 12.11.2005). Na altura ainda eram desconhecidas as suas funções: “sabe-se, apenas, que lhe estará destinado um lugar de confiança. Afinal, o presidente é seu pai” (Jornal de Notícias, 12.11.2005).

Nuno Santos recorda no livro que escreveu mais tarde esta participação de Daniela Loureiro Himmel na vida autárquica:

Mas, confesso, que este foi um dos momentos em que tive mais problemas para explicar aos jornalistas o que se estava a passar. Se colocar um familiar, um amigo, ou um afilhado num lugar de nomeação é legal e é um direito que assiste a um presidente da Câmara, que querará nesse lugar alguém da sua confiança, eleger a filha na sua lista é ainda menos susceptível de crítica.

Daniela Loureiro Himmel assumiu inteiramente o seu lugar de candidata, aplicou-se a 100 por cento na campanha, onde não passou despercebida esujeitou-se, como todos os outros, ao voto popular, tendo sido eleita como primeira suplente. A sua ascensão a vereadora foi, por isso, política e moralmente sufragada, não deixando dúvidas a ninguém. Apesar da notícia não ter tido grande impacto negativo na restante imprensa, o país da hipocrisia política e do preconceito populista, viu-a como mais um tacho do dinástico clã Loureiro (Santos, 2008: 190).

A questão do tráfico de influências merece algum destaque no livro do ex-assessor de Valentim Loureiro. Por isso, Nuno Santos apresenta um quadro em que dá a conhecer as várias actividades que o autarca desempenhou durante 15 anos (desde o primeiro mandato em Gondomar até à publicação do livro).

CARGO	EXECUTIVO	TEMPO INTEIRO	REMUNERADO	ELEITO	NOMEADO
Presidente Honorário do Boavista	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Presidente da Liga de Clubes	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da Liga	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Presidente da Câmara Municipal de Gondomar	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Presidente da Junta Metropolitana do Porto	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Presidente da Metro do Porto S.A.	NÃO	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Presidente da Distrital do Porto do PSD	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Conselheiro Nacional do PSD	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Presidente da Mesa do Plenário do PSD de Gondomar	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO

Figura 66 – Cargos ocupados por Valentim Loureiro entre 1993-2008. (Fonte: Nuno Santos).

Se os cargos foram bastantes, Valentim Loureiro também tem fama, como escreve Nuno Santos, “de meter cunhas a torto e a direito, arranjando emprego a toda a gente. Essa questão é um pouco mais complexa, é certo, e é mais difícil fazer um quadro com todos os empregos que Valentim Loureiro já proporcionou durante a sua vida... (Santos, 2008: 185).

Contudo, continua o responsável de comunicação, “podemos tirar algumas conclusões objectivas a partir de factos disponíveis, que mostram que o Major não é uma máquina de distribuição aleatória de empregos e cunhas. Pelo menos, não tanto como se possa julgar” (Santos, 2008:185).

Assim sendo, questiona, de onde vem então “o mito dos tachos”? Encontro apenas explicação no facto de Valentim Loureiro dar às instituições por onde passa uma visibilidade mediática muito grande. Dito de outra forma, o Major não passa despercebido. Nem ele, nem os cargos que ocupa” (Santos, 2008: 184). A inveja, conclui, está na base desta discussão pois, “se Gondomar continuasse a ser o concelho esquecido da Área Metropolitana do Porto, como foi até 1993; se a Liga de Clubes continuasse a ser uma mesa à volta da qual se sentavam, de vez em quando, alguns dirigentes, como acontecia antes da primeira presidência do Major; se a Metro do Porto não tivesse construído em meia dúzia de anos um moderno sistema de transportes que transformou a vida quotidiana das pessoas, ninguém daria pelos tachos do Major, nem estes provocariam tanta inveja a tanta gente” (Santos, 2008: 184).

A “marca” Valentim Loureiro tem tanta influência juntos dos meios de comunicação social que lhe permite dar às instituições por onde passa grande visibilidade, como relata o livro. É caso para dizer que o nome Valentim Loureiro “passa” bem nos *media*, tornando-se os seus actos de agendamento mediático fácil e mesmo previsível.

Voltando ao tema da eleição dos descendentes, no Marco de Canaveses também ocorreu a eleição do filho do presidente. No sexto mandato de Avelino Ferreira Torres à frente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, o seu filho – Fernando Jorge dos Santos Ferreira Torres – tomou posse como vereador. “Foi um dos homens que substituiu o pai, enquanto ele andou pela Quinta das Celebridades e em campanha eleitoral. Até o jipe da Presidência lhe caiu nas mãos” (Jornal de Notícias, 12.11.2005).

Todavia, de Isaltino Morais as notícias apenas dão conta das actividades de um sobrinho motorista de táxi a residir na Suíça. (Diário de Notícias, 16.06.2009).

Tal sobrinho chegou a ser ouvido em tribunal, através de vídeoconferência, sobre a existência de contas bancárias naquele país que alegadamente pertencem ao tio.(Diário de Notícias, 16.06.2009).

Conta o jornal que Isaltino Morais é acusado de ter omitido ao fisco e ao Tribunal Constitucional a existência de contas bancárias na Suíça e na Bélgica. Nessas contas, Isaltino “depositaria dinheiro que, segundo a acusação, lhe era entregue no próprio gabinete da Câmara Municipal. Esse dinheiro seria destinado a pagar favores, designadamente o licenciamento de loteamentos e construções e ainda permutas de terrenos. As verbas em causa terão sido depositadas entre Março de 1994 e Abril de 2001” (Diário de Notícias, 16.06.2009).

O autarca, que, ainda de acordo com a notícia, estaria a utilizar uma conta na Suíça aberta em nome de um sobrinho motorista naquele país, “afirma estar inocente de todas as acusações que lhe foram imputadas, mesmo depois do Tribunal o ter interrogado sobre a enorme quantia da conta bancária do seu sobrinho” (Diário de Notícias, 16.06.2009).

Para justificar as verbas, Isaltino “alegou que a mulher do sobrinho é cabeleireira e que só ela ganha cinco mil euros por mês o que justifica tais montantes (Diário de Notícias, 16.06.2009).

5 Conquistar o povo e as elites

Os “quatro magníficos” conseguiram (e ainda conseguem alguns) fazer frente a todas as adversidades decorrentes dos seus problemas com a Justiça, aos constrangimentos provocados pelos filhos e outros familiares e manter uma imagem confiável junto dos eleitores; continuam a ser mercedores do voto de muitos, que lhes permite permanecer ao comando dos seus municípios. O sociólogo Luís de Sousa avança com alguns dados que permitem aclarar esta questão:

Importa perceber porque é que há autarcas tão fortes nos seus municípios. É bom determinar quem são, quais os seus perfis, como é que aparecem na vida política e, sobretudo, como é que se

fizeram a eles próprios. Regra geral são pessoas que se fizeram e que têm um histórico de trapaçãs. Fizeram essas trapacices para adquirir capital, não só económico mas essencialmente social. Com as duas coisas juntas, ao longo do tempo, estas pessoas conseguiram acumular riqueza e contactos. (...) Há traços gerais que passam, nomeadamente, pelo dom da palavra, pela coloquialidade. Embora sejam muito populares, capazes de passar a mensagem de que são pessoas que se identificam perfeitamente com o povo. Todavia, conseguem ainda falar às elites. No fundo, estes políticos conseguem o melhor de dois mundos – falam para o eleitorado, que é rico em voto mas pobre em apoios financeiros; falam ainda com a elites, que são pobres em votos, pois são sempre poucas, mas ricas em apoios e capital que necessitam para consolidar o seu poder. O dom da palavra faz destes políticos líderes populistas, que sabem fazer a ponte com as elites, e geralmente são pessoas que sentem um apego muito forte à terra, mas quase como uma madrasta. Isto porque quando eles olham para o passado, reconhecem que a sua comunidade não lhes deu as oportunidades que desejavam. Normalmente têm origens familiares humildes, passaram fome e que hoje têm a noção que venceram, servindo-se das regras existentes nessa mesma comunidade. Criaram atalhos, apenas porque sabiam que existia gente que lhes permitiria criar esses mesmos atalhos, que havia gente que recebia os macetes, enfim. É preciso ver o outro lado da questão. Uns corrompem porque há quem se deixa corromper. (...) Leva-os a olhar para trás e a dizer: Eu era um filho de ninguém e hoje estou aqui. Consegui. É como uma lambada nesta comunidade madrasta, mas que agora também lhe sabe reconhecer o valor. O arranjo institucional do Poder Local – que vem de 1974 – favorece a personalização do poder, através da concentração de demasiadas competências no presidente da Câmara, dando-lhe a possibilidade, e ao executivo, de ter um peso muito grande nos recursos humanos da administração autárquica, assim como na evolução da progressão nas carreiras. Sabendo que esta é a função social mais importante da Câmara em muitos sítios, pois é o maior empregador, são poderes enormes conferidos a uma só pessoa (Apêndice 6).

No livro *A varinha mágica de Valentim Loureiro*, podemos perceber a forma como o autarca sabe como falar e estar com os seus eleitores, a capacidade que tem para chegar àqueles que, tal como define Luís de Sousa, podem ser “pobres em apoios financeiros”, mas “ricos em votos” (Apêndice 6).

O livro de Nuno Santos relata uma visita-surpresa que o candidato às eleições autárquicas de 2005 fez à Freguesia de S. Pedro da Cova, em Gondomar. Era o último dia de campanha. A visita foi ao Centro de Apoio Comunitário Major Valentim Loureiro. O facto de ter o nome do major “é caso único no concelho, já que Valentim Loureiro não gosta de ver o seu nome repetido na toponímia ou baptizando piscinas ou pavilhões. O culto da personalidade do Major não passa por banalidades bacocas” (Santos, 2008:126).

“ - Vim só ver como isto está –, avisou, despindo, subitamente a pele do candidato, se é que isso é possível. Naquele momento, o Major era muito mais o pai de seis filhos ou o avô de 11 netos, do que o político truculento que ainda há pouco fazia os últimos apelos contra Marques Mendes”(Santos, 2008:127).

Confessa desconhecer as razões que conduziram o candidato a tal espaço, onde se juntou à festa de aniversário de uma criança. Mas ali ficou a saber as razões pelas quais se ganham eleições: “ - Estás a olhar para isto, não estás? Para o infantário? Para esta qualidade? Disse-lhe que sim, sem fazer mais comentários. Mas, o Major parecia sabero que me ia na cabeça e rematou: - Depois de amanhã eu vou ter 60 por cento dos votos nas eleições. Osteus amigos jornalistas, os comentadores das televisões e o *pequeno líder* nuncavão perceber porquê, nem como. Mas tu, a partir de agora, já sabes porqueganho eleições” (Santos, 2008: 127).

E como é que Valentim Loureiro ganha eleições? As vitórias ficam apenas a dever-se à construção de equipamentos sociais de qualidade? O próprio responsável pela área da Comunicação admite que não. “Naquilo a que podemos chamar de política de proximidade, cabe ir às procissões. E Valentim Loureiro vai a todas” (Santos, 2008: 128).

Provavelmente desconhecendo a teoria do *two step flow*, Valentim Loureiro sabe que os padres, por exemplo, têm uma grande influência junto de uma determinada franja da população e que o facto de ser visto junto de um pode servir para capitalizar votos. Neste caso, o membro da igreja transforma-se num líder de opinião, mesmo que inconscientemente. A mensagem não verbal pode ser suficiente para – em caso de indecisão – o eleitor recorrer à imagem de uma determinada procissão, onde o político fez questão de comparecer. E assim se podem ganhar mais votos.

Mas Valentim Loureiro tem marcado quase sempre presença junto dos eleitores, ao ponto de ficar conhecido por efectuar campanhas eleitorais, no mínimo, originais. Claro que rapidamente se tornaram notícia, dado o seu carácter inesperado e pela proximidade de Gondomar em relação às redacções dos principais órgãos de comunicação social nacionais. Estes critérios de noticiabilidade também parecem ter sido sempre muito nítidos para Valentim Loureiro.

A história da alegada distribuição de electrodomésticos durante a primeira campanha eleitoral em Gondomar, em 1993, é talvez a mais forte e uma das mais difíceis de desmontar. Vendo bem, provavelmente, nem interessa desmontar a maioria dos políticos e dos analistas, que assim explicam aquilo que não percebem e que se materializa nas sucessivas vitórias do Major. Ainda assim, conto-a! Não apenas porque ela ajudou a definir o título deste livro, mas porque demonstra como pode ser frágil e perversa a máquina da informação.

Apesar de tudo, não culpo os jornalistas ou as suas peças jornalísticas pelo facto de hoje persistir a ideia de que Valentim Loureiro trocou, em Gondomar, electrodomésticos por votos. Os jornalistas escrevem sobre factos não é com factos que se constroem mitos. (...)

Depois, a opinião pública encarrega-se de construir os seus mitos, que a ajudam a explicar o inexplicável. Mesmo que o inexplicável seja o sucesso de um homem, como Valentim Loureiro. Aliás, a opinião pública é perita em encontrar explicações fáceis para o sucesso dos outros. A fama traz vantagens mas carrega consigo a enorme desvantagem de provocar a inveja. E a inveja motiva a calúnia (Santos, 2008: 44).

Como é que surgiu, então, a suposta distribuição de electrodomésticos do candidato, então do Partido Social Democrata?

Chegado ao terreno, em campanha num concelho que mal conhecia, o Major deparou-se com um município depauperado, esquecido, atrasado em estruturas ou equipamentos. Apesar de fazer fronteira com o Porto, Gondomar apresentava um nível de vida muito abaixo da maioria dos concelhos da metrópole. Um dos sectores a precisar de investimento urgente era o ensino básico. E cedo o Major percebeu que deveria apostar nessa área. Durante a campanha, visitou várias escolas. Um dia, numa delas, uma professora, em jeito de desafio, apontou o dedo ao PSD de Cavaco, ali representado por Valentim Loureiro. A escola teria recebido do Ministério da Educação uma cassetete vídeo com aulas de ginástica... mas não havia aparelho para a ler, nem televisor para a ver!

O Major saiu em defesa do Governo e do seu PSD, prometendo um televisor e um vídeo para aquela escola. A notícia veio a espalhar-se localmente e os telefonemas começaram, então, a cair na sede de campanha do PSD de Gondomar. Havia escolas a pedir televisores e vídeos por todo o concelho.

Proprietário de uma loja de electrodomésticos, à data, o Major abriu os cordões à bolsa e mandou distribuir, por todas as escolas de Gondomar, um televisor e um vídeo.

A notícia não tardaria a chegar a um jornalista de O Independente de Paulo Portas. Por ironia, esse jornalista, o primeiro a escrever sobre os electrodomésticos do Major, viria a ser seu assessor, anos mais tarde.

Na notícia, ao estilo O Independente, relatavam-se os factos, com rigor, mas em nenhuma passagem se atribuía a Valentim Loureiro a doação de electrodomésticos a eleitores, muito menos, varinhas mágicas, como hoje o imaginário do anti-populista guarda (2008: 45).

O ensino, como afirma o seu ex-assessor de comunicação, sempre esteve na linha da frente das preocupações de Valentim Loureiro. Tanto como candidato nas listas do PSD ou como independente, melhorar as condições neste sector sempre foi objectivo. E os alunos sempre mereceram da parte do político um olhar especial: “paradoxalmente, a voz de trovão do Major e o seu estilo truculento e combativo não assustam os miúdos, bem pelo contrário” (Santos, 2008: 75). Ao verem Valentim Loureiro, assegura o autor, “os petizes correm para os seus braços, dão-lhe as mãos e tratam-no com a alegria e o carinho com que tratariam uma figura Disney, como o Donald ou o Bambi ou, se preferirmos, como se fosse o avô” (2008:75).

O imaginário de muitos gondomarenses ficou, de facto, marcado pela acção de Valentim Loureiro. Prova disso é o programa “Gondomar sabe voar”. A missão é levar os mais novos a viajar de avião, muitos deles pela primeira vez.

De acordo com as informações do portal da Câmara Municipal de Gondomar (28.07.2009), o programa foi implementado no ano lectivo de 1994/95, e tem como destinatários todos os alunos finalistas do 4.º ano. “Desde a sua criação, até hoje, já participaram no Gondomar Sabe Voar mais de 33 mil estudantes”.

Este programa, “idealizado pelo Major Valentim Loureiro”, lê-se no portal, “caracteriza-se por ser uma iniciativa que visa alargar os horizontes dos estudantes do concelho, possibilitando-lhes o contacto com novas realidades”.

6 Anotações:

- Os políticos com imagem de marca podem ser mais fortes do que os próprios partidos.
- A “ira” de Valentim e de Avelino Ferreira Torres – duas marcas comunicacionais.
- Família “gera” crises comunicacionais: Sandra Felgueiras, Daniela Loureiro Himmel, Fernando Torres e o sobrinho de Isaltino Morais.

No capítulo seguinte efectuarei a análise de conteúdo dos discursos de vitória de Isaltino Morais e Valentim Loureiro, que constitui o estudo de caso deste trabalho.

PARTE IV – Estudo de caso e análise geral de resultados

CAPÍTULO VIII– Análise de conteúdo dos discursos de vitória de Isaltino Morais e Valentim Loureiro (11.10.2009)

1 As palavras de um vencedor

Ganharam! Apesar das implicações com a Justiça, Valentim Loureiro e Isaltino Morais ganharam as eleições de Outubro de 2009. Como independentes, sem a capa do partido que outrora os acolheu, os dois políticos voltaram a conquistar os eleitores de Gondomar e Oeiras, respectivamente.

O que disseram a esses mesmos eleitores quando as contas aos votos já estavam praticamente concluídas sempre me pareceu um campo de análise fértil, pois seria interessante apurar se esse discurso de vitória abordaria a temática da Justiça e se apareciam ao eleitorado como vítimas de uma qualquer cabala, à qual conseguiram sobreviver. Recordo que a questão-chave deste trabalho é tentar perceber “Como é que candidatos – com grandes problemas com a Justiça – continuam a merecer o apoio dos eleitores?”

O estudo destas palavras dirigidas ao eleitorado – através da utilização da técnica de análise de conteúdo - “mediria a implicação do político nos seus discursos” (Bardin, 2008: 35), permitindo elaborar uma análise de conteúdo de suporte oral que, em termos de quantidade de pessoas envolvidas no processo comunicativo, estava no domínio da comunicação de massas (Bardin, 2008: 36).

A análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise de comunicações que visam obter, através de procedimentos sistemáticos e objectivos, a descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 2008: 44).

Klaus Krippendorff apresenta a análise de conteúdo como uma ferramenta científica. Ferramenta, esta, que permite replicar e validar inferências que os cientistas tiram (ou formulam) a partir do estudo de textos (Krippendorff, 2004:18).

Contudo, e como de uma ferramenta científica se trata, o autor de *Content Analysis. An introduction to its methodology* afirma que, enquanto técnica, a análise de conteúdo incorpora procedimentos muito específicos, proporciona novas percepções, aumentando, conseqüentemente, o conhecimento do cientista sobre um determinado fenómeno (Krippendorff, 2004:18).

A técnica usada no estudo deve ser confiável, permitindo que os seus resultados possam ser validados e posteriormente replicados: “a investigação científica deve produzir resultados válidos, no sentido em que o esforço de pesquisa está aberto para ser escrutinado” (Krippendorff, 2004:18).

Para chegar aos resultados, a técnica de análise de conteúdo permite, como afirmam estes dois autores, inferir (ou deduzir logicamente) conhecimentos.

“O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem” (Bardin, 2008: 41).

A análise de conteúdo inferencial “pode estar escondida no processo humano de codificação”, defende Klaus Krippendorff (2004:36).

Todavia, assegura o mesmo autor, e dadas as múltiplas interpretações que o termo inferência pode implicar, Krippendorff esclarece que na análise de conteúdo há três tipos que importa distinguir (2004:36).

Em primeiro lugar surge a inferência dedutiva, que mais não é do que uma conclusão lógica, implícita nas suas premissas, que parte do geral para o particular (Krippendorff, 2004:36).

Percurso inverso – escreve - fazem as inferências indutivas. Estas partem do particular para o geral, sustentadas em generalizações de tipos semelhantes. Para ilustrar este tipo de inferência, Krippendorff dá o seguinte exemplo: posso inferir que pelo facto de todos os meus vizinhos falarem Inglês que todos os humanos o fazem. Esta inferência não tem uma conclusão lógica, mas comporta uma certa probabilidade de estar correcta (2004:36).

O autor classifica as inferências abduativas como aquelas que provêm de vários domínios, logicamente distintos, e particulares. Tão particulares, que exigem uma lógica de raciocínio semelhante à de Sherlock Holmes. Permite-lhe encontrar ligações empíricas para solucionar os casos (Krippendorff, 2004:38). Trata-se, portanto, de intuição pura e simples.

Por tudo isto, remata o autor a este propósito, a análise de conteúdo desenha inferências relativamente a um fenómeno que não é directamente observável. Assim sendo, e de uma forma engenhosa, mistura muitas vezes o conhecimento estatístico, a teoria, a experiência e a intuição para responder às questões em estudo (Krippendorff, 2004:38). Mas esta ferramenta científica, como designa Klaus Krippendorff a análise de conteúdo, trabalha, de acordo com Laurence Bardin, “a fala, quer dizer, a prática da língua realizada por emissores identificáveis”, transformando-se consequentemente numa “busca de outras realidades através da mensagem” (Bardin, 2008: 45).

O esmiuçar do conteúdo da mensagem alvo da análise pode ser concretizado através de procedimentos quantitativos e qualitativos. Os quantitativos medem a frequência da aparição de determinados elementos na mensagem. Os qualitativos recorrem a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências, deduções lógicas sobre determinado assunto (Bardin, 2008: 140).

Por fim, e para que a análise de conteúdo possa ser concretizada, é imperioso perceber quais as técnicas ao dispor da análise de conteúdo que mais se adequam ao nosso objecto de estudo. Começa-se assim a delinear o plano metodológico do trabalho.

2 Metodologia

Socorrendo-me da técnica de análise de conteúdo, examinei os discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais – proferidos no dia 11 de Outubro de 2009. Tais discursos são o *corpus* deste estudo.

Porquê os de vitória e não os de derrota, ou os quatro? Porque me parece mais importante perceber como e o que disseram os vencedores ao seu eleitorado do que os perdedores. A quem atribuíram a vitória? A eles, simplesmente ou, como diz Valentim Loureiro, à união familiar? Os inimigos ficaram ou não de fora destes discursos? E a Justiça e as suas implicações marcaram presença neste rescaldo eleitoral?

O primeiro passo foi passar do geral ao particular, através de um processo de codificação capaz de agregar as informações dos discursos, possibilitando a sua quantificação e posterior interpretação. Outro processo metodológico essencial foi a categorização, que permitiu compartimentar elementos da mensagem, aos quais se atribuiu valor analítico após tratamento dos resultados.

Antes de desenvolver esta análise, contudo, houve claramente um período de pré-análise, que envolveu a “leitura flutuante” (Bardin, 2008: 128) que conduziu a formulação de hipóteses e de objectivos.

Neste caso não se tratou da leitura, mas da audição dos discursos políticos.

As hipóteses consideradas previamente foram:

1. Os processos judiciais e a Justiça fizeram parte do conteúdo dos discursos?
2. Houve ou não “vitimização” perante os eleitores?
3. A oposição foi tema tratado?
4. A linguagem utilizada era popular ou erudita?
5. Semelhanças ou diferenças entre os dois discursos?

Estas mais não são do que premissas que, feita a devida análise, conduzirão a uma conclusão lógica, dedutiva nas palavras de Klaus Krippendorff. O resultado é expectável neste campo das inferências.

Mas, apesar disso, e dadas as especificidades do discurso político, e para chegar a estes resultados lógicos, usei as técnicas de análise categorial, da enunciação, da expressão e das relações elencadas por Laurence Bardin (2008: 119- 269).

A análise categorial foi realizada em simultâneo com a análise das relações, que me possibilitaram estabelecer categorias - “operações de desmembramento do texto em unidades” (Bardin, 2008: 199) – em sistema binário, estrutural; fazendo-o através de pares de oposições (Bardin, 2008: 266-269).

Na tabela seguinte surgem as categorias de análise utilizadas nos discursos de Valentim Loureiro e Isaltino Morais.

1ª Riqueza vocabular: discurso erudito	Pobreza vocabular: discurso popular
2ª Vitimização	Não vitimização
3ª Aborda questões locais	Aborda questões nacionais
4ª Aborda tema da Justiça e processos judiciais	Não aborda tema da Justiça e processos judiciais
5ª Fala da oposição	Não fala da oposição
6ª Tratamento formal da assistência	Tratamento informal da assistência
7ª Assistência manifesta-se	Assistência não se manifesta
8ª Fala do futuro	Não fala do futuro

Tabela 1- Categorias dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais nas eleições autárquicas de 2009.

Para a primeira categoria, a que se refere ao tipo de linguagem utilizada pelos políticos aquando na noite eleitoral, utilizarei a análise de expressão, assente na estilística quantitativa, para aferir da riqueza ou pobreza lexical.

Como indicador, o *Type Token Ratio (TTR)* como descreve Laurence Bardin (2008: 246) oferece a possibilidade de aferir a qualidade vocabular, calculando a razão entre o número de palavras diferentes sobre o número total de palavras.

Isto é:

$$\frac{\text{Léxico}}{\text{Ocorrências}}$$

Este exercício resultou no seguinte, no caso de Valentim Loureiro, levando-nos posteriormente a concluir se proferiu um discurso erudito ou popular.

2.1 Análise da 1ª categoria

Léxico (nº palavras diferentes) 301	Ocorrências (total palavras) 703
--	---

Tabela nº 2 – Tipo de linguagem utilizada por Valentim Loureiro (Anexo 1/CD).

Destas 703 ocorrências, o discurso de Valentim Loureiro continha 301 vocábulos diferentes, apesar de muitos deles serem da família uns dos outros. Assim sendo, discurso do autarca tornou-se menos rico. Exemplifico apenas com os termos *continuar* e *eleições*, aos quais ao longo da sua explanação o autarca acrescentou os léxicos *continuado* e *continuum*; para além de *eleições* fez referência a *eleitoral*, *eleitores* e *eleito*.

Além das palavras da mesma família, Valentim Loureiro repetiu outras muitas vezes ao longo do seu discurso.

Na tabela seguinte observaremos isso mesmo.

Gondomar <i>11 vezes</i>	Gondomarenses <i>6 vezes</i>	Caras <i>5 vezes</i>	Caros <i>5 vezes</i>	Amigos <i>7 vezes</i>
Eu <i>14 vezes</i>	Câmara <i>5 vezes</i>	Mandatos <i>3 vezes</i>	Mais <i>8 vezes</i>	Vou <i>4 vezes</i>
Assembleia M. <i>3 vezes</i>	Eleições <i>4 vezes</i>	Vocês <i>5 vezes</i>	Mulheres <i>3 vezes</i>	Homens <i>3 vezes</i>
Quem <i>4 vezes</i>	Me <i>4 vezes</i>	Continuar <i>7 vezes</i>	Todas <i>9 vezes</i>	Anos <i>3 vezes</i>
Grande <i>3 vezes</i>	Todos <i>11 vezes</i>	Não <i>4 vezes</i>	Tenho <i>6 vezes</i>	Família <i>4 vezes</i>
Pessoas <i>6 vezes</i>	Mais <i>5 vezes</i>	Trabalhar <i>4 vezes</i>	Mas <i>6 vezes</i>	Sempre <i>3 vezes</i>

Tabela 3 – Léxicos utilizados três vezes ou mais por Valentim Loureiro (Anexo 1/CD).

O termo *Gondomar* também foi bastante usado, não se tendo esquecido o autarca de mencionar *Câmara, Assembleia Municipal e Gondomarenses*.

Para introduzir a temática da acção no seu discurso de vitória, Valentim Loureiro socorreu-se dos verbos *trabalhar* e *ter*. Mas nesta análise o verbo que mais aparece é o *continuar*, sendo assim este o fio condutor destas palavras dirigidas ao eleitorado.

Os seus eleitores, a quem trata como *amigos*, podem estar certos que Valentim Loureiro continuará a trabalhar para que possam ter as suas expectativas de vida satisfeitas. Esta poderia ser uma das frases deste discurso, a julgar pelos verbos que foram ditos à assistência.

Quem fala aos amigos deve ter a certeza que estes conseguem decodificar a totalidade do conteúdo da mensagem. Por isso, Valentim Loureiro munuiu-se de vocábulos simples, populares, repetindo alguns como forma de vincar a sua posição.

Note-se que o reeleito presidente da Câmara Municipal de Gondomar disse mais vezes *eu* do que o nome do município. Todavia, destacou a importância de *todos* e de *todas*, membros da sua *família* que, sem ser de sangue, representa muito na sua vida.

2.2 Análise da 2ª categoria

Apurar se Valentim Loureiro aproveitou o discurso de vitória de 11 de Outubro de 2009 para se vitimizar perante os seus eleitores foi outra das categorias que optei por estudar, uma vez que os processos judiciais foram sempre tema dos seus opositores. A teoria da cabala foi apresentada ou não nessa noite?

Na próxima tabela surgem as expressões que o político proferiu a este propósito.

Contra ventos e marés e com partidos que têm organizações e meios muito superiores aos nosso
Nós vamos continuar a resistir a todos os ataques que durante os últimos anos nos foram feitos. Vocês são uma grande força, que me dá capacidade para continuar
Vamos continuar unidos para cada vez mais termos mais força e resistirmos àqueles que nos querem, e continuam, a atacar
Para continuar a enfrentar as adversidades – eles não desistiram e vão usar todos os meios para ver se me atacam, mas eu vou resistir; isso vos garanto.

Tabela 4 – Expressões de vitimização apresentadas por Valentim Loureiro (Anexo 1/CD).

Embora sem concretizar, Valentim Loureiro aproveitou o discurso para lembrar os eleitores ali presentes (e aqueles que o ouviam e viam através dos órgão de comunicação social que transmitiam em directo as suas palavras), que a conquista da cadeira do poder em Gondomar não foi fácil, pois os ataques foram bastantes e continuados. Perante isso, o autarca queixou-se das dificuldades que teve de enfrentar, sendo que à cabeça estaria claramente a diferença de meios (financeiros e humanos)

entre uma candidatura independente e as outras que contam com a protecção dos partidos políticos.

Valentim Loureiro lamurioso assegurou à sua assistência que os adversários não vão baixar a guarda e que apenas a união permitirá que a resistência seja feita da melhor maneira possível.

Nestas passagens do discurso comprova-se, então, que o reeleito autarca de Gondomar efectivamente se vitimizou perante os seus apoiantes.

2.3 Análise da 3ª categoria

Esta categoria permite apurar se o vencedor das eleições autárquicas em Gondomar elegeu como tema da sua comunicação os assuntos locais ou nacionais.

Valentim Loureiro, no entanto, poucas referências fez às questões locais (certamente muito abordadas durante a fase de campanha); em relação às nacionais apenas estão subentendidas algumas alusões.

Sem precisar, o presidente garantiu que “vamos continuar a trabalhar para lançar muitas obras, mas sobretudo a lançar programas como aqueles que já temos há alguns anos”, isto para que “as nossas crianças, os nossos jovens, as pessoas adultas e as pessoas normais tenham os apoios que merecem para terem uma vida melhor” (Anexo 1/CD).

Subentendida está a crítica ao Partido Social Democrata, com quem chegou pela primeira vez à liderança da Câmara, quando afirma que apesar das diferenças estruturais, o independente ficou em primeiro nas urnas.

Valentim Loureiro salientou a elevação do acto eleitoral, onde os gondomarenses demonstraram “responsabilidade cívica”, dado que “não houve aqui problemas; não houve desacatos e todas e todos se estimam” (Anexo 1/CD). Poderá haver nesta referência uma crítica aos casos que surgem no país, relacionados com boicotes e outras formas de manifestação pública.

2.4 Análise das 4ª e 5ª categorias

Quando se dirigiu aos eleitores, ainda em pleno rescaldo eleitoral, Valentim Loureiro não fez alusão à Justiça ou aos processos judiciais em que continuava envolvido.

Sobre tal matéria, segredo foi o método utilizado. Usou vocábulos como *adversidade*, *ataques* e *atacar* para mostrar o seu descontentamento, embora nunca tenha concretizado nada. Os autores de tais ataques não foram identificados na ocasião pelo presidente da Câmara. O que revelaria certamente pelo menos parte dos seus opositores, dado que a oposição a Valentim Loureiro poderá não ter sido constituída apenas pelas restantes listas. Todavia, o autarca nada adiantou a propósito.

2.5 Análise da 6ª categoria

A relação de Valentim com o eleitorado - ou parte dele presente no local onde proferiu o discurso – pode ser considerada próxima e informal, como se pode constatar.

Nós ganhámos as eleições
Caras e caros amigos
Os meus agradecimentos a vocês, mulheres e homens de Gondomar, com quem eu convivo
Vocês sabem que eu vivo em Gondomar e durmo no Porto
Convosco a meu lado (...) nós vamos continuar
Mas vocês já me conhecem
E nos gostamos uns dos outros
Os gondomarenses e as gondomarenses são pessoas solidárias, são pessoas amigas
Tenho uma família maior; que são vocês, os gondomarenses
Faço-vos este apelo
Quero que todos os gondomarenses se dêem bem, sejam amigos e convivam com grande fraternidade
Eu não tenho palavras para agradecer todo o apoio que me têm dado
Já vos disse e vou repetir
Eu nunca – mas nunca – me esquecerei de Gondomar e dos gondomarenses

Tabela 5 – Formas de tratamento dos eleitores (Anexo 1/CD).

Valentim Loureiro estabelece com o seu eleitorado uma relação de proximidade e cumplicidade fortes. Quando se dirige à assistência usa a terceira pessoa do plural (*nós*), o que lhe confere o estatuto de fazer parte da tal família que o acolheu “há 16 anos”, embora continue a “dormir no Porto” (Anexo 1/CD).

O seu projecto para o concelho tem sido, deste ponto de vista, um projecto colectivo, coeso e sólido, capaz de resistir às adversidades das quais se lamenta no discurso.

Esta família política é carinhosa e compreensiva. São “caras e caros amigos” que gostam “uns dos outros” (Anexo 1/CD), provocando neste líder político um dever de gratidão eterna. Como tal, nunca esquecerá nem Gondomar nem os gondomarenses.

Valentim Loureiro trata os seus eleitores de uma forma informal (completamente respeitadora) próprio de quem está no seio da sua família, onde existem hierarquias, mas que o papel de uns interage com o dos outros. Está tudo bem definido, nesta família composta por “pessoas solidárias e amigas” (Anexo 1/CD).

2.6 Análise da 7ª categoria

Esta proximidade evidenciada nas palavras de Valentim Loureiro permitiu que a assistência o interrompesse sem que tal procedimento fosse considerado impróprio ou desrespeitador pelo orador.

Estas manifestações da audiência podem ser mais ou menos espontâneas, pois muitas vezes são previamente preparadas, transformando-se num improviso esculpido ao milímetro pelos responsáveis de comunicação dos candidatos.

Preparado ou não, o resultado é positivo para o orador, que pode aproveitar estas pausas para descansar ou fazer anotações das quais dará voz mais à frente na sua apresentação.

Por outro lado, o “ruído” dos apoiantes traz segurança e confiança ao político que, no final de uma campanha eleitoral, está fisicamente esgotado, que está sob a mira dos órgãos de comunicação social, e que começa a sentir a responsabilidade de um novo mandato.

Em Gondomar, os eleitores que ouviram *in loco* o discurso de vitória de Valentim Loureiro utilizaram estas expressões para mostrar o seu contentamento:

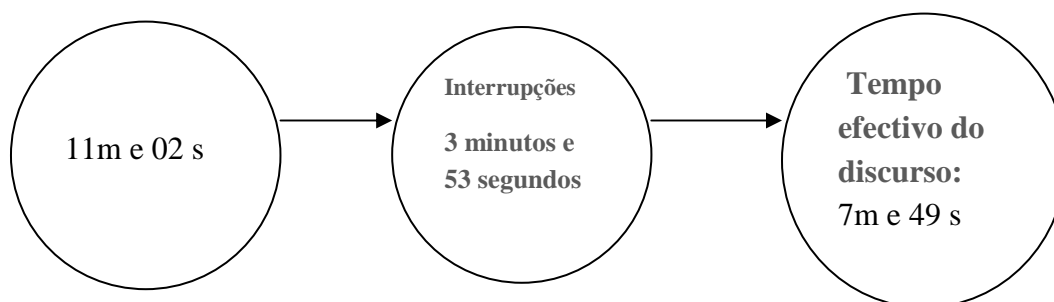


Tabela 6 – Tempo do discurso de Valentim Loureiro

Ao longo destes onze minutos e dois segundos de discurso, Valentim Loureiro foi interrompido dezoito vezes pela sua assistência. As palavras de ordem que mais gritaram foram as seguintes:

Valentim, Valentim, Valentim (2 minutos e 11 segundos)
Palmas/Gritos (1 minuto e 42 segundos)
Vai descansar que mereces (2 segundos. Esta frase está acompanhada de palmas e gritos de apoio. Por isso, e como interrupção, foi contabilizada no tempo das palmas e gritos)
Música de acordeão (11 segundos. Este som está acompanhado de palmas e gritos de apoio. Como na situação acima, foi contabilizado nas palmas e gritos)

Tabela 7 – Palavras de ordem/manifestações da assistência (Anexo 1/CD).

O nome do presidente da Câmara Municipal de Gondomar foi aquele que mais serviu à assistência para manifestar o seu apoio. Por quarenta e sete vezes, os eleitores disseram o nome do seu líder – o primeiro nome – manifestando uma vez mais proximidade, coesão e informalidade.

2.7 Análise da 8ª categoria

Num ambiente festivo, de confraternização familiar, Valentim Loureiro não perdeu todavia a oportunidade de falar sobre o futuro.

Na qualidade de timoneiro, o autarca quase na ponta final do seu discurso lembrou que a tarefa da eleição tinha chegado ao fim, coroada de êxito; mas que havia acabado. O que importava agora era pensar no trabalho e no futuro. Por isso, afiançou: “amanhã vamos todos trabalhar para o futuro de Gondomar. Para que as nossas crianças, os nossos

jovens, as pessoas adultas e as pessoas normais tenham os apoios que merecem para terem uma vida melhor e ultrapassar as dificuldades que atingem alguns de vós. É esse o meu compromisso” (Anexo 1/CD).

3. O discurso de vitória de Isaltino Morais

A metodologia de análise do discurso de vitória de Isaltino Morais em Oeiras no dia 11 de Outubro de 2009 é a mesma seguida até então para o discurso de Valentim Loureiro. Estes independentes conseguiram derrotar as outras candidaturas nas urnas, sendo que uma delas era a do Partido Social Democrata, por quem ambos já tinham sido eleitos nestes mesmos municípios.

Em termos de qualidade lexical, Isaltino Morais usou na sua dissertação os seguintes vocábulos:

3.1 Análise da 1ª categoria

Léxico (nº palavras diferentes)	Ocorrências (total palavras)
449	1065

Tabela 8 – Tipo de linguagem utilizada por Isaltino Morais (Anexo 2/CD).

Entre 1065 ocorrências, Isaltino Morais disse 450 vocábulos diferentes, embora – tal como Valentim Loureiro - muitos deles fossem da mesma família. Consequentemente, o discurso tornou-se mais pobre.

Exemplifico apenas com os termos *continuar* e *política*, aos quais ao longo da sua explanação o autarca acrescentou os léxicos *continua* e *continuaremos*.

Para além de *política*, Isaltino referiu *político-partidários* e *políticos*.

Mais do que incluir palavras formadas a partir da mesma palavra primitiva, Isaltino Morais repetiu muitas outras. A intenção pode ser o reforço da ideia que se pretende transmitir ou apenas a preocupação em tornar a mensagem acessível à totalidade da audiência.

Vejamos então isso mesmo, apresentando os termos que foram referidos três ou mais vezes durante a alocução.

Oeiras <i>11 vezes</i>	Oeirenses <i>16 vezes</i>	Eu <i>4 vezes</i>	Agradecer <i>4 vezes</i>	Concelho <i>8 vezes</i>	Viva <i>3 vezes</i>
Todos <i>13 vezes</i>	Portugal <i>6 vezes</i>	Mais <i>12 vezes</i>	Hoje <i>3 vezes</i>	Movimento <i>3 vezes</i>	
Maior <i>3 vezes</i>	Melhor <i>3 vezes</i>	Taxa <i>3 vezes</i>	Futuro <i>3 vezes</i>	Município <i>3 vezes</i>	
Votaram <i>4 vezes</i>	Muita <i>4 vezes</i>	Não <i>10 vezes</i>	Nós <i>10 vezes</i>	Grande <i>5 vezes</i>	2005 <i>3 vezes</i>
Aqui <i>6 vezes</i>	Eleitoral <i>4 vezes</i>	Campanha <i>6 vezes</i>	Políticos <i>3 vezes</i>	Apresentem <i>3 vezes</i>	Muito <i>8 vezes</i>
Candidatos <i>4 vezes</i>	Faz <i>5 vezes</i>	Projecto <i>3 vezes</i>	Trabalho <i>3 vezes</i>	Presidente <i>3 vezes</i>	Fizemos <i>4 vezes</i>
Cruz <i>3 vezes</i>	Quebrada- Dafundo <i>3 vezes</i>	Junta <i>3 vezes</i>	Quero <i>5 vezes</i>	Vitória <i>3 vezes</i>	Juventude <i>9 vezes</i>

Tabela 9 – Léxicos utilizados três vezes ou mais por Isaltino Morais (Anexo 2/CD).

Isaltino Morais disse aos seus apoiantes os vocábulos *não* e *nós* dez vezes cada e falou em *Oeiras* e nos *oeirenses* onze e dezasseis vezes respectivamente.

No discurso proferiu mais vezes o termo *todos* (13) do que *eu* (4). Destacou claramente entre este *todos* a *juventude*, a quem aludiu durante nove vezes.

O *concelho* e o *município* também apareceram na noite eleitoral; o primeiro utilizado em oito ocasiões e o segundo em três.

Quero e agradecer fizeram igualmente parte do discurso, com o primeiro vocábulo a ser empregue durante cinco vezes e o segundo em quatro.

Mas Isaltino Morais falou ainda de *Portugal*, de *trabalho* e de *futuro*. Ao país referiu-se por seis vezes enquanto aos outros dois aludiu três vezes cada um.

A *vitória* também marcou presença (três vezes), na noite em que o *presidente* (três vezes) lembrou aos presentes o *grande* (cinco vezes) *projecto* (três vezes) que *fizemos* (quatro vezes).

3.2 Análise da 2ª categoria

Aqui também pretendo apurar se Isaltino Morais usou o discurso de vitória das eleições autárquicas de 2009 para se vitimizar perante o seu eleitorado. A teoria da cabala foi referida ou sugerida pelo autarca de Oeiras?

Na próxima tabela apresento as expressões que retratam esta situação.

Dissemos não à demagogia e ao provincialismo dos compadrios partidários
Os nossos adversários apostaram mais na minha desonra pessoal do que na mais-valia das ideias
Irei continuar a dar o meu melhor em cada dia do próximo mandato, fazendo intenções de o cumprir integralmente até ao fim

Tabela 10 – Expressões de vitimização apresentadas por Isaltino Morais (Anexo 2/CD).

Isaltino Morais não escondeu a mágoa de – na campanha eleitoral – os seus adversários terem apostado nos ataques pessoais. Transmitiu ao seu público que tinha sido vítima de ataques à sua honra, em detrimento da obra ou do próprio programa eleitoral.

Contudo, de nada serviram estes ataques. “Continuaremos a cuidar da obra criada até aqui. Continuaremos a liderar o melhor município de Portugal, garantindo o seu encontro permanente com o futuro” (Anexo 2/CD).

Assim sendo, cumprir o mandato até ao fim é vontade férrea do autarca, num concelho que “é muito apetitoso” e que assegura ter ajudado a construir “ao longo de décadas” (Anexo 2/CD).

O resultado desta construção é uma população exigente, ciente de viver no “melhor município de Portugal”. Quem vier no próximo mandato – “quando eu já não me puder candidatar” (Anexo 2/CD) – terá de ter em conta esta cultura de exigência dos munícipes e apresentar “projectos que traduzam o sonho dos oeirenses” (Anexo 2/CD).

3.3 Análise da 3ª categoria

Verificaremos nesta abordagem se Isaltino Morais apenas se debruçou sobre a problemática local na sua intervenção ou se, bem pelo contrário, trouxe à discussão temáticas nacionais.

Um “concelho que ainda este ano foi galardoado como o melhor para se trabalhar em Portugal” (Anexo 2/CD). Com esta posição sócio-económica, Isaltino Morais teve o mote indispensável para estabelecer vários paralelismos entre o seu município e o todo nacional.

Lembrou o orador que Oeiras foi o primeiro concelho a “conseguir erradicar o flagelo das barracas em Portugal” (Anexo 2/CD) e que ocupa ainda o lugar cimento em termos de educação, isto porque tem a “mais baixa taxa de munícipes sem qualquer nível de ensino; a mais baixa taxa de abandono escolar e mais licenciados e doutorados do país” (Anexo 2/CD).

Só que Oeiras é líder noutros “segmentos”. Isaltino Morais disse no seu discurso que é o concelho com “maior poder de compra *per capita*, com maiores rendimentos a nível nacional; com maior receita proporcional de impostos a nível nacional; com os melhores

níveis de segurança da área metropolitana de Lisboa; com a mais baixa taxa de desemprego e com a maior concentração de empresas de base tecnológica” (Anexo 2/CD).

Estas evidências só poderiam ser sublinhadas numa noite vitoriosa, que ficou apenas “manchada” pela perda de uma junta de freguesia (Cruz Quebrada-Dafundo), a quem o autarca dedica boa parte do seu discurso.

Ainda que tenha conquistado mais duas juntas de freguesia do que em 2005 (na altura conquistou sete em dez e agora nove em dez), o Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente perdeu a Cruz Quebrada-Dafundo “por onze votos” (Anexo 2).

3.4 Análise das 4ª e 5ª categorias

Justiça não foi tema abordado directamente por Isaltino Morais no seu discurso de vitória. O vencedor não se serviu do tema Justiça e/ou processos judiciais para falar aos seus apoiantes. Teceu antes algumas críticas à oposição, a quem acusa de querer conquistar um concelho apetecível, transformado numa referência nacional à custa de muito trabalho.

Sentindo que os “adversários apostaram mais” na sua “desonra pessoal do que na mais-valia” (Anexo 2/CD) das suas ideias, Isaltino Morais sublinhou que teve de dizer “não à demagogia e ao provincialismo dos compadrios partidários” (Anexo 2/CD). Mas tudo compensou, pois os “oeirenses responderam por nós e com toda a seriedade do mundo voltaram a dar uma lição aos principais actores do sistema político-partidário nacional” (Anexo 2/CD).

Isaltino Morais garantiu que “irá continuar a dar o melhor em cada dia do próximo mandato”, contando com o apoio dos jovens que “aguentaram todo este embate”, conseguindo fazer “uma campanha com convicção”, uma vez que “todos sabemos que temos razão” (Anexo 2CD).

O amor a Oeiras e o melhor projecto foram ainda argumentos esgrimidos; farpas claras para a oposição.

3.5 Análise da 6ª categoria

A relação de Isaltino Morais com o eleitorado presente no momento em que ocorreu o discurso de vitória é o que abordarei agora, através da apresentação das várias formas que retratam o modo como o autarca se dirigia ao eleitorado que ali o escutava.

Meus amigos
Minhas amigas
Caros oeirenses
Os oeirenses responderam por nós e com a maior seriedade...
O que aconteceu hoje é fruto do trabalho de todos (...) de todos os oeirenses
Eu tenho aqui que agradecer em primeiro lugar aos oeirenses...
É este povo, é este povo exigente que sabe o que quer
Os oeirenses querem que este projecto continue
Todos nós, e por isso agradeço aos oeirenses esta confiança que nos deram e agradeço a todos vocês que aqui estão.
Eu quero que dêem aqui uma grande salva de palmas à juventude
Muito obrigado a todos

Tabela 11 – Formas de tratamento dos eleitores (Anexo 2/CD).

Isaltino Morais trava com o eleitorado uma relação próxima, mas formal. Estas “amigas” e os “caros oeirenses” fazem parte de um “povo exigente que sabe o que quer” e com o qual mantém um relacionamento onde o papel de cada um está perfeitamente delimitado.

Durante o discurso, o autarca mostrou uma postura mais informal quando agradeceu publicamente o empenho dos membros do seu *staff*; porém, em relação aos apoiantes do Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente, houve sempre um certo distanciamento entre eleito e eleitores, quebrado apenas por desabafos como “és o maior” e “viva Isaltino”. Em termos de tempo, os apoiantes apenas despenderam cinco segundos para proferir tais apreciações.

3.6 Análise da 7ª categoria

A formalidade de Isaltino Morais não impediu que ao longo do seu discurso fossem proferidas palavras de ordem, capazes de deixar o recém-eleito mais animado e confiante.

No entanto, à medida que a alocução prosseguia foi entrecortada por duas vezes pelo silêncio total da audiência. Facto pouco usual nestas circunstâncias, mas que ocorreram quando, primeiro, o presidente decidiu “agradecer aos oeirenses comunistas, socialistas, do CDS, social-democratas, bloquistas que transversalmente votaram nesta candidatura”; segundo quando comunicou que o Movimento perdera uma junta de freguesia: “mas ao que sabemos os eleitores não lhe terão dado a confiança de uma nova vitória e terá perdido a Junta da Cruz Quebrada-Dafundo por onze votos” (Anexo 2/CD).

Este “gelo” da audiência foi logo quebrado, por palavras de ordem, por palmas e assobios em sinal de apoio evidente ao líder.

E este apoio durou quanto tempo?

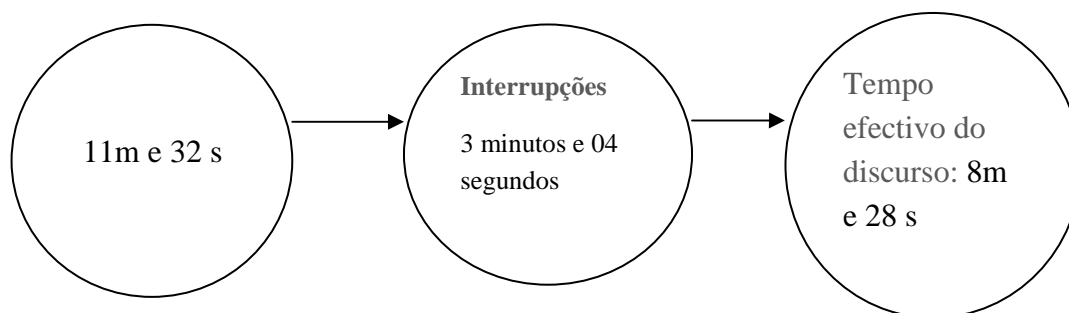


Tabela 12 – Tempo do discurso de Isaltino Morais (Anexo 2/CD).

Ao longo destes onze minutos e trinta e dois segundos de discurso, Isaltino Morais foi interrompido vinte e seis vezes pela sua assistência. As palavras de ordem que mais gritaram foram as seguintes:

Viva Isaltino (Cinco segundos. Foi dita duas vezes)
Viva Oeiras (Quatro segundos. Proferida três vezes)
Palmas/Gritos/Assobios (Dois minutos e quarenta e três segundos)
Buzina (Quatro segundos)
És o maior (Quatro segundos)
Muito bem (Quatro segundos)

Tabela 13 – Palavras de ordem/manifestações da assistência (Anexo 2/CD).

Durante o discurso, os apoiantes bateram muitas palmas e assobiaram bastante, mas o nome do presidente apenas foi pronunciado duas vezes; com um “viva” a acompanhar.

Tratar o líder pelo nome próprio nem sempre é tarefa fácil, principalmente quando este também adopta uma postura formal e distante em relação ao seu “povo”.

Assim sendo, os assobios, os cânticos, os gritos e as palmas ajudam a celebrar o momento, a sublinhar e a apreciar o prazer da vitória.

Líder e apoiantes gritaram em comum vivas à terra, à razão deste encontro e desta luta pela conquista da Câmara. Oeiras recebeu três “vivas” à ordem de Isaltino Morais, à qual todos os presentes reagiram, repetindo-as.

3.7 Análise da 8ª categoria

O presente de Oeiras foi bem retratado por Isaltino Morais durante a sua intervenção. A situação privilegiada do município (em relação aos índices de desenvolvimento) fez

com que o presidente falasse com orgulho do trabalho realizado e lembrasse que o futuro não iria ser fácil para os que se aventurassem a tentar conquistar a cadeira do poder.

Por ser “apetitoso”, este concelho “muito disputado” deixa Isaltino Morais expectante, afirmando por isso que espera que “daqui a quatro anos (quando eu já não me puder candidatar) os partidos políticos apresentem candidatos, com ideias, apresentem candidatos com projectos” porque os “oeirenses são exigentes... querem mais” (Anexo 2/CD).

Ciente da qualidade do trabalho realizado e do programa eleitoral que apresentou, Isaltino Morais assegurou aos apoiantes ser seu firme propósito terminar o mandato que lhe foi confiado à frente da autarquia, “garantindo que o futuro continua em Oeiras” (Anexo 2/CD).

4. Comparação entre os discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais

Pretendo aqui averiguar em que pontos se tocaram as mensagens de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais nos respectivos discursos de vitória nas eleições autárquicas de Outubro de 2009.

Compararei – para cada uma das oito categorias apresentadas – o que foi dito por cada um ao seu público. O que existe em comum nestas duas intervenções, que partiram de dois políticos que tiveram (Isaltino Morais ainda continua a ter) processos pendentes na Justiça?

4.1 Análise comparativa da 1ª categoria

Atesta-se nesta categoria a qualidade do discurso de cada um dos oradores. Verificámos já que os discursos não tiveram uma riqueza vocabular que permitisse rotulá-los como eruditos; bem pelo contrário, a diferença entre as ocorrências e o número de palavras

diferentes proferidas por cada um permite concluir que se tratou de uma alocução de cariz mais popular, com um vocabulário repetitivo e cheio de palavras que pertenciam à mesma família.

Tratou-se, pois, de dois discursos com uma linguagem repetitiva, distribuída por quase doze minutos em que os apoiantes se manifestaram em sinal de apoio aos vencedores. Pode-se afirmar que Isaltino Morais usou melhor o seu tempo do que Valentim Loureiro, pois com poucos segundos a mais conseguiu dizer mais 362 palavras do que o autarca de Gondomar.

Contudo, e apesar dos ritmos dos oradores serem diferentes, o certo é que ambos deram ênfase ao nome dos seus municípios e também chamaram vastas vezes pelo nome dos seus habitantes.

Note-se que Valentim Loureiro e Isaltino Morais disseram o mesmo número de vezes (onze) o nome dos seus municípios (Gondomar e Oeiras), sendo que os presentes em cada um dos concelhos ouviram por seis vezes o termo *gondomarenses* e dezasseis vezes *oeirenses*.

Oeufoi igualmente termo usado. Mas Valentim Loureiro não se inibiu e empregou por catorze vezes o pronome pessoal, mais dez vezes do que Isaltino Morais, que centrou o discurso da sua mensagem mais no *nós*, que verbalizou precisamente dez vezes.

O colectivo não foi esquecido, todavia, por nenhum dos políticos. O *todos* marcou igualmente presença na noite da vitória; empregue por 13 vezes por Isaltino Morais e menos duas por Valentim Loureiro.

Ao *todo* Valentim Loureiro chamou *família*; já Isaltino Morais evidenciou o papel da *juventude*, fundamental nesta corrida eleitoral nas palavras do vencedor.

Ambos abordaram a temática do *trabalho* que foi feito e o que será necessário desenvolver no mandato que agora se iniciava, ambicionando Isaltino Morais que o seu concelho continue a liderar em termos de índices de desenvolvimento no país. Graças a

tal situação de liderança, o autarca estabeleceu o paralelismo entre Oeiras e o todo nacional, tendo por isso proferido seis vezes o termo *Portugal*.

Tais características justificam que estes discursos sejam rotulados como pouco ricos em termos de vocabulário, traduzindo-se em intervenções pobres gramaticalmente.

4.2 Análise comparativa da 2ª categoria

A vitória que alcançaram nas eleições autárquicas de 2009 permitiu a Valentim Loureiro e a Isaltino Morais apresentarem-se ao eleitorado (reunido para ouvir o discurso de cada um) na qualidade de vítimas.

Queixaram-se aos apoiantes dos *ataques* de que foram alvo ao longo do percurso da campanha.

Isaltino Morais garantiu que os adversários apostaram mais na sua desonra pessoal do que no valor das ideias com que se apresentava na “batalha” eleitoral (Anexo 2/CD).

Já Valentim Loureiro afirmou estar alerta, pois “eles não desistiram e vão usar todos os meios para ver se me atacam, mas eu vou resistir” (Anexo 1/CD).

4.3 Análise comparativa da 3ª categoria

Em relação aos temas locais e aos temas nacionais, houve uma grande diferença entre os dois autarcas, vencedores em Gondomar e em Oeiras.

Valentim Loureiro optou por uma comunicação generalista, não inserindo aspectos locais específicos, o mesmo acontecendo com o todo nacional.

Neste particular, Isaltino Morais foi mais concreto. Abordou o todo nacional ao destacar o lugar cimeiro ocupado pelo seu município. Trata-se de um “concelho que ainda este ano foi galardoado como o melhor para se trabalhar em Portugal” (Anexo 2/CD).

A partir daqui enumerou as áreas onde Oeiras ocupa o primeiro lugar em termos de índices de desenvolvimento.

Em termos locais, o facto de ter perdido a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo levou Isaltino a dedicar algumas frases a esta matéria. Embora tenha perdido esta junta, o Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente conquistou nove em dez. Por isso é que esta derrota foi tão marcada no discurso. Isaltino perdeu uma junta que tinha conquistado em 2005 e se tal não tivesse acontecido conseguiria o pleno, que era ganhar todas as juntas de freguesia do concelho.

4.4 Análise comparativa das 4ª e 5ª categorias

Os vencedores Valentim Loureiro e Isaltino Morais não se serviram da tribuna para fazer menção aos processos judiciais de que estavam a ser alvo; tão-pouco aludiram à Justiça - foi tema tabu neste rescaldo eleitoral.

Falaram sim de adversidades e dos adversários, queixaram-se dos ataques, prometeram resistir. Deste modo, a oposição foi tratada como uma sombra, algo impreciso e indefinido.

Mas nada disseram em relação às notícias que davam conta dos processos em que ambos estavam envolvidos.

4.5 Análise comparativa da 6ª categoria

O tratamento da assistência em Gondomar e em Oeiras foi diferente. Conquanto ambos tenham proferido discursos populares, Isaltino Morais apresentou-se ao seu eleitorado de uma forma mais distante, mais formal.

Valentim Loureiro disse estar em família, na presença de caras e caros amigos, que são pessoas solidárias, a quem está grato (Anexo 1/CD).

Isaltino Morais também está grato aos eleitores, a quem tratou apenas uma vez como caros oeirenses e às senhoras como minhas amigas (Anexo 2/CD).

Destacou o trabalho que todos efectuaram em Oeiras em torno de um projecto que encabeça e assim pretende continuar. A exigência do povo de Oeiras apenas serve como factor motivacional para Isaltino Morais (Anexo 2/CD).

4.6 Análise comparativa da 7ª categoria

As manifestações de apoio por parte da assistência aos presidentes de câmara reeleitos em Gondomar e Oeiras foram variadas e em grande número.

Valentim Loureiro foi interrompido por dezoito vezes e Isaltino Morais vinte e seis.

Todavia, a forma como cada uma das assistências actuou divergiu. Valentim Loureiro ouviu o seu primeiro nome nas bocas dos seus apoiantes por quarenta e sete vezes.

Ora, Isaltino Morais não assistiu a tanta “intimidade”. O seu primeiro nome ecoou apenas duas vezes, num “viva Isaltino” seguido de outras manifestações de apoio (Anexo 2/CD).

O tratamento informal a Valentim Loureiro foi ainda mais notório quando as suas palavras foram interrompidas pela voz de uma mulher, que ordenou: “- Vai descansar que mereces” (Anexo 1/CD).

Tudo isto aconteceu durante duas intervenções que tiveram tempos de duração muito semelhantes: o autarca de Gondomar usou da palavra durante onze minutos e dois segundos e o de Oeiras precisou de onze minutos e trinta e dois segundos.

Anoto os dois silêncios verificados na alocução de Isaltino Morais. Valentim Loureiro não obteve o mesmo registo no seu discurso.

4.7 Análise comparativa da 8ª categoria

O futuro foi tema tratado nos discursos de vitória. A subtileza caracterizou tais referências, muito embora Isaltino Morais tenha dedicado mais espaço e tempo a este item.

Avisou os futuros candidatos à presidência da Câmara de Oeiras que os munícipes são muito exigentes, sendo necessário apresentar projectos credíveis para merecer a confiança deste povo (Anexo 2/CD).

Valentim Loureiro, por seu turno, disse apenas que a batalha eleitoral havia terminado. Restava agora que todos trabalhassem para o futuro de Gondomar (Anexo 1/CD).

5 Inferências de carácter indutivo

Os discursos de vitória de Isaltino Morais e de Valentim Loureiro permitem ser “peneirados” de forma indutiva. Isto é, alinhando o pensamento com o de Klaus Krippendorff é possível encontrar nestes discursos passagens que representam generalizações de tipos semelhantes.

5.1 Valentim Loureiro

No caso de Valentim Loureiro, que voltou a ganhar a Câmara Municipal de Gondomar, embora perdendo a maioria, é fácil encontrar relações entre palavras capazes de produzir deduções que, não sendo totalmente lógicas, agregam uma probabilidade de exactidão que não pode ser descurada num trabalho desta índole.

Valentim Loureiro apareceu junto dos seus eleitores (ou da família, como gosta de dizer) com uma voz calma, e dando provas absolutas de gratidão, contrariando algumas das mensagens de homem quase rude que muitas vezes os órgãos de comunicação social nos fazem chegar. Todavia, sabe como muito poucos como conquistar o povo e através destes forçar as elites a produzir esforços para gerar benefícios para o seu município.

Faz assim de elo de ligação entre os que nada têm (a não ser o direito ao voto) e aqueles que têm o poder administrativo ou mesmo legislativo. Estes últimos (os burocratas) são retratados com algum desdém no discurso de vitória do candidato independente à Câmara Municipal de Gondomar. E os inimigos (nos quais de incluem membros do seu ex-partido, o PSD); esses são o que são – atacam, mas podem estar certos que a “família gdomarense” de Valentim Loureiro estará sempre pronta a retaliar.

Essa coesão familiar permite ao líder (cheio de sabedoria, dada até a sua idade) delinear estratégias, definir horizontes, apontar os caminhos a seguir. Permite-lhe, inclusivamente, perdoar aos eleitores (quais membros tresmalhados do rebanho) que se atreveram a votar noutras candidaturas e, assim, ordenar a que tal falha lhes seja devidamente perdoada pelos restantes membros da família, transformando o município num lugar “civilizado”, onde todos se unem em prol do bem comum. Sempre com Valentim Loureiro como timoneiro, bem entendido.

Estas induções são possíveis através da análise das palavras que surgem associadas, repetidamente, no discurso de vitória de Valentim Loureiro, aos termos *eu* e *gdomarense*, bem como *eleições* e *futuro*.

No seu discurso de vitória, quando o autarca diz *eu* surgem associados os seguintes termos:

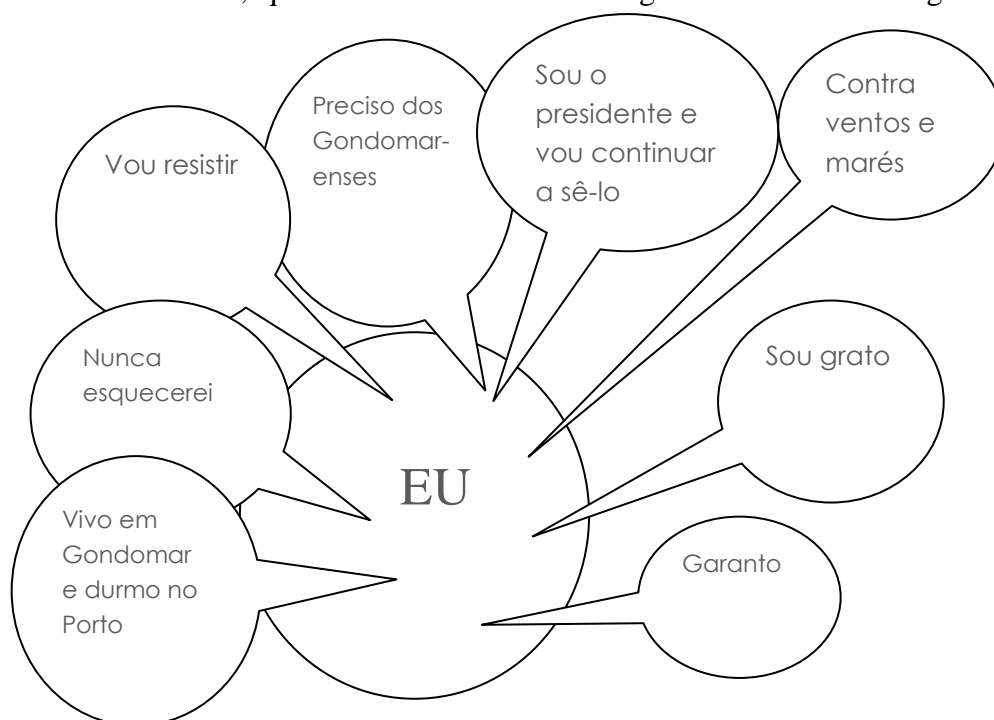


Figura 67 – A grandeza do “Eu” no discurso de Valentim Loureiro.

Quando o presidente reeleito se referia ao seu povo (público eleitor) associava estas ideias ao termo *gondomarenses*:

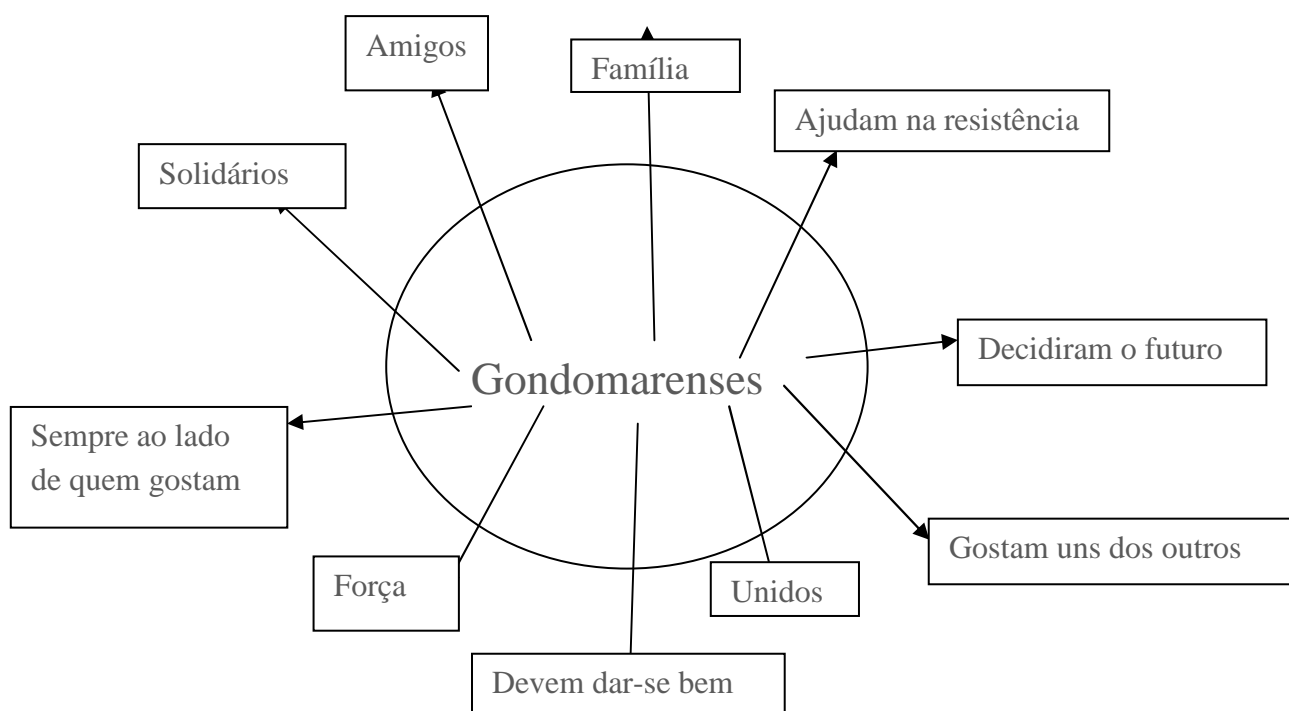


Figura 68 – A grandeza dos “Godomarenses” no discurso de Valentim Loureiro.

Por outro lado, quando profere o termo *eleições* no seu discurso, Valentim Loureiro associa-lhe os seus atributos pessoais e os dos seus munícipes, nomeadamente daqueles que lhe garantiram a reeleição.

O autarca disse inclusivamente: “nós ganhámos”. Esta dupla (eleito e eleitores) toma uma grandeza que permite a Valentim Loureiro orgulhar-se do trabalho realizado e do respectivo resultado, uma vez que lutaram ambos de forma desigual, pois os seus opositores (partidos políticos) dispunham de um “exército” de dimensões (financeiras) muito superiores. Mesmo sem a conhecida máquina partidária, Valentim Loureiro mostrou que ganha não quem o partido quer, mas quem o povo escolhe. E o povo tem-lhe dado provas disso. Sempre que foi a votos sem o suporte partidário, Valentim Loureiro conseguiu ganhar. A família esteve (quase maioritariamente) do seu lado.

A chancela Valentim Loureiro garante, por si só, a conquista da cadeira do poder. Notoriamente, é essa a sua convicção.

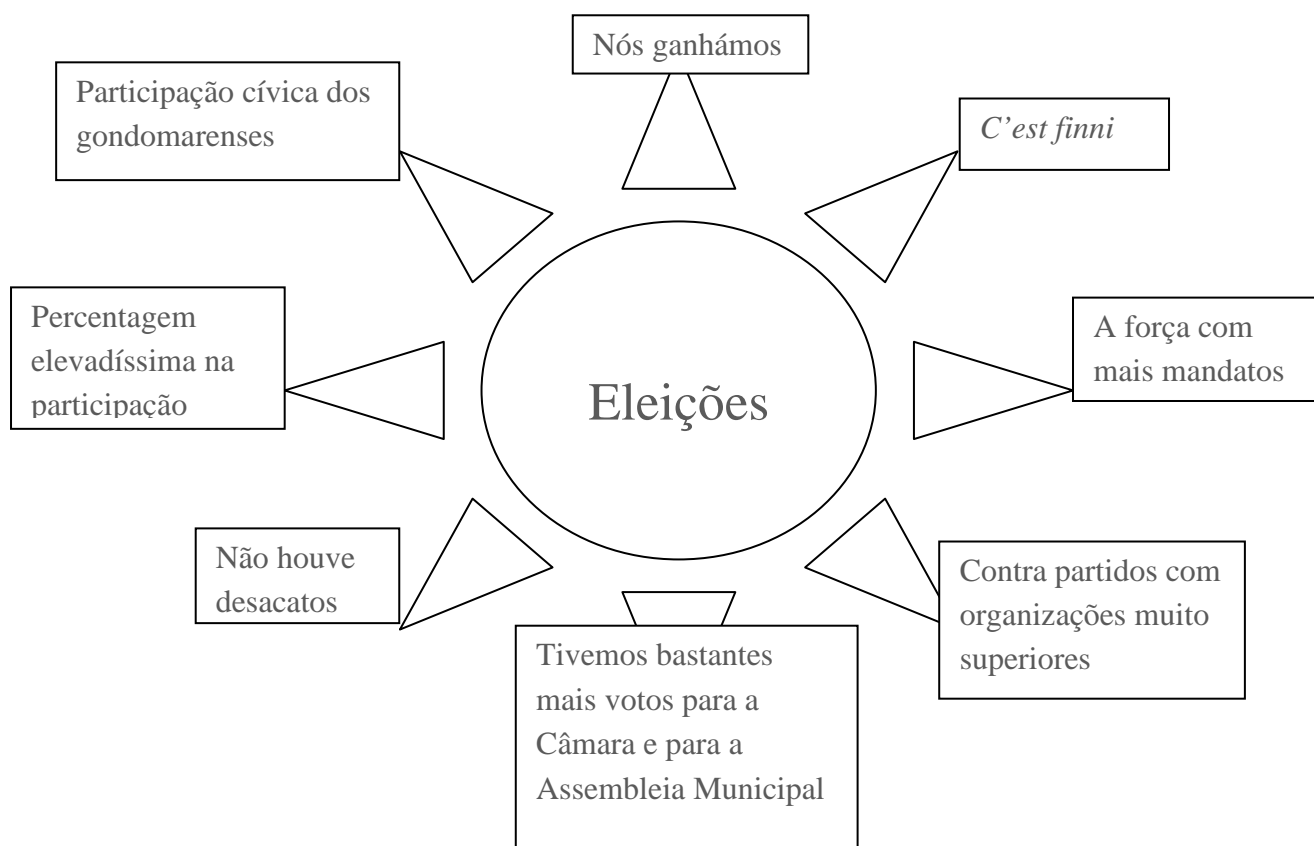


Figura 69 – A importância do termo “Eleições” no discurso de Valentim Loureiro.

Com este “*c'est fini*” Valentim Loureiro referia-se apenas ao acto eleitoral, sublinhando que o tempo que agora se seguiria era de trabalho – árduo – para que o futuro dos seus eleitores seja o melhor possível.

Desta forma, o autarca associou sempre ao termo *futuro*:

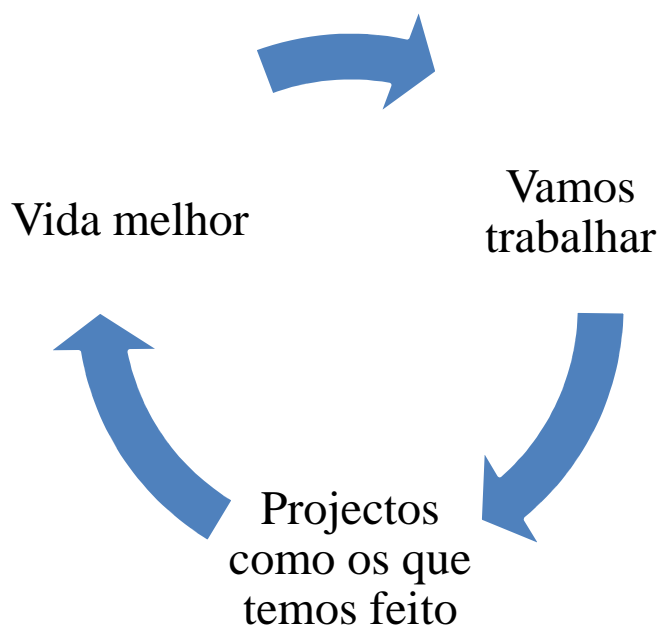


Figura 70 – O “Futuro” no discurso de Valentim Loureiro.

Estas inferências de carácter indutivo permitem concluir que Valentim Loureiro continua a contar com a sua capacidade de realizar obra para silenciar os críticos.

É esta a sua bandeira. Mesmo que os ventos da corrupção, do abuso de poder a agitem, o certo é que – contra ventos e marés, como o próprio afirma – esta bandeira continua a conquistar eleitores. Continua a ser poder; capaz de fazer frente a outros poderes, nomeadamente o judicial.

5.2 Isaltino Morais

O autarca de Oeiras personifica a qualidade, a excelência. Transformou um município onde as barracas albergavam pessoas simplesmente no melhor (mais desenvolvido) do país. Isaltino Morais é o “rei” que fez forte gente forte, mas que teve fraca liderança até à sua chegada à cadeira do poder. É o que se pode inferir das suas palavras no rescaldo eleitoral de 2009.

As estatísticas são a sua melhor defesa, o seu estandarte eleitoral. Durante o discurso de vitória não se cansou de a agitar, aproveitando até para lançar um aviso àqueles que

pretendam substituí-lo em 2013: os oeirenses estão habituados ao melhor. Por isso, é bom que os projectos que tragam estejam ao nível das exigências desta população.

No tempo em que se dirigiu aos seus apoiantes, Isaltino Morais deixou bem clara a sua vontade:

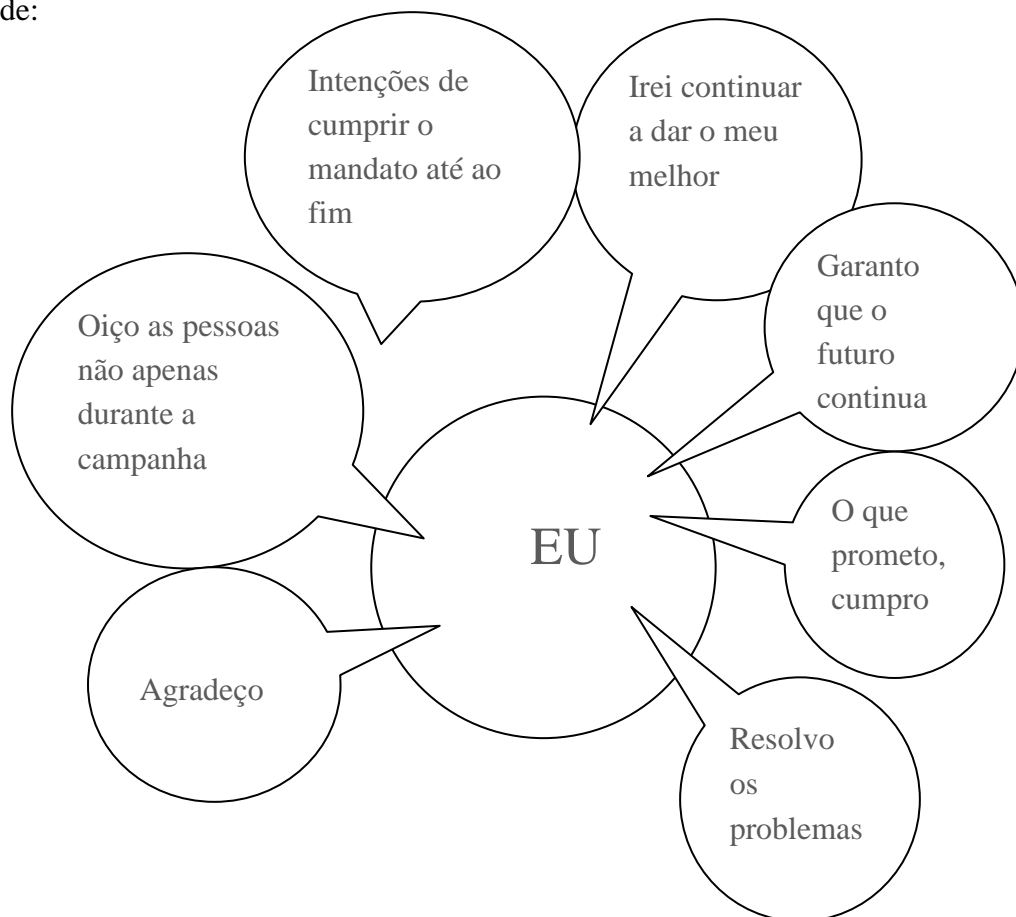


Figura 71 – A grandeza do “Eu” no discurso de Isaltino Morais.

Para além de si, Isaltino Morais falou (muito e bem) de Oeiras e dos seus munícipes. Sobre Oeiras apresentou dados sobre a sua situação sócio-económica:



Figura 72 – A grandeza de “as” no Morais

Tal como Valentim Loureiro, Isaltino estabeleceu também metas para o futuro. Contudo, a posição de liderança que o município tem vindo a ocupar corre o risco de ser interrompida, uma vez que (e apesar de frisar pretender concluir o mandato) Isaltino Morais não se poderá recandidatar em 2013. Prevê mesmo que sem a sua mestria, o concelho retroceda em termos sócio-económicos num futuro próximo:



Figura 73 – O “Futuro” no discurso de Isaltino Morais.

Inferre-se através destas palavras de Isaltino Morais que a glória a ele pertence. A sua liderança deixou marcas de tal relevância que será praticamente impossível encontrar alguém com as suas capacidades, capaz de realizar os sonhos dos oeirenses.

Somos líderes, lembrou aos presentes. E isso explica tudo e tudo deve silenciar. Agora, que o conforto chegou, o concelho tornou-se, como o próprio disse, apetitoso e a sua presidência alvo de invejas e outros sentimentos vis, que conseguiram levá-lo a passar boa parte do seu mandato nas salas dos tribunais. Tudo desnecessário, porque injusto aos olhos de quem apenas trabalhou para servir os outros e servir única e exclusivamente a sua vontade de servir ao próximo.

6. Inferências de carácter abduativo

Por que é que autarcas com problemas com a Justiça continuam a ganhar eleições? Porque são únicos; autênticos *special ones*. Apenas eles conseguem proteger os mais fracos, os mais desprotegidos, os mais simples, que nada percebem de comunicação política, de líderes de opinião, das andanças da Justiça. Sabem apenas que o seu líder (o seu presidente) não tem “papas na língua” e que os defende junto dos burocratas que – a partir de um qualquer gabinete ministerial ou partidário – tentam sempre obstacularizar o trabalho destes autarcas.

Estas são inferências abduativas que se podem extrair dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais, proferidos em Outubro de 2009.

Os autarcas em causa consideram-se entidades quase “divinas”, sem as quais as suas populações teriam como destino o caos, a miséria. As barracas, as más condições de habitabilidade, as deficientes infra-estruturas da rede escolar, a falta de postos de trabalhos são apenas exemplos. A sua acção permitiu colmatar várias lacunas. Algo possível a alguém superiormente dotado. Trata-se, por isso, de uma obra ímpar em dimensão e em vaidade, no caso de Isaltino Morais especialmente.

Estes dois autarcas asseguram tudo fazer para defender o seu povo, a sua família, como Valentim Loureiro tanto gosta de chamar aos gdomarenses. A família que escolheu irá ajudá-lo sempre a combater os inimigos que, imbuídos por uma inveja inaudita, o fazem mostrar a sua indignação, a sua fúria. Por vezes, em directo nas televisões ou nas rádios. O que importa? Ele é *the special one*, e isso basta. Valentim Loureiro é o líder, que quer, pode e manda. Porquê? Porque sabe conquistar o povo e acenar com essa conquista, com esse poder extraordinário, às elites. Logo, de nada tem medoeste major, que no campo da batalha autárquica demonstra aos teóricos, burocratas e analistas políticos que é uma verdadeira máquina de comunicação, como o apelidou o ex-assessor Nuno Santos.

Mais do que o saber-saber, Valentim Loureiro e Isaltino Morais mostram aos seus adversários políticos que sabem fazer. E este saber-fazer implica idas aos bairros, às missas e procissões. Estar sempre aberto e disponível para tratar dos problemas dos

mais necessitados. É, pois, um trabalho contínuo e muito persistente de conquista do eleitorado que, no caso de Gondomar, ainda tem uma grande marca de ruralidade.

Pelo contrário, Isaltino Morais é o líder do concelho mais rico, mais desenvolvido do país. O orgulho é extremo, tal como refere no seu discurso de vitória. Porém, como é que continua a ganhar, sendo que ali está concentrado o maior número de licenciados e doutores do país? Porque foi o primeiro a acabar com as barracas, construindo dezoito dos vinte e um bairros sociais existentes.

Não terá sido em vão que quando Isaltino Morais esteve preso, uma amiga responsável pela organização de uma manifestação de apoio, disse que iria chamar as pessoas dos bairros para se lhes juntarem.

Isaltino Morais conseguiu ainda tornar o seu concelho industrialmente atractivo, apelidado portanto de Silicon Valley português.

Graças a muito trabalho, a muito empenho e, claro, aos pós de perlímpimpim a que apenas alguns conseguem aceder. Os especiais. Apenas esses. E quem vier depois de mim, avisa no seu discurso, que traga projectos dignos da confiança dos oeirenses, habituados que estão à qualidade, não tolerarão planos desprovidos de grande mérito. Haverá outro Isaltino Morais, com estas características divinais? Em seu entender, será quase impossível...

Dadas tamanhas virtudes, Valentim Loureiro e Isaltino Morais (marcas de confiança dos eleitores de Gondomar e de Oeiras, quer se apresentem na lista de um partido ou como independentes) revelam profunda indignação pelos enredos jurídicos em que têm estado envolvidos nos últimos anos.

É um ultraje. Um abuso. Levar tão dignos representantes da democracia (porque, sem dúvida, são eleitos directamente pelos eleitores) à barra do tribunal é uma ignomínia. Tanto mais que, nem Valentim Loureiro nem Isaltino Morais, reconheceram alguma credibilidade às acusações que lhes foram feitas. Valentim Loureiro foi absolvido. Isaltino Morais ainda (Abril de 2012) continua à espera de novas ordens judiciais. Mas por quê?, questiona o autarca de Oeiras, para quem as contas na Suíça com as sobras do

dinheiro da campanha eleitoral é algo absolutamente normal, pois à data a contabilidade funcionava de outra forma. Se fosse agora, tomaria outras cautelas; mas digamos que são pecadilhos, coisas de somenos, para quem tanto tem aumentado ao bem comum, à população de Oeiras.

Estes políticos não aceitam tamanha cruz, tamanho anátema. Isaltino Morais diz-se preso embora em liberdade. Acreditam ser injusto e imoral que outras instâncias interfiram no seu trabalho de desenvolvimento, de progresso, de busca de um futuro melhor para os seus munícipes.

Trata-se de golpes baixos infligidos por aqueles de “pequeno tamanho”, como refere Valentim Loureiro.

Ou por outros que, em plena campanha eleitoral, usam cartas anónimas para manchar o nome de quem trabalha, como assegura Isaltino Morais.

Valha-lhes os seus, as suas famílias. Estes têm continuado a acreditar nestes líderes autárquicos – os verdadeiros democratas – que contra ventos e marés continuam ao leme, a comandar o futuro do seu povo. Só eles têm essa capacidade. Acreditam firmemente que assim é. Ou eu ou o caos. Trata-se de um lema que têm sempre em mente, que serve de arma de arremesso para o povo e para os decisores de outras instâncias.

Assim são Valentim Loureiro e Isaltino Morais... Especiais. Enquanto os eleitores quiserem...

CAPÍTULO IX – Análise geral de resultados e discussão

1. Evidências do discurso político

Carisma, estratégia, sorte, poder de decisão. Estas são características de Valentim Loureiro e Isaltino Morais, a quem os eleitores de Gondomar e Oeiras têm dado apoio na hora de colocar o voto na urna.

Apesar das notícias sobre o seu envolvimento em processos judiciais terem beliscado a sua imagem, o certo é que estes dois antigos membros do Partido Social Democrata (PSD) reconquistaram o poder nas suas autarquias, em Outubro de 2009, sem precisarem de muletas partidárias.

Da análise qualitativa efectuada aos discursos de vitória de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais surgiram algumas evidências que podem ser utilizadas em trabalhos futuros de análise de discursos políticos:

1ª evidência:

- Nas mensagens dirigidas aos apoiantes em noite festiva, os autarcas optam não falar em “tristezas”, arredando do discurso – neste caso – a temática judicial.

2ª evidência:

- Ambos fazem referência aos adversários e aos ataques sofridos. Nenhum concretiza, indicando nomes de pessoas ou, por exemplo, de partidos políticos.

- A vitimização está presente nas duas intervenções. Assim como o agradecimento aos eleitores que neles confiaram, pois sem tal suporte os ataques poderiam ter tido outro resultado que não a vitória.

3ª evidência:

- As assistências exteriorizam a sua concordância com os líderes reeleitos, até porque destas faziam parte os elementos do *staff* dos candidatos. As “claques” estavam presentes – garantindo desde logo o colorido e o ruído imprescindíveis nestas ocasiões.
- Contudo, Valentim consegue uma relação mais estreita com os eleitores presentes no momento em que discursa. Foi tratado pelo primeiro nome quase meia centena de vezes; Isaltino conseguiu apenas duas.

4ª evidência:

- Independentemente do seu grau instrução, os políticos preferem falar ao seu público utilizando um discurso popular, cujo conteúdo possa ser assimilado por todos os presentes.
- A repetição de determinados léxicos e de ideias registou-se nos dois discursos. Todavia, não se tratará de um descuido, mas antes de uma estratégia comunicacional. Reforçam-se, deste modo, os assuntos.

5ª evidência:

- Os discursos de vitória afluam o futuro. Apenas isso. Não foi este o momento escolhido por Valentim Loureiro ou por Isaltino Morais para adiantar projectos concretos, medidas específicas.
- Os programas eleitorais de cada um tinham sido ratificados pelos eleitores dos dois concelhos. Por isso não se justificava adiantar nada mais a propósito. Ficou contudo a promessa de muito trabalho no mandato que iria iniciar-se.

Em termos indutivos, permite ainda esta pesquisa, e por associação, concluir que o triângulo *eu-município-futuro* só tem sustentação porque *o eu* desempenha o papel principal. Isto é. Os concelhos de Gondomar e de Oeiras tiveram a oportunidade única de serem conduzidos durante muitos anos por dois homens raros, dotados de características únicas. Foram e continuam a ser o farol, o líder, o mestre, o conselheiro ou a inspiração de uma maioria da população eleitora, a quem agradecem, mas que lembram que sem eles o caos seria a saída única.

Esta dependência, esta cumplicidade, será interrompida em 2013 por imperativo legal. E venha quem vier – avisam desde já Isaltino Morais e Valentim Loureiro – terá uma tarefa árdua pela frente, uma vez que no caso de Oeiras, especificamente, a população está habituada a patamares de desenvolvimento e liderança que só os iluminados, os eleitos por entidades superiores, conseguem pôr em prática. Infere-se assim em termos abduativos neste trabalho, uma vez que assim se julgam os autarcas de Gondomar e de Oeiras: são simplesmente especiais, únicos.

2. Discussão dos resultados

São auto-suficientes, estes políticos. Bastam-se a eles próprios, não precisando de orientações de “*outsideres*”, como é o caso dos líderes de opinião ou mesmo dos presidentes dos partidos.

Mas será que esta estratégia de poder absolutista, fechado ao exterior, consegue singrar nos próximos tempos? Poderão estes autarcas – caso se candidatem a outros municípios em 2013, uma vez que a Lei da Limitação dos Mandatos os impede de continuarem nestas bandas – descurar a importância da chamada era digital, onde a voz do povo está cada vez mais audível, não nas ruas, mas através dos teclados dos computadores?

As novas ferramentas comunicacionais são geradoras de uma espiral não de silêncio, mas de uma espiral de “*likes*”.

Os blogues, os chats, o correio electrónico trouxeram imediatismo e, claro, novos palcos de reflexão. Trata-se de uma nova forma de comunicação, à qual Manuel Castells

chama autocomunicação de massas (Castells, 2009: 88). É de massas porque pode chegar a uma audiência global e é autocomunicação porque permite escolher os possíveis receptores e seleccionar as mensagens a enviar (Castells, 2009: 88).

No entanto, o especialista crê que as três formas de comunicação (interpessoal, de massas e autocomunicação) coexistem neste mundo globalizado, complementando-se entre si (Castells, 2009: 88). Todavia, urge ter noção da sua importância e da sua complementaridade. E não esquecer que actualmente a postura de quem não concorda com algo está a mudar. Em vez de optar por não se manifestar ou por se juntar à opinião dominante para não correr o risco de retaliação; estamos no fenómeno inverso: a opinião discordante, em poucas horas, chega à casa de milhares de pessoas, que a subscrevem e ajudam a difundir. A *espiral dos likes* será uma vertente importante a ter em conta a médio prazo, funcionando como medidor do contentamento, ou descontentamento, de boa parte do eleitorado.

A Teoria da Espiral do Silêncio, proposta, em 1973, pela socióloga alemã Elisabeth Noelle-Neumann, incide sobre a relação entre os meios de comunicação e a opinião pública e representou uma nova ruptura com as teorias dos efeitos limitados da comunicação social. Apurou a especialista que existe uma relação muito directa entre aquilo que é noticiado e o comportamento das pessoas, que, por temerem o isolamento, tendem a adoptar a opinião dominante.

Este silêncio castrador está, em Portugal, ameaçado. Não pelas políticas serem do agrado da maioria, que apresentam propostas consensuais, mas pela acção daquilo a que Castells chama “autocomunicação”.

A manifestação da opinião pode ser feita agora de uma forma recatada (quase em silêncio) e o seu alcance é, ou pode ser, tão-só, quase todo o planeta.

A mensagem difundida passa rapidamente a fazer parte de um circuito de amigos que não tem fronteiras, que não se circunscreve ao município ou ao país. É impossível impedir este contágio. É impossível silenciar. É impossível conhecer até os autores destas mensagens de discórdia. É impossível arranjar empregos para tantos, é

impossível ameaçar todos. Os autarcas terão de lutar contra inimigos/opponentes sem rosto.

Estarão Valentim Loureiro e Isaltino Morais (que estão na vida política quase desde que a democracia se instalou no país) prontos para tais mudanças? Dificilmente. (O mesmo acontecendo com Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres, outros ex-autarcas em estudo nesta tese).

As suas estratégias de comunicação não têm em linha de conta os ditames da Ciência. Logo, quando os resultados não são os esperados – como foi o caso de Avelino Ferreira Torres ou Fátima Felgueiras e mesmo de Valentim Loureiro que em 2009 perdeu a maioria – não cabe tal ónus a falhas nas teorias a que se fez referência neste trabalho.

Elas não falharam, simplesmente porque estes políticos (alguns deles que contam no seu *staff* com especialista na área da Comunicação) ignoram que existam. As teorias em vigor são as suas, assentes na astúcia, no pragmatismo. Assentes numa vontade férrea de vencer. Só isso interessa. E é isso que têm conseguido, pelo menos Valentim Loureiro e Isaltino Morais. Apesar do anátema – como rotula o autarca de Oeiras – que sobre estes autarcas recaiu, relacionado com os seus processos judiciais.

Recordo que na obra *Marketing e Comunicação Política* se diz que “não há efectivamente um perfil perfeito para se ter sucesso na política, mas há várias linhas de actuação que ajudam, sem dúvida, a chegar à vitória” (Simões *et al*, 2009: 112).

Entre elas saber, por exemplo, ouvir conselhos relativos à imagem e postura, preparar bem os discursos, respeitar a estratégia eleitoral delineada, demonstrar firmeza, fomentar relações de cortesia com os órgãos de comunicação social e antecipar-se ao adversário (Simões *et al*, 2009: 113).

Ora, ao longo deste trabalho verificou-se que estas directrizes nada significam para Valentim Loureiro, por exemplo.

“- Então chama aí os gajos que eu vou dar uma conferência de imprensa. São 10 horas? Falo às 11”, conta Nuno Santos, ex-assessor do autarca de Gondomar. Em causa

estavam buscas que agentes da Polícia Judiciária estavam a realizar na Câmara de Gondomar e sobre as quais a comunicação social pretendia esclarecimentos.

“(…) - Eles queriam dar a notícia à maneira deles, assim dou-a à minha maneira”, ordenou o autarca ao assessor. E assim foi. (...) “A notícia das buscas seria dada à maneira do Major, mais do que isso, pelo próprio Major e não por fonte próxima da PJ, como normalmente” (Santos, 2008: 29-30).

Valentim Loureiro não teve capacidade para condicionar os *media* no sentido em que estes não divulgariam uma informação que lhe era desfavorável, conseguindo, no entanto, condicionar o acesso a essa mesma informação. Filtrou-a, transformando uma situação de crise em algo politicamente controlado, condicionado e suavizado.

Estes “golpes de mágica” não foram suficientes para condicionar a agenda dos *media*, que iriam noticiar as buscas na Câmara. E todo o país saberia destes acontecimentos, os portugueses (e não só os gandomarenses) iriam seguramente comentar. Transparece aqui que, efectivamente, a agenda mediática se transforma, múltiplas vezes, na agenda pública de um país.

“Os meios de comunicação têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público a cada momento” (Sousa, 2006: 257-258). Este é um dos grandes contributos da Teoria do Agenda-Setting, da autoria de McCombs e Shaw.

Implica isto que através da selecção que fazem diariamente, editores e directores focam a nossa atenção e influenciam a nossa percepção sobre quais são os acontecimentos mais importantes do dia.

No entanto, “alguns jornalistas negam que a *agenda-setting* tenha influência no público. Dizem que apenas dão nota daquilo que se passa no mundo” (McCombs, 2004: 21).

E quando o político “mete uma cunha” às agendas? “ - Eu é que sou vosso amigo. Se não fosse eu a dar-vos a notícias todos os dias, o que se seria dos jornais? Não tinham notícias para vender e vocês iam todos para o desemprego”.Esta “espécie de altruísmo

do Major”, provocava, segundo o seu ex-assessor, o sorriso dos jornalistas, mas a “verdade é que os tornava mais receptivos ao peixe que a seguir iria tentar vender. É uma espécie de cartão-de-visita bem impresso em papel nobre. Não resolve nada, mas é uma boa apresentação (Santos, 2008: 72).

Esse peixe que alguns políticos tentam vender tem sempre por objectivo obter uma imagem positiva por parte da opinião pública em relação ao seu trabalho, à sua actividade enquanto líder.

Empiricamente, ou quase, os políticos em estudo nesta tese terão noção do significado do termo opinião pública.

Walter Lippmann define o conceito de opinião pública com maiúsculas e minúsculas: “as imagens dentro da cabeça dos cidadãos, as imagens de si próprios, dos outros, das suas necessidades, vontades e relacionamentos são as suas opiniões públicas. As imagens que são comuns e defendidas por grupos de pessoas, ou por indivíduos representando grupos, é Opinião Pública” (Lippmann, 2010: 21).

Para conquistar o eleitorado, os candidatos devem ter bem presentes estas noções. Tão importante é aquilo que pensa um cidadão – isoladamente – como a opinião de um grupo de pessoas, dada a conhecer pelo seu representante ou pelos líderes de opinião. Líderes estes que, tal como reporta a Teoria *Two-step-flow*, são fundamentais para que a mensagem atinja o público-alvo, isto é, a franja da população menos interessada na mensagem (ou com maior dificuldade de acesso).

Assim sendo, com a actual conjuntura comunicativa (interpessoal, de massas e autocomunicação, como lhe chama Castells) quem pretende conquistar o poder tem de redobrar os cuidados e fazer-se rodear por uma equipa multidisciplinar. E, mais importante, esta equipa tem de ser auscultada. O modelo de “autismo” político de alguns não sobreviverá.

Caso contrário, alguns lamentarão: “a opinião pública encarrega-se de construir os seus mitos, que a ajudam a explicar o inexplicável. Mesmo que o inexplicável seja o sucesso de um homem, como Valentim Loureiro. Aliás, a opinião pública é perita em encontrar

explicações fáceis para o sucesso dos outros”, diz o antigo colaborador do autarca. “A fama traz vantagens mas carrega consigo a enorme desvantagem de provocar a inveja. E a inveja motiva a calúnia (Santos, 2008: 44).

Sendo que a opinião pública pode ser formada a partir da acção dos *media*, qual é então a repercussão que estes podem ter junto dos autarcas?

Sabemos que nos casos de Oeiras e Gondomar (até pela sua localização geográfica) os *media* nacionais seguem com maior proximidade dos assuntos que ali captam a sua atenção. Quanto ao Marco de Canaveses e a Felgueiras (mais periféricos), os jornalistas dos órgãos de informação de maior expressão deslocam-se lá quase por motivos de força maior, tendo presentes, claro, os critérios de noticiabilidade ou valores-notícia, que Mar de Fontcuberta (2010: 14) defende. A autora sustenta que tem a capacidade de transformar um determinado acontecimento em notícia a actualidade, a novidade, a periodicidade, a veracidade e o interesse público.

E os *media* locais? Noticiam de acordo com os valores-notícia? Alguns seguramente. Porém, num trabalho produzido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, editado em 2010, ficou claro que as relações existentes entre algumas empresas e os autarcas podem pôr em causa a objectividade jornalística.

“Um outro problema identificado consiste nas relações de dependência económica perante os órgãos autárquicos, frequentemente os principais anunciantes dos jornais locais e regionais, visto como um factor de fragilização da autonomia editorial e da independência perante o poder político” (ERC, 2010:109).

De acordo com o documento, as autarquias são, nessa medida, “apresentadas como grandes meios de pressão sobre o livre exercício do jornalismo, particularmente nos concelhos mais pequenos, nos quais a imprensa fica mais vulnerável face ao poder público autárquico” (ERC, 2010:109).

O condicionamento das agendas pode, neste caso, ser um facto. A dependência económica ainda será mais visível neste período pós-troika, que impôs a Portugal medidas de austeridade praticamente transversais.

Neste particular, os próximos embates eleitorais vão ainda ser mais curiosos. Sem dinheiro, o candidato (pela primeira vez ou quem pretenda a reeleição) não pode prometer fazer obra; sem esta é difícil ganhar a confiança dos eleitores.

É um autêntico colete-de-forças que espera estes candidatos! Pior. Quem se mantém nas mesmas autarquias, não fará obras de raiz e terá de pagar os custos (manutenção) de alguns equipamentos ali edificados. Dias difíceis se avizinham, que necessitarão da mestria dos eleitos, a quem tudo cabe fazer em prol do bem-estar da sua população, da sua família. E no próximo acto eleitoral; vai Valentim Loureiro abandonar a sua família gondomarense e escolher outra?

Quais os futuros políticos de Isaltino Morais, Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres? Veremos, uma vez que do autarca de Oeiras ainda não se conhece (Abril 2012) o fim do processo judicial.

Os outros três autarcas e ex-autarcas também precisaram de uma década até que a Justiça lhes desse a última sentença. Isaltino Morais está quase lá.

Que sirvam estes casos para que os decisores procedam às alterações na Justiça que todos julgam urgente, mas cujos resultados tardam a aparecer.

Desta forma, a Justiça merece um *dislike* dos portugueses!

CONCLUSÕES

Este estudo, realizado sobre a temática “O Poder Local e a Justiça. A importância da Comunicação Política para o autarca-arguido”, tem por base a pergunta: Como é que um autarca, com processos judiciais continua a ganhar eleições?

Em termos metodológicos, foram analisadas as eleições autárquicas de 2009, especificamente os concelhos de Felgueiras, Marco de Canaveses, Gondomar e Oeiras, todos apresentando candidatos com problemas com a Justiça.

Realizei entrevistas exploratórias com Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres. Valentim Loureiro e Isaltino Morais recusaram colaborar directamente neste trabalho.

No quadro da Justiça, entrevistei Maria José Morgado e António de Marinho e Pinto pelos cargos que ambos ocupam, mas também porque são rostos bem conhecidos do público.

Quanto à abordagem da Comunicação Política, o destaque é a análise de conteúdo dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e Isaltino Morais.

Avelino Ferreira Torres e Fátima Felgueiras perderam as eleições e a mensagem dos vencedores sempre me pareceu mais merecedora de atenção até para que se pudesse perceber se os vencedores se vitimizaram e se trouxeram as questões judiciais para o púlpito nessa noite de rescaldo eleitoral.

Tais discursos permitiram extrair uma série de inferências, de carácter dedutivo, indutivo e abduutivo.

Em termos dedutivos, estabeleceram-se oito categorias: riqueza vocabular, vitimização, aborda/não aborda questões nacionais e locais, aborda/não aborda tema da Justiça e

processos judiciais; fala ou não da oposição, assistência manifesta-se ou não e tipo de tratamento da assistência. O futuro foi outra das categorias em análise.

Comparativamente, e tendo estas oito categorias em vista, verificou-se que os discursos de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais não tiveram uma riqueza vocabular que permitisse rotulá-los como eruditos; bem pelo contrário, a diferença entre as ocorrências e o número de palavras diferentes proferidas por cada um permite concluir que se tratou de uma alocução de cariz mais popular, com um vocabulário repetitivo e cheio de palavras que pertenciam à mesma família.

Destas 703 ocorrências, o discurso de Valentim Loureiro continha 301 vocábulos diferentes, apesar de muitos deles serem da família uns dos outros. Entre 1065 ocorrências, Isaltino Morais disse 450 vocábulos diferentes, embora – tal como Valentim Loureiro - muitos deles fossem da mesma família.

Foram dois discursos com uma linguagem básica, quase monótona, distribuída por quase doze minutos. O autarca de Oeiras utilizou melhor o seu tempo, pois com poucos segundos a mais do que o autarca de Gondomar conseguiu dizer mais 362 palavras.

Contudo, e apesar dos ritmos dos oradores serem diferentes, o certo é que ambos deram ênfase ao nome dos seus municípios e também chamaram vastas vezes pelos gdomarenses e pelos oeirenses.

Note-se que Valentim Loureiro e Isaltino Morais disseram o mesmo número de vezes (onze) o nome dos seus municípios (Gondomar e Oeiras), sendo que os presentes em cada um dos concelhos ouviram por seis vezes o termo *gdomarenses* e dezasseis vezes *oeirenses*.

O tratamento da assistência em Gondomar e em Oeiras foi diferente. Conquanto ambos tenham proferido discursos populares, Isaltino Morais apresentou-se ao seu eleitorado de uma forma mais distante, mais formal.

Valentim Loureiro disse estar em família, na presença de caras e caros amigos, que são pessoas solidárias, a quem está grato (Anexo 1/CD).

Isaltino Morais também está grato aos eleitores, a quem tratou apenas uma vez como caros oeirenses e às senhoras como minhas amigas (Anexo 2/CD).

Em sentido contrário, a comunicação estabelecida entre a assistência e o político eleito foi mais informal em Gondomar do que em Oeiras.

Valentim Loureiro foi interrompido por dezoito vezes e Isaltino Morais vinte e seis. O primeiro ouviu o seu primeiro nome nas bocas dos seus apoiantes por quarenta e sete vezes e o segundo apenas duas vezes.

O tratamento de maior proximidade em relação a Valentim Loureiro foi ainda mais notório quando as suas palavras foram interrompidas pela voz de uma mulher, que ordenou: “- Vai descansar que mereces” (Anexo 1/CD).

E tal merecimento assenta no cansaço físico decorrente da campanha, bem como no combate que foi necessário fazer aos *ataques* de que foram alvo estes autarcas.

Isaltino Morais garantiu que os adversários apostaram mais na sua desonra pessoal do que no valor das ideias com que se apresentava na “batalha” eleitoral (Anexo 2/CD).

Já Valentim Loureiro afirmou estar alerta, pois “eles não desistiram e vão usar todos os meios para ver se me atacam, mas eu vou resistir” (Anexo 1/CD).

Apresentaram-se, assim, perante o eleitorado, como vítimas, de inimigos não identificados.

Porém, os vencedores Valentim Loureiro e Isaltino Morais não se serviram da tribuna para fazer menção aos processos judiciais de que estavam a ser alvo; tão-pouco aludiram à Justiça - foi tema tabu neste rescaldo eleitoral.

No que concerne à categoria dos temas locais e aos temas nacionais, houve uma grande diferença entre os dois autarcas, vencedores em Gondomar e em Oeiras.

Valentim Loureiro optou por uma comunicação generalista, não inserindo aspectos locais específicos, o mesmo acontecendo com o todo nacional.

Neste particular, Isaltino Morais foi mais concreto. Abordou o todo nacional ao destacar o lugar cimeiro ocupado pelo seu município. Trata-se de um “concelho que ainda este ano foi galardoado como o melhor para se trabalhar em Portugal” (Anexo 2/CD).

A partir daqui enumerou as áreas onde Oeiras ocupa o primeiro lugar em termos de índices de desenvolvimento.

Em termos locais, focou-se no facto de ter perdido a Junta de Freguesia da Cruz Quebrada-Dafundo.

O futuro (outra categoria) foi tema tratado nos discursos de vitória. A subtileza caracterizou tais referências, muito embora Isaltino Morais tenha dedicado mais espaço e tempo a este item. Avisou os futuros candidatos à presidência da Câmara de Oeiras que os munícipes são muito exigentes, sendo necessário apresentar projectos credíveis para merecer a confiança deste povo (Anexo 2/CD).

Valentim Loureiro, por seu turno, disse apenas que a batalha eleitoral havia terminado. Restava agora que todos trabalhassem para o futuro de Gondomar (Anexo 1/CD).

As inferências indutivas decorrentes dos discursos de vitória de Valentim Loureiro e de Isaltino Morais permitem explicar a longevidade dos autarcas juntos destas populações: a coesão.

Trata-se de uma coesão familiar (mais explícita em Gondomar) que permite ao líder delinear estratégias, definir horizontes, apontar os caminhos a seguir.

Estas induções são possíveis através da análise das palavras que surgem associadas, repetidamente, no discurso de vitória de Valentim Loureiro, aos termos *eu* e *gondomarenses*, bem como *eleições* e *futuro*.

No caso de Oeiras, com base na análise dos termos *eu*, *Oeiras* e *futuro*, o autarca deixou claro que personifica a qualidade, a excelência. Transformou um município onde as barracas albergavam pessoas simplesmente no melhor (mais desenvolvido) do país.

Isaltino Morais é o “rei” que fez forte gente forte, mas que teve fraca liderança até à sua chegada à cadeira do poder.

No capítulo das inferências abduativas, surge outra explicação para os sucessos políticos destes cidadãos. São únicos; autênticos *special ones*. Apenas eles conseguem proteger os mais fracos, os mais desprotegidos, os mais simples. Sem eles... era o caos!

E esta mensagem chega sem a impulsão das teorias da Comunicação Política que, como se pode concluir, é marginal para estas figuras políticas. Elas próprias constroem e desenvolvem os mecanismos comunicacionais que lhes permitem triunfar.

Por isso, consideram-se entidades quase “divinas”, sem as quais as suas populações teriam como destino o caos, a miséria. As barracas, as más condições de habitabilidade, as deficientes infra-estruturas da rede escolar, a falta de postos de trabalhos são apenas exemplos. A sua acção permitiu colmatar várias lacunas. Algo possível a alguém superiormente dotado, que chega facilmente ao povo, bem como às elites.

Cumprir deixar aqui indicações para investigações futuras. Sugere-se que, no campo da Justiça, se analisem com detalhe dos processos judiciais dos quatro autarcas retratados neste trabalho, catalogando as eventuais incongruências.

Aqui será relevante estudar as diligências processuais que permitiram que os processos se arrastassem nos tribunais durante praticamente uma década. É tempo de mais para acusar o culpado e, sobretudo, para absolver um inocente que, entretanto, já foi vítima do julgamento mediático.

O Poder Local também será alvo certamente de várias investigações, uma vez que o ano de 2012 será de reforma imposta pela troika.

Compreender se a fusão de freguesias e mesmo de concelhos – para além da sua utilidade – conseguiu cumprir com os objectivos iniciais é um dos caminhos possíveis. Nesta área será ainda importante apurar que destinos seguiram os autarcas impedidos legalmente de se recandidatarem. Qual o seu caminho político e foi possível ou não candidatarem-se aos municípios vizinhos? Em caso afirmativo, concorreram como independentes (especificamente os quatro retratados nesta tese) ou, pelo contrário, fizeram-no no seio de um partido político?

Se tal se vier a verificar (as candidaturas de Isaltino Morais, Valentim Loureiro, Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres) que estratégia comunicacional é que seguiram. Ditaram ainda a estratégia ou admitiram agora a intervenção de profissionais da área. Entrosaram-se ou não com a *espiral doslikes*?

E nos municípios que agora presidem mas que não poderão voltar a fazê-lo, que perfis terão os seus sucessores? Vão manter a ideologia discursiva de Valentim Loureiro, por exemplo? Provavelmente a aposta terá de passar por uma total ruptura com o passado. Os candidatos terão de ser mais sóbrios, discretos e ter um discurso de que os tempos que se avizinham serão difíceis, todavia ali estarão para (de uma forma séria e humilde) servir os seus concidadãos. O efeito pendular deverá registar-se nestas autarquias; ganham por oposição a um estilo político austero e rude, marcado também pelos processos judiciais.

E se Valentim Loureiro, Isaltino Morais, Fátima Felgueiras e Avelino Ferreira Torres optarem por candidatar-se a outros municípios. Vão implementar a mesma estratégia discursiva? Mesmo sendo os protagonistas, esta correrá o risco de falhar.

As circunstâncias geográficas mudam, a situação sócio-económica também e os eleitores igualmente. Ajudados cada vez mais pelos meios de autocomunicação de massas, os eleitores disporão cada vez mais de ferramentas para analisar em permanência o trabalho dos políticos.

Está assim instalada uma era de videovigilância política. Onde quem vê manifesta rapidamente a sua opinião. Gosta ou não gosta; eis a votação!

BIBLIOGRAFIA

Livros/dissertações

- Amaral, Diogo F. *Curso de Direito Administrativo – Vol I.* 3ª ed., 3ª reimp. Coimbra. Almedina, 2009. Print.
- Amaral, Diogo F. *História das ideias políticas.* Coimbra. Almedina, 2011. Print.
- Araújo, Carlos A. A trajetória e os paradigmas da Teoria da Comunicação. [Em linha]. Disponível em http://www.google.pt/#q=Carlos+Alberto+%C3%81vila+Ara%C3%BAjo&hl=pt-PT&prmd=imvns0&ei=WAn6Toj0LMWX8gPPzvzVAQ&sqi=2&start=10&sa=N&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.,cf.osb&fp=8ecca7bead79b27f&biw=1366&bih=673>. Word. [Consultado em 27-12-2011].
- Barnés, Jorge S. *La Imagen del Político. Tratado Teórico-práctico.* Madrid: Prósopon Editores, 2007. Print.
- Barreto, António. *Anos Difíceis.* Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2009. Print.
- Bennet, W. L., e Robert M. Entman. *Mediated Politics - Communication in the Future of Democracy.* United Kingdom: Cambridge U, 2001. Print.
- Bourdain, J. “O Sistema Eleitoral Português leva os eleitores portugueses, dos círculos mais pequenos, a contrariar o grau de importância das eleições”. [Em linha]. Disponível em <http://www.josebourdain.com/downloads/ArtigoEvolucaoAbstencao>. [Consultado em 08-07-2011]. Ficheiro PDF.
- Camilo, Eduardo. *Ensaio de Comunicação Estratégica.* Covilhã: Livros LabCom, 2010. Ficheiro PDF.
- Carneiro Roberto, Artur Teodoro, e João Costa. *Portugal Anos 10. De 1210 a 2010. Nove Retratos de Portugal.* Alfragide: Texto Editores, 2010. 221-239. Print.

- Castells, Manuel. *Comunicación Y Poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009. Print.
- Contumélias, Fernando, e Mário Contumélias. *Justiça à Portuguesa*. Alfragide: Publicações D. Quixote, 2009. Print.
- Edições Almedina. *Constituição da República Portuguesa*. Coimbra: 2006. Print.
- Fidalgo, Joaquim e Oliveira, Madalena. “Da Justiça dos tribunais à barra da opinião pública. As relações entre a Justiça e a Comunicação Social”. Universidade do Minho. Setembro 2005. [Em linha]. Disponível em<[http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.\(2005\)-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7438/1/Fidalgo,%20J.%20%26%20Oliveira,%20M.(2005)-Media%20e%20Justi%C3%A7a.pdf)>. [Consultado em 17-11-2011]. Ficheiro PDF.
- Fontcuberta, Mar. *A Notícia - Pistas para Compreender o Mundo*. Alfragide: Casa das Letras, 2010. Print.
- Garoupa, Nuno. *O Governo da Justiça*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. Print.
- Gil, José. *Portugal, Hoje. O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio de Água Editores, 2008. Print.
- Gomes, Conceição. *Os atrasos da Justiça*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. Print.
- Inácio, Margarida R. *O Candidato Político, Um Produto de Marketing? Uma Abordagem ao Marketing Eleitoral*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2003. Print.
- Krippendorff, Klaus. *Content Analysis. An Introduction to Its Methodology*. California: Sage Publications, 2004. Print.
- Lampreia, J. M. *Comunicação Empresarial - As Relações Públicas na Gestão*. Lisboa: Texto Editora, 2003. Print.
- Lippmann, Walter. *Public Opinion*. Blacksburg: Wilder Publications, 2010. Print.
- Machado, Olinda. “A verdade Pública. Análise da Relação entre os Média, a Justiça e a Política no ”Caso do Saco Azul” de Fátima Felgueiras”. Tese não publicada. Defendida na Universidade do Minho, em Abril de 2011. Ficheiro PDF.
- McNair, Brian. *An Introduction to Political Communication*. Oxon: Routledge, 2007. Print.
- Markttest. “Os Concelhos Portugueses 1998-2008”. [CD-ROM]. Lisboa, Markttest. IBM PC e compatível. 2009.

- Marktest (1). “O perfil dos leitores da imprensa regional”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.marktest.com/wap/a/n/id~162e.aspx>>. [Consultado em 08-05-2012].
- McCombs, Maxwell. *Setting the Agenda. The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Polity Press, 2004. Print.
- McLuhan, Marshall. *Compreender os Meios de Comunicação. Extensões do Homem*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2008. Print.
- Mendes, Luís M., *Mudar de Vida*. Cruz Quebrada: Academia do Livro, 2008. Print.
- Midões, Miguel. *Caso Esmeralda e a Espiral do Silêncio de Elisabeth Noelle-Neumann*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/midoes-miguel-caso-esmeralda-espiral-do-silencio.pdf>>. [Consultado em 02-02-2012]. Ficheiro PDF.
- Monteiro, Ana C, *et al. Fundamentos de Comunicação*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008. Print.
- Noelle-Neumann, Elisabeth. *The Spiral of Silence. Public Opinion - our Social Skin*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. Print.
- Paixão, Bruno., *O Escândalo Político Em Portugal. (1991-1993 e 2002-2004)*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2010. Print.
- Portocarreiro, A. S. *Ferreira Torres: O Homem, O Presidente*. Marco de Canaveses: Avelino Ferreira Torres, 2000. Print.
- Rego, Arménio. *Comunicação Pessoal e Organizacional*. Lisboa: Edições Sílabo, 2007. Print.
- Rivière, Margarita. *La Fama. Iconos de la Releición Mediática*. Barcelona: Noema, 2009. Print.
- Rodrigues, Cunha, Henriques Gaspar, e Carlos P. Abreu. *Justiça Nacional, Justiça Europeia*. Coimbra: Almedina, 2011. Print.
- Santo, Paula E. *Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006*. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ec.ubi.pt/ec/02/html/Santo-comunicacao-politica-discursos-presidenciais-tomada-posse.html>>. [Consultado em 15-02-2012]. Ficheiro PDF.
- Santo, Paula E. *Estudos de Comunicação Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2008. Print.

- Santos, António A. *Elogio da Política, da República e da Globalização*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2011. Print.
- Santos, Nuno N., *A Varinha Mágica de Valentim Loureiro*. Lisboa: Prime Books, 2008. Print.
- Silva, Aníbal C., *Autobiografia Política*. Lisboa: Temas e Debates, 2004. Print.
- Silva, Paulo N. *Citações e Pensamentos de Agostinho da Silva*. Alfragide: Casa das Letras, 2010. Print.
- Simões, Maria M., Marisa D. Antunes, e João P. Cunha. *Marketing e Comunicação Política*. Lisboa: Edições Sílabo, 2009. Print.
- Sousa, Jorge P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2006. Print.
- Sousa, Luís, e João Triães. *A Corrupção e os Portugueses. Atitudes - Práticas - Valores*. Lisboa: RCP Edições, 2008. Print.
- Sousa, Luís. *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011. Print.
- Traquina, Nelson. *O Poder do Jornalismo. Análise e Textos da Teoria do Agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. Print.
- Wolf, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Barcarena: Editorial Presença, 2006. Print.

Entrevistas

- Felgueiras, Fátima. 25 Março 2011. (Apêndice 1)
- Torres, Avelino Ferreira. 27 Janeiro 2011. (Apêndice 3)
- Morgado, Maria José. 11 Fevereiro 2011. (Apêndice 4)
- Pinto, Marinho. 18 Março 2011. (Apêndice 5)
- Sousa, Luís. 11 Fevereiro 2011. (Apêndice 6)
- Morais, Paulo. 16 Abril 2010. (Apêndice 7)

Artigos jornais e revistas

- *Bom Dia*. “Sandra Felgueiras: eu disse à minha mãe para fugir para o Brasil”. 13-11-2010. [Em linha]. Disponível em http://www.bomdia.lu/index.php?option=com_content&view=article&id=8882:Sandra%20Felgueiras:%20eu%20disse%20%C3%A0%20minha%20m%C3%A3e%20para%20fugir%20para%20o%20Brasil&catid=108:sociedade&Itemid=120. [Consultado em 14-12-2011].
- *Correio da Manhã*. “A estratégia do silêncio”. 16.10.2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/politica/a-estrategia-do-silencio>. [Consultado em 15-12-2011].
- *Diário de Notícias*. Lima, Carlos Rodrigues. “Juiz prometeu ajudar Felgueiras”. 11 04. 2005. [Em linha]. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/interior.aspx?content_id=595246. [Consultado em 25-10-2011].
- *Diário de Notícias*. “Ano eleitoral vai custar 116 milhões”. 13.06.2009. [Em linha]. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1261260. [Consultado em 26-11-2010].
- *Diário de Notícias*. “Sobrinho de autarca ouvido hoje em tribunal”. 16.06.2009. [Em linha]. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1263730&seccao=Su l>. [Consultado em 25-10-2011].
- *Diário de Notícias*. “Eleições: Revisão cadernos eleitorais seria `altamente conveniente` - PR”. 06.06.2011. [Em linha]. Disponível em http://www.dn.pt/Common/print.aspx?content_id=1871880. [Consultado em 04-07-2011].
- *Expresso*. “Apito Dourado. Cronologia de um processo que abalou o futebol português”. 13-11-2007. [Em linha]. Disponível em <http://aeiou.expresso.pt/apito-dourado--cronologia-de-um-processo-que-abalou-o-futebol-portugues=f165537>. [Consultado em 29-02-2012].
- *Expresso*. “M. Canaveses: Gestão de Ferreira Torres volta dia 28 à barra judicial, autarca promete chispar tudo”. 21-11-2007. [Em linha]. Disponível em

<<http://aeiou.expresso.pt/m-canaveses-gestao-de-ferreira-torres-volta-dia-28-a-barra-judicial-autarca-promete-chispar-tudo=f172946#ixzz1oGbC93qk>>.

[Consultado em 05-03-2012].

- *Expresso*. “Pena suspensa para Valentim Loureiro”. 18-07-2008. [Em linha].Disponível em <<http://aeiou.expresso.pt/pena-suspensa-para-valentim-loureiro=f370508>>. [Consultado em 29-02-2012].
- *Expresso*. “Valentim Loureiro acusado de burla qualificada”. 24-07-2008. [Em linha].Disponível em <<http://aeiou.expresso.pt/valentim-loureiro-acusado-de-burla-qualificada=f410969>>. [Consultado em 29-02-2012].
- *Expresso*. “Procurador foi grande aliado de Fátima Felgueiras”. 01.04. 2009. [Em linha].Disponível em<<http://aeiou.expresso.pt/procurador-foi-grande-aliado-de-fatima-felgueiras=f506542>>.[Consultado em 25-10-2011].
- *Expresso*. “Ferreira Torres: cronologia de um processo iniciado em 2004”. 04-09-2009. [Em linha].Disponível em <<http://aeiou.expresso.pt/ferreiratorres-cronologia-de-um-processo-iniciado-em-2004=f534052#ixzz1nt1PGI8J>>. [Consultado em 01-03-2012].
- *Expresso*. “Leia o memorando da troika, finalmente lançado em Português”. 23.05.2011. [Em linha].Disponível em <<http://aeiou.expresso.pt/leia-o-memorando-da-itroikai-finalmente-lancado-em-portugues=f650474>>. [Consultado em 27-10-2011].
- *Expresso*. “Cronologia: Caso Isaltino dura há mais de oito anos”. 30-09-2011. 1. [Em linha].Disponível em <<http://expresso.sapo.pt/cronologia-caso-isaltino-dura-ha-mais-de-oito-anos=f677366>>. [Consultado em 13-03-2012].
- *Expresso*. “Isaltino Morais pode ser libertado já”. 30-09-2011. 2. [Em linha].Disponível em <<http://expresso.sapo.pt/isaltino-morais-pode-ser-libertado-ja=f677425>>. [Consultado em 15-03-2012].
- *Expresso*. “Caso Isaltino: Autarca aceita decisão do Tribunal da Relação mas sublinha que ainda há recursos pendentes”. 08.11.2011. [Em linha].Disponível em <<http://aeiou.expresso.pt/caso-isaltino-autarca-aceita-decisao-do-tribunal-da-relacao-mas-sublinha-que-ainda-ha-recursos-pendentes=f686237#ixzz1dVxTsGBL>>. [Consultado em 12-11-2011].
- *Expresso*. “O sistema está feito para os crimes prescreverem”. 12.11.2011: 16-17. Print.

- *Expresso*. “Valentim Loureiro absolvido no caso Quinta do Ambrósio”. 02-02-2012. [Em linha].Disponível em<<http://aeiou.expresso.pt/valentim-loureiro-absolvido-no-caso-quinta-do-ambrosio=f702649#ixzz1nn4t28g5>>. [Consultado em 29-02-2012].
- *Jornal de Negócios*. “Isaltino investigado por novo crime de fraude fiscal”. 02-02-2012. [Em linha].Disponível <http://www.jornaldenegocios.pt/home.php?template=shownews_v2&id=535581>. [Consultado em 18-03-2012].
- *Jornal de Notícias*. “Leitura da sentença no dia de Julho”. 25.06. 2004: Print.
- *Jornal de Notícias*. “Sentada à direita do pai”. 12.11.2005. [Em linha]. Disponível em <http://www.jn.pt/paginainicial/interior.aspx?content_id=521877>. [Consultado em 15-12-2011].
- *Jornal de Notícias*. “PSD ganha mais câmaras, mas líder não convence”. 12.10.2009. [Em linha]. Disponível em http://www.jn.pt/eleicoes/autarquicas2009/Interior.aspx?conten_id=1388158. [Consultado em 24-11-2010].
- *Jornal de Notícias*.“Isaltino repete vitória ereitera que está inocente”. 12.10. 2009: 20. Print.
- *Jornal de Notícias*.“Valentim Loureiro repete vitória mas perde maioria”. 12.10. 2009: 23. Print.
- *Jornal de Notícias*. “Nova maioria dá segundo mandato a Manuel Moreira”. 12.10. 2009: 25. Print.
- *Jornal de Notícias*. “Coligação retira Câmara a Fátima Felgueiras”. 12.10. 2009: 26. Print.
- *Jornal de Notícias*. “Relação de Guimarães não tem juízes para o 'caso Felgueiras””. 15.11. 2010. [Em linha]. Disponível em <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1710960>. [Consultado em 08-11-2011].
- *Jornal de Notícias*. “Fátima Felgueiras diz que esperou dez anos pela absolvição”. 01.07. 2011. [Em linha].Disponível em <http://www.jn.pt/PaginaInicial/Policia/Interior.aspx?content_id=1894893>. [Consultado em 20-12-2011].
- *Jornal I*. “Abstenção subiu mas ´eleitores fantasma` mantêm-se nos cadernos eleitorais”. 13.10.2009. [Em linha].Disponível em

<<http://www.ionline.pt/interior/index.php?p=news-print&idNota=27638>>.

[Consultado em 04-07-2010].

- *Jornal I*. “Um português em cada cem tem um processo-crime. São arguidos, como nós”. 15.01.2011. [Em linha]. Disponível em <<http://www1.ionline.pt/conteudo/98685-um-portugues-em-cada-cem-tem-um-processo-crime-sao-arguidos-como-nos>>. [Consultado em 21-11-2011].
- *Público*. “Dossier Caso Saco Azul”. [Em linha]. Disponível em <<http://dossiers.publico.pt/dossier.aspx?idCanal=1033>>. [Consultado em 09.08.2011].
- *Público*. “PJ: Fátima Felgueiras fugiu para Espanha na segunda-feira”. 08 05. 2003. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/pj-fatima-felgueiras-fugiu-para-espanha-na-segundafeira-1146567#.TqBc6qF7zvw.gmail>>. [Consultado em 25-10-2011].
- *Público*. “Fátima Felgueiras alega não ter tido condições para se defender em Portugal”. 11.06.2003. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/fatima-felgueiras-alega-nao-ter-tido-condicoes-para-se-defender-em-portugal-1152275>>. [Consultado em 15-11-2011].
- *Público*. “Valentim Loureiro detido para interrogatório pela Polícia Judiciária”. 20.04. 2004. [Em linha]. Disponível em <<http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=1296&id=1191567>>. [Consultado em 21-12-2011].
- *Público*. “Autarcas desafiam Mário Soares a denunciar casos de corrupção no poder local”. 18 01. 2005. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/autarcas-desafiam-mario-soares-a-denunciar-casos-de-corrupcao-no-poder-local-1213428>>. [Consultado em 07-11-2011].
- *Público*. “Marques Mendes aconselha Isaltino Morais a reconsiderar candidatura à Câmara de Oeiras”. 28-04-2005. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/marques-mendes-aconselha-isaltino-morais-a-reconsiderar-candidatura-a-camara-de-oeiras-1221877>>. [Consultado em 14-03-2012].
- *Público*. “PSD: RTP deve esclarecer envolvimento de uma jornalista no caso Saco Azul”. 19.10. 2005. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Media/psd>>.

rtp-deve-esclarecer-envolvimento-de-uma-jornalista-no-caso-saco-azul-1236156>.

[Consultado em 14-12-2011].

- *Público*. “Ferreira Torres responsabiliza jornalistas e empresários pela derrota em Amarante”. 09-10-2005. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Política/ferreira-torres-responsabiliza-jornalistas-e-empresarios-pela-derrota-em-amarante-1235088>>. [Consultado em 01-03-2012].
- *Público*. “Apito Dourado: julgamento de Valentim Loureiro e mais 23 arguidos continua dia 18”. 11-02-2008. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/apito-dourado-julgamento-de-valentim-loureiro-e-mais-23-arguidos-continua-dia-18-1319211>>. [Consultado em 29-02-2012].
- *Público*. “Ferreira Torres: Tribunal pede que Interpol investigue paradeiro e situação de testemunha-chave”. 16-04-2008. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/ferreira-torres-tribunal-pede-que-interpol-investigue-paradeiro-e-situacao-de-testemunhachave-1326018>>. [Consultado em 05-03-2012].
- *Público*. “Ferreira Torres: Empresário José Sousa assume ter custeado viagem de José Faria ao Brasil”. 24-04-2008. [Em linha]. Disponível em <http://www.publico.pt/Sociedade/ferreira-torres-empresario-jose-sousa-assume-ter-custeado-viagem-de-jose-faria-ao-brasil_1326899>. [Consultado em 06-03-2012].
- *Público*. “Marco de Canaveses: Gabinete autárquico do CDS-PP garante que Avelino não será candidato do partido”. 19-07-2008. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Política/marco-de-canaveses-gabinete-autarquico-do-cdspp-garante-que-avelino-nao-sera-candidato-do-partido-1335964>>. [Consultado em 01-03-2012].
- *Público*. “Novo Código Penal salvou Fátima Felgueiras de condenação em pena de prisão efectiva”. 08.11. 2008. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/novo-codigo-penal-salvou-fatima-felgueiras-de-condenacao-em-pena-de-prisao-efectiva-1349329>>. [Consultado em 20-12-2011].
- *Público*. “Avelino Ferreira Torres foi absolvido em tribunal de todas as acusações”. 26-03-2009. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/avelino-ferreira-torres-foi-absolvido-em-tribunal-de-todas-as-acusacoes-1371043>>. [Consultado em 06-03-2012].

- *Público*. “Fátima Felgueiras conhece hoje sentença do processo do futebol”. 30. 07. 2009. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/fatima-felgueiras-conhece-hoje-sentenca-do-processo-do-futebol-1393944#.TucnZlCKBEY.gmail>>. [Consultado em 13-12-2011].
- *Público*. “Avelino Ferreira Torres vai poder ser candidato no Marco de Canavezes”. 23-09-2009. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Política/avelino-ferreira-torres-vai-poder-ser-candidato-no-marco-de-canavezes-1402035>>. [Consultado em 01-03-2012].
- *Público*. “Mantida condenação de Valentim Loureiro por abuso de poder e prevaricação”. 18-03-2010. [Em linha]. Disponível em <http://www.publico.pt/Sociedade/mantida-condenacao-de-valentim-loureiro-por-abuso-de-poder-e-prevaricacao_1428225>. [Consultado em 01-03-2012].
- *Público*. “Fátima Felgueiras Regressa à Câmara como Vereadora da Oposição”. 02. 06. 2010. [Em linha]. Disponível em <http://ww2.publico.pt/Pol%C3%ADtica/fatima-felgueiras-regressa-a-camara-como-vereadora-da-oposicao_1440272>. [Consultado em 14-07-2010].
- *Público*. “As reformas estruturais da Justiça não saíram do papel”. 19.04.2011. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/as-reformas-estruturais-da-justica-nao-sairam-do-papel-1490491?p=1>>. [Consultado em 15-11-2011].
- *Público*. “Três autarcas já cumpriram penas de prisão”. 30.09.2011. [Em linha]. Disponível em <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/tres-autarcas-ja-cumpriram-penas-de-prisao_1514483#.Toc75rf2peQ.gmail>. [Consultado em 03-11-2011].
- *Público*. “Cavaco Silva insiste em reforma profunda na justiça”. 29.10.2011. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/cavaco-silva-insiste-em-reforma-profunda-na-justica-1518790#.TsA0CE-I8pQ.gmail>>. [Consultado em 15-11-2011].
- *Público*. “Violação do segredo de Justiça deu origem a um processo por semana”. 23.11.2011. [Em linha]. Disponível em <<http://www.publico.pt/Sociedade/violacao-do-segredo-de-justica-deu-origem-a-um-processo-por-semana-1522292#.Ts4yUV5G3JU.gmail>>. [Consultado em 25-11-2011].
- *Público*. “Ministério Público pediu prisão de Isaltino Morais duas vezes desde Novembro”. 25-01-2012. [Em linha]. Disponível em

- <<http://www.publico.pt/Sociedade/ministerio-publico-pediu-prisao-de-isaltino-morais-duas-vezes-desde-novembro-1530626>>. [Consultado em 17-03-2012].
- *Record*. “Avelino Ferreira Torres: voltava a fazer o mesmo”. 01-03-2004. [Em linha]. Disponível em <http://www.record.xl.pt/interior.aspx?content_id=189358>. [Consultado em 01-03-2012].
 - *Sapo*. “Autárquicas 2009”. 12.10. 2009. [Em linha]. Disponível em <http://autarquicas.sapo.pt/2009/resultados_2009/>. [Consultado em 12.07.2011].
 - *Visão*. “Negócios imobiliários financiam dirigentes, campanhas e partidos”. 25.08.2005. [Consultado em 03-11-2011].
 - *Visão*. “Eleitores fantasma podem dar vitória à direita”. 26.05.2011 [Em linha]. Disponível em <<http://aeiou.visao.pt/eleitores-fantasma-podem-dar-vitoria-a-direita=f604604>>. [Consultado em 04-07-2011].
 - *Visão*. “Corrupção: Justiça em Portugal não funciona - Paulo Morais”. 06.07.2011. [Em linha]. Disponível em <<http://aeiou.visao.pt/corrupcao-justica-em-portugal-nao-funciona-paulo-morais=f611403#ixzz1ceuGD9Hw>>. [Consultado em 03-11-2011].

Programas televisivos

- *Justiça cega?* RTP. 17-11-2011. Televisão.
- *Controversos*. TVI24. 24-04-2011. Televisão.
- *Jornal da Noite*. SICNotícias. 30-09-2011. Televisão.
- *Jornal das 10*. SICNotícias. 02-03-2012. Televisão.

Instituições na internet

- *Associação Nacional de Municípios Portugueses*. “ANMP contra proposta de redução de municípios”. [Em linha]. Disponível em

- <http://www.anmp.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=502&Itemid=218>.[Consultado em 27-10-2011].
- *Associação Portuguesa dos Industriais de Calçado, Componentes, Artigos de Pele e seus Sucedâneos (APICCAPS)*. “Monografia”. [Em linha]. Disponível em http://www.apiccaps.pt/c/document_library/get_file?uuid=f8d3b825-21ae-4c68-bbff-c865bd67335d&groupId=10136. [Consultado em 02-10-2011].
 - *Câmara Municipal de Gondomar*. “Gondomar sabe voar”. 28 07. 2009. [Em linha]. Disponível em <http://www.cm-gondomar.pt/PageGen.aspx?WMCM_PaginaId=30996-iciaId=33849&pastaNoticiasReqId=29427>.[Consultado em 12-07-2011].
 - *Câmara Municipal de Oeiras*. “Habitar Oeiras”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cmoeiras.pt/amunicipal/OeirasProjecta/Habitacao/HabOeiras/Paginas/HabitarOeiras.aspx>>. [Consultado em 03-08-2011].
 - *Câmara Municipal de Oeiras*. “Bairros Municipais”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cm-oeiras.pt/amunicipal/OeirasProjecta/Habitacao/ParqueHab/BairrosMunicipais>>. [Consultado em 02-08-2011].
 - *Comissão da Carteira Profissional de Jornalista*. “Estatuto do Jornalista”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.ccpj.pt/legisdata/LgLei1de99de13deJaneiro.htm>> .[Consultado em 18-11-2011].
 - *Comissão de Viticultura da Região dos Vinhos Verdes*. “Estatísticas”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.vinhoverde.pt/pt/recursos/estatistica/default.asp>>.[Consultado em 03-08-2011].
 - *Departamento de Investigação e Acção Penal*. “O que é a corrupção?” [Em linha]. Disponível em <<https://simp.pgr.pt/dciap/denuncias/>>.[Consultado em 06-11-2011].
 - *Direcção-Geral de Política de Justiça*. “Os números da Justiça 2009”. [Em linha]. Disponível em <http://www.siej.dgpj.mj.pt/webeis/index.jsp?username=Publico&pgmWindowName=pgmWindow_634579890292656250>. [Consultado em 27-11-2011].
 - *Entidade Reguladora para a Comunicação Social*. “A Imprensa Local Regional em Portugal”. [Em linha].

Disponível em <<http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM4OiJtZWVpYS9lc3R1ZG9zL29iamVjdG9fb2ZmbGluZS8yOC4xLnBkZiI7czo2OiJ0aXR1bG8iO3M6NTA6ImVzdHVkby1zb2JyZS1hLWlhcHJlbnNhLWxvY2FsLWU0tcVnaW9uYWwtZW0tcG9ydHVnIjt9/estudo-sobre-a-imprensa-local-e-regional-em-portug>>. [Consultado em 08-05-2012].

- *Governo de Portugal*. “Memorando de Políticas Económicas e Financeiras”. [Em linha]. Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Governo/Esame/Pages/Esame_Memorandos.aspx>. [Consultado em 27-10-2011].
- *Infopédia*. “Ciências Sociais e Humanas”. [Em linha]. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$fatima-felgueiras](http://www.infopedia.pt/$fatima-felgueiras)>. [Consultado em 17-10-2011].
- *Instituto Nacional de Estatística*. “Censos 2011. Resultados Preliminares. Parte I.” [Em linha]. Disponível em <http://www.ine.pt/scripts/flex_v10/Main.html>. [Consultado em 03-08-2011].
- *Instituto Nacional de Estatística*. “Censos 2011. Resultados Preliminares. Parte II.” [Em linha]. Disponível em <http://www.ine.pt/scripts/flex_v10/Main.html>. [Consultado em 03-08-2011].
- *Instituto Nacional de Estatística*. Anuário Estatístico da Região de Lisboa 2008. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2009. Print.
- *Instituto Nacional de Estatística*. Anuário Estatístico da Região Norte 2008. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2009. Print.
- *Instituto Nacional de Estatística*. Indicadores Sociais 2008. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2009. Print.
- *Ministério da Justiça*. “Legislativas 2009”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.legislativas2009.mj.pt/legislativas2009/>>. [Consultado em 04-08-2011].
- *Ministério da Justiça*. “Autárquicas 2005”. [Em linha]. Disponível em <<http://www.eleicoes.mj.pt/Autarquicas2005/CM/D13/C03.html>>. [Consultado em 20-12-2011].
- *Parlamento Europeu*. “Eleições 2009. Portugal”. [Em linha]. Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/parliament/archive/elections2009/pt/portugal_pt.html>. [Consultado em 04-08-2011].

- *Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa.* “Documento Verde da Reforma da Administração Local”. [Em linha]. Disponível em
<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC19/Documentos/MAAP/Doc_Verde_Ref_Adm_Local.pdf>. [Consultado em 27-10-2011].

Legislação

- Verbo Jurídico. “Publicidade do processo e Segredo de Justiça”. [Em linha]. Disponível em<http://www.verbojuridico.com/download/cfj_publicidadeprocesso.pdf>. [Consultado em 15-11-2011].
- Comissão Nacional de Eleições. “Lei de Limitação de Mandatos dos Presidentes dos Órgãos Executivos das Autarquias Locais”. [Em linha]. Disponível em
<http://www.cne.pt/dl/legis_lei_46_2005.pdf>. [Consultado em 24-02-2012].
- Código do Processo Penal. [Em linha]. Disponível em<<http://www.legix.pt/docs/PPP.pdf>>. [Consultado em 15-11-2011].

Vídeos Youtube

- SIC. *Valentim Loureiro vs Mário Crespo*. [Em linha]. Disponível em
<http://www.youtube.com/watch?v=fcoBfuQmAWU&feature=results_video&playnext=1&list=PL32799FB32587303A>. [Consultado em 08-12-2011].
- SIC1. *Conferência de imprensa de Fátima Felgueiras*. 11.06.2003.[Em linha]. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ET6WA9LfAhk>>. [Consultado em 14-12-2011].

ÍNDICE DE APÊNDICES

- Apêndice 1: Entrevista a Fátima Felgueiras
- Apêndice 3: Entrevista Avelino Ferreira Torres
- Apêndice 4: Entrevista Maria José Morgado
- Apêndice 5: Entrevista Marinho e Pinto
- Apêndice 6: Entrevista Luís de Sousa
- Apêndice 7: Entrevista Paulo Morais

Apêndice 1 - Entrevista a Fátima Felgueiras *

Florabela Faria – O bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinto, diz que o sonho de 99% dos juizes é mandar políticos para a cadeia. Ficou com esta ideia depois de tudo o que se passou consigo?

Fátima Felgueiras – “Não necessariamente, embora tenha ficado com uma ideia clara de que há uma ciúmeira e ingerência dos dois poderes, judicial e político. O político transfere para o judicial o combate que não tem capacidade de travar dignamente no plano político. O judicial é pressionado a intervir no combate político e vai criando ideias erradas sobre os políticos pelas pressões que se vão exercendo. Claro que, a avaliação de uns e de outros fica contaminada pelo clima de confusão e enganos que é criado.

FF – Em termos de mediatismo?

FF – “Não apenas em termos de mediatismo. Diria que em termos de poder mesmo. O poder judicial tem ciúmes do poder político e o poder político usa o poder judicial como arma de arremesso político quando lhe convém. Istocria, a meu ver, um clima de ingerências que coloca os dois poderes em planos de inimizade concorrencial. Tenho esta convicção. Acho ainda que o poder judicial – enquanto sistema – tem fragilidades que não têm sido resolvidas, apesar de estarem identificadas. E isto cria um clima de desconfianças e um ambiente propício à possível distorção da intervenção do poder Judicial a nível político. E tenho esta convicção porquê? Pela realidade que conheço em relação ao processo ‘Felgueiras’. Faz-me muita confusão que, ainda hoje, se pretenda fazer comparações entre o caso ‘Felgueiras’ e os processos de Valentim Loureiro ou de Isaltino Morais. Não têm rigorosamente nada a ver. Mas dá jeito fazer de conta que é tudo a mesma coisa! De facto são três presidentes de câmara que foram lançados para a ribalta, mas apenas isso! De Felgueiras posso falar porque sofri na pele o que resultou do processo. E posso afirmar que não existiu nunca nada que pudesse ter justificado quer o mediatismo quer a intervenção do poder judicial. Não existiu nunca! Não tenho dúvida alguma de que a última câmara do país com que se poderiam ter metido, por

alguma irregularidade, muito menos por qualquer criminalidade, era com a de Felgueiras. Fui sempre, e era, o garante disso mesmo. Era a última câmara de todas”.

FF – Porquê?

FF – “Acho que o que aconteceu em Felgueiras resultou de uma subversão completa de tudo o que é correcção e nobreza de intervenção neste país. A Justiça, pressionada a intervir, por interesses político-partidários de uns quantos que souberam muito bem instrumentalizar alguma Comunicação Social, acabou por ser forçada a intervir numa situação que era baseada em distorções de verdades, confusões, suspeições, lançados através de cartas anónimas, telefonemas anónimos, e alguns testemunhos aproveitados ao sabor de outros interesses, que não os de se apurar a verdade dos factos. O julgamento de praça pública durou anos! Naturalmente que houve autores e responsáveis! Mas nada lhes aconteceu ou acontece. Sabiam bem o que estavam a fazer, e por isso, trataram de se acautelar nos termos das regras judiciais. E infelizmente já nem podemos falar abertamente com ninguém”.

FF – Nem no confessionário...

FF – “Falamos o que sentimos, e porventura o que temos legitimidade e responsabilidade política para falar, mas, estamos a levar com um processo em cima! Estou a referir-me, por exemplo, a um processo de difamação que me foi movido por um dos que andou a lançar confusões, a faltar à verdade, a faltar deliberadamente às reuniões de câmara (boicotando o seu normal funcionamento) por pensar que assim obrigaria a que houvesse eleições antecipadas! E, nesse caso, julgava ele, que se poderia impor como candidato, para disputar o lugar de presidente de câmara! Só porque politicamente exprimi o que, ainda hoje, julgo me cabia e era exigido, enquanto presidente de câmara, em relação a esse comportamento, e tive de aguentar com o processo de difamação! A ofendida, que por acaso era a presidente de câmara, passou a ofensor, e o ofensor passou a ofendido!

Ficou provado pelo julgamento dos tribunais, os que têm legitimidade para julgar, que, no processo do ‘Saco Azul’ não havia, não houve, crimes de corrupção ou participação económica em negócios...como se tinha propalado insistentemente durante anos! Posso afirmar, porque sempre o afirmei e é verdade, que o processo resultou de uma maquinação, montada com o propósito de lançar suspeições e assim fazer cair a presidente...Terá corrido mal, e depois, foi a fuga em frente! Eram papéis deliberadamente descontextualizados que saíam de um sítio e eram colocados noutra...

E todos os partidos políticos entraram em cena porque lhes interessava o poder! E produziam comunicados e convocavam conferências de imprensa para garantirem o interesse da comunicação social, e assim, manterem a pressão que a mesma poderia exercer na divulgação do ‘caso’. Era a estratégia para condicionar o poder judicial a intervir, já que no combate político sério não conseguiam ganhar a câmara de Felgueiras.

E, já não é verdade que as notícias dos jornais não faz prova em tribunal, porque são inúmeras as citações jornalísticas que aparecem nos processos, a fundamentar acusações! Não compreendo como se admite que haja jornalistas que assumem funções de polícia, sem qualquer preparação para essa função. É muito natural que confundam dados e acabem por contribuir para fazer opiniões indevidas. Mas fazem-no. E, como não são obrigados a identificar fontes, estão sempre a salvo! As fontes podem ser ou não ser credíveis, mas são citadas e comunicadas. Se houver necessidade de fazer correcção, aparecerá sem que se dê destaque e já não terá efeito! É neste clima, com que hoje convive e actua o sistema judicial.

Recordo-me de ter ouvido nesta sessão de abertura do ano judicial o senhor Procurador-Geral da República dizer que é necessário acabar com as interferências do poder político no poder judicial e do poder judicial no político. Eu pergunto-me: só agora é que se apercebeu, se apercebem disso?

Há anos que o defendo, exprimindo essa posição com clareza, e denunciando o caso ‘Felgueiras’, como seu resultado. Reconheço e considero que o poder político é o responsável, mas o poder judicial acaba por ser empurrado a intervir em combates que deviam ser travados apenas no plano político.

Em Felgueiras estava em causa uma mulher que era apontada como autarca modelo, de quem todos gostavam, que não media esforços para resolver os problemas da terra e dos seus concidadãos, que tinha obra, que conseguia arrastar investimento, que era dirigente nacional do PS... - uma situação perfeita para um combate de ‘baixa política’ que interessava a muitos.

Em abono da verdade, interessava a todos os políticos que não eram poder e o queriam ter!”

FF – A quem?

FF – “A todos os opositores partidários. A nível local e nacional. A nível nacional dava jeito atacar o PS e o primeiro-ministro Guterres. Como dirigente nacional que era, servia a esse propósito. Dentro dos partidos sabemos que infelizmente também há os

que tudo fazem para afastar quem julgam se lhes pode atravessar nas suas ambições. E o PS, na sua pluralidade, não é excepção a esta realidade, bem pelo contrário! A nível local, o PS não escapou a este desígnio. E as oposições partidárias, não se importaram com o mal que causariam, como causaram a Felgueiras, e todas fizeram coro apenas porque sabiam que, de forma séria e nobre, não conseguiriam ser poder. Foi neste clima que se foi construindo o processo ‘Felgueiras’. A estratégia foi seguida em vários outros sítios, sem a dimensão mediática que foi conseguida em Felgueiras, pelas razões que já referi, até que os partidos terão tentado pôr cobro à actuação, mas nessa altura já o poder judicial tinha muitos processos em mãos...

Assim, em Felgueiras, surgiu um processo feito de nada, a não ser de uma vontade sórdida de assalto ao poder. De confusões e suspeições. Ainda hoje não consigo entender como foi possível envolverem-me numa situação resultante de umas quantas ‘estórias’ à volta de uma conta de campanha, das eleições autárquicas de 1997, com a qual nunca tive nada a ver! A não ser o facto de ser candidata à câmara! O PS teve muitos outros candidatos! Também à câmara, à assembleia municipal, às juntas de freguesia, e muitos foram eleitos... Porquê eu? Porque era presidente de câmara e esse era o lugar cobiçado.

Era responsável por um projecto político e disso prestei sempre contas nos sucessivos actos eleitorais. Quanto às finanças do partido ou das suas campanhas nunca tive nada a ver, nem tinha que ter. E, acredito, que os apoios financeiros recolhidos, por quem teve ou quis recolhê-los, terão sido solicitados correctamente e de idêntica forma à de todos os outros partidos. Mas reconheço que era fácil inventar e baralhar! Sabe-se lá o que alguns poderão ter feito! À distância, até consigo entender as versões que inventaram, mas envolverem-me foi, na minha opinião, um exercício sórdido e desprezível. Nunca me ocupei das questões financeiras do PS, nem tinha de me ocupar. Quem tinha de o fazer era o PS que me convidou para ser sua candidata, julgando que assim ganharia eleições, como sempre ganhou. Sempre estive disponível para contribuir para a estratégia política do PS – com projectos e posturas credíveis, para desenvolver a terra. Os partidos têm estruturas próprias para se gerirem. Alguém acredita que Cavaco Silva ou Sócrates, para não citar todos os líderes, andam a tratar de financiamentos para as campanhas eleitorais?!

Mas que a matéria podia ser susceptível de invenções e mentiras, podia, sem dúvida! Tanto mais que, ao tempo, não havia legislação a regulá-la. Foi isso que aconteceu”!

FF – O que é que se passou exactamente?

FF – “Os membros do Partido Socialista responsáveis por angariar verbas para as campanhas é que sabem o que andaram a fazer e o que aconteceu. Se alguma vez me tivesse passado pela cabeça que a sua actuação era a que passaram a dizer ser, teria impedido que a prosseguissem, de imediato. Mas tenho a certeza absoluta que em Felgueiras os partidos políticos batem sempre às mesmas portas. O empresário X deve dar dinheiro para todas as candidaturas; dá mais para aquela com que melhor se identifica e mais gosta, e menos para as outras, mas dá a todos. Querer criar a ideia de que determinado empresário dá dinheiro porque tem outro interesse, leva-nos a um exercício de especulação, que, a meu ver, é fácil de clarificar, desde que, quem investiga queira apurar a verdade dos factos. Mas, se não quiser, é possível fazer o exercício contrário. E aí, é que está a busílis. Tenho razões de sobra para me queixar de tudo aquilo em que me vi envolvida. E os tribunais só me têm dado razão.

E não se pretenda criticar as decisões dos tribunais quando não correspondem aos interesses de quem pressiona a sua intervenção. Mas é o que está a acontecer! Até se faz letra morta da prova produzida e persiste-se na teoria do julgamento de praça pública.

Se as investigações fossem céleres e competentes, poderiam obviar julgamentos de praça pública que duram uma eternidade. Tantas vezes se afirmam mentiras que se torna difícil esquecê-las, sobretudo para os que não conhecem os casos.

Quem investiga tem obrigação de avaliar, com objectividade, rigor e com vontade de apurar a verdade dos factos. Não pode nem deve limitar-se a procurar confirmar a ‘historieta` que lhe ‘vendem`.

FF – E do carro que terá recebido...

FF – “Do carro que terei recebido... tudo o que se disse no julgamento de praça pública foi treta! A verdade foi contada no tribunal. Mas ficou a dúvida no ar, manteve-se a dúvida ...

Só quem não sabe, ou não quer saber, o que são concursos públicos internacionais, podia ter admitido como viável a versão falsa de factos que tinham suficiente prova documental que a destruía.

Bastaria conhecer minimamente a organização de uma câmara para se ter percebido que a acusação não tinha nem podia ter fundamento real. Mas creio que não se quis!”

FF – O que se passa na área da investigação?

FF – “Quem investiga casos relacionados com exercício político devia ter conhecimento profundo da realidade, e não tem. E parte para a investigação com o objectivo de acusar. Não considero que seja a complexidade das matérias a justificar a morosidade dos

processos. Mas, na verdade, a morosidade acaba por funcionar como estratégia de acusação. Tive, tivemos, oportunidade de perceber que os pareceres pedidos a peritos, por incapacidade e incompetência reconhecida à equipa de investigação, são pedidos no sentido de confirmar teses e não no sentido de apurar verdades. E até se ignoram as conclusões, se não servirem a tese de acusação!

Claro que o Ministério Público acusa em função do que a investigação lhe entrega. Não tenho boa impressão sobre o trabalho da Polícia Judiciária. Não generalizo, nem podemos generalizar, mas falo com o conhecimento que tenho referente ao processo ‘Felgueiras’. Chegou-lhe a suspeita de que havia criminosos na Câmara de Felgueiras e o que tomou como seu dever, foi apenas provar que havia criminosos. Mesmo que não houvesse! (Como não havia). E, acrescento-lhe, o que todos sabem, mas não assumem por receio: é a própria Polícia Judiciária que quebra o segredo de justiça para fazer opinião pública a favor da sua tese de acusação! Os inquéritos andam distribuídos nas mãos da comunicação social muito antes de ter sido produzida qualquer acusação! Tive acesso a um dos inquéritos, distribuído a jornalistas em envelope da própria Polícia Judiciária. Tirado directamente do computador da própria PJ!

Enviei esse exemplar ao senhor P.G.R, mas o respectivo inquérito acabou arquivado! Até podem dizer que estes métodos são válidos para descobrir um traficante de droga; talvez sim ou talvez não, mas usá-los para se dar azo a julgamentos de praça pública sobre a actuação de políticos, é uma subversão total, e um ataque consciente ao poder político”.

FF – Como assim...

FF – “Veja-se, por exemplo, o que se escreveu e o que os partidos políticos disseram a propósito da sentença do ‘Saco Azul’. Seria até interessante contar quantas notícias se produziram para divulgação de falsas verdades e quantas foram corrigidas em função do apuramento dos tribunais! Como presidente da câmara tinha legitimidade e obrigação de garantir o cumprimento da lei em todos os actos e decisões municipais. Tenho consciência de sempre o ter feito, com rigor e total transparência. Sempre usei a autoridade de que estive investida com sentido de responsabilidade, mas fomos assistindo a uma série de confusões de conceitos: onde existia magistratura de influência, ouvimos apontar tráfico de influências! Onde existia autoridade, ouvimos apontar arrogância e autoritarismo! Será que se sabiam/sabem as diferenças?!”

Tenho o maior orgulho em todo o meu percurso autárquico e lamento que haja os que, querem o poder para o ter, e não para o exercer a favor dos outros. E depois, para esses, vale tudo”...

FF – Por exemplo...

FF – “Por exemplo, quando se despoletou o processo ‘Felgueiras` afirmei várias vezes, mas ninguém parecia interessado em ouvir, que se os partidos políticos não tomassem posições responsáveis sobre os métodos e a estratégia utilizados, nenhum político estaria a salvo! E veja-se o que tem acontecido. Veja-se a quantidade de processos em que são envolvidas figuras públicas...

FF – Como é que é tratada pela população de Felgueiras?

FF – “ Há muita gente que ainda hoje vem ter comigo e me trata por presidente. Há os que dizem que tenho de voltar para lá. Há ainda os que admitem não ter votado em mim, mas que afirmam que agora votariam, pois sentem-se enganados...e também deve haver os que mantêm as posições críticas que sempre tiveram.

Os processos judiciais em que me envolveram foram muito duros e dolorosos. Não tenho nenhuma dúvida que eles tiveram como única motivação o assalto ao poder. Podia ter tido uma carreira política mais brilhante, pois a obra que desenvolvi fala por mim.

Não sou capaz de ficar indiferente aos problemas que me rodeiam e não desisto de os resolver. Foi assim que sempre pautei a minha intervenção pública, nas associações em que participei e participo, nas que ajudei a fundar, na vida profissional e política. Não sou insensível àquilo que está hoje a acontecer em Felgueiras, mas não fui eu quem abandonou o combate e o projecto que tinha em curso. Já sou reformada, só recebia um terço do vencimento de presidente da Câmara e trabalhava 24 horas por dia. Se não fosse presidente de câmara não me teria acontecido o que aconteceu. Mas não virei costas.

Claro que a partir do momento em que a confiança se quebro, e isso traduziu-se no resultado eleitoral, a situação mudou”.

FF – Como é que interpreta o resultado de 2009?

FF – “Toda a gente sabe hoje que é preciso equilibrar as contas públicas, seja a nível nacional seja a nível local. Por vezes as medidas tornam-se impopulares. E quem quer ganhar o poder utiliza a demagogia para ver se enganando as pessoas, consegue o seu voto. Veja o PEC. Que temos de apertar o cinto, já todos percebemos. As medidas a implementar podem ser as que estavam no PEC ou outras talvez piores, mas o PEC,

pela sua impopularidade, foi utilizado como motivo para inviabilizar a continuidade do Governo. Aqui a estratégia foi semelhante: continuei a ser uma estrela a ofuscar a possibilidade de as oposições atingirem o poder, até o PS local. As estratégias eram todas iguais: mentir, confundir, provocar... só agora é que as pessoas se apercebem. Dizia-se que a água era a mais cara do Vale do Sousa, o que era mentira. Mas passou como verdade. Diziam que não havia obra - o que era mentira! Nunca houve tanta obra em curso no concelho! Atacavam com os tribunais... Foi no meio dessa política de enganos e de ataque cerrado de todos os partidos que fomos a eleições. E houve da minha parte um erro grave – desvalorizei o papel da comunicação social e fechei-lhe as portas”.

FF – Por desconfiança?

FF – “Não, porque a Comunicação Social cada vez que me abordava queria sempre abordar as questões dos tribunais, e eu, estava farta de dizer sempre as mesmas coisas e de ler sempre as mesmas coisas! E tal como sempre afirmava, e assim devia ser, cabia aos tribunais avaliar e decidir. Não havia mais nada a juntar ao julgamento de praça pública. Mas a comunicação tem um enorme poder”!

FF – Forma opinião...

FF – “Claro. E repare, sempre fui o garante do funcionamento legal e exemplar da câmara de Felgueiras e, no entanto, a comunicação social ajudou a que se criasse uma opinião completamente errada e falsa, mas foi criada! E foi a comunicação social que lhe deu dimensão”!

FF – E distanciou-se dos jornalistas...

FF – “É verdade. E isso foi, sem dúvida, uma má estratégia. Ainda que tivesse todas as razões do mundo, foi uma má estratégia política”.

FF – Então os processos no tribunal?

FF – “ Bem, quanto ao processo do futebol, terminou com a absolvição de todos os arguidos. Quanto ao designado ‘Saco Azul`, aguarda-se a decisão do tribunal da Relação sobre os recursos da decisão do tribunal de primeira instância em que fui condenada por três crimes, sendo que nenhum era de corrupção ou participação económica em negócios ou qualquer uma das acusações que tornou este processo mediático e conhecido! Do nosso recurso já sabemos que caíram os três crimes, dois por prescrição e um porque o tribunal da Relação reconhece que a condenação assentou numa alteração substancial da prova, o que a torna nula. Continuamos a aguardar que termine, de uma vez! Já lá vão 10 anos”!

FF – E o que é que existe neste momento?

FF – “ Continuamos a aguardar que termine o processo do ‘Saco Azul’... Entretanto, e também como estratégia do PSD local, está a decorrer o processo em que em causa estão os pagamentos a advogados. A Câmara de Felgueiras pagou, conforme consagrado na lei, despesas a advogados de vários autarcas envolvidos com os tribunais, nestes mesmos processos, mas fui eu parar de novo aos tribunais! Pudera! Eu era presidente e os outros não”!

FF – E as medidas de coacção...

FF – “ As medidas de coacção, de acordo com o Código de Processo Penal, são exclusivas dos tribunais de primeira instância. O tribunal de primeira instância, o único que me ouviu no final do inquérito, entendeu que era suficiente o termo de identidade e residência e a suspensão de funções de presidente de câmara. Quanto à suspensão de funções já havia jurisprudência no sentido de ser nula essa decisão por incompetência dos tribunais, já que as funções eram, como são, electivas. Recorri. O Tribunal de Guimarães não podia ter determinado o agravamento da medida de coacção. Ou deferia o meu pedido ou não o deferia. Mas ...assim não aconteceu! Caso único na justiça portuguesa! Não contávamos com essa decisão, apesar de a comunicação social fazer passar essa possibilidade como eventual e provável. Esperávamos apenas o levantamento da suspensão de funções. Mas... para esquecer! A medida era ilegal, inconstitucional e, a meu ver, imoral, mas o tribunal assim decidiu e sofri na pele as consequências”.

FF – Tem ideia de que ninguém a quis ouvir?

FF – “ O tribunal ouviu-me, teve de me ouvir, e deu-me razão.

De resto, poucos queriam saber da verdade! Então os partidos políticos só tinham interesse em continuar a fazer barulho para aproveitarem a situação criada para ver se conseguiriam chegar ao poder “!

FF – Guarda muita mágoa do PS?

FF – “Do PS não. Enquanto partido político tenho pena que tenha chegado onde chegou em termos de governação e de credibilidade. Mas guardo mágoa daqueles que tinham obrigação de ter tido uma actuação diferente para com o caso Felgueiras e para comigo e a não tiveram, nomeadamente do Ferro Rodrigues, o Francisco Assis....O então secretário-geral do partido, Ferro Rodrigues, até obrigou o partido a tomar posição e a comprometer-se no caso Paulo Pedroso (situação bem mais delicada e grave), mas em relação a Felgueiras nem quis saber! E a situação em Felgueiras era política!

Aliás, eu nem acredito que ele não soubesse que o caso se resumia a um aproveitamento político vergonhoso. Mas o que importa é que não defendeu a situação de Felgueiras, e tinha muito mais razões e obrigação para a defender do que defender o caso Paulo Pedroso. Dois pesos e duas medidas absolutamente erradas. Mas a responsabilidade da actuação que condeno, e me merece total discordância e mágoa, foi a dos militantes e dirigentes que não tomaram as posições que deviam em relação a Felgueiras. No caso de Francisco Assis até ousou tomar posições que suscitaram reacções de repúdio generalizado dos felgueirenses”.

FF – Voltaria ao partido?

FF – “Muito dificilmente. Neste momento a vida política portuguesa está complicada e delicada. A vida partidária deixou de ser o que era. Já não se escolhem os mais capazes, mas os que tratam de criar condições para ocupar os lugares que desejam. Até teria vontade de continuar a intervir de forma activa e ajudar à resolução da crise; modéstia à parte, até seria capaz de dar contributos. Mas, como referi, a vida partidária está cada vez menos atractiva e motivadora. Não se escolhe quem tem capacidade, mas quem faz por estar lá... Mas ainda em relação ao PS, é preciso que se diga que não fui expulsa, como alguns continuam a afirmar. Não é que isso importe muito, mas não é verdade. Entreguei o meu cartão quando aceitei ser candidata por um movimento independente, e o PS local já tinha escolhido outro candidato à câmara. A federação distrital moveu-me um processo de expulsão, mas não tem competência para expulsar nem fui expulsa do PS”.

FF – A aparente apatia dos portugueses em relação à política está no nosso ADN?

FF – “As pessoas cada vez têm mais razão para desconfiar da vontade e disponibilidade dos políticos. Considero que a abstenção significa isso mesmo. Mal por mal o diabo que escolha. Todavia, não diria que há desinteresse. Há um sentimento de que isto é tudo mau e de que se é pequeno demais para conseguir inverter a situação. Por outro lado, muitos dos que têm capacidade, vão-se afastando, agastados com a actuação partidária. Em política habituei-me a nunca dizer nunca, mas apesar de não deixar de ser socialista, e não precisar de cartão para o ser, acho difícil voltar a militar no PS”.

FF – Perdeu ou ganhou amigos com todos estes processos?

FF – “Na vida há pessoas que são sempre nossas amigas, nos bons e nos maus momentos. Cabem aqui os familiares mais chegados e os amigos de sempre. Os políticos e os pessoais. Depois aparecem sempre muitos daqueles que não são nossos amigos; estão à nossa volta porque precisam de nós. Dizem-se nossos amigos mas

pertencem à classe dos interesseiros. Os meus amigos, realmente amigos, continuam meus amigos e sabemos que podemos contar uns com os outros. E somos muitos, graças a Deus. Os que se fizeram meus amigos por um qualquer interesse, não sei onde andam. Nem fazem falta. No entanto, surpreendi-me sempre pela positiva. Foi possível contactar com muitas outras pessoas, a nível nacional e até internacional. Sensibilizam-me as manifestações vindas de dirigentes e governantes de países de língua e expressão portuguesa, por exemplo, mas também a de tantos que me conhecem da televisão e fazem gosto em me cumprimentar e falar da consideração que sentem. Quantas vezes continuo a ouvir pessoas que não conheço, de vários pontos do país, dizerem que fazem falta à política pessoas com a minha fibra! Lá sabem porque assim pensam.

Outros, mesmo sem me conhecerem bem, perguntam-se como é que as pessoas em Felgueiras gostam tanto da ‘senhora presidente’, para logo concluírem que se fosse má pessoa não haveriam de gostar.”

FF – Não arranjou emprego para toda a gente?

FF – “Com certeza que não. Nem respondi que sim a toda a gente. Agora, tenho a certeza que me esforcei por ajudar tudo e todos. E que o fiz com o melhor do meu esforço e vontade. Dizer não custa muito, sobretudo quando queremos dizer sim, mas às vezes tem de ser. Tenho a certeza de que quando tive de dizer que não, e terá sido muitas vezes, as pessoas perceberam que disse ‘não’ porque não era possível dizer que sim. E aqui cabe de novo a referência que fiz lá atrás, a propósito da magistratura de influência. Um presidente de câmara que não é capaz de exercer a sua magistratura de influência a favor das causas e das pessoas da sua terra, não será um bom presidente de câmara. Alguns chamam-lhe tráfico de influências”!

FF – E o caso da Resin também era magistratura de influências?

FF – “A Resin era uma empresa que concorreu a serviços e projectos ligados ao ambiente, quer em Felgueiras quer no vale do Sousa. Concorreu com muitas outras empresas. Alguns concursos até foram internacionais. Têm regras que são públicas e têm os concorrentes que seguramente se oporiam caso se sentissem preteridos sem razão.

Mas criaram a ideia de que há uma teia de favores. Não sei se há. Quem assim o pensa e diz, lá saberá! Acho muito bem que se tenham definido regras para as contas das campanhas eleitorais e dos partidos. Até deveriam ser mais rigorosas. Mas se não se tinham criado antes, não é justo que se especule e rotule conforme dá jeito, a esse propósito.

As pessoas em Felgueiras, como os agentes partidários e políticos, bem sabiam decodificar o que ouviam e sabiam que nada fazia grande sentido, sobretudo porque me conheciam e conhecem. Estive mais de dois anos fora de Felgueiras e as manifestações de carinho sucediam-se. Muitas pessoas telefonavam-me, contactavam-me pela internet e outras até me visitavam. Regressei correndo um risco enorme, mas acedi responsabilmente aos apelos que me dirigiam. O julgamento estava marcado para o dia a seguir às eleições. E tal como sempre afirmei, estaria nos tribunais a contribuir para que se apurasse a verdade e a defender-me. E assim sucedeu e tem sucedido”.

FF – Como analisa a recepção que teve quando chegou?

FF – “Essa é a maior coroa que eu guardo de tudo isto. Acho que nenhum político a nível nacional alguma vez teve possibilidade de sentir e viver algo do género. Todos os segundos, os minutos, foram de uma euforia, de uma manifestação de confiança e expectativa enormes e intensas. Honrei, como sempre, os meus compromissos eleitorais. Trabalhei diariamente, durante os quatro anos de mandato, sem medir esforços. E fi-lo com vontade, responsabilidade, mas também com um enorme sentimento de gratidão”.

• *Entrevista concedida a 25 de Março 2011 (um dia após José Sócrates ter pedido demissão do cargo de primeiro-ministro).*

Apêndice 3 - Entrevista Avelino Ferreira Torres *

Florbela Faria – Agora que está do “outro lado” do Poder Local, como é que o caracteriza?

Avelino Ferreira Torres – “O Poder Local entre 1976 e 1986 era muito mais difícil. Não havia ‘money’. Quando surgiu a Lei das Finanças Locais é que a coisa começou a melhorar. Não há dúvida que durante o período em que estive na Câmara – comecei como vereador e em 1981 candidatei-me à presidência e ganhei – era muito difícil trabalhar. Havia câmaras ricas, mas aqui era preciso contar os tostões para ver se podíamos fazer ou não. A ideia era pagar o mais tarde possível e as pessoas lá iam aguentando. O Marco não tinha nada! Agora o que se verifica nas câmaras que têm empresas municipais é que se trata de uma escapatória para o dinheiro poder circular. Sou anti-empresas municipais. Aqui na zona ninguém tem; entendo que são uns tapaburacos. As obras no Poder Local, desde que sejam bem acompanhadas, por quem dói, ficam muito mais baratas do que aquelas que são dadas de mão beijada aos empreiteiros. Agora, com esta lei dos ajustes directos, é possível fazer ajustes directos até um milhão de euros. Podiam, e podem, ser dadas de mãos beijadas aos amigos”.

FF – Quando foi candidato a Amarante referiu-se várias vezes às relações, dúbias, entre alguns empreiteiros e alguns candidatos. Mantém essas acusações?

AFT – “Ai era um bocado diferente. Era a Mota-Engil. Quanto a mim há ali uma vigarice na massa falida da Tabopan. Lendo o processo todo conclui-se que o antigo administrador da Tabopan (comendador José Gonçalves Abreu) tentou que lhe fossem perdoados os juros, uma vez que após o 25 de Abril subiram assustadoramente. Ele não teve hipótese e foi à falência. Tentou, com os diversos governos, que lhe perdoassem os juros e o que devia às Finanças e à Segurança Social e ele colocaria a fábrica – considerada a melhor da Península Ibérica - a trabalhar. Nunca conseguiu. Até que a Câmara se meteu no assunto e conseguiu que as dívidas fossem perdoadas. Foi então vendida e sei que quem ganhou foi condecorado recentemente comendador. Mas, na prática, quem ficou com aquilo foi uma empresa do grupo Mota-Engil. Na altura pedi

uma audiência ao Sr. Procurador, que não foi concedida. Disse para lhe mandar os dados e eu mandei. O que é que aconteceu? Remeteu para o procurador-adjunto de Penafiel que é o meu amigo – entre aspas. Há anos que enviei e não sei de nada. Entretanto deve prescrever. Sabe, há duas empresas que mandam no país, tanto faz que esteja no governo o PS ou o PSD. Uma é a Mota-Engil e a outra está ligada à alta finança”.

FF – Isso não condiciona a acção dos políticos?

AFT – “Condiciona e muito”.

FF – A Lei de Limitação dos mandatos é benéfica?

AFT – “Não é para mim, que já estou...”

FF – Mas ganhou agora a Concelhia do CDS/PP...

AFT – “Mas isso não tem nada a ver. Diziam que o Portas não me deixava candidatar. Mas o Portas não manda em mim. Toda a gente sabe que eu sou um não alinhado. Em mim ninguém manda. Foi sempre assim. Nunca lhe pedi nada; eu e o Dr. Costa é que idealizávamos tudo. Fui presidente do CDS em 77 e depois nunca mais fui. E agora fui forçado, porque não queria ser mais. Estava doente (estive na cama mais de 40 dias, só saía para comer e tomar banho) quando começaram a chatear para me candidatar. Têm consciência do meu peso – e agora peso menos porque estive doente. Ainda andou para ai um pardalito a mandar uns bitites, mas não adiantou nada. Eu disse depois ao secretário-geral que até ao fim do ano consigo arranjar mil filiados. E não tenho dificuldade nenhuma”.

FF – A relação do presidente da concelhia do Marco de Canaveses com Paulo Portas é boa?

AFT – “Sempre foi. Fui convidado mais do que uma vez para ser candidato e nunca aceitei. Entendo que um deputado deve ser minimamente alinhado e eu nunca serei. Certo dia, fizeram as listas e ficou o lugar número três. Começaram logo a adivinhar para quem seria. Entretanto, encontrei o Paulo Portas e ele disse-me que queria colocar uns outdoors e que o dinheiro era pouco. Perguntei-lhe quem é que iria colocar no número três e ele disse-me; foi o Anacoreta Correia. Disse-lhe logo que estava muito bem entregue. Antes de vir embora puxei de um chequezinho, dobrei-o, e ele meteu-o no bolso. Nem viu quanto era. Andei para aí um quilómetro e ele telefonou-me para agradecer o gesto e a generosidade. Então, disse-me que quando visse na rua os primeiros cartazes que tinha sido eu a pagá-los. Houve uma revista que, mais tarde, usou esta informação de uma forma maliciosa. Perguntaram-me se eu algum dia tinha

dado dinheiro aos líderes do partido e eu contei este episódio com o Paulo Portas e outro sobre a renda da sede, no Largo do Caldas. Andavam a fazer uma subscrição para pagar a renda que estava em atraso e eu perguntei quanto era a dívida e paguei tudo. Ficou a dívida saldada. De resto, nunca subsidiei ninguém”.

FF – O que pensa do jornalismo?

AFT – “É evidente que há excepções, e ainda bem que as há. Mas há poucas. E eu fui super-atacado (e não sei porquê pois nunca me meti com ninguém). Mas há um ditado que diz que quem cala consente. Há apenas o dono de um grupo, que tem negócios na Comunicação Social, que tenho a certeza que não pressiona nenhum jornalista: chama-se Belmiro de Azevedo. É o estilo dele. É muito rigoroso e gostava muito de o ver a primeiro-ministro. De resto, estão sempre ligados a certo poder. E nem digo que seja ao governo porque este tem os seus canais próprios. Gosto muito do Diário de Notícias. Já me entrevistaram e foram correctos, ao contrário do que acontece com outros jornais. O Jornal de Notícias foi sempre o que me atacou mais. Não o compro. Sabe que, tal como há trinta anos, ainda há muitos jornalistas penduras. Alguns já me pediram dinheiro. Mas há outros, como Costa Carvalho, que são super-sérios. Foi director do semanário O País. Um dia entrevistou-me por causa da morte do meu irmão. Eu atirei-me para a frente. Falava do pedantismo dos magistrados e o Ministério Público queixou-se. É evidente que eu podia desmentir; mas não ia fazer isso ao homem! Voltei a dizer o que estava publicado. Olhe, nem sei o que é que aconteceu. Disse ao advogado que não admitia nada. Eu tinha razão. Foi a primeira vez que fui a julgamento. A partir daí fui a muitos...”

FF – Qual é que o marcou mais?

AFT – “Quando foi aqui à porta de casa, quando disse que as juízas ainda há pouco tempo andavam a mamar leite das mães. Foi de gritos. Vinha da América; quando a sentença foi lida ainda estava lá. Entretanto, quando cheguei tinha mais de mil pessoas à porta. Houve um tipo que começou a falar num megafone e eu, cansado, queria dizer uma frase que não me saiu. Disse que a sentença foi preconcebida. Mas não era isso que eu queria dizer. Queria dizer que no horizonte da decisão houve qualquer coisa... mas não era preconcebida. Aos jornalistas afirmei que sobre a sentença deveria dizer que era uma m..., mas que não diria. Ora, já tinha dito... Lembro-me perfeitamente. O sindicato dos magistrados pôs-me uma acção; toda a gente dizia que eu ia ficar mal. Logo na altura fiz um desmentido, onde pedia desculpa pelo facto de eventualmente ter sido indelicado com alguém. Aliás, referi que fui muito bem tratado pelos magistrados –

coisa a que nem estava habituado. Foram sempre impecáveis comigo. Os juízes não se queixaram individualmente, foi o sindicato. Resumindo e concluindo: fui absolvido”!

FF – A falta de experiência dos juízes é um dos problemas da Justiça?

AFT – “É uma. Quando são casos mediáticos, os juízes tremem todos. Têm medo. Também há o contrário: há os que dizem que vão lixar aquele gajo, que tem a mania que é importante”.

FF – As tentativas de corrupção já são antigas?

AFT – “Fui o dirigente mais novo de uma colectividade federada do país: o Sport Clube de Rio Tinto. O primeiro jogo, onde fui delegado, foi no Cruz. Tinha o sangue na guelra e mau feitio. O árbitro, que trabalhava na CP, fez um mau trabalho. Quando entrou para o balneário meti-me com ele. E ele disse porque é que prejudicou o Rio Tinto. Porque outra direcção, anterior à minha, prometeu-lhe umas botas e nunca lhas deu”.

FF – Agora os valores são outros...

AFT – “Claro. Mas nunca dei dinheiro a ninguém! Quando os árbitros chegavam aqui ao Marco tinham todos sempre no balneário um cesto com produtos regionais. Trabalhava mais com a amizade e nunca tive problemas com isso, antes pelo contrário”.

FF – Era o sistema...

AFT – “Soube de várias histórias de alguns tipos que telefonavam para os presidentes dos clubes a assegurar a vitória no próximo jogo; custava x, porque diziam que conheciam os árbitros. Comigo isso nunca aconteceu, mas soube de vários episódios. E o pior é que o árbitro do jogo nunca soube de nada. Se o resultado fosse favorável, indivíduo ia receber; caso contrário dizia que não tinha dado para mais! Mas há muitas coincidências. Um dia estava em Fátima. Fui almoçar com uns amigos, entre eles estava um pai e o filho, ambos benfiquistas, mas o filho era doente. No dia seguinte o Benfica ia jogar com um dos últimos, que se perdesse o jogo desceria de divisão. Conversa puxa conversa e eu disse que esse clube não ia perder. Na brincadeira liguei ao presidente desse mesmo clube e assegurei-lhe que eles não iriam perder o jogo, só precisavam de ter cabecinha. O jogo acabou com 0-0. O Benfica não foi campeão e os outros não desceram. Aquilo que eu disse como sendo um palpite, uma brincadeira, ficou como sendo uma certeza. Dias depois o filho perguntou-me como é se faz; como é que eu sabia que o clube não iria perder. Eu não sabia de nada. Foi uma brincadeira. Mas há muita gente que se aproveita, e bem, do futebol. Eu fui sempre um andor do futebol. O dinheiro que lá gastei dava para passar os restos dos meus dias muito bem, ir para as praias do Brasil, enfim. Gastei mais de meio milhão de contos no futebol. Eu era sempre

a pagar. Peguei no Marco na segunda divisão regional e subiu sempre. Quando tomei conta pela primeira vez tive de pôr condições: se alguém agredir árbitros ou adversários, demito-me imediatamente. É que antes havia sempre porrada nos jogos. E mais. As penalidades que seriam aplicadas a quem não cumprisse estavam afixadas nos balneários dos árbitros. Se alguém apanhasse cartão amarelo por agressão era severamente punido pelo clube; depois recebi um papel a dizer que tinha de tirar aquilo de lá, mas deixei ficar na mesma. Toda a gente sabia se algum dia fosse preciso dar uma bofetada a alguém tinha de ser eu; eu é que pagava, eu é que era o responsável pelo clube. Enquanto eu não desse, ninguém poderia dar. Isto há quarenta anos. E nunca bati em ninguém”.

FF – Só deu uns pontapés no banco...

AFT – “Isso foi diferente. Até foi pedagógico. Era o Marco/Portimonense e estávamos na linha de água para descer e era preciso evitar. O árbitro era um homem sério mas havia um fiscal de linha – que era da terra do adversário – que estava a roubar descaradamente. Eu estava próximo dos delegados ao jogo e a ver o que um deles estava a escrever. Houve dois penaltis. Ele escreve segundo penalti não assinalado a favor do Marco. Eu, já lixado, ao ver aquilo escrito fui por lá abaixo. Mas até ao relvado contive-me e fiquei perto daquela mesinha que tinha em cima aquela coisa de mostrar o tempo que faltava. Só estava ali para aquilo. Creio que dei um pontapé na mesa e espetei com aquilo no chão. Não me lembro bem. O que sei é que fiquei ali e que o quarto árbitro veio buscar a placa, onde dizia que faltavam quatro minutos de compensação. Entretanto, o massagista é obrigado a entrar em campo. O massagista, que não pode com uma bofetada, foi ameaçado. E eu não posso ver os fracos a ser ameaçados. O ambiente estava ao rubro. Devia-se serenar os ânimos e não o contrário. A propósito, tenho que agradecer às pessoas do Marco porque sempre que lhes dizia para parar, paravam. Safei muitas vezes os guardas de levar coças do povo do Marco”.

FF – Também há um sistema na política, nomeadamente nas autarquias?

AFT – “Não. Eu estive oito meses e qualquer coisa como presidente da Câmara, pela primeira vez e, como não tinha maioria, a Câmara caiu. Entretanto fui operado e aparece-me no hospital o Vieira de Carvalho, a dizer que eu teria de ser candidato. Chamava ao Vieira de Carvalho a raposa da política; era quem mais sabia de autarquias. Lembro-me que ele me disse quem em política dois e dois não são quatro nem 22. Insistiu, deu-me algum ânimo, numa altura em que há cinco dias antes me tinham retirado o estômago. Entretanto disse à minha mulher: não tomo mais medicamento

nenhum; vou morrer por isso não preciso de medicamentos. E assim foi. Na manhã seguinte chegou o médico que me operou e disse-lhe: estou f---, sr professor. A minha mulher tinha-lhe ligado e ele não gostou da história. Disse-me logo que me podia candidatar e para não gritar muito com o Lucas Pires, que era o presidente do partido na altura. A minha mulher tentou convencer-me a voltar a comer e garantiu que desta vez votaria em mim. E fique: filha da ... Não votaste em mim? E ela apressou-se a dizer que votou em branco porque não queria que eu fosse para a Câmara; se tivesse votado em A ou em B era divórcio na certa! Depois chamei o Dr Costa e delineámos a estratégia para ganhar as eleições. Foi tudo preparado num quarto de hospital. Tripliquei os votos. E isto vinha a propósito?!”

FF – Do sistema das autarquias, se é que existe...

AFT – “Não. Não se mexe em dinheiros. Quando fazia negócios para a Câmara era muito mais rigoroso do que para mim. As pessoas até ficavam malucas, pois conseguia vender terrenos da Câmara muito mais caros do que aquilo que alguém alguma vez se pensou ser possível. Só os deixei construir até ao 11º andar, pois dizia que não tinha medo das alturas. Deixei a Câmara e tenho muito menos capacidade financeira do que quando fui para a Câmara; mas uma diferença abismal. De centenas de milhares de contos. Dava o meu vencimento; alguém precisava de uma cadeira de rodas e eu dava, enfim. Eu acredito piamente na reencarnação”.

FF – Mas como é que se fazem as “negociatas” nas câmaras actualmente?

AFT – “Os ajustes directos são a coisa mais fácil do mundo. É evidente que o empreiteiro sabe que aquilo lhe será dado de mão beijada, pode perfeitamente fazer por menos de um milhão e sobrar 100 ou 200 mil euros do real custo. Não tenho dúvida nenhuma que há casos desses. Agora comigo não se deu isso porquê? Como na altura só havia duas ou três câmaras do CDS, nunca tivemos nenhum sistema. Apenas exigia ao governo, nada mais. E consegui muitas coisas. O tipo mais porreiro para mim foi o arquitecto Rosado Correia, e era socialista. Tive alguns problemas para poder construir a preparatória de Alpendorada e ele conseguiu desbloquear tudo. Foi impecável. Arranjou 80 mil contos para a Câmara, que me permitiu desenvolver o concelho. Foi o único ministro que me ajudou, que ajudou o concelho mesmo antes de se demitir.

Em relação às câmaras, onde se podem fazer as grandes jogadas é nas grandes cidades. É aí que há dinheiro, que há projectos”.

FF – A participação Quinta das Celebidades teve como objectivo “limpar” a sua imagem pública?

AFT- “Não. Fui lá parar porque veio cá o Dr. José Eduardo Moniz e o tipo da Endemol para fazer o convite. Trouxeram uma cassete e disse-lhes que se fosse aquilo (que estava a decorrer em França naquela altura) que não tinha problema nenhum em participar. Introduzi algumas cláusulas novas, poucas, e a principal estava relacionada com o seguro, que era muito baixinho e exigi que colocassem um milhão de contos. Davam-me dois mil contos por semana. Pensei seriamente se devia de ir ou não e como me deveria comportar. Sou devoto de Santa Teresa do Menino de Jesus, em França. Antes de ir para a Quinta fui lá. E recebi algumas indicações. A minha mulher e a minha filha não queriam que eu fosse, o meu filho pensava o contrário, parece. Decidi logo que metade daquilo que ganhava era para a Cercis Marco e outra metade para a Cercis Marante. Não recebi nem um tostão. (Penso que lhes pagaram; nunca perguntei). Depois todas as idas eram pagas, não sei quanto, mas eram pagas. Fui para lá e a única que conhecia de vista era a Cinha Jardim, mas nunca tinha falado com ela. Simpatizei com o Frota porque era o que mais trabalhava. Ele e eu. Os outros andavam para lá. Foi andando muito bem, até que tive de regressar”.

FF – Ainda mantém contacto com esses colegas?

AFT – “Não. O vencedor ligou-me uma série de vezes, mas nunca fui. Mas ele respeitava-me. O meu intuito era fazer o melhor possível, só isso”.

FF – Dos seus processos judiciais, qual é que lhe deixou maior mágoa?

AVT – “Foi o do leitinho. Pode dizer. Fui condenado na primeira instância, quando estava nos Estados Unidos. Recorri e a pena baixou. A pena suspensa baixou e tudo. Tive dois julgamentos rigorosamente iguais, com penas diferentes. Antes das autárquicas fui ilibado de tudo, de outro apanhei pena suspensa – fui até ao Constitucional (que é muito caro) e não ganhei”.

FF – Era o caso que envolveu o Faria?

AFT – “Eu não me meti em nada. Ele deve mais três milhões de contos. Não tinha horário mas tinha de estar sempre contactável para fazer serviço da presidência e dos vereadores. Ia todos os dias ao Porto. Não sabia nada do que ele fazia para além dos serviços da Câmara. Nunca tentou fazer a minha assinatura, vá lá! Eu andava em Amarante, não sabia o que ele andava a fazer”.

FF – Os marcoenses já lhe perdoaram por se ter candidatado a Amarante?

AFT – “Se me tivesse candidatado pelo CDS tinha ganho. Eu próprio me enganei ao votar em mim; tive de pedir outro boletim. Ir para EnAmarante não é crime nenhum

porque é a minha terra e eu tinha cá deixado alguém. Nunca ninguém me disse nada; nunca ninguém me tratou mal”.

- *Entrevista concedida a 27 de Janeiro de 2011, na sua casa no Marco de Canaveses.*

Apêndice 4 - Entrevista Maria José Morgado*

Florbela Faria - O Poder Local e a Justiça. Que ligação existe entre os dois “mundos”?

Maria José Morgado – “A ligação entre e a Justiça e o Poder Local, ou entre a Justiça e qualquer outro poder, é igual à ligação entre a Justiça e a realidade. Nós não investigamos o Poder Local em si, mas investigamos factos ocorridos no âmbito do Poder Local que sejam imputáveis a alguém que tenha praticado um crime de acordo com as provas recolhidas. Isto tanto pode acontecer no Poder Local como em empresas do sector empresarial do Estado (isto se estivermos a falar dos crimes de corrupção, cometidos no exercício de cargos) como em qualquer outro cenário. Até na rua, se for o caso. A vocação dos tribunais, e do Código do Processo Penal e do Código Penal, é ver em relação a cada facto criminoso que se pratica quem são os seus autores, as provas correspondentes e fazer Justiça proporcionada e adequada. Portanto, não há uma teoria de Justiça e de Poder Local ou de confronto de poderes. Não tenho uma visão da Justiça e dos tribunais como um meio alternativo de poder. Nós somos apenas um meio de reconstituição da paz social e de reposição dos bens jurídicos que foram atingidos com a norma violada. Trata-se de uma actuação caso a caso, de acordo com as circunstâncias. E não de acordo com as pessoas. As pessoas aparecem-nos porque são as autoras dos factos. Não há direito penal nem processo penal sem gente dentro. Depois, o que pode acontecer, mas é noutra perspectiva, é que estes processos têm particularidades ao nível da recolha de prova, e até da produção de prova em julgamento, na medida em que estamos a lidar com pessoas com uma grande inserção social, com influência, com capacidade de penetração através dos meios de Comunicação Social e, por isso, são pessoas diferentes do arguido comum. Tudo isso tem um efeito boomerang dentro do processo. Mas são as circunstâncias do caso”.

FF – Circunstâncias impossíveis de alterar...

MJM – “Pois, é mesmo assim. A realidade não é como a história do Brecht – tínhamos de demitir o povo porque ele é que estava errado. A realidade é assim. Quando

intervimos em investigações criminais neste contexto, temos de contar com estas especificidades”.

FF – Há, então, uma Justiça para o cidadão comum e outra para alguns actores da nossa vida política?

MJM – “Não. Os resultados é que podem ser diferentes por força da tramitação do próprio processo penal. Alguém perseguido penalmente, e que tenha capacidade para pagar a um bom advogado, faça um bom contraditório, faça uma boa campanha junto da Comunicação Social, não é impensável (porque o Código do Processo Penal é uma coisa falível como outra qualquer) ter um desfecho favorável. Isso acontece. Claro que uma pessoa humilde apresenta-se perante o juiz desprovida de qualquer contraditório. A prova é mais fácil. Mas isso, mais uma vez, é da natureza das coisas. É assim! E é assim que temos de trabalhar e lutar. Nem sequer podemos indignar-nos com isso. Temos de contar com isso. Contando já com isso, temos de estar prevenidos, fazendo uma produção de prova, porventura, mais profunda ainda; uma intervenção processual mais acutilante. São processos inegavelmente mais difíceis. Até porque estamos a lidar com pessoas que não são estigmatizadas, como acontece em relação aos restantes fenómenos criminais comuns. São pessoas com respeitabilidade. Até isso influencia favoravelmente o tribunal. Uma coisa é um carteirista do metro, outra é o titular de um cargo político acusada de participação económica em negócio, corrupção ou de abuso de poder. O juiz tem perante si uma pessoa com aparente respeitabilidade”.

FF – Que foi sufragada, que tem o apoio dos eleitores...

MJM – “Pois, está bem. Só que isso não é uma bênção divina”.

FF – Mas é facto tido em consideração?

MJM – “Na prova não pesa nada. Só interessa se fez ou se não fez. Só interessa apurar se é culpado ou inocente. Os votos não são nenhum meio de prova”.

FF – Em termos de tipo de processo, os casos que envolvem políticos são diferentes?

MJM – “Há circunstâncias que podem dificultar a produção de prova e dificultar o julgamento. Mas são estranhas à produção de prova. Embora, de forma difusa, influenciem de alguma maneira. Nunca se sabe como nem até que ponto”.

FF – O modelo de “capitalista felgueirense”, que utiliza no seu livro “O inimigo sem rosto. Fraude e corrupção em Portugal”, continua em vigor?

MJM – “Continua. Acho que a crise económica e financeira que estamos a passar encontra também aí algumas das causas. Trata-se de um modelo improdutivo, sem eficácia reprodutiva, em que há uma espécie de conluio sistemático entre titulares de

cargos políticos e determinada gente do mundo dos negócios. De forma a aproveitar todas as vantagens dos dinheiros públicos em benefício de particulares. Ora isto tem provocado sangrias intensas na gestão dos dinheiros públicos sem nenhuma produção de riqueza. A história dos sacos azuis, da adjudicação directa das empreitadas sempre às mesas empresas; tudo isto são formas de economia parasitária dos dinheiros do Estado. A situação de pobreza que vivemos actualmente encontra aí uma raiz”.

FF – Esta mesma situação de crise pode conduzir a que estes mecanismos se fortaleçam?

MJM- “Claro, que se tornem mais intensos. A origem do mal transforma-se no próprio mal”.

FF – O número de processos tem aumentado?

MJM – “O aumento da distribuição de processos de criminalidade económico-financeira acentuou-se nos anos de 2008, 2009 e 2010. A tendência foi sempre para a subida das participações criminais. E isso é apenas a ponta do iceberg”.

FF – São os que se conhecem...

MJM – “Que são apenas um centésimo do que acontece na realidade”.

FF – Os autarcas que tiverem (ou têm) processos em tribunal decorrentes da sua actividade, continuam a vencer eleições e, em alguns casos, a reforçar as votações? Que fenómeno social é este?

MJM – “É um fenómeno de terceiro mundo. Revela a ausência completa de massa crítica por parte das pessoas; populismo (são vistas pelos eleitores como alguém que fez obra) e, inclusivamente, têm-se balanceado entre a falta de prestígio da Justiça e a popularidade que alcançaram. Muitas vezes esses políticos utilizam os processos-crime como uma forma de aumentar a sua popularidade, vitimizandose publicamente. As coisas funcionaram ao contrário...”

FF – A Justiça serve como arma de arremesso?

MJM – “De certa forma. Mas os tribunais têm culpa. Não têm uma jurisprudência firme, os processos têm tramitação morosa e permitem isso tudo”.

FF- A propósito de morosidade, refira-se o caso de Fátima Felgueiras, que se encontra parado no Tribunal da Relação de Guimarães, há dois anos, por falta de juízes!

MJM – “Todos estes processos têm sempre uma morosidade acrescida. Não sei porquê!”

FF – Devido às escusas, não haverá juízes disponíveis...

MJM – “Há impedimentos que resultam do Código do Processo Penal. Pronto.”

FF – Mas o comum do cidadão não se pergunta se não há mais juízes no resto do país?

MJM – “Acho que o cidadão comum já dá por assente que a Justiça funciona mal e deixou de se preocupar com isso”.

FF – Contudo, há portugueses preocupados. O que podem fazer para que a Justiça funcione, para que os tribunais funcionem?

MJM – “Os tribunais não estão congelados. Todos os dias se findam processos e se tomam decisões. Não podemos cair no erro de tomar a parte pelo todo. Estamos só a falar destes processos que têm uma morosidade mórbida e dificuldades especiais. Mas há uma estatística de casos julgados, decididos e findos. A Justiça não é um deserto. Agora tem défice profundo da parte do crime económico-financeiro”.

FF – Porquê?

MJM – “Por várias razões. A legislação não é muito favorável, os recursos existentes são de uma escassez ridícula; não temos, porventura, a preparação suficiente. Depois, o próprio Código do Processo Penal permite muitas diligências dilatórias se elas forem requeridas e se for esse o espírito”.

FF – Uma boa defesa pode empatar um processo durante anos?

MJM – “Sim, pode. Pode eternizar quase um processo se não encontrar pela frente um tribunal firme. Evidentemente, há mecanismos processuais para considerar as diligências dilatórias e as indeferir. Mas, muitas vezes, os senhores juízes preferem autorizar as diligências para não serem acusados de não estar a dar a devida importância. Chega-se ao ponto de que a morosidade é tal que quando o processo chega a ser decidido já não tem nenhum significado”.

FF – É bastante crítica em relação à Lei de Financiamento dos Partidos. Porquê?

MJM – “Esta última é a pior de todas. Permite que as sanções sejam transformadas em custos dos partidos. Ou seja, um partido que cometa uma contra-ordenação em relação aos seus deveres de propriedade e de financiamento das campanhas, e que seja multado, é compensado porque essas multas entram nos custos. É o prémio ao infractor e o contrário do que se pretende. Era preferível não haver lei nenhuma. É uma lei laxista e inteiramente facilitadora ao regresso das malas dos dinheiros, na parte em que permite também donativos de particulares em dinheiro. Estas verbas são insindicáveis – não se sabe de onde vêm nem para onde vão. É o país que temos”.

FF – Que meios é que a Justiça tem para tentar fazer face a estas dificuldades?

MJM – “Poucos. O Ministério Público tem o controlo do património dos políticos e no final dos mandatos é feita uma comunicação do Ministério Público ao Tribunal

Constitucional. Mas como nada disto está informatizado, as comunicações são feitas em papel. O Ministério Público fica mergulhado em pilhas de papel e ninguém pode detectar nada mergulhado em pilhas de papel. Temos uma legislação que prevê algumas medidas que poderiam ser eficazes, mas como não há implementação dos meios, das ferramentas informáticas adequadas ao tratamento de dados, fica tudo sem efeito. Além disso, os titulares de cargos políticos sabem isso perfeitamente.

FF – Estão completamente envolvidos no meio...

MJM – “Não sei. Talvez não tenham consciência da censurabilidade de certas condutas. As pessoas perdem a noção das coisas”.

FF – Porquê?

MJM – “Porque não há uma cultura de exigência, uma cultura de ética, de honestidade. Há uma cultura de Chico-espertismo. São raras as vozes que se ouvem em sentido contrário. São algumas, mas contam-se pelos dedos de uma mão”.

FF – A Dra tem sido uma dessas vozes. Já recebeu ameaças?

MJM – “Não. Só as recebe quem tem medo. As pessoas sabem que não vale a pena e, além disso, não tenho importância suficiente para isso”.

FF – Então corre tudo tranquilamente...

MJM – “Tranquilamente... quer dizer, a minha consciência tem as suas angústias em relação àquilo que eu gostaria que fossem os resultados da investigação criminal. Agora, não tenho preocupações de perseguições individuais. Nunca tive”.

FF – A Polícia Judiciária tem os meios necessários para investigar?

MJM – “Não, a Polícia Judiciária está muito desfalcada e tem, de facto, uma escassez ridícula de meios para enfrentar estes fenómenos. Nomeadamente no que diz respeito à recolha de prova digital. Tem uma capacidade de resposta muito diminuída: tem gente muito competente, mas em número reduzido. Tem, por isso, falta de recursos humanos e de equipamento”.

FF – Tem afirmado que a corrupção nos tornou mais pobres. Somos um país dividido entre dois “mundos” – a União Europeia e o dito terceiro mundo?

MJM – “Os nossos fenómenos de corrupção são do terceiro mundo. Em termos geográficos estamos na União Europeia. Na União Europeia também há corrupção. Mas o nosso grande problema é que temos uma corrupção de terceiro mundo que vem da pobreza e gera ainda mais pobreza. Há economia paralela. Por isso, temos casas, educação e saúde mais caras”.

FF – As páginas na internet de organismos como a Procuradoria-Geral da República ou da Câmara do Porto têm apelado para que as pessoas façam ali denúncias de actos de corrupção. Concorda?

MJM - “Do ponto de vista das instituições é um sinal positivo. Tem é de haver capacidade de resposta do lado de dentro. Se não houver, criaram-se apenas expectativas”.

FF – Alguns dos processos de políticos podem chegar às próximas eleições sem estarem resolvidos. Serão uma bandeira para estes candidatos?

MJM - “A Justiça é completamente alheia a isso. Há eleições periodicamente, os processos estão pendentes e, evidentemente, coincidem. É como um relógio parado que tem razão duas vezes ao dia. Não somos assim tão competentes. Era preciso ser muito competente para conseguir ter uma agenda política, se fosse esse o caso, que não é. O que acontece é que há forças políticas que aproveitam os processos pendentes ou a informação que conseguem extrair deles. São fenómenos que nos são estranhos. Aliás, o combate à corrupção não é de direita nem de esquerda, tem de ser um combate nacional”.

FF – A Comunicação Social está a ter um papel relevante nesta matéria?

MJM – “Depende das pessoas. Há jornalistas honestos. Mas a Comunicação Social, enquanto veículo de informação, está cada vez mais dominada por interesses económicos. E por trás dos interesses económicos está, muitas vezes, a raiz do mal em termos de certas informações e de certas campanhas. Aqui já estamos a falar de coisas muito opacas, de fenómenos muito especiais. Uma coisa são os jornalistas, mas não se sabe até que ponto um jornalista honesto pode fazer a sua informação até ao fim. Cada vez mais os órgãos de comunicação estão dominados por interesses económicos, com políticas editoriais específicas e que estão em conflito de interesses com aquilo possa ser a verdade. Depois já não sabemos o que é a verdade”.

• *Entrevista concedida a 11 de Fevereiro 2011.*

Apêndice 5 - Entrevista Marinho e Pinto*

Florbela Faria – O Poder Local e a Justiça têm andado a colidir um pouco nestes últimos anos na Comunicação Social. A que se deve?

Marinho e Pinto – “Não é só o Poder Local. A Justiça anda a colidir com todos os poderes, a começar no poder político, de que o Poder Local é uma parte. Os titulares do Poder Local são políticos, eleitos directamente. Têm conflitos com a Justiça como os titulares de cargos políticos de âmbito nacional, desde o Governo aos deputados. Há várias razões para essas colisões. Por um lado a Justiça actua num sentido positivo, punindo, investigando, acusando e julgando os desvios comportamentais e funcionais dos titulares dos cargos políticos, designadamente a corrupção e o tráfico de influências. Trata-se, por isso, de um aspecto muito positivo. Mas, por outro lado, há aspectos negativos, pois há alguns sectores da Justiça que se consideram acima das leis e querem influenciar os outros poderes. Porquê? Por que o Poder Judicial é um poder totalmente irresponsável, totalmente independente. Além disso é exercido de forma vitalícia e sem escrutínio democrático. Os poderes se não tiverem controlos democráticos tendem a tornar-se poderes absolutos, ditatoriais, tiranos. Em Portugal temos assistido a esse fenómeno lento de degenerescência do Poder Judicial, num regime democrático a querer impor-se aos outros poderes. Vemos que há perseguições judiciais – desencadeadas pelo Poder Judicial no seu conjunto - contra titulares de outros poderes do Estado”.

FF – Refere-se aos casos que envolvem o primeiro-ministro José Sócrates?

MP – “A esses e outros. O caso Freeport, que envolve o primeiro-ministro, é um deles claramente. Uma carta anónima, que referia boatos e conversas de café, serviu para instaurar um processo em que ele nunca foi directamente visado no processo, mas serviu para alimentar notícias na Comunicação Social contra ele. É um processo que nasce no tribunal para alimentar a oposição ao primeiro-ministro. É a maior perversão que pode acontecer ao sistema judicial”.

FF – A oposição ao Governo é feita nos tribunais?

MP – “Grande parte do debate político em Portugal é hoje feito em torno de processos judiciais contra políticos. Há casos politicamente escandalosos. Juridicamente podemos não saber se houve crime ou não, mas que politicamente se pode afirmar que há

opacidade, falta de informação, de debate e de esclarecimento, isso definitivamente. Como é que se compram dois submarinos, num país em pantanas, sem haver um debate público nacional sobre a matéria? Mil milhões de euros vão demorar várias gerações a pagar. Não é uma decisão que possa ser tomada por um ministro! Depois aparece na conta do partido desse ministro um milhão de euros ilegais do ponto de vista jurídico e escandalosos do ponto de vista político. Foram depositados com nomes de doadores falsos. Isto nunca foi investigado e devia ter sido. Mais. Vários governos, durante anos, recusam a concessão de interesse público a um determinado empreendimento imobiliário que um grupo bancário queria realizar numa zona ecológica. Mas, de repente, dois ou três ministros, do mesmo partido, decidem que aquilo tem interesse público. Não digo que aqui haja corrupção, longe disso. Digo apenas que isto politicamente é escandaloso! Foram abatidos sobreiros por causa do suposto interesse público, decido num gabinete ministerial. Por outro lado, temos várias pessoas – sobretudo as do arco do poder em Portugal – que enriqueceram no exercício das suas funções públicas. No fenómeno da corrupção temos uma mancha imensa de promiscuidade. Há deputados que são advogados; advogados que são deputados. Ou seja, está no Parlamento um deputado a fazer leis que, ao mesmo tempo, tem clientes privados eventualmente interessados nessas leis e que lhe pagam honorários. Isto é vergonhoso para a condição de advogado e para a dignidade das funções soberanas de um deputado da nação”.

FF – Não há barreiras definidas...

MP – “E o que me preocupa mais em termos de Ordem dos Advogados é que um advogado que está a fazer leis na Assembleia da República tem uma vantagem competitiva em relação aos seus colegas. Subverte as regras da sã concorrência; um advogado deve ser procurado pela qualidade dos serviços, pela confiança e não por poder prestar-lhe serviços além dos de advogados”.

FF – E o que é que acontece no Poder Local?

MP – “Aqui existe o contrário de tudo isto, como muito bem anunciou há alguns anos José Luís Saldanha Sanches. Há autarquias que capturam o Poder Judicial pelo convívio e por coisas banais como, por exemplo, de estacionamento. No que concerne ao Ministério Público há, de facto, demasiados convívios. Particpei uma vez num julgamento de uma pessoa que foi processada pelo presidente da Câmara por difamação e uns dias antes do julgamento fui ao tribunal consultar o processo. Depois fui almoçar com um colega e com o cliente, onde estava o presidente da Câmara e a procuradora do

Ministério Público a almoçar juntos. O Ministério Público era o titular da acção penal. Isto também é perversão! O que acontece também como os jornalistas a nível local. A proximidade com as fontes muitas vezes restringe a liberdade dos jornalistas. Eu fui jornalista na província durante 29 anos e as fontes e as pessoas exigiam-me satisfações na rua, nos cafés, nos restaurantes. Admito que se é muito mais independente numa grande cidade do que na província. Se formos ver as recepções locais – um governante que se desloca a um município – lá estão as autoridades locais: autarcas, governador civil, reitores de universidades, magistrados, o presidente do tribunal, etc. Isto tudo gera um convívio – cheio de gente ilesa e de cordialidade – que muitas vezes traz benefícios à vida prática. Reconheço que deve ser muito difícil a um magistrado ou a um jornalista tentar desprender-se daquele envolvimento. Depois se eu tenho uma dificuldade na minha vida e sou, por exemplo, magistrado, coloco-a ao presidente da Câmara e ele resolve logo. Pode ser um problema com a minha rua que precisa de ser asfaltada ou algo do género. Só que tudo isto tem um custo. E pode ter um custo. Porque quando um juiz ou um procurador toma uma decisão, muitas vezes fá-lo naquela zona mais profunda do seu ser, onde a coisa mais pequenina e mais levezinha pode ter o peso suficiente para fazer a diferença. Percebe?!”

FF – É um momento único...

MP – “É único e solitário que ninguém pode nunca questionar. Basta um sorriso, um olhar, uma impressão de simpatia. É algo que ninguém sabe e que ninguém pode apontar nada. As decisões depois de tomadas é que são fundamentadas. Há aqui uma inversão epistemológica, quase, no mundo da Justiça: primeiro toma-se a decisão e depois vamos buscar a justificação, que se encontra sempre! Um juiz inteligente justifica sempre a decisão mais estapafúrdia. Ora bom. O que dizer disto? Os magistrados devem estar fechados, isolados? Claro que não. São homens como nós, feitos com as mesmas misérias e das mesmas grandezas. Têm as virtudes e os defeitos de qualquer ser humano. Contudo, devem assumir as suas fraquezas e é necessário criar mecanismos formais que as possam corrigir. E fazer com que as suas decisões sejam apreciadas por mais do que um magistrado; e não continuar a fazer aquilo que agora assistimos: restringe-se o direito de recurso. E o direito de recorrer da decisão de um magistrado é sagrado. Mas os magistrados estão contra”.

FF – E porquê?

MS - “Antes de mais porque estão todos unidos numa camaradagem sindical e são todos solidários uns com os outros. E não. Não devem ser solidários. Estão em conflito, ou

deviam estar, uns com os outros. Uns têm que anular as decisões dos outros. É preciso dizer que a decisão está mal sempre que isso acontece”.

FF – Qual o caminho percorrer?

MS – “Em matéria que possa ter relevância pública, eles querem dar uma imagem de coesão e solidariedade. Reafirmam, por vezes, as coisas mais estapafúrdias, por pura afirmação jactante de poder. Isto tem consequências enormes ao nível do desenvolvimento do país. As pessoas não acreditam na Justiça. Passam-se coisas deste género: no mesmo tribunal, os mesmos factos, sob a mesma lei, têm decisões antagónicas”.

FF – Pode clarificar...

MP – “O processo Casa Pia demonstrou isso. Chegava ao Tribunal da Relação um qualquer recurso, caía numa qualquer secção e a decisão anterior era considerada completamente correcta; se caísse noutra, era rotulada como ilegal, e quase que era insultada a primeira instância”.

FF – A sociedade portuguesa o que é que pode fazer para tentar melhorar o sistema?

MP – “Falar. Há anos que ando a falar sozinho, sempre na esperança de que o povo tome consciência. A nossa classe política é covarde e oportunista, que não é capaz desencadear as reformas para adaptar a Justiça ao país, à sociedade, ao desenvolvimento e ao progresso. A Justiça funciona como funcionava há duzentos ou trezentos anos”!

FF – E que reformas são essas?

MP – “Por exemplo, a questão da formação dos magistrados. De repente, optou-se pela formação laboratorial dos magistrados. Durante séculos os magistrados eram recrutados entre outros profissionais, nomeadamente entre os procuradores. Faziam concurso, etc. Agora pega-se nos jovens, que fazem um exame interno para o qual já são também laboratorialmente preparados por universidades que têm cursos para exame ao Centro de Estudos Judiciários (CERJ), e entram. Depois de dois anos de lavagens ao cérebro – a formação é encher-lhes a cabeça de tecnicidade jurídica e um rei na barriga – e soltam-nos a fazer Justiça, a ditar sentenças pelo país. Ora, aos 26, 27 ou 28 anos não se está preparado para ser juiz! Porque ser juiz não é saber muito Direito e as complexidades formais do processo. Aquelas liturgias processuais. Aquela porcaria toda! Para se ser juiz é preciso perceber o caso e as pessoas que tem ali à sua frente. Ter a humildade e a paciência de as ouvir exaustivamente. E depois encontrar uma solução de tal maneira elaborada e pedagógica que satisfaça mesmo aquele que perde. Já tive decisões que eram desfavoráveis aos meus clientes, mas estavam tão bem feitas que

dizia ao cliente que não valia a pena recorrer, apenas para gastar dinheiro. Agora o que lhes ensinam a fazer no CEJ é: decida! Bem ou mal, é o que tem de fazer. Mesmo que decida mal, muitas vezes não há recurso, que é o que acontece com os pobres, a quem esse direito está vedado. Para não pagar as custas – que são elevadíssimas -, os honorários do advogado e porque muitas vezes as acções não têm o valor económico que admite recurso. Veja a perversão a que chegou a Justiça. A dignidade judicial de uma acção, de uma pretensão, depende do seu valor económico. Se passar determinado montante, já tem direito a recurso e pode ir até ao Supremo; com outro só pode ir até à Relação; com outro nem da primeira instância sai. Ou seja, o juiz pode fazer o que quiser porque não há recurso. Tenho-me visto confrontado, como bastonário, com decisões que são uma autêntica ignomínia para a magistratura portuguesa, e não há recurso. Porque não tem alçada, isto é, não tem valor económico que permita ser impugnada junto de um tribunal superior”.

FF – O que pensa que se devia mudar mais?

MP – “Ainda há dias ouvi o presidente do Supremo Tribunal de Justiça elogiar a Justiça inglesa. Pois é. A Justiça inglesa funciona bem, mas os juízes são recrutados entre os advogados já com experiência. E porque é que um bom juiz sai de um advogado? Porque o advogado é que contacta com as pessoas na sua vida profissional. Deveríamos fazer o mesmo. Escolher os melhores dos melhores e torná-los juízes. Costumo dizer que só a parcialidade dos advogados é que é o verdadeiro garante da imparcialidade do juiz. Os advogados são pessoas de causa, de partes; não são isentos nem imparciais. Agora é preciso que as partes estejam ambas defendidas por advogados. O advogado igualiza as partes perante o julgador. Quando as partes não estão representadas por advogados, como está a acontecer cada vez mais em Portugal porque estão a desjudicializar a Justiça e a remetê-la para instâncias não soberanas, aparece o Salomão. Este vê tudo, sabe tudo e não precisa de ninguém para decidir. Quando as partes não estão representadas por advogados, as decisões são quase sempre favoráveis – leoninamente – às partes económica e culturalmente mais fortes; em detrimento das mais frágeis. Ouvimos cada vez mais discursos públicos, incluindo de magistrados, perturbados com o papel dos advogados, a querer, por exemplo, funcionalizar a advocacia. Querem transformar alguns advogados em funcionários públicos. A querer que a defesa do cidadão seja entregue a funcionários públicos, hierarquizados e pagos pelo Estado. A total independência dos advogados e a sua capacidade para contrariar a prepotência dos poderes instituídos nomeadamente nos tribunais. Por isso querem os

dóceis funcionários, amestrados pelo ordenado fixo ao fim do mês e pelos subsídios de férias e de Natal. Assim os advogados faziam panelinha com eles. O Estado dá o julgador, que julga, o procurador, que acusa, e depois dava o defensor, o advogado. E todos podiam estar inscritos no mesmo sindicato, pois teriam o mesmo patrão”.

FF – A carreira de advogado está ameaçada?

MP – “Não. Sempre foram necessários ao longo da história da Humanidade e sempre vão ser. Agora atravessa um período de crise, por razões endógenas e exógenas. Endógenas porque a própria Ordem não soube preservar, ao longo das últimas décadas, a dignidade da profissão. A Ordem esteve mais interessada, infelizmente, noutras coisas, entre as quais agradar a magistrados. Deixou a profissão massificar-se. Em pouco mais de vinte anos, a profissão passou de cinco ou seis mil advogados em Portugal para mais de trinta mil. Ora, isto dá cabo de qualquer profissão. Porque não cresceram as necessidades sociais e económicas dos serviços prestados pelos advogados. A advocacia, na sua larga maioria, empobreceu; uma minoria, enriqueceu estrondosamente porque vive de cambões à volta do Estado, das empresas públicas, institutos e autarquias. Temos imensos advogados, a maioria jovens, que lutam desesperadamente pela sobrevivência, mas que não irão conseguir porque não há clientes. Isto degrada a profissão a vários níveis”.

FF – Quer dar exemplos?

MP – “As profissões de grande interesse público não podem ser reguladas pelo Estado. O que deve é tomar medidas adicionais de salvaguarda desse mesmo interesse público. Não se pode deixar ao mercado a realização da regulação, segundo as suas regras e leis próprias do exercício dessas profissões. Por isso o Estado não pode sozinho, sob pena de crescer ainda mais do que aquilo que está, fazer a regulação. Entrega isso aos próprios profissionais porque presume, e bem, que ninguém melhor do que eles está interessado na defesa do interesse público inerente a determinada profissão. O Estado se deixasse a regulação apenas a cargo do mercado, é certo que este acabaria por fazê-la. Escolheria os bons e afastava os maus. Mas em certas profissões isso só aconteceria depois de terem sido causados danos com enormes custos para os cidadãos. Por exemplo, se deixar ao mercado o afastamento dos maus engenheiros civis, o Estado vai acabar por afastá-los. Mas entretanto muitas pontes ruíram e prédios desabaram. As ordens profissionais têm esse papel; umas desempenham-no melhor e outras pior”.

FF – É um mal menor...

MP – “Certamente. Todas as ordens desempenham melhor o papel de regulação do que o mercado ou mesmo o Estado. Na Ordem dos Advogados assiste-se a um crescimento desmesurado da profissão. Hoje, de facto, temos situações dramáticas. Para que estas profissões possam ser exercidas com qualidade e dignidade, tem de se garantir um mínimo de rendimentos aos seus profissionais. Se tal não acontece, o serviço fica degradado. Acontece que em Portugal isto foi completamente subvertido, pelo menos no ensino do Direito. As universidades formam milhares e milhares de jovens em Direito, todos os anos, que têm saídas para o CEJ (onde concorrem dois mil e entram cem) e depois querem vir todos bater à Ordem dos Advogados, porque têm uma profissão liberal. É contra isto que estou. Em primeiro lugar porque nem têm formação adequada e em segundo esta profissão não pode ser para todos! Tem que haver um limite máximo – chamem-lhes *numerus clausus* ou outra coisa qualquer – que garanta o mínimo de qualidade a todos os profissionais. A escandalosa decisão do Tribunal Constitucional só contribui para agravar a situação; diz que não se pode restringir o acesso à profissão! Os licenciados, agora até com três anos de formação, têm de entrar na Ordem, segundo o Tribunal Constitucional. E estamos assim. A ver este país a caminhar alegre e alienadamente para a degradação das suas profissões, das suas instituições, do país em geral”.

FF – Afirmou recentemente numa entrevista que “o povo não tem sentido de Justiça ao reeleger políticos acusados de crimes de corrupção e outros conexos”. Porquê?

MP – “Nesse sentido apenas. Acho que o povo tem um elevado sentido de Justiça nos casos de conflitos. Em política, de facto, é isso. Não temos uma opinião pública exigente e severa. O povo português é de arrebatamentos. É um povo de grandes exaltações morais, religiosas, filosóficas, políticas e ideológicas. É capaz de repente de encher as ruas, de ir para a porta do tribunal esfolar ou linchar o suspeito de um crime; mas se ele aparecer a pedir perdão, seria abraçado e levado para casa. O povo português é, como dizia Guerra Junqueiro, generoso, mas às vezes irrita. Porque devia ser exigente. Costumo dizer que a nossa classe política não iria sobreviver uma semana em Inglaterra, na Suécia, Alemanha e se calhar até em Espanha. Eram corridos. De facto, o que fazem não os responsabiliza. O que não se entende é que as pessoas andem enfurecidas em manifestações e a seguir votem neles. Ou vão votar agora naqueles que rejeitaram há quatro ou cinco anos. E na altura votaram nos que haviam rejeitado nas eleições anteriores. E andam nisto”.

FF – A oferta não tem qualidade ou é apenas a teoria do “deixa andar”?

MP – “O povo português é assim. Profundamente generoso; revolta-se quando lhe chegam a pimenta ao nariz, mas no fim não é capaz. Espanta-me como é que ainda votam. Eu já tinha feito greve às eleições! Se mandasse no povo português dizia para se fazer greve a umas eleições. Assim envergonharíamos os nossos políticos perante o mundo. Só seriam eleitos por aqueles a quem dão emprego, pelas suas clientelas. Agora o povo português tem sentido de Justiça. Pega-se no caso mais complicado dos tribunais portugueses; e dão-se a um qualquer cidadão os factos e ele dá a decisão justa. E nunca estudou Direito. Pode até nem saber ler. O que vemos nos tribunais é exactamente o oposto. Vemos pessoas cheias de literatura jurídica, que é a única que lêem a partir de uma certa fase das suas vidas, e as decisões que dão são as mais horripilantes do ponto de vista da Justiça”.

FF – Falta-lhes dominar a essência da Justiça?

MP – “Sim, daquela Justiça que todos nós intuímos; do justo e do injusto. Quando chegamos à política, os portugueses trespassam-se. É um fenómeno espantoso!”

FF – Em relação ao crime de corrupção, trata-se de algo difícil de apurar...

MP – “Não se combate a corrupção com a Justiça. Só se apanha o peixe miúdo. Aqueles que deixam pistas ou quando houve denúncia de alguém envolvido. É sempre de alguém de dentro, que sabe. Um corrupto e um corruptor inteligentes não se apanham. Pela óptica da Justiça, portanto, não vamos lá. A corrupção sempre houve e sempre vai haver. Onde houver poder, lá estará. E não é só um exclusivo do poder político, mas de todos os poderes. Sempre haverá pessoas que vão usar os poderes em que estão investidos para fins contrários aos seus deveres funcionais. A forma de a combater é política. Tem de ser debatida politicamente. Questionando as decisões que são susceptíveis de terem sido tomadas por razões exógenas aos deveres. Já tivemos casos de corrupção na magistratura. Foram varridos literalmente para debaixo do tapete. Foram abafados, escondidos pelos magistrados. Seria um prejuízo para a corporação no seu conjunto se houvesse um magistrado condenado por corrupção. Não. Isso é o pior que pode acontecer, pois a suspeita permanece”.

FF – Na esfera política como é que esse combate deveria ser realizado?

MP – “Os membros dos partidos políticos é que deviam apontar o dedo aos colegas no Parlamento, e fora dele, para dar explicações para determinados factos. Não é criando crimes que subvertem completamente as regras fundamentais de um Processo Penal civilizado e democrático, como é o crime de enriquecimento ilícito, em que as pessoas têm de justificar publicamente o seu património, perante polícias e perante magistrados.

O que não se justificar é considerado ilícito, é considerado crime. Isto é uma aberração! É uma subversão completa dos fundamentos da própria democracia e do Estado de Direito. Não é por aí. É fazendo no plano político, dizendo: o senhor tem. De onde é que recebeu isso? Eu questiono o património de alguns políticos. A trabalhar honestamente não se enriquece, por muito inteligente que se seja. Pelo menos no exercício simultâneo de funções públicas. A isto as pessoas calam-se. Até porque o dinheiro em Portugal dá muitos amigos. O poder dá dinheiro e o dinheiro dá poder e ambos criam exércitos de amigos e de protectores. Em Portugal há casos verdadeiramente fantásticos. Bancos foram saqueados em milhares de euros, que são pagos pelo povo português, enquanto os beneficiários desses saques estão pelo mundo a gozar as delícias”.

FF – E continuamos serenamente...

MP – “Absolutamente. Pagamos fortunas a entidades que deviam vigiar e regular o funcionamento das instituições bancárias, mas não. Pertencem todos à mesma elite, à mesma família económico-financeira. Hoje estão como reguladores e amanhã como regulados. Protegem-se todos uns aos outros, numa cumplicidade que cheira a moscambilha por todos os lados”.

FF – É nestes casos que são enviados, por exemplo, para Bruxelas quando surge algum problema?

MP – “Claro. Aqueles que levantam mais a voz – e isso é notório na classe política – levam logo com uma prateleira dourada para se calarem. Veja-se o João Cravinho. Alguém considerou que andava aí a fazer uns disparates e foi colocado no sítio certo: a ganhar uma fortuna numa instituição internacional. Deixou de causar problemas, embora venha de vez em quando dizer umas balelas para limpar a consciência; mas volta para o tal banco onde foi colocado”.

FF – A figura de arguido em Portugal é diferente de outros países da Europa. Porquê?

MP – “A figura do arguido é desconhecida ou incompreendida por alguns ordenamentos jurídicos. Reveste-se de características especiais porque, a partir do momento em que uma pessoa é suspeita, é posta num patamar que lhe confere direitos e deveres, mas sobretudo direitos. Por exemplo, o direito a não falar verdade e o direito a ficar calado. O arguido não presta juramento. Isto nos Estados Unidos não acontece. O arguido se falar tem de falar a verdade. Não me repugna que houvesse uma alteração, adoptando o estilo americano. O arguido tem direito ao silêncio mas não deve ter direito à mentira. E agora o direito ao silêncio não pode ser de forma nenhuma valorado em termos processuais. É uma não existência. É uma negação ontológica, não existe. O que

acontece é que o juiz perante o silêncio começa a pensar que quem cala consente. E a partir daqui começa logo a desencadear – primeiro dentro dele próprio e depois no processo – actos e mecanismos que irão atribuir culpabilidade. Conclui logo pela culpabilidade do arguido. Ou seja, a figura do arguido é esta: há uma pessoa sobre a qual recai a suspeita de ter praticado um crime, mas a quem o ordenamento jurídico reconhece um conjunto de direitos, nomeadamente o da não auto-incriminação. Tudo tendente a salvaguardar o princípio da não auto-incriminação. Esta tem que ser voluntária e consciente. As pessoas querem confessar, confessam. Em Portugal não há muito isso, o esforço investigatório maior é quase todo no sentido de haver confissões ou de obter do arguido declarações que o incriminem; tributário, na senda do que era o modelo da inquisição. Aqui era a confissão que contava. As pessoas confessavam ou morriam pois, confessando, aliviavam a consciência do julgador, que já podia mandar queimar. Aqui todo o modelo vai para isso. Devia haver incentivos a isso. Dou um exemplo: por que é que o Madoff, e outros, confessaram tudo? Por duas razões. Porque são confrontados com provas evidentes e têm benefícios processuais em confessar. Em Portugal, a pena máxima devia ser reduzida a metade, como chegou a ser proposto, a quem confessasse. Reduz-se a metade as custas, mas não a pena. Veja o que aconteceu com o desgraçado do Carlos Silvano. Confessou tudo, colaborou com a polícia e com o Ministério Público, ajudou, mostrou arrependimento, chorou, pediu desculpas e ao fim espertaram-lhe 18 anos. Compensa colaborar com a Justiça em Portugal? Isto é uma Justiça terrível, fanática. É uma Justiça terrorista. Deviam dar-lhe uma pena onde houvesse o reconhecimento e a aceitação do contributo que ele deu para a descoberta da verdade e para a boa administração da Justiça”.

FF – Este trabalho aborda o caso de quatro autarcas que foram arguidos: Avelino Ferreira Torres, Fátima Felgueiras, Isaltino Morais e Valentim Loureiro. Que leitura faz destes casos?

MP – “Relativamente a alguns desses casos, a questão do Valentim Loureiro no Apito Dourado é incrível. A Justiça gosta muito de espectáculo. Não tem dignidade ser tratado como corrupção saber se alguém deu um apito dourado a um árbitro para o Gondomar ganhar. Eu estou-me marimbando, e o país está-se marimbando, para a verdade desportiva num encontro de futebol entre o Gondomar e o Oliveira do Douro. Isso não é relevante para mobilizar o aparelho judicial. E quando este entra neste domínio, sai conspurcado. A corrupção está no Estado, nos seus órgãos centrais e periféricos”.

FF – Armando Vara dizia recentemente que só há processo porque está lá o nome dele...

MP – “Em relação a esse processo não sei. Provavelmente é outro que começou como uma bola de neve e vai acabar como um pingo de chuva. Vamos ver o que aconteceu a outros processos. Onde é que está a Operação Furacão? É muito espectáculo!”

FF – O caso Fátima Felgueiras é assim?

MP – “É outro também. No caso Madoff, a polícia andou mais de dois anos a investigá-lo no maior silêncio. Não havia lá jornalistas do Correio da Manhã a receber notícias todos os dias da polícia. A polícia trabalhou com a maior reserva e discrição. As provas eram irrefutáveis, tanto que ele confessou e em meio ano já tinha sido julgado. Aqui faz-se uma escuta ou aparece uma prova e aparece logo como manchete no Correio da Manhã, no Sol ou no Expresso. Quanto ao caso Fátima Felgueiras – na altura até me pronunciei – foi uma aberração. Do ponto de vista jurídico, porque a lei garante que uma pessoa tenha direito a recorrer de uma medida de coacção, nomeadamente da prisão preventiva. E ela não pôde recorrer porque a decisão foi aplicada em segunda instância. Ou seja, a própria lei criou uma aporia: por um lado reconhece o direito de recurso e por outro lado nega esse mesmo direito. Depois há outra questão. Eu sou adepto do modelo americano, que em muitos aspectos funciona bastante melhor do que o modelo continental europeu. O Ministério Público comporta-se em Portugal da seguinte forma: por um lado é magistrado e ao mesmo tempo é parte. O Estado dá o juiz que julga e o Ministério Público que acusa, mas recorre das suas próprias decisões. Isto é, coloca o Ministério Público a recorrer das decisões de outro magistrado. O próprio Estado cria prolongamentos artificiais dos processos. Nos Estados Unidos não. Uma pessoa é absolvida na primeira instância e não há mais recurso. Absolvida uma vez, absolvida sempre. O Estado não põe em causa as suas próprias decisões absolutórias. Quem pode pôr em causa são os condenados, por isso é que há a apelação. Aqui o Ministério Público faz recursos de apelação. Apela para condenar quem foi absolvido! O Ministério só deveria poder recorrer da decisão do juiz apenas em benefício do arguido. Mas o que acontece é que é obrigado por lei a recorrer, o que explica muitos dos atrasos na Justiça. Acabem com os recursos do Ministério Público! Se os juízes julgam mal, arranjam melhores juízes! Há ainda casos nos tribunais em que o Ministério Público pede a absolvição e o arguido é condenado. Se o acusador pede a absolvição, diz que não houve crime, por que é que o tribunal condena? Não devia. Bastava imperar o bom senso. A punição de um crime não é um ressarcimento à vítima. Tem direito a ser

ressarcida dos danos que sofreu com o crime, mas não tem direito a exigir esta ou aquela pena. A punição não é feita em homenagem à vítima. A pena é feita para reintegrar a sociedade num valor e num bem jurídico que foi agredido pela conduta do criminoso. Ora bom. O Ministério Público pede a condenação como se fosse parte e procura obter a condenação ou então quando pede a absolvição o juiz – que devia ser imparcial – condena. Não pode ser. Há em Portugal juízes que actuam como se fossem procuradores, com quem, aliás, convivem em exagero”.

FF – Isso aconteceu em relação a Fátima Felgueiras?

MP – “ O juiz que a ouviu disse que iria ficar suspensa das funções de presidente da Câmara, mas em liberdade. Mas o Ministério Público queria-a na cadeia porque para muitos procuradores fundamentalistas a prisão preventiva significa a pena mínima garantida. Pensam assim: desta prisão já não te livras! A prisão preventiva fica a funcionar como uma antecipação da pena, coisa que não é. É uma medida cautelar para garantir o bom andamento do processo. Para que se possa fazer um julgamento livre e idóneo, com todas as garantias e com toda a dignidade. Meter um político na cadeia é o sonho de 99% dos juízes portugueses, sejam criminosos ou não. Assim afirmam a sua superioridade sobre eles e perante o povo”.

FF – Querem ser vedetas?

MP – “Claro. Passam logo a heróis, a vedetas de certas turbas e até da turba mediática que anda sempre a reclamar mais e mais casos”.

FF – Alguns dos processos de Fátima Felgueiras prescreveram. Estas “almofadas” da Justiça são compreendidas pelo cidadão? E são cómodas para os arguidos?

MP – “Não, não são. Não é para ninguém. É uma vergonha. Sempre que há uma prescrição de um processo devia haver pelo menos um magistrado punido disciplinarmente se não até, às vezes, criminalmente”.

FF – E em relação a Ferreira Torres e Isaltino Morais?

MP – “Não quero falar sobre casos particulares porque nuns casos e noutros são casos que já acabaram e não faço julgamentos sobre julgamentos. Como advogado a minha principal preocupação é sempre no sentido de serem sempre garantidos os direitos a todos. Depois, uma vez absolvido, para sempre absolvido. Ou, uma vez condenado e a pena cumprida, os factos passam a pertencer à esfera da vida privada de cada um. A Justiça dos homens nunca será perfeita e os seus maiores erros ocorrem quando se quer que ela seja perfeita. Se assumirmos que a Justiça nunca será perfeita, faremos boa

Justiça, nunca a faremos óptima. E nós muitas vezes em Portugal tendemos a recusar o bom apenas porque não é óptimo. E às vezes o bom é o ideal”.

- *Entrevista concedida a 18 de Março 2011.*

Apêndice 6 - Entrevista Luís de Sousa*

Florbela Faria – Tem dedicado a sua investigação às causas da corrupção. Porquê?

Luís de Sousa – “Tem que ver, numa primeira análise, com a minha socialização política. Ou ainda com o facto de ter crescido numa zona do interior onde a política local é muito clientelar e onde se assiste diariamente a atropelos às regras e boas práticas democráticas. Depois de ter podido viver e conviver noutros sítios, onde a qualidade da democracia, sobretudo local, é superior, dediquei-me ao estudo destas variações. Há ainda as questões normativas, ligadas ao controle da corrupção. Como é que é possível fazer um combate através da criação de leis e de instituições, sendo que estamos a lidar com um fenómeno em que a disjunção entre o nível simbólico e estratégico do indivíduo é muito forte. O indivíduo pode condenar veementemente o fenómeno a nível individual e, no entanto, no seu dia-a-dia, tem de pactuar com ele. E isso pode não lhe causar grande incómodo. Aliás, alguns consideram que essa situação não é corrupção. É um jeito ou a simples resolução de um problema por outras vias. Seria corrupção (a mesma situação) se fosse praticada por uma pessoa que já tivesse um poder maior – um eleito, um dirigente ou mesmo um empresário comum. Pela gente comum não é”.

FF – O Poder Local e a Justiça. A importância da comunicação Política para o autarca-arguido. Quer comentário lhe merece o tema desta tese?

LS – “Antes de mais dizer que a Justiça não é um monólito. É um conceito discutível – opera sempre na base de uma acusação e de um contraditório; há uma disputa entre a aplicação de um determinado conjunto de normas a uma ocorrência. O arguido tem uma percepção, o acusador tem outra e, portanto, é uma batalha de conceito de Justiça que está a ser operada a uma dimensão micro. Portanto é natural que as partes implicadas utilizem as ferramentas que têm à sua disposição para conseguir o melhor resultado para elas. Daí que é natural que um arguido, e sabendo que a corrupção, ao nível simbólico, é condenada veemente, só tenha condenação no voto quando a decisão de condenação penal for evidente. Todavia, isto não resultou nos quatro casos que está a tratar. O conceito social da corrupção que conseguimos apurar através do inquérito que

realizámos em 2006 indica que os portugueses têm uma definição muito restrita da corrupção, o que exclui muitas variedades desta etiqueta”.

FF – O que é considerado normalmente corrupção, apenas o crime de corrupção?

LS – “Praticamente. Mas quando chega a situação de ter que pôr os nomes nos bois, de puxar pelo voto e sancionar, então exclui uma série de outras coisas. O conceito tem uma elasticidade brutal a nível simbólico. Há, por exemplo, a ideia que a política é uma actividade honesta, mas feita por corruptos; não há uma negação da política ou da democracia. Mas se formos ver quais são os níveis de participação das pessoas na política, inclusivamente nos partidos, é quase nula”.

FF – Porquê?

LS – “Os partidos estão fechados sobre si mesmo, promovendo uma reprodução das elites. As elites que estão à frente dos partidos tentam, mesmo que tenham determinadas limitações – como acontece agora a nível autárquico com a limitação dos mandatos - assegurar a transição e a sucessão. E isso fecha muito o partido a contributos vindos de fora. É muito difícil penetrar com sucesso. Pode haver até uma aproximação, mas ter sucesso, é muito difícil. Entrar e conseguir chegar a candidato ou a líder de uma estrutura concelhia ou distrital é muito complexo. Depois, há o factor acomodação - independentemente de eu ir ou não ir as coisas funcionarão dentro da relativa normalidade. Ou porque há ainda o caso de algumas pessoas que optam por outras formas de participação cívica, nomeadamente através de associações. Embora não seja muito o caso dos portugueses, porque as participações em associações também é baixa. Agora, o Poder Local, Justiça e Comunicação importa dizer que os arguidos utilizam as melhores ferramentas que têm à disposição para atingir os seus objectivos. Na Justiça o factor interpretativo tem um pendor muito mais forte nos crimes de corrupção. É difícil produzir prova e utilizá-la para efectivar o julgamento e a condenação do arguido. Basta olhar para a base de dados do DCIAP: dos processos que estavam nos tribunais de 1ª instância, entre 2004 e 2008, mais de 70% foram arquivados por falta de prova. Mas isto é mesmo assim. A investigação pode ter sido mal conduzida, ou então não havia mesmo nada. O arquivamento é uma fase do processo como qualquer outra. Agora, o que nos deixa mais apreensivos é que nos processos de maior complexidade, a taxa de arquivamento é maior”.

FF – Por mérito da defesa ou demérito da acusação?

LS – “Há as duas coisas. Há até antes disso a dificuldade de angariação de provas. A investigação tem de enfrentar uma série de obstáculos que a tornam pouco célere. E

para este tipo de crime a falta de celeridade é a morte do artista. São provas, muitas vezes, de circuito financeiro que se apagam com muita rapidez; e depois é um crime opaco que precisa deste contexto de opacidade porque é condenado socialmente pelo facto de implicar uma conduta desviante das regras de exercício do poder e é preciso alguma reserva para cometer estes crimes. Ninguém chega a um guichet da administração pública e diz: – Tens aqui cinco contos se me deres agora a licença. Mas, o facto de a corrupção se tornar demasiado rotineira e institucionalizada, diminui os níveis de camuflagem da opacidade. Essa corrupção grosseira e rotineira passa quase a ser norma e a diminuir o estado de alerta contínuo. Temos este cenário em vários processos de corrupção esporádica (que não significa que não seja rotineira no mesmo indivíduo), mas que, no entanto, é tida como esporádica naquele organismo. Pode ser uma maçã podre que repetidamente fez o mesmo, mas que ainda não tinha sido apanhado. Contudo, não é este tipo de corrupção que aflige os portugueses. É antes a corrupção sistémica, que deriva de toda uma série de arranjos institucionais e de enquadramentos legais que permitem a um indivíduo, que está no exercício do poder, utilizar, ou de deturpar, as regras para conseguir fins ilícitos”.

FF – Há quem assegure que os grandes escritórios de advogados são locais propícios para fazer o devido enquadramento legal, benéfico ao infractor...

LS- “Pode passar pelos escritórios de advogados. Embora a corrupção mais local tem uma produção mesmo local – tem que ver com promotores imobiliários, com empresas de construção e, muitas vezes, ligada ainda ao mundo do futebol. Trata-se de um mundo que atrai massas e que serve para reciclar dinheiros. E, obviamente, neste tipo de situações em que há predominância do mesmo partido no poder, o mesmo presidente de câmara há muitos anos, cria ali uma relação patrão/cliente muito forte. O futebol acaba por ser a liturgia dessa relação: o patrão consegue distribuir circo e pão à população. O pão é distribuído na Câmara Municipal e o circo no futebol!”

FF – A limitação dos mandatos, que tem contestado, aplica-se apenas ao município a que o autarca preside, mas nada o impede de se candidatar ao município vizinho!

LS – “Não me preocupa muito que se candidatem ao município ao lado; haverá zonas do país em que isso poderá ser um fenómeno. Vamos ver. Não podemos prever nada, pois em 2013 é que vamos ter essa visão das coisas. Mas tudo aponta para que o candidato que está de saída não se vá candidatar ao lado, mas antes que procure outro tipo de cargos: nomeações políticas, caso se trate de autarcas que sejam da mesma cor que o partido no poder e seja igualmente um autarca com peso a nível distrital; ou ainda

podem dar um pulinho até S. Bento. Alguns até já começaram a sair antecipadamente para depois poderem estar mais disponíveis para outros voos. No entanto, não me espantará que em algumas zonas do país, onde o mapa do Poder Local já não representa o que de facto está a acontecer no terreno, onde há um nível intermunicipal muito grande, onde os eleitores moram num concelho e trabalham noutro, a troca aconteça. Aqui insere-se o exemplo Porto/Gaia. Todavia, acredito, será apenas uma minoria de casos. No interior, por exemplo, as trocas serão ainda mais dificultadas. Os concelhos estão separados por 20 ou 30 quilómetros e não há nada no meio”.

FF – Então há muitos autarcas a preparar a sucessão?

LS – “Sim, isso está a acontecer. No meu município, em Trás-os-Montes, está a acontecer nitidamente. Desde o início do mandato que o presidente está à procura do que vai ser: se o PSD for poder, poderá vir a ser deputado à Assembleia da República; existe ainda a possibilidade de um cargo ministerial (Secretaria de Estado) ou então, eventualmente, numa coisa mais regional, ligada, por exemplo, à EDP e às barragens. Obviamente, é raro o político que morre como presidente de Câmara. Não acabam o mandato, por imposição legal, e depois vão dedicar-se à vida familiar! São animais políticos e não a abandonam a política tão cedo”.

FF – Qual o comportamento da Comunicação Social em relação à vida autárquica, nomeadamente em relação a alguns autarcas com problemas judiciais?

LS – “Importa perceber porque é que há autarcas tão fortes nos seus municípios. É bom determinar quem são, quais os seus perfis, como é que aparecem na vida política e, sobretudo, como é que se fizeram a eles próprios. Regra geral são pessoas que se fizeram e que têm um histórico de trapaças. Fizeram essas trapacices para adquirir capital, não só económico mas essencialmente social. Com as duas coisas juntas, ao longo do tempo, estas pessoas conseguiram acumular riqueza e contactos. A autora Donatella Della Porta retrata muito bem o perfil destes políticos. Há traços gerais que passam, nomeadamente, pelo dom da palavra, pela coloquialidade. Embora sejam muito populares, capazes de passar a mensagem de que são pessoas que se identificam perfeitamente com o povo. Todavia, conseguem ainda falar às elites. No fundo, estes políticos conseguem o melhor de dois mundos – falam para o eleitorado, que é rico em voto mas pobre em apoios financeiros; falam ainda com a elites, que são pobres em votos, pois são sempre poucas, mas ricas em apoios e capital que necessitam para consolidar o seu poder. O dom da palavra faz destes políticos líderes populistas, que sabem fazer a ponte com as elites, e geralmente são pessoas que sentem um apego muito

forte à terra, mas quase como uma madrasta. Isto porque quando eles olham para o passado, reconhecem que a sua comunidade não lhes deu as oportunidades que desejavam. Normalmente têm origens familiares humildes, passaram fome e que hoje têm a noção que venceram, servindo-se das regras existentes nessa mesma comunidade. Criaram atalhos, apenas porque sabiam que existia gente que lhes permitiria criar esses mesmos atalhos, que havia gente que recebia os macetes, enfim. É preciso ver o outro lado da questão. Uns corrompem porque há quem se deixa corromper”.

FF – Todos têm um passado?!

LS – “Para trás há todo um historial de corrupção. Leva-os a olhar para trás e a dizer: Eu era um filho de ninguém e hoje estou aqui. Consegui. É como uma lambada nesta comunidade madrasta, mas que agora também lhe sabe reconhecer o valor. O arranjo institucional do Poder Local – que vem de 1974 – favorece a personalização do poder, através da concentração de demasiadas competências no presidente da Câmara, dando-lhe a possibilidade, e ao executivo, de ter um peso muito grande nos recursos humanos da administração autárquica, assim como na evolução da progressão nas carreiras. Sabendo que esta é a função social mais importante da Câmara em muitos sítios, pois é o maior empregador, são poderes enormes conferidos a uma só pessoa”.

FF – Decisões essas que depois são ratificadas pelas assembleias municipais...

LS – “As assembleias municipais nisto são um mal menor. Não são nada, não riscam nada. Agora a função social de criar emprego e de poder gerir a expectativa desse emprego – nos tais bairros sociais que são ricos em voto mas pobres em apoio financeiro – é muito importante. E é sobretudo importante escolher peões, pessoas-chave nessas comunidades que podem mobilizar outras. E essas gratificam-se com o emprego do filho ou da filha, ou mesmo do próprio. E não se fazem campanhas sem ter essas pessoas no terreno. Permitir que alguém consiga deter esta concentração brutal de poderes – o maior empregador, gere o maior volume de negócios da autarquia e que em relação à Comunicação Social não se fica apenas por fazer publicar os assuntos em determinado órgão, bem como dar emprego à mulher ou ao marido, etc. O próprio jornalista também é contratado como assessor de comunicação. Já vi de tudo um pouco e nada me escandaliza. Em suma, um presidente de câmara com todos estes poderes, com assembleias municipais que são fracas - com incapacidade de produzir alternativas de poder e alternância -, torna-se alguém efectivamente importante e poderoso”.

FF – A limitação de mandatos irá pôr cobro a essa situação?

LS – “ Quando saiu a Lei de Limitação de Mandatos disse que não era oportuna. Tentaram com esta reforma apanhar o Alberto João Jardim. Outro erro. Saiu-lhes o tiro pela culatra, pois quem o tem de fazer é a Assembleia Regional. O terceiro erro foi pensar que estas medidas redundariam em alternância. Os cargos executivos devem ser limitados no tempo. O que acontece é que não atenderam às razões pelas quais um indivíduo se perpetua no exercício de funções: concentração de poderes. Enquanto não desconcentrarem, o indivíduo quando está prestes de ter de abandonar o cargo prepara a sucessão. Antes desta lei isto já acontecia, mas agora que sabem que estão a prazo, têm mesmo de preparar a sucessão. E têm muito mais tempo para a preparar. As leis, muitas vezes, depois de aplicadas, revelam ter efeitos perversos ou não previstos e é por isso que quando se faz diploma deste tipo é importante ter uma visão holística de todo o processo. Deve-se saber quais as consequências previstas e especular sobre as imprevistas. O tal Plano B”.

FF – Como é que surgiu a oportunidade de ser presidente da Transparência Internacional – Associação Cívica (TIAC)?

LS – “A minha relação de trabalho com a Transparência Internacional data de 1996. A organização foi criada em 93 e só em 95 é que começa a mostrar trabalho. Praticamente colaboro desde o início”.

FF – Os casos de corrupção que ultimamente têm aparecido nas páginas dos jornais prejudicam a imagem do país?

LS – “Prejudicam. E o resultado está à vista: esta crise é, sobretudo, uma crise especulativa sobre a dívida pública de Portugal. O especulador lá fora acredita que esta mesma dívida financeira, onde estão envolvidos a corrupção e outros fenómenos conexos, deve-se a má gestão”.

FF – São estes os efeitos económicos da corrupção?

LS – “A corrupção não é sempre nociva para a economia. Pode parecer que a estamos a defender, mas não é isso. Contudo, em momentos de desenvolvimento económico – sobretudo de modernização muito acelerada – como no pós-guerra, a corrupção é um mal menor. Torna-se altamente danosa quando a economia deixa de crescer e se fica a saber que os vícios estão muito enraizados. Em época de vacas magras é que a corrupção é sancionada; enquanto dá para todos, não é considerado problema. Note-se a nossa adesão à Comunidade Económica Europeia. Na dita fase do cavaquismo, a corrupção nunca foi um problema. Não se discutia. Porquê? Porque as pessoas estavam a ver a economia a crescer e o nível de vida a subir. Quando a economia abranda, já se

torna ao tema. Para além disso, há todo um processo de aprendizagem, quer para a Comunicação Social quer para a Justiça, que tende a analisar os casos com maior detalhe, mais atenção”.

FF – No seu livro “A Corrupção e os Portugueses” extraíram-se conclusões interessantes. Qual é a que considera mais extraordinária?

LS- “O facto de os portugueses procurarem sempre fazer mais do que a lei permite e algo menos do que ela exige. Essa conclusão ficou bastante clara no estudo. Somos bastantes permissivos a passar a linha, mas não suficientemente exigentes para actuar em defesa do bem público”.

FF – E por que é que somos assim?

LS- “Está caracterizado no nosso estudo. Deriva de vários fenómenos, que passam pelo desenvolvimento económico, pela modernização, bem assim como pela organização do Estado e pela natureza das leis. Não há nada intrínseco no nosso DNA. Até porque está provado que um português a trabalhar lá fora – noutra sistema – consegue ser cumpridor, exemplar, bom cidadão e prestável. Isto só pode mesmo ter a ver com o nível de organização que temos em Portugal. Esta é, no fundo, a justificação dos quatro autarcas de que fala (Isaltino Morais, Fátima Felgueiras, Valentim Loureiro e Avelino Ferreira Torres). Ou seja, dizem que fizeram o que fizeram porque estavam amarrados a um sistema que não permite desenvolver, avançar. Por isso tiveram de encontrar meios alternativos. Se através destes meios tivessem de ter metido algum dinheiro ao bolso, isso já seria uma justificação um bocado benigna da coisa. Existe um pouco a ideia no nosso país que determinado indivíduo roubou, prejudicou, mas fez. Tem que ver com níveis de desenvolvimento – há necessidades básicas que ainda não foram satisfeitas”.

FF – Isso justifica, por exemplo, os resultados eleitorais de Isaltino Morais que, independentemente dos processos judiciais, ainda teve mais votos que nas eleições anteriores.

LS – “No inquérito não conseguimos encontrar uma variável explicativa dos níveis de tolerância relativamente à corrupção. Nem de género – os homens são mais tolerantes do que as mulheres, por exemplo – nem de escolaridade. É preciso compreender como é que numa comunidade como Oeiras, com altos níveis de escolaridade, é possível que um candidato que está a braços com a Justiça possa continuar. Há certamente várias explicações. Uma é a dificuldade de compreender a alternância, que todos são iguais e que, por isso, é indiferente ser este ou o outro. Outra é a reacção contra o achar que é tudo uma cabala; que a Justiça só actuou com o nosso autarca porque ele estava a

conseguir ter bons resultados com o seu trabalho; depois há ainda a do corrupto, mas faz. Há ainda as questões mais identitárias, partidárias”.

- *Entrevista concedida a 11 de Fevereiro 2011.*

Apêndice 7 - Entrevista Paulo Morais*

Florbela Faria - No seu livro, intitulado Mudar o Poder Local”, pode ler-se que “há uma demissão de quem tem a obrigação de zelar pelo bem público”. Mantém esta opinião?

Paulo Morais –“Absolutamente. E isto não é um problema apenas da administração local. Em Portugal, a administração local e a administração central transformam-se numa mega-central de negócios. A maioria das repartições, secções, divisões, departamentos – dependendo da organização administrativa – não são mais do que braços de uma mega-central de negócios que domina o país. Nesse sentido, e a nível local, não tenho dúvidas que isto é rigorosamente assim. 90% da actividade das câmaras (e estou a ser benévolo) está subjugada a interesses económicos privados. Portanto, os autarcas e os seus nomeados – que deviam de estar nos lugares para zelar pelos interesses da população – estão lá para zelar por interesses daqueles privados com quem têm relacionamento. Fora estes 90% que estão a zelar pelos interesses dos privados, há mais cinco ou seis por cento que, por serem completamente mentecaptos, acabam por ceder a esses mesmos interesses e depois haverá efectivamente três ou quatro por cento de actividade que serve os interesses dos cidadãos”.

FF - Estes “genuínos” conseguem remar contra a maré?

PM–“Quem define a maré é quem está no poder. Eu não remei contra maré nenhuma. No tempo em que eu fui autarca era eu quem definia o sentido da maré, por isso ela ia no sentido certo”.

FF - Nunca sentiu dentro de portas alguma pressão para ceder?

PM–“Sim, sim. Por pares e a todos os níveis. Só quem é eleito tem um mandato popular e tem de o exercer em nome de quem o elege. Portanto, eu, do lado de quem me elegeu, nunca senti pressão nenhuma no sentido de fazer algo diferente ao que estava a fazer!

De muita gente dos partidos, da política e do Governo é evidente que recebi muita pressão para fazer algo diferente daquilo que entendi sempre ser o meu dever. Todavia os que me pressionaram - de uma forma que considerei ilegítima – levaram-me a apresentar queixa no local próprio, que é a Justiça. Espero que - mais dia, menos dia - haja resultados nessa matéria”.

FF - Não sente que está quase sozinho nesta luta?

PM–“Sim, sim, claramente. Mas isso é como dizia o Régio: não vou por aí”.

FF - O que é, efectivamente, a corrupção? É apenas um crime?

PM–“Quando se fala de corrupção, as pessoas não estão todas a falar da mesma coisa. Antes de mais é um problema de semântica. A corrupção objectivada, e em termos jurídicos, é algo muito restrito. Este crime obriga a que se saiba quem é o corruptor, quem é o corrompido, qual é o despacho que deu origem ao fenómeno de corrupção, qual é o método, enfim... O crime de corrupção existe em teoria, mas na prática é indetectável. Aquilo a que em linguagem comum se chama corrupção, está tipificada na lei como sendo, para além da corrupção de facto, tráfico de influências, peculato, entre outros. É contra esta corrupção geral que eu luto”.

FF - Em que áreas de actividade é que se encontram mais estes fenómenos?

PM–“Em muitos locais e em imensos factores. Evidentemente que há áreas mais sensíveis. São elas o urbanismo e o ordenamento do território, a construção civil, as obras públicas, a defesa e o combate à pobreza. Actualmente, e com muita pena minha, conheço melhor como tudo isto funciona ao nível do urbanismo e do ordenamento do território, que é, porventura, aquele que mais prejudica a democracia, o que é mais penoso dada a sua dimensão económica. Numa obra pública – por muita corrupção que haja e que depois se chame prevaricação, corrupção, seja que nome for – o que pode acontecer é que a obra venha a custar três vezes mais do que o orçamento previsto. Só que a nível do urbanismo e do ordenamento do território pode haver um ganho quinze ou vinte vezes o valor real ou inicial. Por exemplo, um terreno agrícola que é transferido da mão de um pobre de um agricultor para a mão de alguém que tenha influência, pode valorizar quinze ou vinte vezes. E uma valorização de 2000% só se consegue em Portugal em dois negócios: no tráfico de droga ou no urbanismo e ordenamento do território. Obviamente que depois se instalam aqui mecanismo semelhantes aos dos tráfico de droga, mas com uma agravante: muitas vezes as licenças e as autorizações acabam por vir branquear a situação”.

FF - Há, portanto, muitas ”lavandarias” instaladas no país?

PM–“Claro. E na maioria dos casos são as assembleias municipais”.

FF - Porquê?

PM–“Porque envolvem muita gente que vota, muitas vezes, sem ler os documentos, apenas numa lógica de carneirada e de disciplina partidária. Votam simplesmente aquilo que lhes põem à frente. E muitas vezes estão a votar a transferência de património

público para as mãos de privados com valorizações que chegam aos 2000, 3000 e até aos 4000%. É, realmente, uma “lavandaria” perfeita, pois o Ministério Público jamais irá acusar cinquenta e tal membros de uma assembleia municipal. Não era sequer exequível”.

FF - O crime perfeito?

PM–“Enquanto não houver vontade para resolver a questão, este é claramente o crime perfeito”.

FF - De onde tem de partir essa vontade?

PM–“Do meu ponto de vista tem de surgir do Parlamento. É aí que tem de se simplificar a legislação. No que tem a ver com o urbanismo e ordenamento do território é necessário adoptar apenas duas medidas, muito simples. A primeira é arranjar mecanismos (hoje em dia com as novas tecnologias é perfeitamente possível) para que haja um escrutínio permanente de toda a actividade pública. Recordo aqui o caso norte-americano: um senador, apenas um, chamado Barack Obama, criou dois portais onde qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo, pode ter acesso a todos os contratos realizados pela administração federal. Num deles é possível ficar a saber que aquisições foram realizadas: matérias para construir uma rua, uma estrada, uma escola, enfim, tudo o que a administração compra fica ali registado e é facilmente identificável. Ao mesmo tempo, o outro portal – criado em parceria com o IMT - estuda o trabalho realizado pelo primeiro. Ou seja, não só estão disponíveis os dados como depois há um grupo de professores e investigadores que estudam a informação que ali está. Os americanos não só têm acesso às despesas e aos contratos da sua administração, como têm uma análise permanente de pessoas a quem podem dar crédito. Em Portugal, para fazer isto, são apenas precisos dois ou três deputados. Não são necessários duzentos... Depois, e ainda no que diz respeito à legislação do urbanismo e ordenamento do território, simplificar tudo!”

FF - Como é que tal seria viável?

PM–“Criando um Comité de Sábios que simplifiquem, simplifiquem, simplifiquem. Na maioria dos casos, simplificar chama-se revogar. A maioria das leis desta área não só não faz sentido nenhum, como é, ela própria, indutora de corrupção. As leis são deliberadamente elaboradas para darem origem a este tipo de tráfico e disso não tenho dúvida nenhuma. Mais. Isso é demonstrável. Trata-se de uma regulamentação tão esdrúxula que só quem tem interesse específico é que consegue perceber o conteúdo. Depois, os mais poderosos podem sempre contar com os escritórios de advogados...”

Penso que hoje, com a legislação contraditória existente, deve ser possível construir uma ilha no rio Douro. Bastará dizer que o Plano Director Municipal do Porto tem centenas de páginas; o de Munique tem uma página! Quanto mais leis e regulamentos, menos Justiça há. Isso para mim é claríssimo”.

FF - E qual é a segunda medida?

PM–“Sempre que seja detectada a construção de um edifício ilegal deve ser demolido. Isso prevenia crimes futuros, como se faz noutros países. Quem é que deve fazer isto? Os tribunais administrativos. Atentemos ao chamado caso Freeport, que tanto tem dado que falar. Se eu tivesse tido alguma capacidade de decisão nesse processo, a minha postura seria muito simples: aquilo é legal ou ilegal? Se é legal, deixai lá estar. Então, estúpido terá sido quem teria pago os tais cinco milhões de euros para fazer uma coisa que é legal; se é ilegal, então façam o favor de deitar a baixo. Também teria sido estúpido gastar cinco milhões de euros numa coisa que iria ser deitada a baixo. Ou seja, a corrupção tem de se tornar inútil. A sociedade tem de se organizar nesse sentido. E a melhor forma de o fazer é tornar muito claro o que é legal ou o que é ilegal. Defendo ainda que não deve haver prescrição para estes crimes”...

FF - Porquê?

PM–“Porque o crime está permanentemente a ser cometido. Quando se constrói um edifício em cima de uma zona não edificandi, imagine-se uma zona de protecção de escarpa, este crime está a ser cometido todos os dias. Não pode prescrever nunca enquanto o edifício lá estiver. Tenha sido construído em 1950, 1980 ou 2010. Se isto acontecer, o problema fica solucionado. Dir-me-á: mas isto é muito difícil no ordenamento jurídico português?! Não. Usemos este exemplo. Neste momento se você comprar um carro roubado, vai na estrada e a polícia manda-a parar e acabou... Fica sem o carro. Está o problema resolvido. E é por isso que ninguém compra carros roubados. Se o carro roubado que fosse vendido num stand passasse a ser legal, passaríamos a ter aqui uma proliferação do mercado da venda de carros roubados. Por que é que os edifícios, no caso de ilegalidade, não são apropriados pela comunidade, tal como acontece com o carro roubado? Simplesmente porque há uma Justiça para pobres e outra para ricos. Um desgraçado que compra um Fiat Uno roubado fica sem ele; quem constrói um prédio de dez andares ou vinte – que ao fazer isso também está a roubar a sociedade – fica com ele. Mas este é o grande problema de um Estado que permanentemente é forte com os fracos e fraco com os fortes”.

FF - Tem esperança que estas medidas sejam implementadas em breve?

PM–“Não sei, sinceramente. Todos os sinais vão em sentido contrário. Sabemos que o Parlamento cria as comissões de inquérito a reboque da opinião pública. É evidente que daqui a dois anos posso mudar de opinião e oxalá mude. Mas não me parece... O Parlamento criou a Comissão Eventual de Combate à Corrupção a reboque da quantidade de notícias. Isto não significa que a corrupção seja agora maior do que há dez anos atrás; agora é mais noticiada. Por isso, quem tem mérito – quem é a verdadeira Comissão contra a corrupção – são os media. O Parlamento nada fez! Resta-lhe estudar o assunto – e encontrar medidas – claramente a contragosto. Não é com vontade”.

FF - Os portugueses não estão cansados destas comissões que conduzem, quase sempre, a lado nenhum, a conclusão alguma?

PM–“Esta Comissão tenho a certeza que não leva a nada. O português é inteligente e percebe logo que não são os mesmos que criaram este sistema que o vão combater”.

FF - Não vão secar a fonte!...

PM–“Não são os principais beneficiários do sistema que o vão destruir. Essa acção tem de vir de fora”.

FF - Precisamos, como disse Manuela Ferreira Leite, de “seis meses sem democracia. Mete-se tudo na ordem e depois venha então a democracia”?

PM–“Não, isto tem é que se resolver em democracia. Precisamos cada vez de mais democracia e não de menos. Em boa verdade, o que está a acontecer é que um sistema tão corrompido no DNA do regime (ainda por cima com uma Justiça que não consegue combater a corrupção), deixa de ser um Estado de Direito. Consequentemente, deixa de ser democrático. O que nós precisamos é de mais direito (com leis mais perceptíveis) e mais Justiça. Só assim teremos mais democracia. Não havendo Justiça impera a lei do mais forte e não a da maioria”.

FF - Quem é que manda nas câmaras municipais?

PM–“São os partidos e quem manda nos partidos são os promotores imobiliários. Financiam as campanhas, escolhem quem é ou não candidato e, por esta via, tomaram o Poder Local. Com a agravante que é o poder em que os cidadãos podem participar mais facilmente”.

FF - Este cenário não é nada que desconheça...

PM–“Saí da Câmara do Porto por causa disso mesmo. Apesar de haver um interesse pessoal em sair da vida política activa (porque esse nunca foi o meu objectivo), lembro que aceitei ser vereador a tempo inteiro porque ganhámos umas eleições que éramos para perder. Tinha a certeza de que iríamos perder. Assumi funções e gostei. Não foi

nenhum sacrifício. Entretanto, só deixei de ter vontade de sair quando senti que a pressão para eu sair era maior do que a minha vontade. Entendi que com a minha saída poderia haver maior permeabilidade a esse tipo de interesses. Nos últimos seis a sete meses de despacho no urbanismo terei inviabilizado 600 milhões de euros de projectos imobiliários que eram ilegais, caso contrário não os inviabilizava. Mas, com alguma permeabilidade do poder político em interesses económicos, poderiam ter sido viabilizados. Na perspectiva de quem queria fazer os projectos, o que dizem é que perderam 600 milhões de euros. A minha perspectiva é que aqueles senhores estavam a querer roubar 600 milhões de euros ao povo e não permiti isso. Depende, obviamente, do ponto de vista! As câmaras em Portugal estão fechadas à participação dos cidadãos, porque as pessoas que lá estão ou estão a arranjar empregos para a malta do partido ou negócios para quem os financia. Esta é que é a verdade”.

FF - A mediatização da política tem levado à opinião pública alguns casos de políticos que andam às voltas com a Justiça. Todavia, e apesar de conhecerem esta realidade, os eleitores voltam a confiar-lhes o seu voto. É “cegueira” ou falta de alternativa?

PM–“Não têm alternativa. Lembro, a propósito, a campanha do governador brasileiro Ademar de Barros. Os seus cartazes diziam: “Ademar de Barros. Rouba mas faz”. Mais tarde, um candidato que veio a ser governador de São Paulo usou exactamente os mesmos cartazes. Portanto, os cidadãos acham que votar em alguém que rouba e não faz ou em alguém que rouba mas faz não lhes deixa alternativa. Estou a falar, claro, em termos gerais. Que não totais. Não digo que 100% da malta está envolvida nisto. Mas digo 90%. Claramente”.

FF - Tanto?

PM–“Na política, há gente que não está envolvida. O vereador da Cultura da câmara, por exemplo, não está envolvido. Quem está são os presidentes e os vereadores que tratam daquilo que efectivamente tem dimensão económica numa autarquia: o urbanismo. Aí, de facto, de Norte a Sul, é uma desgraça. Estão ao serviço de interesses externos e não ao das pessoas que os elegeram”.

FF - Nas últimas Eleições Autárquicas – que servem de base a este trabalho – Gondomar perdeu a maioria, Avelino perdeu o Marco, Fátima perdeu Felgueiras e Isaltino continuou imbatível em Oeiras. Que análise faz a estes resultados?

PM–“Não queria particularizar, mas deixe-me dizer o seguinte: há autarcas aparentemente muito mais sérios que cometem os mesmos pecados desses que está a falar. Há uma ideia em Portugal que ser sério é ser sisudo. Não é. Ser sério é ser

honesto. Portanto, não é pelo facto de uma pessoa aparecer com um ar muito sisudo na televisão que passa a ser séria. É evidente que quando se olha para o Valentim, por exemplo, ele transmite um ar de pistoleiro, ao contrário daqueles que aparecem engravatados, magrinhos e certinhos. Mas o nível de seriedade pode não ser diferente. Note-se que não há escândalos só com as pessoas que referiu. Há com escritórios de advogados... O único condenado recente por Corrupção em Portugal (Rodrigues Névoa) foi defendido por um escritório de advogados que é dos mais famosos do país. Tem pessoas engravatadas e sisudas. Logo, acredito que tão grave como os crimes destes políticos, são aqueles que são urdidos em grandes escritórios de advogados, situados maioritariamente em Lisboa, mas que também existem no Porto.

Todavia, os casos do Marco de Canaveses ou de Felgueiras são completamente distintos dos de Oeiras ou mesmo de Gondomar”.

FF - Quer concretizar?

PM–“Em terras como o Marco ou Felgueiras, dada a sua dimensão, é possível criar uma rede de influências e um sindicato de votos quase à totalidade do eleitorado, pois é muito restrito. Agora em Oeiras, quase com 300 mil eleitores, não é possível ter sindicatos de voto do topo até à base. Não é possível. Ganhou por outras razões. É preciso fazer bem esta distinção, que reflecte o que se passa, em termos normativos, no Poder Local em Portugal. O mesmo quadro legislativo regula as câmaras de Lisboa e do Porto e a de Moimenta da Beira. Não tem pés nem cabeça. Trata-se de um disparate que tem de ser resolvido rapidamente. Imagine o que seria o quiosque que vende jornais aqui ao lado ter a mesma contabilidade que a Sonae SGPS. É absurdo. Ou seja, o presidente da Câmara de Vila Nova de Foz Côa está obrigado às mesmas regras legais que o presidente da Câmara de Lisboa. É evidente que o de Lisboa não deve falhar porque deve ter um gabinete jurídico gigante que lhe pode resolver todos os problemas e esclarecer todas as dúvidas. O que preside a uma câmara pequena pode ser apanhado em contramão, pois esqueceu-se de um papel qualquer que desconhecia ser necessário e não tem o acompanhamento jurídico devido”.

FF - Qualquer um dos autarcas ou dos ex-autarcas acima citados tem problemas com a Justiça decorrentes das suas actividades governativas. Nenhum deles deveria ter sido candidato?

PM–“Em princípio; deixo apenas a seguinte ressalva: em Portugal a Justiça é tão lenta...que as pessoas mantêm-se como arguidas tempo demais. E qualquer um de nós pode facilmente ter este estatuto. Basta não ter pago uma multa! Se a Justiça fosse

rápida, quem fosse acusado não deveria ser candidato. Mas como entre o ser ou não acusado pode demorar sete anos... Assim sendo, a resposta que eu lhe dou com imensa pena é que, tal como as coisas estão em Portugal, a sua pergunta perde um pouco o sentido. A nossa Justiça nem acusa os culpados nem inocenta os inocentes”.

FF - Quem mudanças encontra no País após a publicação do seu livro?

PM–“Está globalmente pior. O sistema está mais consolidado, tem mais manhas. Todas as medidas que vejo são no sentido de tornar as coisas ainda mais complexas. Há muitos instrumentos de gestão pública – um Plano Director Municipal, por exemplo – que são alvo de discussão pública antes da sua aprovação. Olhe à sua volta e veja quem é que dos seus conhecidos participou numa discussão pública seja do que for. Não por as pessoas serem estúpidas. É apenas porque a discussão pública é impenetrável. Os documentos têm imensos mapas, duzentos e tal artigos e trezentas e tal páginas não foram feitos para o cidadão. Quem discute estes documentos no país? Arquitectos, engenheiros (técnicos), promotores imobiliários e construtores civis (empresários) e políticos. Não é uma discussão pública, é uma discussão corporativa!”

FF - Os regulamentos anti-corrupção das câmaras não são eficientes?

Paulo Morais - Nada, zero. Pelo menos os que eu conheço. São bons no diagnóstico, no entanto as medidas que propõem tendem a piorar a situação. Ou seja, prevêm perigos para a contratação, etc; mas as medidas que propõem criar são mais regulamentos, que apenas virão complicar, fazer com que as coisas não funcionem nunca. Os planos de prevenção da corrupção são bons no diagnóstico e maus na terapêutica.

Florbela Faria - E estes diplomas recentes (propostos pelo PS, PP, entre outros) não podem, pelo menos, trazer esperança?

PM–“O único que pode ter alguma utilidade é o que tipifica o crime urbanístico. Irá permitir que a Justiça, nomeadamente o Ministério Público, possa fazer a acusação por um crime que está perfeitamente tipificado. É importante que aconteçam duas coisas simultaneamente: a primeira é que a existência deste novo crime não venha branquear todas as situações de verdadeiros crimes que aconteceram até aqui e tenho muito receio disso; a segunda devia contemplar o ressarcimento da sociedade do bem que lhe foi tirado – o sol, a qualidade de vida, etc. Como é que isso se consegue? Demolindo os edifícios que configuram crimes urbanísticos”.

FF - Gostaria de voltar a ter um cargo político?

PM—“Não. Se eu poder, através da minha participação cívica, dar uma ajuda para que estas coisas melhorem, ótimo. Dedicar-me à actividade autárquica está fora de questão”.

- *Entrevista concedida a 16 de Abril de 2010.*

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo1: Discurso vitória Valentim Loureiro

Anexo2: Discurso vitória Isaltino Morais

Anexo1: Discurso vitória Valentim Loureiro *

Nós ganhámos as eleições aqui em Gondomar!

Eu... eu, contra ventos e marés, contra ventos e marés e com partidos que têm organizações e meios muito superiores aos nossos, vou continuar a ser o presidente da Câmara Municipal de Gondomar.

Caras e caros amigos. Tivemos – como já anunciei – bastantes mais votos, tanto para a Câmara como para a Assembleia Municipal, do que os nossos principais concorrentes. E em termos de mandatos, e em termos de mandatos, também somos a força com mais mandatos na Câmara e na Assembleia Municipal de Gondomar.

Por isso, mais uma vez, os meus agradecimentos a vocês, mulheres e homens de Gondomar, com quem eu convivo desde há 16 anos a esta parte. Gondomar. Vocês sabem que eu vivo em Gondomar e durmo no Porto. E convosco a meu lado e da minha equipa na Câmara, nós vamos continuar a resistir a todos os ataques que durante os últimos anos nos foram feitos. Vocês são uma grande força, que me dá capacidade para continuar...

Caras e caros amigos, caras e caros amigos. Vocês estão aqui às centenas e não há nenhum restaurante onde a gente pudesse ir agora jantar todos. Mas vocês já me conhecem. Eu sou grato e na altura própria haveremos de nos juntar para conviver.

Quero garantir mais uma vez às crianças, aos jovens, às mulheres e aos homens adultos e ao clube, que são todas as pessoas com mais de 62 anos aqui em Gondomar; quero garantir que vamos continuar a trabalhar para lançar muitas obras, mas sobretudo a

lançar programas como aqueles que já temos há alguns anos, para que os mais carenciados, nesta altura ...

Os gdomarenses e as gdomarenses são pessoas solidárias, são pessoas amigas. São pessoas que estão sempre ao lado das pessoas de quem gostam; e nos gostamos uns dos outros e vamos continuar unidos para cada vez mais termos mais força e resistirmos àqueles que nos querem, e continuam, a atacar.

Continuando... continuando, caras e caros amigos. Eu tenho dito e vou repetir. Tenho uma família, que é família de sangue: mulher, filhas, filhos, noras, genro e netos. Mas eu tenho uma família maior; que são vocês, os gdomarenses.

O esforço de que eu preciso para continuar a enfrentar as adversidades – eles não desistiram vão usar todos os meios para ver se me atacam, mas eu vou resistir; isso vos garanto!

Mais uma vez... mais uma vez, um momento... Mais uma vez, e com a responsabilidade cívica que tenho, quero agradecer a todas as mulheres e a todos os homens de Gondomar que, como eleitores, foram votar e decidiram pelo futuro de Gondomar.

Os gdomarenses participaram civicamente nas eleições de hoje e, que eu saiba, não houve aqui problemas; não houve descatos e todas e todos se estimam; todas e todos participaram com grande elevação neste acto eleitoral.

Por isso vos pedia – caras e caros gdomarenses... houve, de facto, quem tenha votado em mim e na lista que eu liderava; e houve quem tenha votado nas outras. Respeitemo-nos todos, porque civicamente é assim que deve ser. As eleições passaram; agora vamos trabalhar.

A percentagem que foi às urnas foi elevadíssima. Portanto, muito e muito obrigado e faço-vos... e faço-vos este apelo... porque aqui em Gondomar sou o presidente da Câmara e vou continuar a sê-lo e quero que todos os gdomarenses se dêem bem, sejam amigos e convivam com grande fraternidade.

Amanhã vamos ler os jornais, vamos ainda ouvir as televisões e as rádios. Mas as eleições acabaram. *C'est fini, c'est fini...* o outro *jamais*. Acabou. Amanhã vamos todos trabalhar para o futuro de Gondomar. Para que as nossas crianças, os nossos jovens, as pessoas adultas e as pessoas normais tenham os apoios que merecem para terem uma vida melhor e ultrapassar dificuldades que atingem alguns de vós. É esse o meu compromisso; é para isso que todas e todos vamos trabalhar na Câmara e na Assembleia Municipal pensem e ajudem. Mais uma vez – e para terminar - eu não tenho palavras para agradecer todo o apoio que me têm dado. Já vos disse, já vos disse e vou repetir: dure eu os anos que durar, eu nunca – mas nunca – me esquecerei de Gondomar e dos gondomarenses.

• *Discurso proferido no dia 11-10-2009, na sede de campanha, Gondomar.*

Anexo2: Discurso vitória Isaltino Morais *

Minhas amigas; caros oeirenses.

Em eleições livres e justas, os oeirenses decidiram hoje que o futuro continua em Oeiras, ao terem votado maioritariamente no nosso Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente, num concelho que ainda este ano foi galardoado como o melhor para se trabalhar em Portugal.

Significa isto que os oeirenses – os primeiros a conseguir erradicar o flagelo das barracas em Portugal – querem ter muitas mais coisas que são a referência da sua qualidade de vida.

Oeiras é o município com mais baixa taxa de munícipes sem qualquer nível de ensino; com mais baixa taxa de abandono escolar; com mais licenciados e doutorados do país; com maior poder de compra *per capita*, com maiores rendimentos a nível nacional; com maior receita proporcional de impostos a nível nacional; com os melhores níveis de segurança da área metropolitana de Lisboa; com a mais baixa taxa de desemprego; com a maior concentração de empresas de base tecnológica. Em suma, os oeirenses querem continuar a liderar praticamente em todos os índices de desenvolvimento em Portugal.

Com base num programa a sério, cientes das responsabilidades próprias do Poder Local, comprometemo-nos com um conjunto de medidas que sabemos que podemos cumprir. Dissemos não à demagogia e ao provincialismo dos compadrios partidários e fomos livremente sufragados pelos oeirenses, numa campanha onde os nossos adversários apostaram mais na minha desonra pessoal do que na mais-valia das ideias.

Os oeirenses, os oeirenses responderam por nós e com toda a seriedade do mundo voltaram a dar uma lição aos principais actores do sistema político-partidário nacional. Disseram, disseram sim a quem lhes resolve os problemas e lhes proporciona felicidade. Disseram não aos jogos políticos e aos apetites vorazes de grupos instalados.

Por nós, continuaremos a cuidar da obra criada até aqui. Continuaremos a liderar o melhor município de Portugal, garantindo o seu encontro permanente com o futuro.

Pessoalmente – e respeitando o enorme grau de maturidade eleitoral demonstrada pelos oeirenses – centrando na política o que só a ela lhe diz respeito, irei continuar a dar o meu melhor em cada dia do próximo mandato, fazendo intenções de o cumprir integralmente até ao fim, garantindo que o futuro continua em Oeiras.

O que aconteceu hoje em Oeiras é fruto do trabalho de todos: dos autarcas, de todos os oeirenses. Das instituições, das empresas, das colectividades (culturais, recreativas, sociais). Hoje, foi a vitória dos oeirenses.

Andamos, andamos na rua, visitamos o concelho todo, falamos com milhares de pessoas, ouvimo-las, escutamo-las atentamente; compreendemo-las; mas não fizemos isso apenas durante a campanha eleitoral. Nós fazemos isso; desde o momento em que somos eleitos. Desde 2005 que nós ouvimos as pessoas. E é por isso que durante esta campanha eleitoral havia uma simbiose extraordinária. Razão por que eu tenho aqui que agradecer em primeiro lugar aos oeirenses, que nas últimas Legislativas votaram em todos os partidos políticos. Eu tenho que agradecer aos oeirenses comunistas, socialistas, do CDS, social-democratas, bloquistas, que transversalmente votaram nesta candidatura e votaram, e votaram... porque nós temos um capital extraordinário. Não é a retórica que faz um concelho, não é discurso que faz um concelho; o que faz um concelho é o trabalho, muito trabalho, muita persistência, muita organização, muita determinação, a constituição de equipas; é tudo isto que faz um concelho e nós fomo-lo construindo ao longo de décadas. É por isso que ele agora é muito apetitoso, é por isso que ele agora é muito disputado, mas também espero que daqui a quatro anos (quando eu já não me puder candidatar) os partidos políticos apresentem candidatos, com ideias, apresentem candidatos com projectos, apresentem projectos que traduzam o sonho dos oeirenses, que são exigentes... Querem mais! Querem viver melhor do que se vive no

resto do país. E é este povo, é este povo exigente que sabe o que quer – que sabe muito bem o que quer – que votou massivamente na nossa candidatura. Os oeirenses querem que este projecto continue, querem que Oeiras continue a ser um município de referência em Portugal. São os indicadores, são as estatísticas que o dizem. Mas para aqui chegarmos, tivemos de fazer muito esforço. Todos nós, e por isso, agradeço aos oeirenses esta confiança que nos deram e agradeço a todos vocês que aqui estão.

Todos os que me acompanharam nesta campanha eleitoral. Quero... Quero agradecer muito, muito particularmente... Como sabem, um movimento não tem, por natureza, juventudes. A jota disto, a jota aquilo; a JS, a JSD, a Juventude Centrista, a Juventude Comunista. Eu quero que dêem aqui uma grande salva de palmas à juventude à juventude e ao Movimento Isaltino Oeiras Mais à Frente.

Foi o... Esta juventude, esta juventude, esta juventude encheu de alegria e entusiasmo o concelho de Oeiras. Muita gente dizia ficar surpreendida pela alegria, pelo entusiasmo, da nossa candidatura. É que há uma diferença enorme. É que nós fizemos uma campanha com convicção; sabemos que temos razão, sabemos que temos o melhor projecto, porque amamos Oeiras, porque queremos que Oeiras seja o melhor concelho de Portugal.

Quero... quero também agradecer ao director de campanha – ao Paulo Ristas - ao meu mandatário - ao Nuno – ao, ao meu mandatário, aos líderes da juventude - estou-me a lembrar agora do Eddie... o Eddie que há-de estar para aí– o Mico... o... quem mais? Bom, essa juventude que andou toda por aí. Todo o pessoal que esteve aqui na secretaria (não vou dizer os nomes, mas todas as jovens que estiveram aqui) e que aguentaram todo este embate, a todos, a todos, a todos os candidatos e queria dirigir daqui um grande abraço, um grande abraço amigo, afectuoso, solidário ao Carlos Jaime, presidente da Junta da Cruz Quebrada-Dafundo... um grande presidente de junta, que fez um excelente trabalho, na Cruz Quebrada-Dafundo mas que ao que sabemos os eleitores não lhe terão dado a confiança de uma nova vitória e terá perdido a Junta da Cruz Quebrada-Dafundo por onze votos. Era um grande presidente de junta, merece todo o nosso reconhecimento, merece o reconhecimento dos oeirenses. Mas das outras dez freguesias, ganhamos nove. Mais duas... aliás... mais duas do que em 2005.

Em 2005 ganhamos sete das dez freguesias, e agora ganhamos nove, nove das dez.

Foi uma grande vitória, mas é também uma grande responsabilidade. Os oeirenses confiaram em nós, acreditam no nosso projecto, sabem que o que prometemos; cumprimos. Não vamos desiludi-los. Viva Oeiras; Viva Oeiras, Viva Oeiras!

Muito obrigado a todos!

Muito obrigado a todos.

• *Discurso proferido no dia 11-10-2009, na sede de campanha, Oeiras.*